

Sumário dêste número

EDITORIAL: Congresso Internacional de Geografia — Eng. CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO (p. 115).

COMENTÁRIO: De Aires de Casal ao I.B.G.E. — Prof. FERNANDO SEGISMUNDO (p. 117).

TRANSCRIÇÕES: A Conquista do Brasil pelos Brasileiros — Cel. LIMA FIGUEIREDO (p. 120) — Acêrca do Método de Análise na Geografia Humana — JEAN GOTTMANN (p. 133).

RESENHA E OPINIÕES: Formulando objetivos de pesquisa geográfica — PRESTON E. JAMES (p. 141) — Problemas demográficos — LUIS AMARAL (p. 145) — Primórdios da mineração no B. G. do Norte — JOSÉ MOREIRA BRANDÃO CASTELO BRANCO (p. 154) — Caxias e a navegação fluvial no Brasil — Gen. DANTON TEIXEIRA (p. 157).

CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO: O Brasil Precisa de Mais Agricultores — Prof.^a CONCEIÇÃO VICENTE DE CARVALHO (p. 159) — Cadastro de Professôres de Geografia — Organizado pela Secção Cultural do C.N.G. (p. 162).

NOTICIÁRIO: CAPITAL FEDERAL — Presidência da República — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Conselho Nacional de Geografia (p. 166) — Ministério da Justiça e Negócios Interiores (p. 167) — INSTITUIÇÕES PARTICULARES — Academia Brasileira de Ciências (p. 168) — Sociedade Brasileira de Geografia (p. 169) — CERTAMES — I Reunião Pan-Americana de Consulta sôbre Geografia (p. 169) — XXIX Congresso Internacional de Americanistas (p. 172) — UNIDADES FEDERADAS — Goiás (p. 172) — Rio de Janeiro (p. 172) — EXTERIOR — Estados Unidos (p. 172).

BELATORIOS DE INSTITUIÇÕES DE GEOGRAFIA E CIÊNCIAS AFINS: Relatório do Presidente do I.B.G.E., Apresentado ao Sr. Presidente da República (p. 173) — Relatórios dos Representantes Estaduais, Apresentados à VIII Reunião Ordinária da Assembléia Geral do C.N.G. — Rio Grande do Norte (p. 183) — Rio Grande do Sul (p. 184).

BIBLIOGRAFIA: REGISTOS E COMENTÁRIOS BIBLIOGRÁFICOS — Livros e Periódicos (p. 188) — CONTRIBUIÇÃO BIBLIOGRÁFICA ESPECIALIZADA — Boletim do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil — índice dos assuntos constitutivos dos boletins ns. 52 a 60 (p. 190).

LEIS E RESOLUÇÕES: LEGISLAÇÃO FEDERAL — Ementário das leis e decretos publicados no período de 1 a 30 de setembro de 1948 — Leis (p. 197) — Decretos legislativos (p. 200) — Decretos (p. 200) — ÍNTEGRA DA LEGISLAÇÃO DE INTERESSE GEOGRÁFICO — Decretos (p. 208) LEGISLAÇÃO ESTADUAL — Integra das leis, decretos e demais atos de interesse geográfico — Espírito Santo (p. 200) — Goiás (p. 200) — RESOLUÇÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Conselho Nacional de Geografia — Assembléia Geral — Integra das resoluções ns. 143 a 147 (p. 211) — Diretório Central — Integra das resoluções ns. 143 a 147 (p. 211) — Diretório Central — Integra das Resoluções ns. 335 a 338 (p. 218).

Boletim Geográfico

Ano VII

MAYO DE 1949

N.º 74

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

BIBLIOTECA

N.º de Reg.

218

Data

6-10-58

Editorial

Congresso Internacional de Geografia

Abril de 1949 ficará assinalado na história da Geografia mundial devido à realização, na cidade de Lisboa, do "XVI Congresso Internacional de Geografia".

Para o nosso país esse certame ofereceu peculiaridades dignas de menção, que o tornaram de especial interesse.

Preliminarmente, o fato da sede do Congresso ser em Lisboa, capital de Portugal, a nossa pátria mãe, haveria de despertar, como despertou, nos brasileiros um sentimento de viva satisfação, a estimular os geógrafos patrícos no esmêro das suas contribuições.

Em segundo lugar, deve-se considerar que o Congresso foi promovido pela "União Geográfica Internacional", da qual o nosso país faz parte por força de lei, a bem dizer, porquanto o decreto n.º 1527, de 24 de março de 1937 justificou a criação do Conselho Nacional de Geografia com fundamentos, dentre os quais se destaca a adesão do Brasil à mencionada União.

Finalmente e sobretudo, a assinalar o particular interesse brasileiro pelo certame de Lisboa, é a circunstância de ter sido o primeiro congresso internacional de Geografia a realizar-se, desde 1938, ou melhor desde que o nosso país instituiu a sua organização oficial de investigação geográfica.

Abriu-se assim, com o Congresso de Lisboa, a primeira oportunidade para o nosso país comparecer a um cotejo internacional para apresentar, não só o resultado do esforço individual dos seus filhos aplicados nos estudos da Geografia, mas sobretudo o apreciável esforço do govêrno que, compreendendo bem a valiosa missão da Geografia moderna, dotou o país de um serviço oficial de investigação geográfica, cuja estrutura, organização, funcionamento e resultados merecem ser conhecidos e comentados.

Verificarão os outros países, dessa maneira, como o Brasil coloca a Geografia dentro da administração pública para exigir-lhe contribuições para melhor acerto dos magnos problemas nacionais.

Os exemplos estão aí — delimitação da Amazônia para o planejamento regional, preparo do Atlas de colonização, análise do sudeste do planalto central em relação à localização da nova capital do país, estudos da bacia do rio São Francisco em relação à sua valorização econômica, investigações geográficas dentro da orientação regionalista a atestarem o papel e o valor da Geografia na vida administrativa do Brasil de hoje.

CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO
Secretário-Geral do Conselho Nacional
de Geografia



De Aires de Casal ao I.B.G.E.

Prof. FERNANDO SEGISMUNDO
Antigo lente de História e Geografia do
Colégio Pedro II

A medida que nos aprofundamos no conhecimento do passado brasileiro, mais nos convencemos da predominância dos estudos históricos sobre os geográficos, entre nós. O fato há de ter sua razão, e bem alta, pois não acreditamos que só por acaso os homens cultos de antanho se não tenham importado com a geografia da Colônia. Os lusos eram peritos na ciência náutica e, por força das conquistas que empreenderam, não podiam deixar de interessar-se, a fundo, pelas peculiaridades das terras que iam desbravando. Causa espanto, assim, que com respeito à nossa, minguidas sejam as informações de caráter geográfico, e mesmo estas ocorram de mistura com notícias de pessoas, animais, episódios fabulosos.

Afora as de um Gandavo, um Gabriel Soares, um Vicente de Salvador, mui raras são as descrições valiosas da terra brasileira, tanto da parte dos portugueses como da dos estrangeiros que por aqui andaram no período colonial, na qualidade de corsários ou conquistadores. Tudo leva a crer na existência de origens categóricas, partidas da Metrópole e obedecidas rigorosamente no outro lado do Atlântico, destinada a sepultar no mais profundo mistério o conhecimento progressivo da Colônia, de sua natureza física, de suas possibilidades econômicas, de seu futuro promissor. Repercutiu-se a êste propósito, o mesmo pesado silêncio que envolve, ainda hoje, a descoberta do Brasil, que Portugal tanto se esforçou, à época, por considerar um feliz, inesperado acidente, enquanto nas academias profissionais seus filhos desenhavam mapas, consultavam portulanos, traçavam rotas e construíam caravelas...

A causa de tanto sêgrêdo e aparente desintêresse estará, senão tôda, em parte ao menos, no receio que Portugal nutria de expor a sua colônia próspera, à cobiça das poderosas potências rivais e de difundir, entre os colonos e "brasileiros", as grandezas da terra, — ignorância que evitaria exaltações nacionalistas e os movimentos armados que costumam constabanciá-las. De resto, foi êsse o motivo alegado pelo governo da Metrópole, ao confiscar e queimar quase tôda a edição da *Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas*, de André João Antonil, publicada em 1711 (conforme Pandiá Calógeras, *Formação histórica do Brasil*, 4.ª edição, p. 38, 1945). E não terá sido outra a causa da supressão da primeira tipografia instalada no Brasil (Rio de Janeiro, 1747) — a de Antônio Isidoro da Fonseca, que a fundara sob os auspícios de Gomes Freire de Andrada, mas a quem o governo metropolitano não reconheceu autoridade para tanto.

Mais um argumento milita a favor desta tese, e êste provém de Capistrano de Abreu, um dos maiores sabedores do passado nacional. Em artigo que escreveu para o *Jornal do Comércio*, em 1901, intitulado "A Geografia do Brasil", e reunido, mais tarde, às suas obras completas, que a Sociedade Capistrano de Abreu está publicando (*Ensaios e Estudos*, 2.ª série, 1932, Livraria Briguiet), o historiador patricio já estranhava que as cartas desenhadas pelos jesuítas e as de autoria dos "comissários de limites" (Ricardo Franco de Almeida Serra,

Francisco de Lacerda e Almeida e outros) continuassem inéditas, desconhecendo-se, talvez, seu exato paradeiro. No mesmo trabalho, Capistrano reconhecia o impulso que os holandeses tinham dado aos estudos geográficos brasileiros e assinalava a estagnação em que os mesmos caíram após a sua expulsão.

A *Corografia Brasileira*, de Aires de Casal, é uma exceção, que só se justifica pelo fato de o Brasil se haver constituído em Reino e nêle funcionar a máquina governamental portuguesa, após o abandono da Metrópole às hostes francesas. Então, não mais era conveniente o silêncio sobre a terra, mas, ao contrário fazia-se mister seu conhecimento seguro e rápido, para fins imediatos e relevantes. Datam de 1808, as primeiras iniciativas públicas destinadas a inventariar a cartografia do país, bem como a criação do Arquivo Militar e da Impressão Régia, onde foram impressos, desde logo, mapas do Brasil. A obra do padre foi até bem recebida, mandando o Rei editá-la no estabelecimento oficial e concedendo-lhe outros favores.

Mas o tempo perdido não pôde ser recuperado. Enquanto a *Corografia Brasileira* fazia carreira, divulgando-se dentro e fora das fronteiras pátrias, e satisfazendo a curiosidade represada havia tantos anos, — o que lhe conferiu foros de obra oficial até fins do século XIX, — prosseguiram os naturalistas e viajantes do Império sua faina, elaborando a história do país de permeio com minudentes e apaixonadas investigações científicas.

“Le Brésil a une vocation géographique” — escreveu, não faz muito, o professor Pierre Deffontaines (in *Contribuição ao Estudo da Geografia*, de Hilgard O'Relly Sternberg, edição do Ministério da Educação e Saúde, 1946), — autor, êle próprio, de uma valiosa *Geografia Humana do Brasil*. Esta vocação confirmaram-na exuberantemente as pesquisas, as meditações, o exercício do magistério de vultos de escol, como Barbosa Rodrigues, Homem de Melo, Rio Branco, Morize, Cruls, Teodoro Sampaio, Couto de Magalhães, Euclides da Cunha, Roquete Pinto e tantos outros. Cumpre todavia, ordenar as contribuições desses estudiosos, selecioná-las e dar-lhes cunho didático e popular, capaz de vulgarizá-las, a bem dos interesses supremos da Pátria. Exceto os especialistas, poucos são os que têm acesso aos livros raros e difíceis; reduzido é ainda o número daqueles que lêem — e não só lêem mas conhecem — *Os Sertões*, a *Rondônia*, as *Memórias* de Rio Branco, entre outras obras indispensáveis ao conhecimento do país. Esta dificuldade de acesso às fontes já agora clássicas do nosso passado recente, pode ser comparada à ainda existente, com respeito aos estudos de Martius, Orville, Hart, Barlaeus, von den Steinen, Wappaeus, Réclus e outros conhecedores do Brasil.

Possuímos apreciável quantidade de dados, mas não os estamos sabendo aproveitar. Onde o livro de geografia do Brasil necessário aos dias presentes? Quem o escreveu? Por onde anda? Verdade é confessar: depois das obras de Basílio Quaresma Torreão e Joaquim Manuel de Macedo, pouco, muito pouco de estimável apareceu no movimento editorial.

Certo, os estrangeiros continuam a honrar-nos com sua preferência, — haja vista os trabalhos de Deffontaines e Monbeig sobre o nosso país, que são dos melhores últimamente vindos à luz. Mas, ao lado dêles, afora uma ou outra monografia de vulto — como *As Fronteiras do Brasil*, da lavra do professor Raja Gabaglia —, ou de um ou outro ensaio, tais os dos Srs. Macedo Soares e Basílio de Magalhães — é reduzida a produção de obras e de compêndios, mormente dêstes. No setor didático, merece louvor a atividade incansável do professor Delgado de Carvalho que, há mais de trinta anos, dá o melhor do seu esforço à ciência de Ptolomeu e Estrabão. Sua *Geografia do Brasil*, vinda à publicidade em 1913, conta nove edições.

Foi o professor Delgado de Carvalho o primeiro cultor da matéria a introduzir, entre nós, o estudo das “regiões naturais”, em oposição à convencional divisão administrativa do território, idéia pela qual se bateu sempre, em meio

à indiferença geral, até que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a perfilhou, impondo-a à nação. A bem dizer, o manual do professor Delgado de Carvalho ainda constitui a "inovação feliz" a que se referiu Oliveira Lima ao prefaciá-lo. De outro igual, não se conhece.

Relevantíssima e patriótica incumbência está fadada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A êle, ao seu Conselho Nacional de Geografia, há-de caber a elaboração da nova *Geografia do Brasil*, da "geografia" que marque, na evolução dos estudos e no progresso de nossa cultura, lugar tão assinalado como o teve a *Corografia* de Aires de Casal, no alvorecer de nossa Independência. Foi-se para sempre a época do geógrafo improvisado, do geógrafo naturalista, do geógrafo de ocasião e de imaginação...

A geografia moderna é uma ciência de rigor e precisão, que requer o esforço de muitos e que se serve, largamente, do trabalho de campo, de inquéritos, cartas, fotografias, filmes, bibliotecas especializadas, expedições, viagens, laboratórios... Só um organismo como o Instituto, será capaz de tarefa tão gigantesca e meritória. É o que todos ficamos a esperar de sua administração, como coroamento de tantas atividades úteis e duradouras.

 O Serviço Central de Documentação Geográfica do Conselho Nacional de Geografia é completo, compreendendo Biblioteca, Mapoteca, Fototeca e Arquivo Corográfico, destinando-se êste à guarda de documentos como sejam inéditos e artigos de jornais. Envie ao Conselho qualquer documento que possuir sôbre o território brasileiro.

A Conquista do Brasil pelos Brasileiros

Cel. LIMA FIGUEIREDO

Membro da Comissão de Publicações do
Conselho Nacional de Geografia

Publicação n.º 1 da Série B
Biblioteca Geográfica Brasileira — C.N.G., Rio, 1943.

O Eng. Christovam Leite de Castro, secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia, apresentando o presente estudo que constituiu o 1.º da série "Folhetos" da Biblioteca Geográfica Brasileira, assim se expressou:

"Com o presente folheto, que recebe o n.º 1, inaugura-se a "série B" da BIBLIOTECA GEOGRÁFICA BRASILEIRA, destinada às publicações, em geral não ilustradas, cujo texto original compreenda menos de 150 páginas dactilografadas na forma usual.

Significa, pois, a presente publicação, a um tempo, esperança e afirmação, porque, divulgando trabalho de valor, denuncia uma seqüência de contribuições culturais que a direção da Biblioteca se esmera em que sejam abundantes e valiosas.

Reproduz o folheto a memorável conferência, proferida pelo ilustre tenente-coronel José de Lima Figueiredo, no empolgante cenário de Goiânia, ao ensejo da sua inauguração oficial, em julho de 1942, como nova capital do estado de Goiás.

Tenho a convicção de que quantos a lerem chegarão à mesma conclusão dos que a ouviram: dificilmente orador tão entusiasta e culto, ventilara assunto de tamanha oportunidade e importância, em ambiente de tanta propriedade e ressonância.

É um toque vibrante de alerta que, partindo das entranhas do Planalto Central, há-de ecoar por todo o Brasil. — Rio de Janeiro, abril de 1943. — Christovam Leite de Castro, Diretor da Biblioteca Geográfica Brasileira".

Poderia dizer que a conquista do Brasil começou desde o dia em que a esquadra de Pedro Álvares Cabral aportou em nossas plagas. Entretanto, antes de 22 de abril de 1500, já havia o tratado assinado em Tordesillas, na Castela Velha, em 7 de janeiro de 1494, depois de cerca de quatro meses de discussões, deslocado o meridiano que o papa Alexandre VI, de progênie espanhola, fixara a 100 léguas das ilhas dos Açores e Cabo Verde, para 370 léguas a oeste destas últimas. Essa linha que delimitava as conquistas das duas nações ibéricas devia passar pela ilha de Marajó e Laguna, em Santa Catarina.

Foi a primeira fixação da expressão territorial do Brasil mesmo antes do seu nascimento. Foi em reconhecimento das terras que ficavam a leste do meridiano chamado de Tordesillas que, a mando de D. Manuel I, veio Cabral descobrir a Terra de Ibirapitanga.

Em maio de 1501 já partia uma nova esquadra, atendendo a alvissareira missiva de Vaz de Caminha que falava nas índias elegantes e gentis e da terra tão graciosa e bela, capaz de tudo produzir. A frota exploradora foi tomando conta do litoral e batizando os lugares por onde andou peregrinando — cabos de São Roque e de Santo Agostinho, rio São Francisco, baía de Todos os Santos, cabo de São Tomé, Rio de Janeiro, Angra dos Reis, São Vicente, indo até o cabo de Santa Maria, no Uruguai.

Terminou D. Manuel seu reinado em 1521, sem que mais nada de monta pudesse fazer pela novel colônia.

Seu sucessor, D. João III quis fazer algo não só na defesa dos produtos brasileiros, entre os quais excellia o pau-brasil, levados por piratas alienígenas, como também movido pela cobiça de ouro e prata que, segundo informara ao seu rei Sebastião Caboto, devia existir no país.

Organizada por Martim Afonso, partiu de Cananéia a expedição de Aleixo Garcia, em exploração do sertão ignoto e prenhe de segredos. Parece que a morte de todos os expedicionários foi o prêmio da aventura. Aqui e ali foram encontrados vestígios da passagem dêles, mas só... Nada de útil e real foi conseguido.

D. João III queria a posse da terra, de modo efetivo e eficaz, para mais facilmente poder defendê-la e fazê-la prosperar. E assim decidiu dividir a fimbria litorânea em lotes de cinqüenta léguas que iriam findar no meridiano de Tordesillas. Cada lote foi doado a um capitão-mor, que, pelos serviços prestados à pátria ou apenas pela amizade que o rei lhes dispensava, merecera tal mercê. Deviam constituir bens de raiz, passando de geração a geração, e tomando assim o nome de capitánias hereditárias.

A idéia do rei era boa, porém a realidade foi desastrosa. Muitos donatários nem aqui vieram; e outros meteram os pés pelas mãos, malbaratando os recursos que haviam trazido, ora lutando contra os silvícolas, ora sucumbindo diante dos obstáculos encontrados em vencer a terra virgem e forte.

Foram essas doze capitánias malogradas que deram as linhas gerais da divisão territorial que impera até hoje.

E, como os truculentos e onipotentes donatários de outrora, até bem pouco tempo, os governadores e presidentes dos estados agiam a bel-prazer, não como se fôsem representantes de um povo, mas sim donos absolutos e prepotentes da gleba que governavam.

INFORMAÇÕES SOBRE O AUTOR — Aos 2 dias do mês de junho de 1902 nasceu na Capital Federal, filho de Francisco Figueiredo e D. Adélia Bruce Figueiredo.

Cursou o Colégio Militar do Rio de Janeiro (onde conquistou o *Prêmio Anchieta* conferido ao melhor aluno de História e Geografia do Brasil), a Escola Militar do Realengo; a Escola de Aperfeiçoamento de Officiais e a Escola de Estado Maior.

Além de outros, exerceu os seguintes cargos: instrutor e professor da Escola Militar, instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Officiais e da Escola de Aviação Militar, chefe do Curso de Officiais da Escola de Engenharia, ajudante de ordens do excellentissimo senhor general Cândido Rondon, chefe da Secção de Cartografia da Inspeção de Fronteiras, chefe do Estado Maior da 3.ª R.M. em Belém do Pará, official de gabinete, por três vêzes, do excellentissimo senhor ministro Eurico Gaspar Dutra, adido militar em Tóquio e observador do incidente sino-japonês, comandante da guarnição de Cachoeira do Sul, no Rio Grande do Sul e do 2.º Batalhão de Pontoneiros. Comandou e dirigiu o ensino da Escola de Educação Física do Exército na Urca. É atualmente diretor da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Faz parte das seguintes instituições: sócio efetivo da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e da The National Geography Society de Washington, sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Sul-riograndense, consultor técnico de "Geografia Regional" do Conselho Nacional de Geografia, membro da Comissão Diretora da Biblioteca Militar, membro da Comissão Redatora da *Revista Brasileira de Geografia* e da "Biblioteca Geográfica Brasileira", detentor da cadeira General Couto de Magalhães no Instituto Militar de História e Geografia.

Escreveu as seguintes obras: *Limites do Brasil*, na Biblioteca de "A Defesa Nacional"; *Oeste Paranaense*, premiado pelo Touring Club do Brasil, e *Índios do Brasil*, ambos da série Brasileira da Companhia Editora Nacional; *Terras de Mato Grosso e da Amazônia*, editado pela S. A. A Noite; *Grandes Soldados do Brasil* (4.ª edição), Editora José Olímpio; *Cidades e Sertões, Um Ano de Observação no Extremo-Oriente*, na Biblioteca Militar; *No Japão foi assim...*, pela Editora Século XX. O Acre e suas Possibilidades, *Fronteiras Amazônicas, Paraná Oeste, "in" Revista Brasileira de Geografia*; *Instrução de Transmissão, Transposição dos Cursos d'Água para Todas as Armas e Sinalização a Braços e Ótica*, na Editora Henrique Velho; *O Japão por Dentro*, coleção Paz e Guerra, na Companhia Editora Nacional.

Possui as seguintes condecorações: Medalha militar de prata por vinte anos de bons serviços, condecoração da Ordem do Tesouro Sagrado do Japão, medalha de ouro General San Martin da República Argentina, Medalha Barão do Rio Branco, Cinqüentenário da Proclamação da República, Medalha de Guerra, Condecoração do Mérito Militar (oficial), Condecoração Trujillo (oficial) da República de São Domingos.

N. R. — O presente trabalho da lavra do coronel Lima Figueiredo, membro da Comissão de Publicações do C.N.G. e seu consultor técnico, constituiu a publicação n.º 1 da série B (folhetos) da Biblioteca Geográfica Brasileira, editada pelo Conselho Nacional de Geografia. Por se encontrar absolutamente esgotada a edição dêsse importante estudo, deliberou a direção do *Boletim Geográfico* transcrevê-lo no presente número, satisfazendo, dest'arte, aos anseios dos estudiosos da geografia.

O rei não era homem de atar-se a um êrro. Desde que uma idéia não desse resultado, era mister procurar-se outra. Não perdeu tempo; deu como liquidado o assunto atinente às capitâneas e nomeou um governador-geral — Tomé de Sousa. O resultado foi maravilhoso e daí para cá, até mesmo aos dias em que estamos vivendo, sempre que o govêrno estêve, integral, absoluto e firme, na mão de um só homem, tudo andou às mil maravilhas em vantagem da paz, do progresso e da felicidade da comunidade brasileira.

Tomé de Sousa semeiou cidades, vilas, povoados, e foi o precursor do serviço militar obrigatório em terras brasileiras, porque êle achava que o perigo de um ataque, vindo do gentio ou do mar, era total, contra todos, e, por isso, todos deveriam estar em condições de enfrentá-lo com galhardia.

O problema hoje não é diferente. Devemos criar núcleos novos de população, transformando o espaço político em espaço social, congregando o povo em massa na defesa pátria, pela política de atos que só possam fortalecer a certeza de que temos, sempre e sempre, a nossa independência garantida, sejam quais forem as metamorfoses por que passem as estruturas políticas das demais nações do globo.

Na conquista do litoral, dois núcleos exerceram papel saliente: São Vicente e São Salvador. De São Vicente a colonização irradiou-se para o Espírito Santo e o Rio de Janeiro; da Bahia para Pernambuco, Sergipe e Alagoas; de Pernambuco para a Paraíba e Maranhão; do Maranhão para o Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Pará; do Pará para a bacia amazônica tôda.

Em 1680, Laguna era a última povoação portuguesa e Buenos Aires a primeira espanhola, ficando, como terra de ninguém, o espaço compreendido entre elas.

D. Pedro II de Portugal deu mais um passo ao sul e foi fundar a colônia de Sacramento.

Que força formidável tinham nossos antepassados lusitanos! Portugal não possuía uma população numerosa e, apesar disso, abarcava o mundo com as pernas, mandando seus filhos conquistar terras por mais longinquas que fôsem, fundando cidades e povoando-as, ao mesmo tempo que arrancavam riquezas de tôdas as partes, para maior grandeza do rei e da pátria.

A conquista do litoral brasileiro é uma obra diante da qual não sabemos o que mais admirar, se o espirito ousado dos colonizadores que sabiam arrostar tôdas as rudes vicissitudes da luta contra a natureza, se a força de vontade hercúlea diante da qual tudo para êles era fácil. E se compararmos essa atitude máscula e decidida com as que hoje tomamos, ou apenas pensamos em tomar, a nossa admiração cresce ao infinito.

O primeiro passo para o sertão foi dado por João Ramalho, nos campos de Piratininga, levado pelo amor a Bartira, a guapa filha de Tibiriçá. Atrás dêle, outros foram alargando as nossas raíais e dando terras ao Brasil, fazendo o que podiam fazer — dar aos pôsteros, glebas grandes e ricas, para que efetivamente as ocupassem e pusessem em estado dinâmico, seus produtos dos três reinos.

Antônio Rapôso Tavares e Manuel Prêto dão cabo do estado teocrático que os jesuítas espanhóis estavam enquistando no flanco de nosso território. Reduzem Guaira e Itati a zero.

A medida que os paulistas ocupavam as terras de Guaira e da província do Itati, os missionários iam-se infiltrando pelo solo do Rio Grande do Sul. Assim é que em 1634, os religiosos já haviam semeado reduções em todo o planalto — São Tomé, São José, São Miguel e São Cosme e Damião, ao longo do rio Pardo — São Cristóvão, Jesus-Maria-José e São Joaquim; e beirando o Uruguai pela esquerda — Candelária, Mártires, Apóstolos, Caapi e Santa Teresa.

O território do Rio Grande do Sul estava dividido em duas províncias — a de Tapes e a do Uruguai.

* A respeito dêste trecho, recebi do prezado confrade e amigo Dr. Mário Melo, em carta, a seguinte informação: "Diz o amigo que a Bahia colonizou o litoral de Sergipe, Alagoas e Pernambuco. E Pernambuco: a Paraíba e o Maranhão.

O litoral de Alagoas, então parte integrante da Capitania de Duarte Coelho, nada deve à Bahia, e muito menos o litoral pernambucano. O sertão de Pernambuco, sim. Os vaqueiros de Garcia d'Ávila atravessaram o São Francisco e iam avançando naquela terra de ninguém, de modo que chegaram ao Piauí. Pernambuco não povoou somente a Paraíba, mas o Rio Grande do Norte (a cidade de Natal foi fundada por um pernambucano intencionalmente no dia de Natal) o Ceará e o Maranhão. Caistrano disse que tôda a civilização do Norte, até seus extremos, foi irradiada de Olinda*.

A província de Tapes abrangia o alto Ibicuí e era limitada ao norte pela serra Geral, ao sul pela serra de Tapes e a leste pelo vale do Cai. Logo após a destruição de Guaira em 1632, cumprindo ordens do padre Romero, os padres Benavides e Cristóvão de Mendonça fundaram, no alto Ibicuí, a redução de São Miguel, cujas ruínas ainda hoje desafiam a ação derrocante do tempo.

A província do Uruguai compreendia toda a região ao longo da margem esquerda do rio do mesmo nome, e nela estavam situados os célebres sete povos das missões.

Em 1636, Antônio Rapôso Tavares inicia sua marcha para o sul. Reúne a tropa nos campos de Ibituruna, hoje Palmas, onde toma dispositivos para efetuar a aproximação e o ataque.

A marcha de São Paulo à província de Tapes durou dez meses.

Em novembro de 1636, conta-nos o padre Carlos Teshauer na sua *História do Rio Grande do Sul*, que a bandeira de Rapôso atravessou o Taquari nas proximidades da sua barra e no dia de São Francisco Xavier — 3 de dezembro — assaltou a redução Jesus-Maria-José à margem do Jacuí.

A luta durou das 8 horas da manhã, às 2 da tarde, com a vitória completa dos paulistas, que zombavam das setas desferidas pelos índios, por estarem revestidos por uma couraça de algodão.

No dia de Natal, enquanto os “reduzidos” oravam nas igrejas, os bandeirantes caíram sobre a redução de São Cristóvão, obtendo êxito fácil. Depois deste feito, Rapôso Tavares regressou a Piratininga.

No limiar de 1637, partiu de São Paulo uma enorme expedição sob o comando de Francisco Bueno. A fina flor de Piratininga acompanhou a bandeira: os Gago, os Bueno e os Prêto.

A expedição atropelou a marcha, pois saiu de São Paulo em princípios de 1637 e, em maio do mesmo ano, já se achava ao longo do Taquari. Ao chegar à redução de São Joaquim, abandonada pelos jesuítas, a bandeira foi dividida em duas colunas, para mais facilmente atacarem Santa Teresa, que possuía cerca de 4 000 almas.

Prosseguindo, os Bueno ocuparam São Carlos de Caapi, Apóstolos, Candelária e Caaró, já em princípios de 1638. Os jesuítas foram expulsos para além do rio Uruguai e, das reduções das províncias de Tapes e do Uruguai, só restavam as situadas no rio Ibicuí.

Ao findar o ano de 1638 os bandeirantes foram atacados pelo padre Romero e o cacique Niazu, travando-se o combate de Caazepamirim, no qual os paulistas foram derrotados. Após este revés, a bandeira rumou para São Paulo.

O futuro caçador de esmeraldas saiu de São Paulo em princípios de 1637. Fernão Dias Pais depois de penosa marcha caiu, em 1638, sobre as reduções de Ibicuí e arrasou-as uma por uma: São Cosme e Damião, São José, São Tomé, São Miguel e Natividade. Com grande número de índios e os despojos das reduções, a bandeira regressou, no ano seguinte, a São Paulo.

Em 1639, há na região compreendida entre o Ijuí e o Piratini um combate. Os paulistas eram comandados por Antônio Bicudo e os espanhóis por Francisco Diego Alfaro, superior da missões, morto na refrega. A luta foi, apesar disso, favorável aos castelhanos que levaram os prisioneiros para Assunção, onde os entregaram ao governador D. Pedro de Lugo que mandou dar-lhes liberdade.

Apesar da derrota, os bandeirantes se mantiveram de posse do terreno onde a ação se travara.

Vimos quanta trabalhadeira para ficarmos com os virentes campos sulinos. Foi necessário muito ardor combativo, muita força de vontade e, mais do que tudo, destemor e ousadia.

Diz nosso eminente confrade Virgílio Correia Filho, em *Nas Raias de Mato Grosso*: “Antônio Rapôso abriu o novo ciclo ao partir de São Paulo, por volta de 1648, via Sorocaba... Toma pelo vale do Paranapanema e sai no Paraná, que navega até embocar no Ivinheima, segue, águas acima, e remonta o planalto. Corta os campos das Vacarias, passando pela povoação também chamada Santo Inácio, e desce ao Paraguai. Vence a corrente e prossegue até escalar os Andes, no Peru, regressa pelo Guaporé que o leva ao Mamoré e roda pelo Madeira e Amazonas, tão disfigurado que os próprios parentes o desconhecaram. Passa, como o gênio exterminador, arrasando os povoados castelhanos de Xeres, Santo Inácio, Santa Cruz de Bolanos, Nossa Senhora da Fé que se entregaram”.

Em 1675, Francisco Pedroso Xavier sulca o sul de Mato Grosso, atravessa a serra Maracaju e vai hostilizar os castelhanos no coração do Paraguai. Esse másculo capitão, depois de penosa marcha, ataca a atual Vila Rica, em pleno território espanhol, derrota os defensores da vila e traz, como presa de guerra, 4 000 índios. Este ato enfureceu o governador do Paraguai, que envia 1 000 homens sob o comando de Juan Diaz Andino, com o fim de guerrear o atrevido bandeirante. A luta se trava no território acivoso da serra de Maracaju, onde Pedroso esmaga, valentemente, os cavalarianos de Andino.

A conquista era sempre assim: difícil, árdua, regada a suor e sangue, repleta de sofrimentos e dores. Mas a posse da terra ia-se dando aos poucos.

O arraial de Cuiabá é fundado em abril de 1718, mercê primeiramente do índio caçado e, depois, do ouro que surgia da flor da terra, junto aos tufos de capim.

Em busca do aurífero arraial partiam expedições de São Paulo e, à proporção que o ouro surgia em pepitas e folhelhos, ia-se aglomerando gente pelos arredores.

Por que agora não criamos centros nos quais a população, não muito feliz nas cidades, vá encontrar algo que represente ouro? A fascinação pela riqueza faz prodígios. E' mister fascinar as massas, para que a luta com as selvas seja vitoriosa.

A marcha para o oeste ia continuando. Manuel Félix de Lima vara da bacia do Prata para a do Amazonas.

A silhueta do Brasil ia tomando sempre maior forma, à medida que lusos e brasileiros iam talando as invias regiões, ainda dos civilizados desconhecidas. E surgem os tratados elaborados sob o fundamento de *utis possidetis*, graças à ação dominadora do grande santista Alexandre Gusmão, o exímio secretário de D. Carlos V. Os tratados de Madrid, de 1750, e o de Santo Ildefonso, de 1777, foram calcados nas conquistas realizadas pelos chucros bandeirantes, e serviram de base para as negociações que futuramente se processaram.

DEFENDENDO A TERRA

Depois da conquista é mister garantir a posse. Sem defesa, tudo que é belo e rico assanha a cobiça dos aventureiros.

Os nossos antepassados não se descuidaram. As ruínas dos soberbos fortes coloniais que resistiram à ação devastadora do tempo, atestam a fortaleza de ânimo da brava gente lusa, na defesa da terra opulenta de Santa Cruz. O nosso território constituía para os portugueses um tesouro insondável.

Os lusitanos audazes e precavidos não poupavam esforços para barrar a invasão das terras da coroa de Portugal e, para isso, iam levantando fortes em tôdas as direções prováveis de ataque. Esses fortes representavam as formidáveis trancas com que fechavam o inesgotável tesouro. Príncipe da Beira no Guaporé, Marabitanas no Negro, São Joaquim no Branco, Tabatinga no Solimões, foram as sentinelas avançadas da pátria em formação.

Em tôdas as fronteiras terrestres ou marítimas foram levantados fortes em situações, que hoje examinadas, só merecem os mais elevados encômios. Os militares e marinheiros lusos souberam escolher os locais e souberam construir as fortalezas, que ainda hoje atestam o valor do material de que foram feitas.

Em tôrno de algumas delas surgiram cidades, como sucedeu entre outras, com São José de Manaus e Nossa Senhora da Assunção, que mais tarde se transformaram nas capitais do Amazonas e do Ceará. E a garrida Belém que brotou, também, do forte do Castelo que o trêfego Francisco Caldeira de Castelo Branco mandou erigir, quando da sua fulminante arrancada no Maranhão, para a conquista da larga foz do Amazonas, tão cubiçada pelos bátavos, franceses e britânicos.

O litoral foi cuidadosamente defendido e com os olhos voltados para o trecho mais avançado para o velho mundo, nas entradas onde os arrecifes deixaram passagem, eram erguidos fortes como sentinelas prestantes. No Rio Grande do Norte — Três Reis Magos, construído em 1589 por Manuel Mascarenhas, no lugar onde se assenta a cidade de Natal, foi a primeira defesa organizada no estado. Na Paraíba do Norte — Santa Catarina do Cabedelo, em 1585

edificado na margem direita do Paraíba, com os dois fortes fronteiros de Santo Antônio e São Bento que defendiam a barra do citado rio.

O estado de Pernambuco foi o cenário mais movimentado durante o período colonial. Um conjunto de fortes dava àquele lugar firmes credenciais de resistência: Brum, artilhado com 48 canhões defendia a entrada do garrido pôrto de Recife; Santo Antônio do Buraco, com 53 peças guardava a costa entre Olinda e Recife; Forte do Mar, situado na ponta sul do Recife, cruzava fogos com os dois primeiros citados; Santa Cruz, com 23 canhões na extremidade sul da ilha de Itamaracá; Pau Amarelo, a 3 léguas ao norte de Olinda; Gaibu e Nazaré, guarnece o cabo de Santo Agostinho; Bom Jesus do Arraial, organizado em 1630 por Matias de Albuquerque à margem do Capiberibe e de frente do Recife; Nossa Senhora dos Remédios, Santo Antônio, Conceição, São José do Morro, Bolero, Dois Irmãos, Leão e Sueste, todos os oito na ilha Fernando de Noronha; Novo Bom Jesus; Nazaré da Mata, Salinas, Reduto do Rio Formoso, Reduto de Alternar, Barreta, Buraco de Santiago, Casa Forte e Baterita, todos construídos durante a guerra holandesa. No estado de Alagoas, Pôrto Calvo, Maurício e São Pedro.

Para aquêlo tempo, o Nordeste estava poderosamente defendido, graças à guerra que tivemos de sustentar contra os holandeses. O sofrimento ensina pensar com acêrto.

Hoje estamos, para enfrentar golpe que nos queiram dar, trabalhando ativamente, de modo que os nossos soldados, os nossos homens, encontrem qualquer cousa, mesmo sumária, que lhes dê algum apoio defensivo.

Assim como o litoral, tôdas as linhas de invasão do nosso país foram convenientemente barradas. O rio Negro, sustando quem viesse do norte, era defendido pelos fortes: São Joaquim, na foz do Tacutu; São José de Marabitanas, na margem direita do rio Negro e a cinco léguas da pedra Cucui; São Gabriel, à margem esquerda do Negro, São José de Manaus.

Impedindo a investida dos intrujões que viessem do ocidente, pela gorda calha do Solimões, havia o forte de São Francisco Xavier de Tabatinga.

Nas barrancas longínquas do Guaporé, o maravilhoso forte Príncipe da Beira atestava o formidável vigor e desmedido espírito construtor dos portugueses.

O capitão-general Luís de Albuquerque de Melo Pereira Cáceres, com o pensamento voltado para a defesa da gleba brasileira, imaginou poder ficar com o rio Paraguaí totalmente para nós. E tudo fêz para isso. Defendendo essa porta de entrada em 1782, foi construído, por Ricardo Franco, o forte de Coimbra que, em 1801, sob o comando do próprio construtor, sustentou a arremetida de D. Lázaro de Ribeira, governador do Paraguaí. Em 1864, Pôrto Carrero escreveu páginas de heroísmo, resistindo até o esgotamento total da munição, com 155 homens, que enfrentaram os 4 200 paraguaios de Barrios, efetuando depois uma retirada tão emocionante, tão sublime, que encheu o seu nome venerando de glórias.

O espaço foi bravamente conquistado e sãbiamente defendido. Os núcleos de povoação surgiram em tôrno das fortalezas, das minas, dos campos de criação e muitas vêzes dos acampamentos dos soldados, como sucedeu no Rio Grande do Sul. Depois de obtidos alguns centros populosos, tudo parou, para que a mágica *mancha de azeite* se operasse por si mesma.

A não ser a imigração feita a trouxe-mouxe, sem seleção e sem orientação, nada foi feito para povoar nosso *hinterland*.

UM MAPA DEMOGRÁFICO DESEQUILIBRADO

Contemplando um mapa demográfico, levamos as mãos aos olhos para não ver a verdade brilhante, insofismável, que êle encerra. A população ficou caranguejando pelo litoral, segundo o dizer de frei Vicente do Salvador. Pode-se afirmar que, apesar de quase quatro séculos e meio de existência, e cento e vinte anos de nação livre, a ocupação do nosso território só foi levada até a famosa linha de Tordesilhas, que os bandeirantes e os lusos empurraram destemerosamente para o pôr do sol.

A orla marítima funciona à guisa de um poderoso pólo de atração. Quem vem do interior, não volta ou regressa desanimado. A marcha dos bandeirantes foi, por muitos anos, executada em sentido inverso. As nossas jazidas, as nossas florestas passaram a interessar a muito pouca gente. O conforto das cidades, o pequeno comércio e as multivárias ocupações que as zonas urbanas oferecem, constituíam um chamariz a todos que haviam obtido recursos para a passagem. E quantas famílias inteiras às vezes — ficam sem teto ao chegarem ao Rio, ou São Paulo no final da aventura!

Muitas cidades, vilas e povoados que antanho floresceram, hoje estão abandonadas, transformando-se em montões de ruínas.

É mister agir com sabedoria e incisivamente, para fazer girar a ponta da agulha da bússula no rumo do oeste.

Um major americano, Roy Nash, escreveu um livro — *A Conquista do Brasil*. A respeito da Amazônia nos diz o seguinte: “O mapa das águas é tão cheio de linhas quão despido delas é o demográfico, vazio como as areias do Saara, ou de Gobi, ou as vastas capoeiras australianas. Tão vazio como as alvas planícies da Sibéria:

“Por que será que na mesma região onde, há cento e vinte e cinco anos passados, Alexandre Humboldt imaginou cidades prósperas e civilização florescente, a população é apenas de uma pessoa por milha quadrada, em extensão igual a de quinze estados do vale do Mississippi?

“Por que será que as suas matas, que em tempos idos estavam no espírito do homem, tão inteiramente ligadas à idéia da borracha, como a forma esférica da bola, — florestas capazes de cobrir toda a região que vai das Montanhas Rochosas aos Apalaches — produziam em 1926, menos borracha que uns poucos seringais na Samatra?

“Por que será que o porto de Belém, servindo metade do continente sul-americano, é menos importante que o de Providência, alimentado apenas pela Rodhe Island?

“Por que será que todos os profetas do otimismo, a partir de Humboldt, arruinaram a sua reputação ao escreverem sobre o Amazonas?

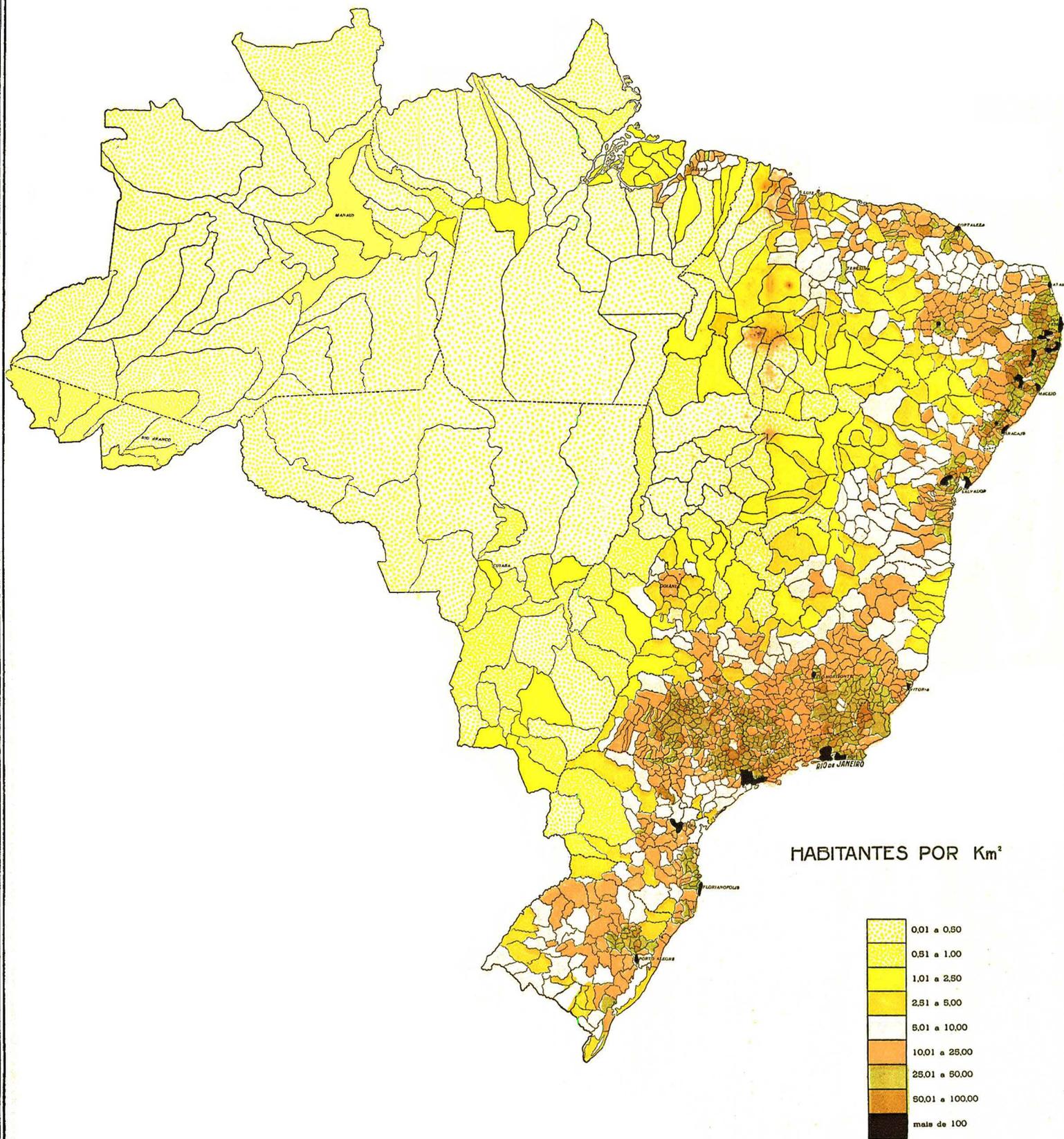
“Por que será que a mata continua crescendo, serenamente, sobre o túmulo dos anões que vêm tentando dominá-la, durante quatro séculos?”

E, depois de uma série de informações preciosas, concluiu: “Imaginamos a conquista do Amazonas como a continuação, no tempo e no espaço, da conquista de Goiás e Mato Grosso. Quando uma população densa e inteligente, capaz de cooperar, se tiver desenvolvido no Planalto Central, onde nascem os afluentes sulinos do grande rio, o limite entre a civilização e a barbárie irá se deslocando lentamente, década por década — século por século, talvez — até finalmente rolar pelo talude abaixo e assenhorear-se do baixio amazônico. Não será, porém, pelo processo de atirar-se um degredado para dentro do mato, na esperança de que escape às garras de seus inimigos. Será antes uma batalha. Cada nova arrancada deverá ser planejada com infinitos cuidados. A engenharia sanitária de um governo clarividente fará o reconhecimento do terreno antes do choque da tropa, cujas perdas serão de qualquer maneira, bastante elevadas. Cada palmo de terreno conquistado terá que ser ocupado por um exército de agricultores, boiadeiros e mecânicos.”

Estou de pleno acordo com Roy Nash. Ele viu o problema perfeitamente bem. Em que ridículo caem aquêles que, arrotando sapiência e bazófia ao mesmo tempo, têm coragem de afirmar que vão sanear a Amazônia. Quer sejam administradores, médicos ou engenheiros, as únicas expressões que lhes cabem são: Que mûmias! Que charlatães! Quer estejam falando por ignorância ou para crescerem aos olhos dos superiores hierárquicos.

A população amazônica precisa de assistência governamental. Ela se estiola e vegeta na lama podre das margens dos rios e igarapés das lagoas e igapós.

Escolher lugares nas terras firmes, depois de acurado estudo de suas condições geológicas, ecológicas e biogeográficas e nêles concentrar a atual população ribeirinha, filiformemente situada ao longo dos caudais. Dar-lhes casas condignas e não as palafitas em que vivem. Olhar-lhes com olhos de quem os quer salvar e não com os de quem tem compaixão. Orientar seu trabalho para que cada núcleo formado tenha, ao menos, o que comer e vestir.



Densidade da população do Brasil, por município, em Setembro de 1940

REESTRUTURAÇÃO RACIONAL DO BRASIL

Esse trabalho, que cabe aos administradores do país realizar, será fácil se fôr levada a efeito a "reestruturação racional do Brasil", em obediência aos imperativos de preservação dos destinos nacionais:

- a) equilíbrio e equidade na divisão territorial política;
- b) valorização do homem rural pela saúde, pela educação e pelo trabalho, utilizando-se para esse efeito as *colônias-escolas*;
- c) centros de população suficientemente numerosos e adequados à sua missão, dispostos em rede de malhas uniformes;
- d) forças construtivas distribuídas segundo os critérios de equidade e de solidariedade e unificação nacional, isto é, na razão inversa do grau de civilização já conseguido, e na razão direta do vulto da obra fundamental de ocupação territorial e de organização a realizar;
- e) ocupação efetiva do território pela redistribuição das sobras demográficas das metrópoles, para isso encorporadas, regeneradas e mobilizadas pelo Exército do Trabalho;
- f) interiorização da metrópole federal em condições de lhe assegurar o devido resguardo, a relativa equidistância em referência às várias regiões periféricas do país, mas de maneira compatível com as possibilidades atuais da nação e as suas necessidades de ordem e harmonia interior;
- g) forças construtivas eficientes, racionalmente diferenciadas e organicamente articulada, como contribuição ao aparelho administrativo movido pelo poder público;
- h) unificação, racionalização e tecnicidade da direção suprema da República;
- i) articulação, solidariedade e interação das órbitas governamentais;
- j) unidade nacional pela língua: ortografia e ortoépia, fixadas e racionalizadas.

São estes os problemas básicos na renovação nacional, as vigas mestras da formação da *nova ordem* brasileira, o sentido do nosso verdadeiro imperialismo, segundo foi idealizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a fim de que a conquista do Brasil seja feita pelos próprios brasileiros.

Cada um desses problemas é uma roldana da máquina. Todos eles se engrenam contribuindo para o mesmo fim.

Desses grandes problemas, destaco dois que são inadiáveis pelas circunstâncias gerais do mundo: a transferência da capital do Brasil e a organização da rede de centros propulsores.

De há muito que a capital da República não deveria estar à beira-ar, ao alcance fácil de um inimigo ousado que queira despejar suas bombas, em pontos vitais do governo, da indústria e dos transportes. Sendo um centro cosmopolita, a "quinta coluna" agirá com toda sua técnica em atos de espionagem, sabotagem e confusão.

A zona escolhida para a nova capital, no Planalto Central de Goiás, fica muito distante. E para alcançá-la, devemos agir por lances como se faz na guerra, na conquista de um objetivo importante. No eixo Rio de Janeiro-Planalto Central (perto da cidade de Formosa) topamos com Belo Horizonte, apartada por 600 quilômetros de estrada de ferro da cidade guanabarina, e a ela ligada por todos os meios de comunicações — ferrovia, rodovia e aviação em hora e meia de voo.

Nela seria desenvolvida a indústria, para que tivéssemos um parque interiorizado, além de toda a área dos depósitos ferríferos que constitui o maior patrimônio do Brasil, ficar, como deve, sob a jurisdição federal.

Um século ou século e meio seria o estágio da capital em Minas, aguardando a construção da definitiva capital em Goiás e o desenvolvimento das vias de comunicação que, pelo norte e pelo sul, a devem ligar ao mar.

A organização da rede dos centros propulsores é perfeitamente caracterizada pela necessidade de criar-se um *espaço social* dentro do *espaço político*, como

assevera Teixeira de Freitas: "Ao ímpeto da conquista pelas arrancadas dos jesuítas e dos bandeirantes, há-de seguir-se agora arremetida da ocupação, da colonização e da *socialização*."

"O esforço de colonização não se realiza à distância. Ele precisa de um centro de governo e de opiniões bastante próximos. E esse centro, a mais disso, precisa ser um núcleo social capaz de criar em torno de si, o ambiente propício à obra colonizadora, capaz de desenvolver as forças estimulantes e de ajustamento, e, enfim, capaz de formar os campos de gravitação dos interesses que atraíam, ao meio, os novos elementos a fixar, sem lhes faltar a assistência, o conforto e as facilidades que só organizações urbanísticas poderosas podem proporcionar.

"Para combater o urbanismo nefasto e malsão que temos, com os quadros cidadãos superlotados de desajustados sociais e de "sem trabalho", precisamos de um sadio urbanismo interior. E para corrigir o insuficiente e ineficiente ruralismo que possuímos, precisamos de criá-lo artificialmente, em condições racionais. O que vale dizer: em torno exatamente daqueles centros urbanísticos interiores e com eles na saudável e indispensável simbiose, a fim de que o trabalho agrário se tonifique economicamente falando, e se regenere sob o ponto de vista humano, criando a área social total, em que se deve transformar o território pátrio, ainda que de início com fraca densidade demográfica".

Cidades devem ser criadas como foi Belo Horizonte e como está sendo agora Goiânia, em todo o Brasil, para que se desenvolvam à sombra delas, as vias de comunicação e as zonas rurais — fontes de abastecimento dos centros urbanos.

NOVA DIVISÃO TERRITORIAL

Para que sejam os centros populosos capazes de irem rapidamente à categoria de cidades, é mister que uma nova divisão territorial do Brasil seja levada avante. Muitos foram os planos de redivisão territorial, uns simples, outros complicados, uns interessantes, outros ridículos. Excedeu entre todos o do tenente-coronel Segadas Viana, com as modificações de Teixeira de Freitas. Há nele perfeito equilíbrio e equidade na divisão territorial política. Foi baseado na equivalência das áreas, de modo que cada estado estivesse compreendido entre 250 000 e 300 000 quilômetros quadrados, aceitando-se uma diferença a maior nunca superior a 40%.

Assim se enquadravam perfeitamente no "gabarito" os estados do Maranhão, Piauí, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Por "associação", os estados do Paraná e Santa Catarina formarão o do Iguaçú e os do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba o de Borborema ou outro nome que se lhe der.

Por "desdobramento", sairão de Goiás, dois estados; de Mato Grosso, cinco; do Pará, cinco e do Amazonas e Acre, seis. Aqui os valores representativos e da facilidade de obtenção de recursos, seriam multiplicados, respectivamente, por 2, 5, 5 e 6.

Nem todos esses estados seriam autônomos, uns teriam semi-autonomia e outros ausência de autonomia. Os primeiros receberiam o nome de "províncias" e os últimos de "territórios". Essa classificação ficava na dependência do número de habitantes e da riqueza de cada estado.

Teríamos assim:

1 Distrito Federal em Belo Horizonte.

29 Unidades Federadas.

Os novos estados serão divididos em departamentos — entidade nova entre o "estado" e o "município". A superfície do "departamento" variará de 20 a 60 mil quilômetros quadrados e, deste modo, teremos 200, o que quer dizer que deverão existir duas centenas de capitais departamentais, com um raio de ação de cerca de 100 quilômetros, metade da distância média que separará duas sedes de governo consecutivas.

Do nascimento das cidades — capitais dos novos estados e de alguns departamentos, — surgirá o problema da rede de comunicações que deverá ligá-las entre si, e com o sistema viatório já existente.

O EXÉRCITO DO TRABALHO

Os territórios, assim como os departamentos fronteiriços dos estados com os países vizinhos, ficariam entregues a oficiais do Exército de firme caráter e de competência comprovada.

Além dessa missão administrativa, o Exército encarregar-se-ia de outra não menos importante: seria formado um novo, denominado "do trabalho", "sertanejo" ou "colonial", constituído nas grandes cidades, com os indivíduos que quase vivem sem produzir, verdadeiros *coolies*, perfeitamente enquadrados por oficiais de fibra rija, da ativa ou da reserva, auxiliados por outros cidadãos de alguma cultura, que só desejam viver à sombra de sinecuras por falta de educação cívica.

Sua missão seria muito complexa. Antes de tudo, a organização dos batalhões nos grandes centros populosos, principalmente naqueles onde há fartura de miseráveis.

Cada pária com sua família, seria concentrada em lugares denominados "colônias-escolas", onde receberia assistência sanitária, educacional, social e espiritual. Cada colônia-escola poderia abranger um número de indivíduos equivalente ao efetivo de um batalhão. Depois de perfeitamente reajustados a um *train* de vida nova, seriam com suas famílias deslocados para determinados locais, eleitos em função da reestruturação territorial e da defesa nacional. Assim nos estados fronteiriços com fraca densidade demográfica, essas famílias seriam localizadas ao longo das linhas de penetração, de maneira que mais tarde constituiriam o primeiro elemento formador da defesa do solo pátrio, em caso de uma agressão do país limítrofe. Os soldados sertanejos construiriam os esqueletos dos centros populosos que seriam depois aperfeiçoados, de sorte que, ao chegarem às famílias, um primeiro conforto fôsse encontrado. A criação dos centros urbanísticos precedendo aos ruralistas.

Para êsses centros, também, seriam levadas as escolas de menores abandonados de ambos os sexos. Seriam educados tendo em vista o seu futuro emprego na agricultura e na pecuária. Depois de preparados para a luta pela vida, e com os casamentos que fôsem realizados, seria a terra dividida pelos novéis casais.

No interior do país seriam organizadas "escolas de capatazes", para homens casados e com alguma cultura, os quais depois de receberem noções seguras de confecção de casas de madeira, preparo dos produtos alimentícios oriundos da agricultura e da pecuária, conservas de todos os tipos, manteiga, queijo, pão; prática de agricultura; criação de animais domésticos etc., seriam mandados, cada qual, para um núcleo de população recém-formado, como gerentes e guias.

Tanto às escolas das crianças como às dos capatazes seria dada a necessária instrução militar, depois continuada nos povoados em formação, ao lado da instrução moral e cívica como elemento de pré-mobilização.

Ao Exército Sertanejo seria atribuída, outrossim, a missão de constituir as estradas ligando os centros recém-formados, e de preparar os campos de pouso para a aviação. Todos envidariam seus melhores esforços, para em curto prazo viverem da sua própria produção, e à medida que essa fôsse crescendo, ao governo caberia decidir o emprego do excesso em proveito de outro centro mais pobre ou destiná-lo à exportação.

Teríamos nas zonas florestais "colônias de silvicultores e madeireiros" formadas com especialistas no mister, e os únicos autorizados a trabalhar industrialmente nas nossas selvas, pondo assim um paradeiro na devastação e depilação que as nossas terras estão sofrendo, máxime no sul. Vi, muitas vezes, para a retirada de uma tora de cedro, serem sacrificadas centenas de espécimes florísticos. Argentários alienígenas, pagando pequenos salários aos nossos caboclos, devastam a bela vestimenta que cobre pujantes regiões do Brasil, como as do Paraná e Santa Catarina, e saem daqui com as burras repletas de ouro e rindo, gostosamente, de nossa angélica inconsciência, de nossa burrice ou imprevidência ilimitada.

Diz o já citado Roy Nash: "A situação do mundo é tal que, no hemisfério ocidental, dentro de cinqüenta anos, o centro da produção de madeiras se deslocará inevitavelmente dos Estados Unidos para o Brasil. É aí que se encontra a mercadoria. No Brasil existe maior quantidade de madeira em condições de ser prontamente exportada, que em qualquer outra região do globo". E, mais

adiante, nos aconselha: "O primeiro ato inteligente de um povo medianamente interessado no futuro, será a delimitação das terras conhecidamente florestais". "Regiões, das quais depende a própria existência da coletividade, não podem permanecer dentro da categoria de propriedades particulares".

O Exército Sertanejo seria o executor da sadia política florestal que, como disse Roy Nash, "é o primeiro ato inteligente de um povo".

Colônias criadas, também, pelo Exército Sertanejo seriam estabelecidas nas proximidades das minas, lavras e jazidas, encarregando-se da exploração das mesmas e fiscalizando aquelas que, por este ou aquêle motivo, estivessem nas mãos de particulares.

O braço indígena seria utilizado ao máximo. Uma assistência efetiva e eficaz seria dada a todos os clãs, de modo que o passo que vai da barbárie à civilização fôsse dado sem demora.

Pode parecer, senhores, que sendo eu do Exército *esteja puxando a brasa para a minha sardinha*. E, por isso, vou trazer em meu apoio a palavra sempre querida do nosso amigo Dr. Teixeira de Freitas, palavra insuspeita, palavra acatada, palavra apostólica, palavra patriótica:

"Hoje o Exército identifica-se com a nação, cuja expressão de força e organização é, e valerá o que valer a nacionalidade, mas não como riqueza predatória acumulada, não com efetivos em armas, não como fortificações de fronteiras, não como arsenais repletos. Porque o valor do Exército será, acima de tudo, o valor da nação na sua coesão social, no espírito de sacrificio e solidariedade dos seus filhos, na organização da suas forças econômicas, na riqueza espiritual das suas massas e na claridade mental de seus escóis. Nação displicente, nação pobre, nação desorganizada, nação sem cultura e sem escóis, ainda quando possa levantar um Exército grande, não chegará a ter um grande Exército. A grandeza dêste está no potencial das energias nacionais, pois efêmera será a sua grandeza aparente, momentaneamente conseguida, se atrás dela não estiver a grandeza da nação, assegurando-lhe a renovação permanente dos efetivos e toda a capacidade de produção, de organização e de improvisação que a eficiência bélica requer.

"O Exército, pois, não pode, sem faltar à sua missão e sem preparar êle próprio o seu inglório sacrificio, desinteressar-se das condições vitais da nação. Se esta está prestes a ver estancadas as suas fontes de vida, se ela definha, desassocia-se, desorganiza-se e quase se dissolve na desordem, ha-de o Exército ficar impassível? Sendo êle, como é, a síntese das energias coletivas, o penhor da ordem e da permanência da nacionalidade, há-de aguardar a agressão estrangeira ou deflagar sangrento das forças da anarquia, para então fazer lembrada sua presença? Seria, então, querer reparar o irreparável, porque a êsse tempo êle próprio já estaria contaminado e combalido pelos fermentos da dissolução, e nem encontraria mais as condições de vitalidade e de reação por parte do organismo social".

As palavras do ilustre baiano são um grito de alerta, uma sacudidela firme aos que dormem e sonham, por não querer ver a realidade, um tranco súbito no cachimbo dos fumadores de ópio.

A clássica definição de que o Exército é a nação em armas, já não é verídica, porque a guerra, hoje, é total e tanto sofrem os seus efeitos os que se acham no *front* como na retaguarda. Povo e Exército confundem-se nos momentos soturnos e tristes da agressão estrangeira, lutando contra o mesmo inimigo e carpindo os mesmos sofrimentos. A vitória só cairá de amores pela nação que, unificada pelos mesmos sentimentos, orientada pelas mesmas doutrinas, idéias e ideais, tiver o coração do seu povo pulsando sincronicamente com o das forças armadas. E, para que na guerra estejam povo e Exército unidos, é mister que juntos se achem desde os tempos alegres e felizes da paz.

A terra brasileira esplende de pujança e energia e deseja ser conquistada como uma mulher virgem, amorosa e cheia de vigor. Só falta o homem que a queira. E uma vez que êste surja, riquezas aos borbotões brotarão do seu ventre fecundo.

O Exército poderá ser êsse tipo másculo, exercendo a ação vitalizante de ocupar e povoar o sertão, repetindo em escala mais larga os feitos de Rondon e Couto de Magalhães aqui, e de Galieni e Liautey em outras plagas. Servirá de

veículo à transposição das massas sofredoras do leste para as regiões do centro e do oeste brasileiro, onde uma vida mais amena, mais próspera e mais feliz as aguarda.

DANDO FELICIDADE AOS DESGRAÇADOS

Imaginai, senhores, a saída dos párias e dos ilotas, dos *coolies* e dos *felahs*, das famílias que vivem sem o conforto da alegria, porque as casas não as abrigam das intempéries e do frio, porque o pão e o feijão lhes faltam em quantidade suficiente, porque o vestuário e o agasalho não lhes defendem, suficientemente, o corpo. Essa massa de desgraçados irá para o sertão em busca de uma nova vida, na certeza de que, com os deuses das campinas e das florestas, toparão com a felicidade, linda e risonha, só dêles conhecida nos sonhos mais queridos, no fim das suas jornadas de agonia. Os que saem serão felizes e os que ficam também o serão. O *standard of living* nos centros populosos será mais elevado e com ele o bem estar e o conforto do povo em geral, porque a mão de obra será mais cara com a ausência daqueles que se não incomodavam de mourejar um dia inteiro, para ganhar migalhas do seu pão negro.

Por todos os prismas que se examine o problema, o mais importante problema brasileiro, conclui-se que a solução é premente e que exige uma execução rápida. Povos se degladiam numa fúria doída de extermínio, levantando bem alto a bandeira da necessidade do espaço vital. Tal a quantidade de sangue derramado, que parece estarem certos aquêles que palejam ser a guerra, um meio de que Deus lança mão para purificar a humanidade.

E nós aqui a dormir sonos de séculos e a desprezar as energias da terra que nos foi legada pelos nossos avoengos, como filhos estróinas que gastam a riqueza herdada dos pais, sem pensar no dia de amanhã...

O grito do presidente Vargas de "Rumo ao Oeste" foi o eco longínquo do "Independência ou Morte" dado pelo trêfego D. Pedro I.

E se bem que pesem as visitas do magnífico chefe nacional às barrancas do Araguaia, às raias bolivianas e aos confins do Amazonas, dando com a sua presença, o sópro vivificador à execução de seu *mot d'ordre*, muitos estados ainda, pondo o regionalismo acima do nacionalismo, se prendem ao carrancismo estéril e nojento e jogam pedregulhos e matações na via larga que o nosso guia traçou para o progresso célere do Brasil.

Estamos com a espada a cair sôbre a nossa cabeça. É mister que ocupemos e conquistemos a nossa terra, antes que o estrangeiro, que já lançou sôbre nós seus olhares cobiçosos, jogue sôbre nós também o tapête rolante e esmagador das suas forças armadas. A tarefa será pesada, mas se todos os brasileiros dela se convencerem, teremos a força de Montolon de Crotona e, como êle, levantaremos o touro acima das nossas cabeças e, dessa maneira, passearemos pela arena diante dos olhos surpreendidos do mundo. Avante, brasileiros! Jogai água pura sôbre a semente da nossa idéia. Água que é propaganda. Propaganda que é força. Força que é trabalho. Trabalho que é vitória. Seremos vitoriosos se nos unirmos, juntando as nossas forças tôdas na diretiz traçada por Getúlio Vargas.*

* NOTA DO AUTOR — PARA A PRESENTE TRANSCRIÇÃO. Fui sincero quando escrevi êstes períodos. De fato, o famoso brado do presidente Getúlio Vargas empolgou-me, por que era uma esperança que acalentava a todos que acreditavam e ainda acreditam na pujança do Brasil, no crescimento rápido das suas possibilidades econômicas, através da sua expansão para oeste, com a conquista dos espaços vazios.

Seu grito, todavia, tornou-se inoperante. Ficou apenas no famoso discurso do rio Amazonas, discurso que era festejado todos os anos como se fôssemos habitantes de Bizâncio: — aniversário de um discurso!...

Duas cordas atravessam do oriente ao poente o nosso território: o rio Amazonas e o eixo ferroviário Santos-Corumbá, do qual a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil é parte importante. O rio Amazonas continua atravancado de tudo que pode prejudicar sua navegação, e os problemas humanos, a êle ligados, ainda sem solução, ou pior, sem estudo.

O eixo ferroviário brasileiro que se tornará um dia (?) o transcontinental Santos-Arica, a julgar pelas precaríssimas condições da "Noroeste", que nem uma esquirola do festejado grito usufruiu, permaneceu como dantes, com seu traçado anti-econômico e as suas locomotivas a queimar o restinho de floresta que ainda ficou da grande devastação, cujo início vem do tempo do devassamento e da colonização do rico território paulista e do virente sul matogrossense.

Em virtude do exposto, hoje não escreveria as linhas acima, não expenderia os mesmos conceitos a respeito do homem que agitou um problema de extraordinário alcance nacional e...

A prova de que a semente frutifica se fôr bem cuidada, a prova de que uma idéia pode nascer como um olho d'água e depois crescer, crescer, crescer e transformar-se num rio caudaloso — é a cidade de Goiânia.

Pedro Ludovico Teixeira sonhou com ela. Teve um sonho, uma inspiração, uma idéia. Fêz dessa idéia o ideal do seu povo. E sem medo das caretas do tigre da maledicência humana, meteu os ombros, o cérebro e o coração, congregou todos os seus esforços, na realização do sonho querido que lhe afagou a fronte um dia, quando deixara que a sua imaginação, como uma cadeia de anjos, subisse até ao Onipotente e lhe pedisse paz, felicidade e fartura para a sua gente e para a sua gleba.

Que seria, hoje, Pedro Ludovico, se a sua idéia doirada não fôsse avante? Se ela morresse como a semente jogada em terra ruim? Que seria de Pedro Ludovico, hodiernamente, se fôsse êle afastado do govêrno, logo no início da campanha encetada?

Sei que a resposta baila na bôca de todos:

— Um louco, um paranóico, um sonhador, um visionário...

Mas Deus atendeu ao seu pedido, deu-lhe forças para derrocar todos os empecilhos, deu-lhe alma, deu-lhe vida, deu-lhe coragem à farta, para que jamais esmorecesse e pudesse atravessar todos os perigos e desgostos, todos os sofrimentos morais, e chegar vitorioso ao fim da meta, dando ao Brasil mais uma capital, um mimo de viço, de força e de beleza. — Goiânia. E agora acaba de entrar na história pátria como um herói, como o Anhanguera do século das luzes, da T.S.F., da aeronáutica, dos submarinos... como exemplo da vera espiritualização da força de vontade daqueles que sabem querer.

Pedro Ludovico — fostes um batalhador, um vencedor, um bravo, um herói. Colhestes o fruto da semente que plantastes. Tudo vos pode ser negado, menos a glória de têrdes sido o plantador de uma cidade. Vosso nome jamais será riscado da história e lembrado será sempre que citado fôr o de Bartolomeu Bueno Filho, o fundador da heróica e velha Goiás que tanto prestígio teve no ciclo do ouro.

Sei que vai longa a minha cantilena e desejo e devo acabar, vendo em minha frente a figura homérica, selvagem, rústica e impávida do índio *Guairacá*, a dizer-vos: Brasileiros! Ocupai e povoai o Brasil de qualquer maneira. Estudaí e defendei a terra bendita que Deus vos deu e os vossos avós conquistaram e mantiveram, a fim de que no momento do perigo, diante da ação prepotente de qualquer invasor, possais bater no peito, levar o indicador à frente e dizer-lhe arrogantemente:

Hê! Pára! Esta terra tem dono!

Goiânia, 6 de julho de 1942.

não o resolvendo, assanhou o nosso vizinho sulino, que apressou a construção da ferrovia Yacuiba-Santa Cruz de la Sierra.

O Sr. Getúlio Vargas nada fêz no sentido de tornar-se realidade o seu famoso grito "Rumo ao Oeste".

A "Revalorização da Amazônia" foi focalizada na nossa atual Constituição que proporcionou meios para sua objetivação.

O futuro eixo Santos-Arica vai caminhando devagarinho, e continua inçado de obstáculos.

A "Noroeste" precisa ser totalmente modificada e reequipada. O trecho da Brasil-Bolívia de Corumbá a Santa Cruz não apresenta condições econômicas de qualquer espécie. As ligações Santa Cruz-Vila Vila e Vila Vila-Cochabamba, de difícil execução, ainda estão por fazer. A ponte sobre o rio Grande, no trecho São José-Santa Cruz, pelas condições do leito e do regime torrentoso do caudal, vai exigir grande soma.

Por tudo isso, a nova transcontinental, se vier, será para quando nossos bisnetos estiverem em adiantada idade... Que Deus tudo faça para que os fatos venham desmentir o meu pessimismo.

AOS EDITORES: Este "Boletim" não faz publicidade remunerada, entretanto registrará ou comentará as contribuições sobre geografia ou de interesse geográfico que sejam enviadas ao Conselho Nacional de Geografia, concorrendo dêsse modo para mais ampla difusão da bibliografia referente à geografia brasileira.

Acêrca do Método de Análise na Geografia Humana

JEAN GOTTMANN

Anales de Géographie, N.º 30
LVIIe. année — Janvier/Mars
1947.

Os geógrafos, empenhados em reduzir a sistema a descrição racional do nosso planeta, conseguiram melhores resultados em seus métodos de pesquisa na geografia física, do que na geografia humana. A matéria humana principalmente quando reveste a forma coletiva e social, é de uma fluidez extraordinária e os humanistas não dispunham de nenhum instrumento de análise, comparável aos que as ciências experimentais e matemáticas tinham descoberto para penetrar nos segredos dos fenômenos da natureza.

Contentamo-nos em geral em fixar-nos com atenção em geografia humana no que concerne às relações de causa e efeito. A causalidade representa um ponto delicado para nossa disciplina: todavia não se coadunaria com nossos foros científicos, do mesmo modo que com as funções ministeriais, por exemplo apreciar a "sutileza" das questões que lhes são submetidas. Cumpre ao geógrafo investigar os meios de penetrar nas brumas dessa causalidade e nunca dispensar-se de tentar dissipá-las.

Certos temerários julgaram estar prestando serviços à ciência com a simplificação das coisas. Estabeleceram assim relações causais entre fenômenos, cuja coincidência no espaço não significava nem uma simultaneidade no tempo, nem uma ligação determinante. Tais apóstolos do determinismo foram capazes de observar que os desertos de hoje desfrutaram outrora de clima mais úmido; êsses desertos ainda ostentam ruínas reveladoras de civilizações outrora brilhantes e que estão hoje desaparecidas ou degradadas. Deduziu-se do confronto dessas duas observações que as referidas civilizações foram arrasadas pelo ressecamento. A arqueologia já demonstrou o êrro profundo em que incide tal hipótese. É provável ainda que o ressecamento haja determinado uma concentração da população em tôrno dos lugares providos d'água e nos bordos dos desertos: semelhante concentração exigiu a organização duma vida em comum, dum uso d'água no interesse geral, donde resultou o nascimento das nossas civilizações e dos princípios morais que ainda nos governam. Pretender que o comportamento dos homens se acha determinado pelas influências e pelas variações do meio físico não passa de uma tentativa de explicar os fatos a *grosso modo*, por métodos mais intuitivos do que dedutivos, essencialmente apoiados no princípio do menor esforço. O malôgro comprovado neste rumo, adverte-nos desde logo da necessidade de um método de análise independente de nossa arte, já bastante avançada, de análise do meio físico.

Ensinam-nos tanto a história, como nosso conhecimento do presente, que, em meios semelhantes e na mesma época, as condições de vida de atividade do homem podem claramente proporcionar prospectos muito diferentes. É curioso, por exemplo, acentuar os traços em comum que pareciam vincular a Califórnia e o Marrocos. Tanto uma região como outra acham-se situadas em latitudes equivalentes, nas costas ocidentais duma massa continental; o mesmo tipo de clima e a parecença se revelam até nos nevoeiros célebres de Casa Blanca que

* Traduzido para o vernáculo pelo Sr. João Milanez da Cunha Lima, da Secção de Publicações do C.N.G.

se deparam em São Francisco. A própria estrutura orográfica tem muitos pontos de contacto. A superfície do estado da Califórnia corresponde quase exactamente à da zona francesa do Marrocos, e os algarismos de população eram quase iguais em 1940! Entretanto, faz-se necessário acentuar as diferenças. Nenhuma geografia humana haveria de classificar as duas regiões numa mesma categoria. E o contraste era ainda mais considerável antes de introduzir-se a colonização francesa no Marrocos: a Califórnia e o Marrocos não tinham verdadeiramente de comum em 1900 senão os característicos físicos. Que nem o clima nem a topografia mudaram de 1900 a 1940, sabemos-lo todos; não obstante, a Califórnia de 1900 e a de 1940 apresenta pronunciadas diferenças no plano económico e social e, por conseguinte, certas condições devem ter mudado em Marrocos, como na Califórnia, em virtude da acção humana. Tais transformações constituem a vida desse mundo estudado pela geografia humana: produzem-se local e constantemente, mantendo a humanidade em evolução perpétua, enquanto prossegue a ronda das estações e os *mapa mundi* de isothermas e isoietas continuam invariáveis. O norte do Canadá industrializa-se e movimenta-se, a despeito de continuar sendo o Grande Norte, a região dos espaços imensos e do terrível frio. Os progressos da técnica é da arte de organização dos homens modificam a significação dos dados da natureza; a permanência de uma meteorologia extreme não impede o surgimento duma geografia humana inteiramente nova.

A ninguém ocorreria negar que o meio físico nos assegura o abastecimento exclusivo de matérias primas. Entretanto os dados físicos são dados brutos, dotados de certa maleabilidade, e o homem se coloca acima dos animais precisamente pela faculdade que tem de modelar a natureza. Seus esforços acham-se mais estritamente limitados em certas regiões, onde os elementos naturais (temperatura, umidade, vento, etc.) acusam extremos excessivos. Ao menos, tendo os homens acumulado as observações científicas nos climas temperados, existe a tendência em considerar excessos os casos em que a temperatura e a umidade se afastam demasiado do normal. Mas, que é o normal em geografia? A média da Europa com que estamos familiarizados? Já não seria fácil asseverá-lo, a despeito de todo o pêso da tradição. Se a Europa criou e desenvolveu a ciência da observação, não é menos verdadeiro que essa mesma ciência, espalhada pelo mundo afora, nos haja demonstrado hoje que a Europa, por sua estrutura, seu clima, constitui a exceção, ao passo que o continente em bloco representa a regra. Pareceu-nos a princípio ser a monção um regime excepcional peculiar ao Extremo Oriente. Sabe-se agora que os regimes de monção se deparam tanto na Austrália, na Arábia, na África Oriental e em Madagascar, na África Ocidental, como no Brasil e na América do Norte. "A revolta dos continentes em bloco" (*massifs*), ultrapassa portanto largamente, o terreno político e económico, para vir subverter-nos os conhecimentos e as diretrizes geográficas. Para a geografia humana, tal revisão profunda é mais necessária ainda do que para a geografia física, porquanto somente a Europa apresenta, desde quinhentos anos, uma vida interior bastante estável, sem grande interferência proveniente do exterior.

Cumpre-nos, pois, pesquisar um método de análise para os fenómenos humanos, que seja baseado em alguns característicos profundos e em princípios gerais. Quanto à geografia física, os grandes princípios da circulação atmosférica, da erosão, da adaptação dos vegetais e animais às condições ambientais, constituem um arcabouço sólido, em que se entrosam tanto as concepções gerais, como as análises regionais. Cada uma dessas abstrações fornece um método para acompanhar o jôgo duma combinação de forças naturais.

Introduziu Vidal de la Blache na geografia humana um primeiro sistema, formulando a definição do género de vida que permite um esboço de classificação. Todavia o género de vida apenas serve como instrumento de descrição, descrição racional, é certo, mas em que a explicação ainda se limita a envolver e amparar a descrição, sem lograr libertar-se-lhe e muito menos precedê-la. O princípio do género de vida repousa no regionalismo; não conduz a nenhuma concepção geral. Ora, o espírito científico reclama tais concepções para consagrar uma disciplina, mormente quando se trata de um fenómeno tão acentuadamente individualizado como a sociedade humana.

Avança-se um novo passo no sentido da classificação sistemática dos fatos humanos e dos géneros de vida, graças à noção, devida a Isaiiah Bowman, de frente de colonização ou *pioneer fringe*. Um processo dinâmico particular vem

assim conferir caracteres próprios a certas regiões e a certas coletividades, e franquear-lhes embora temporariamente, possibilidades de que não dispõem as regiões em que o espírito pioneiro se haja extinguido. Como nenhuma região do globo deixa de registrar algures um período pioneiro, quando não muitos, cabe interrogar se não é dado ver nisso um ponto de partida para uma concepção que levaria a falar de ciclos de povoamento, tal como há ciclos de erosão; já os economistas fazem distinção entre regiões "novas" e "velhas".

Os únicos princípios verdadeiramente gerais de que se serve a geografia humana, ainda são as noções de povoamento e de *habitat*. Noções vagas, mas implicando rico conteúdo funcional. Ainda aferrados à sua documentação cartográfica os geógrafos não foram ainda capazes de considerar povoamento e *habitat* senão em relação a sua *extensão*.

Pode-se acordar sobre a densidade quilométrica do povoamento, do povoamento disperso ou aglomerado, rural ou urbano, mas dificilmente se formulam os processos de evolução, o dinamismo desses fenômenos, se bem que essencialmente móveis. A mais importante contribuição trazida no decorrer da última metade de século à sistematização da geografia humana, é sem dúvida a obra de Albert Demangeon, no domínio do povoamento e do *habitat* rural. Essa contribuição consistiu não só de seus trabalhos pessoais e didáticos, mas ainda dos trabalhos da Comissão de *Habitat* Rural e do Povoamento, organizada e presidida por êle, a par de outras conferências internacionais das quais participou.

Pelo seu sistema de inquéritos sobre a estrutura agrária e pelas classificações das habitações rurais e dos tipos de exploração, que idealizou, criou Demangeon um método quase anatómico para a análise do *habitat* rural. A exploração rural é, para êle, uma célula viva cujo núcleo é a habitação. O bloco formado por um conglomerado dessas células, constitui uma região de *habitat*. Os célebres questionários de Demangeon tornaram-se em pouco tempo, instrumentos de trabalho indispensáveis e, embora tenham sido estabelecidos principalmente para a França, seu valor geral e permanente reside na sua forma de análise do fato "*habitat*". Nos programas e questionários que por várias vezes elaborou para comissões ou assembleias internacionais, teve Demangeon ocasião de compor a lista dos problemas obscuros, dos centros nervosos do povoamento. Deixa-nos, em relação a êsse assunto, um terreno menos desbastado do que no que respeita, ao *habitat* rural. Analisando os *Problèmes de Géographie Humaine* de Demangeon, nota H. G. Fleure que aquêle cientista sempre se interessara mais "pelas interrelações do que pelo processo". Os anglo-saxões foram mais sensíveis do que os geógrafos franceses, ao caráter dinâmico dos fatos da geografia humana. Definindo a geografia como "uma arte e uma filosofia", Sir Halford Mackinder, no crepúsculo de uma das mais proficuas carreiras já percorrida por um geógrafo, empenha-se em pôr em relêvo a fluidez do assunto e de sua matéria. Todavia não chega a tirar disso um princípio geral. Os estudos "pioneiros" do Bowman e de sua escola sobre as frentes de colonização rural fizeram-no constantemente voltar às considerações de dinamismo, que Demangeon sentiu profundamente quando traduziu por "frentes de colonização" o conceito de *pioneer fringe*.

Parece-nos normal, aliás, que a introdução de um princípio de dinamismo provenha da América, dêste continente que foi e ainda é o teatro da maior experiência de povoamento e de mistura de populações que a história haja conhecido. Por volta de 1910, um grupo de jovens sábios de que fazia parte Mr. Bowman, tomou-se de entusiasmo pelos trabalhos do célebre físico Gibles na Universidade de Yale. Estabelecia Gibles princípios que, como a lei das fases, deveriam figurar entre as leis fundamentais da termodinâmica. Elaborava assim, leis que governam o comportamento dos gases em uma mistura de gases heterogêneos encerrados em recipiente fechado. Não se aplicariam tais métodos de pesquisa à elaboração dos princípios, aos quais estaria sujeito o comportamento dos elementos disparez cujo amálgama constitui as sociedades e as nações? A concepção audaciosa duma "termodinâmica social" nunca foi posta a prova.

Poucos geógrafos pensam hoje em tais termos. O método geográfico mantém-se fiel à concepção demasiado puramente ecológica, herdada a Frédéric Ratzel. A ecologia é, sem dúvida, um instrumento preciosíssimo, mas dificilmente admite que o agente (sujeito) possa remodelar o meio, o que é, entretanto, próprio do homem e constitui o aspecto essencial da geografia humana. A

utilização de alguns princípios da física, particularmente de certas leis de energia, poderia ser útil ao aperfeiçoamento do nosso método. Os recursos de análise, ao nosso alcance, desdobrar-se-iam destarte rapidamente, com a condição indispensável de se não perder de vista a diferença entre a matéria inerte, campo principal da física experimental, e a matéria humana, viva e operante.

O dinamismo das coletividades foi, não há negar, convertido em sistema e levado ao absurdo pela escola alemã da geopolítica. Os próprios geopolíticos, contudo, nunca puderam emancipar-se do princípio ecológico conforme Ratzel. Todavia, como desde 1932 já o salientara A. Demargeon, nos *Annales de Géographie*, tratava-se de "ciência aplicada", de máquina de guerra adaptada sãbiamente às necessidades duma propaganda agressiva. Não é na busca de um lugar ao sol, e sim na constituição lenta e progressiva dos povos, das sociedades e das civilizações, que se depreende do princípio dinâmico e profundo do povoamento, princípio que, se fôr algum dia formulado com bastante precisão, há de permitir, sem dúvida, esboçar um ciclo do povoamento e fará compreender suas variações.

Uma das debilidades da geografia humana tem sido certamente, por motivos de maior facilidade evidentes, a tendência de haurir nas mesmas fontes da geografia física, isto é, na história natural. Ora, não é lícito admitir que as coletividades humanas procedam de modo semelhante ao dos seres vivos muito mais simples. O determinismo simplista da botânica não pode permitir mais do que roçar a superfície dos problemas das sociedades humanas. Os princípios termodinâmicos, uma vez aplicados ao povoamento, não haveriam de mostrar senão aspectos superficiais. Contudo, no estado atual da ciência, é ainda mais lógico aplicar à atividade humana as leis da energia, cujo princípio profundo emerge cada vez mais, a despeito da variedade de suas formas, do que aplicar os métodos da biologia, ciência que anda muito em atraso relativamente à física e às matemáticas. Doutos experimentadores chegaram recentemente a curar o câncer em ratos, injetando-lhes um produto químico simples; não tardou, porém, verificar-se que a inoculação da mesma substância estimulava a erupção cancerosa no homem. O mesmo fator, a mesma ação podem, por conseguinte produzir efeitos contrários, nos seres vivos de espécies diferentes. A medicina é sãbadora de que a mesma droga pode até variar os efeitos, consoante os indivíduos; enfim, o que é verdadeiro em relação à unidade, não o é sempre, quando se trata das massas. Peçamos pois, é claro, instrumentos de trabalho de empréstimo a outras disciplinas, mas, transpondo-os para a nossa, tenhamos cuidado em não nos servirmos d'ele, de modo automático e imediato. Pondo-nos ao encaço das leis que possam reger os fenômenos de geografia humana, investiguemos os caracteres originais, próprios à distribuição dos homens, dos seus modos de fixação e de seus gêneros de vida.

O característico primário e capital é esta fluidez, êste movimento perpétuo que anima a massa, o qual se decompõe numa multiplicidade de movimentos particulares, que nem em conjunto nem nos diversos elementos constituintes, parecem obedecer às regras de um sistema. Essa circulação constante das multidões que se deslocam de continente a continente, de nação a nação, do campo à cidade e de cidade em cidade, considerada tanto no espaço como no tempo, não surge entretanto de maneira caótica. Depreendem-se dos estudos numerosos de que ora dispõem, grandes correntes e tendências mais ou menos estáveis.

Tal circulação dos homens e de seus produtos constitui a grande dinâmica humana, que torna tão sedutores os estudos de povoamento e que está constantemente a renovar a geografia humana e econômica.

Apresenta-se ela, dêsse modo, com um papel semelhante ao que a água desempenha na natureza. As correntes de circulação determinam uma porção de coisas na geografia. Nascem as cidades nos cruzamentos, e sua função é de servir de pontos de contacto, de trocas e de transformação. Os campos prosperam ou vegetam desde que as correntes que os atravessam sejam mais ou menos fecundantes; as economias regionais desenvolvem-se ou declinam, consoante sejam seus horizontes largamente abertos ou estreitamente atravancados. Os geógrafos têm sempre ligado uma importância considerável aos estudos dos portos, canais, vias férreas, até de estações e de aeroportos. Definiram muitas regiões geográficas pelos cruzamentos, nos quais se estabeleceram a estrutura e a

personalidade das mesmas. Assim, a Borgonha explica-se como um cruzamento; o mesmo pode dizer-se da região parisiense, da Renânia, da Suíça e de tantas outras regiões. A personalidade da própria França não foi definida por Vidal de la Blache, como resultante do cruzamento dos elementos continentais e mediterrâneos? Se o *Tableau Geographique* houvesse sido escrito aí pelo meado do século XX, seu autor teria, sem dúvida, preferido falar do concurso de três elementos, sendo o terceiro o elemento atlântico cuja importância cresceu após as incursões normandas. Estados mais vastos ainda do que a França, podem definir-se cabalmente por seus sistemas de entroncamentos de linhas de comunicação; a êsse respeito, é característica a história russa, que parte de Kiew, a capital da navegação pelo Dnieper e seus afluentes, para culminar na colonização da Sibéria e da Ásia Central, que progride inicialmente pelas sendas e estradas de ferro, para se dispersar um pouco mais, hoje, graças à rede aérea. Todo o oriente mediterrâneo não se apresenta senão como um conjunto de cidades de caminhamento (*caravanners*). Os impérios coloniais acham-se atados por suas redes de comunicações e, finalmente, a América inteira povoou-se e edificou sua estrutura ao sabor dos ancoradouros, dos rios, dos portos e mais tarde, das vias terrestres. Os centros importantes são-no graças ao fator de constituírem pontos de intercomunicação. Uma cidade, ou uma região não se conservam, aliás, bastante vivas, senão através de seus contactos com o exterior. Vidal de la Blache comparava uma civilização a um relógio, que carece de uma ação exterior para restituir-lhe a corda e fazê-lo funcionar.

Assim, dos entrelaçamentos dos caminhos rurais onde se decide o destino de uma colheita, e de que depende o modo de vida de uma fazenda vizinha, até a combinação dos elementos que criam grandes estados e civilizações novas, corre um fio tênue, mas contínuo, que é uma cadeia de cruzamentos. É bem complexa a mistura que se produz no encruzamento, e ainda não temos um método para analisá-lo. Mas o cruzamento, fixado convenientemente no espaço, representando um mecanismo concreto ao qual se pode dar uma denominação, coordenadas e a extensão desejada, é fácil de operar pelo geógrafo. Trata-se, sem dúvida, de um organismo vivo que desloca seus contactos, varia a extensão e o alcance de seus tentáculos, modifica sua estrutura interna, nasce e morre finalmente. De qualquer modo, permanece passível de cartografar-se e estamos capacitados dos artificios pelos quais é possível acompanhar suas imitações e sua vida interior. Centro de reações, o encruzamento pode qualificar-se como célula ou átomo, como se preferir, do mesmo modo que uma região geográfica pode sempre definir-se por sua rede ou articulações desses entroncamentos. Talvez chegaremos um dia a figurar uma região, em seu funcionamento social e econômico, como um "ser matemático" de estranhos contornos. Todavia sem ir ainda tão longe, podemos desde já, falar de análise por encruzamentos, de cadeias de encruzamentos e ainda de reações em cadeia, propagando-se por sua malha.

Mas, dir-se-á, "encruzamento" é ainda uma noção vaga, ora uma construção determinada (estação, praça de comércio (*bourse*), entreposto), ora todo um mecanismo complexo (como um pôrto), ora uma vasta extensão e, às vezes, até toda uma região. Essa maleabilidade que apresenta a noção, que se deve ao fato de "encruzamento" possuir um valor abstrato, não contribui senão a torná-la de mais fácil manejo. Uma grande cidade como Paris, é um "encruzamento" que consiste no amálgama dum crescido número de elementos, cada um dos quais é um entroncamento especializado: as estações, o pôrto fluvial, as junções de estradas de rodagem, os aeroportos, os mercados, o Parlamento, os Ministérios, a fusão das correntes de população, de idéias, de mercadorias, tudo isso se sobrepõe e interpenetra, mas tudo também está animado duma vida comum, e é tanguido numa órbita comum. Na conformidade de nossos objetivos, podemos adaptar a noção do "entroncamento" parisiense, às nossas necessidades, que diferem consoante estamos interessados em estabelecer o papel da cidade na geografia da música moderna ou na das indústrias químicas. O "encruzamento", noção abstrata, mas realidade viva, será portanto o que quisermos, e será em cada caso, ou para cada categoria, perfeitamente definível. Disse Henri Bergson "uma definição perfeita só se aplica a uma realidade feita". E continua: "Ora, as propriedades vitais nunca se encontram inteiramente realizadas, mas sempre em via de realização; tem menos de estados do que de tendências. É uma tendência não obtém tudo a que visa, salvo se não fôr contrariada por

nenhuma outra tendência: como é que tal caso se apresentaria no domínio da vida, onde é regra a implicação recíproca de tendências antagônicas?" Disso se ressentem, e não pouco, a geografia humana; é que a matéria de que se ocupa é difícil de fixar-se e de definir. Todavia o encruzamento, que funciona somente como um sistema de relações, permite evitar a estabilização sob a forma de um estado definido. Deveria, por isso, poder facilitar muito a elaboração do princípio dinâmico.

O "encruzamento", ao qual o geógrafo pode dar a extensão e as engrenagens que quiser, é pois um centro de reações, de contactos, donde dimanam tendências e, não raro, energia. A combinação harmoniosa de tôdas essas tendências em limites geográficos dados, faz que êsses limites não delineiem um quadro vazio, e sim um contôrno animado. As fórmulas de Gibbs talvez sejam aplicáveis a certas formas de encruzamento, mas êste nunca pode ser tido como um vaso fechado, o que estende sobremodo o alcance de uma reação em cadeia. Que se conforme o geógrafo de tantas dificuldades que o esperam, lembrando-se de que o mundo dos átomos se torna cada vez menos inteligível ao físico, à medida que êstes aprendem melhor a penetrá-lo e dêle utilizar-se.

Fazendo destarte uso de abstrações, o "humanista" na geografia estaria afastando-se dos dados da geografia física, os únicos verdadeiramente estáveis, os únicos de fato possíveis de serem submetidos à experiência? Contra isso estarão prevenidos, mas a disputa, sempre vã, sôbre as relações do homem com o meio físico, foi desviada pelos "deterministas" de trilhas que poderiam ser mais fecundas. Para que discutir sôbre a importância dessas relações: a Humanidade e a Natureza vivem juntas, uma comportando a outra ou utilizando a outra. Todavia, quando se fala do meio "no qual uma coletividade humana vive", estranho seria reduzi-lo à natureza fixa e estável. O médico que se ocupa dos seres humanos enquanto indivíduos, há muito que adotou o princípio assentado por Claude Bernard em sua *Introduction à la Médecine Experimentale*, a saber: há dois meios, o cósmico ou exterior e o meio interior. Que médico pronunciaria um diagnóstico, sem haver consultado seu interesse, o emprêgo do tempo, o estado nervoso, a hereditariedade do seu cliente? Assim, também, tôda coletividade humana tem seu meio interior, resultante de elementos numerosos e diversos: políticos, religiosos, sociais, econômicos, culturais, sem falar do atavismo, das tradições e dos hábitos adquiridos. Os etnógrafos americanos, da escola de Franz Boas e de Rute Benedict, procuraram sistematizar os fatores permanentes dêsse meio interior nos povos primitivos. Agruparam-nos sob a designação de *cultural patterns* ou tipos culturais. O *cultural pattern*, entretanto, comporta um número ponderável de componentes materiais, na emergência dos quais, o meio físico ambiente pode ter tido influências diretas. Enquanto permanecemos no terreno do método de análise, convém obstar o uso sistemático do *cultural pattern*, conforme R. Benedict, e atender à distinção entre os dois meios, cujas relações observam perpétua evolução.

Os homens sempre se esforçaram por estabelecer um acôrdo harmonioso entre seus "dois meios"; todavia, não lograram nunca tal cousa, quando mais não fôsse, graças à modificação incessante do seu meio interior. O equilíbrio biológico é, sem dúvida, uma concepção impossível de realizar-se: em virtude da própria definição da vida, não se vê absolutamente estabelecer-se o equilíbrio senão na matéria inerte, vale dizer no momento da morte.

Será que algum dia se inferirá uma curva (que seria bem irregular) da instabilidade das relações entre o cósmico e o humano? Certo é que os movimentos das massas humanas e as variações duma estrutura social devem produzir efeitos determináveis no quadro natural. As sociedades atravessam períodos em que estimulam ou reduzem os efeitos da erosão física, ou a acessibilidade aos potenciais d'água. A turbulência social deforma as possibilidades de utilização dos recursos naturais, como a turbulência do ar ou das águas pode influir na utilização dêsses elementos. Desde já, podemos estabelecer certas relações dêsse tipo em que pêsse não estarmos capacitados a enquadrá-las em fórmula, tal como se fêz com a evolução dum perfil fluvial.

Não são as ciências naturais as únicas a serem chamadas a contribuir. Já a concepção do meio interior faz intervir cousa bem diferente. Entretanto, por qual manifestação exterior, facilmente discernível, poderemos rastilhar outros elementos do complexo social? Os economistas, sem dúvida, propuseram numerosos índices que cada um calcula a seu modo e interpreta a seu arbítrio.

Há, não obstante, uma noção capital e escassamente utilizada na geografia, que permite estender do econômico para o social, um pontilhão cômodo: trata-se do consumo.

Tal como a encruzilhada (*correfour*: cruzamento), a idéia do consumo se mostra suficientemente abstrata e maleável para poder adaptar-se às necessidades diversas que podem impor-se à pesquisa geográfica. Éle próprio, o consumo, síntese que é das relações entre os dois meios, reflete as tradições do passado e as disposições do presente, como os recursos acessíveis e as condições cósmicas ambientes. Não se vá confundi-la com a noção quantitativa de “padrão de vida” (o *standard of Living*, invenção de país novo). O consumo comporta aspectos quantitativos e principalmente, uma soma de tendências, aliás marcadamente estáveis. Não se presta a estabelecer hierarquia entre economias ou sociedades, e sim a diferenciar as civilizações, o que preocupa ao geógrafo apenas. O consumo comparado da carne de porco ou de lagosta, num país maometano, por um lado, e nos Estados Unidos, por outro, não traduz senão uma maneira, entre muitas outras, de exprimir o contraste entre dois tipos de civilização. Mas a repartição do consumo da borracha e dos tecidos de algodão implica fatores diversos, todos geográficos e de profunda significação humana. Uma geografia do consumo confrontada com uma geografia das encruzilhadas, poderia proporcionar resultados bem interessantes quanto à ingerência da circulação nos modos de vida.

O consumo não é somente importante como efeito. Também se afirma capital, enquanto causa. Não figura êle, de acôrdo com a lei da oferta e da procura, como regulador final da produção e dos transportes? Escrevia Vauban, há duzentos e cinqüenta anos, em *La Dime Royale*: “A verdadeira riqueza de um reino consiste na abundância dos artigos, cujo uso tão necessário é à vida do homem, que dêles não poderia êste privar-se... É uma verdade incontestável, que a melhor gleba não difere em nada da ruim, se não fôr cultivada. Esta cultura se torna, ainda, não só útil, como também ruínosa ao proprietário e lavrador, por causa do dispêndio que tem de fazer-se; porquanto, faltando consumidores, os gêneros que colhêr de suas terras, aí permanecem sem serem vendidos”. Distanciado de dois séculos, fazia-lhe eco Albert Demangeon em sua *Plaine Picarde*: “A exploração mais produtiva não é somente a que foi capaz de crescer seus rendimentos, sem um aumento correspondente dos custos, mas também a que é capaz de acertar sua produção na concorrência e prever a capacidade de seu escoamento”. Os geógrafos e os economistas há muito que se puseram de acôrdo sobre a ação decisiva do consumo. Exprimem-se, não raro, os desejos de progresso econômico, de melhoria social por meio de imagens de consumo que variam no curso da história, da *poule ou pot*, de Henrique IV, à ração do pão para os franceses, desde 1940, e as prioridades para os automóveis e refrigeradores, que excitam as ganâncias dos americanos de 1946.

Nunca o problema do consumo foi tão atual, nunca tantos projetos foram feitos para aumentá-lo no futuro, a fim de absorver uma produção em perspectiva superabundante. Os estudos sobre o consumo terão a facilitá-los uma estatística que se organiza rapidamente. Devem engendrar um elemento novo de análise do complexo de geografia humana — instrumento que nos caberá ainda modelar para nosso uso.

Entre os fatores decisivos do consumo, convém não descurar o aspecto mais puramente humano: o fator psicológico. Isso porque o homem civilizado precisa e não consente em privar-se de uma série de objetos que não são, de fato, absolutamente necessários à sua existência. Seria deveras absurdo indagar-se, por exemplo, da utilidade da gravata: os europeus que, como os americanos, andam de gravata não seriam mais molestados pelas condições ambientais se não usassem. Salvo, entretanto, de certa maneira: aparecer em público sem gravata e, em certas ocasiões, sem certas formas especiais delas, é desmerecedor. Um hábito aceito pela sociedade, provindo em sua origem, de um “capricho”. duma moda, faz com que um homem precise de uma e até de várias gravatas. Sobre tal necessidade monta-se uma indústria e um comércio, para satisfazer o consumo. Os que testemunharam o despojamento sofrido pela Europa nesses últimos anos, e ainda o sofre, sabem de quantas cousas, às vezes agradáveis, mas não raro inúteis, se constitui a civilização material do Ocidente. Os homens nunca suportaram por muito tempo viver na simplicidade. A história de Esparta

atesta-o na antiguidade, e temos outros exemplos mais recentes. As necessidades do consumo se foram avolumando no transcorrer dos séculos, necessidades de objetos de mais a mais complicados e outro tanto frágeis, destinados a ocupar lugar também cada vez maior em nossa noção de civilização. "E difícil, dizia Montesquieu, que um país não tenha cousas supérfluas, mas é da natureza do comércio tornar as cousas supérfluas úteis e as úteis, necessárias".

Terá Montesquieu formulado assim, uma relação estreita entre circulação, encruzilhada e consumo? Sabia já, este sábio do século XVIII, que o homem desejou sempre ter os caprichos dos outros. Um capricho cria ãa moda, e esta, hábitos, donde as necessidades do consumo. Moda, invenção e indústria são parentes próximos. O trabalho produtivo do homem acha-se portanto largamente impellido pela sua fantasia. O fator psicológico é um determinante capital do consumo, de cujo quadro extravasava largamente.

Este mesmo fator é um dos principais reguladores dos movimentos de população e dos tipos de povoamento. Os peregrinos do Mayflower vieram para a América, irmanados e movidos por muitos espirituais; também, a fim de subtrair-se a uma certa atitude de espírito de seus vizinhos, e conservar a sua própria, os *Mormons* foram criar no âmago do grande deserto americano, o que havia de tornar-se o grande estado de Utah. Depara-se o espírito aventureiro dos conquistadores, numa forma derivada, na concepção da *pioneer fringe*. Mostrou E. F. Gautier a importância d'este fator psicológico na colonização da Argélia: "Havia inegavelmente alguns entusiastas sem responsabilidades oficiais, que provocaram algum riso, ainda quando eram respeitados. Antes da vitória são assim os sonhadores. É um elemento importantíssimo; cumpre ter cuidado em não esquecer os homens portadores de fé, pois é o fermento que engrossa a massa. Nos estudos de povoamento como de consumo, são sempre de extrema importância os "sonhadores" no dizer de Gautier. Não se teriam, em suma, realizado, as grandes descobertas, se, preliminarmente, tanta gente não "sonhasse" nelas com paixão.

Na geografia humana é mister que o método de análise leve sempre em conta êsse fator espiritual, investigue o fermento psicológico e lhe ausculte a força. Aqui, precisamos afastar-nos um pouco da lógica dos experimentadores, principalmente dos naturalistas. Claude Bernard chegou a afirmar: "O fato julga a idéia", porque carecemos sempre de provas factícias. Mas a idéia é que suscita o fato; indiretamente, sem dúvida, e abrindo a porta a muitas surpresas, a vida psicológica encontra-se na base do dinamismo da geografia humana (e englobamos neste sentido, no "humano", tanto o econômico como o político e social). Um método de análise, para ser científico, na nossa disciplina, tem que renunciar a um materialismo geográfico demasiado simples para os fatos, e admitir que as forças espirituais podem compensar pressões cuja energia provém doutras fontes.

Resenha e Opiniões

Formulando objetivos de pesquisa geográfica *

No início de qualquer estudo sério de pesquisa, é essencial que os objetivos sejam clara e inequivocamente acertados. Muito embora poucos geógrafos possam discordar acerca da necessidade disso, em muitos casos, ao que parece, essa questão preliminar do projeto de pesquisa é dada por satisfeita, sem que certamente se tenha dela cogitado com a devida atenção. Uma leitura dos resultados de pesquisa publicados recentemente em periódicos profissionais, nos mostra que, em numerosos exemplos, o período inicial não acrescenta mais à compreensão do leitor do que o que está no título. Quando nem o pesquisador, nem o leitor dos trabalhos sobre pesquisa, podem atinar claramente com os objetivos de um estudo, não há por onde distinguir o relevante do irrelevante, ou um trabalho completo de outro incompleto. Precisamos de atentar mais na formulação dos objetivos.

Um denominador comum — A consideração dos objetivos da pesquisa geográfica suscita desde logo a questão de saber se há ou não um denominador comum, que torne possível editar uma parcela de pesquisa geográfica a outra. Alguns geógrafos há, inclusive alguns dos nossos mais ativos, que avançaram tanto numa especialização sistemática ou regional que, para eles, são mais significativos os laços que os vinculam a outros especialistas, do que aos demais geógrafos. Alguns desses especialistas manifestaram dúvidas sobre se seria razoável perseguir-se um denominador geográfico comum. O presente trabalho sustenta que tal denominador existe, e que resulta vantajoso arguir sua natureza e os métodos de formular os objetivos em termos que tais.

Três categorias de problemas — Para esclarecimento à matéria, será proveitoso sugerir a existência — geralmente reconhecível em todos os campos de estudo — de três categorias de problemas. Primeiro que tudo, quando

o conhecimento sistemático ou organizado é inadequado ou inexistente, o problema consiste em achar o meio de coligir, organizar, classificar e apresentar tal conhecimento num sentido que seja significativo. Os estudos elaborados a propósito de tal problema, podem ser tidos como “exploratórios”. Em segundo lugar, quando existe conhecimento organizado, relevam-se questões relativas à operação do processo de causa e efeito, e as respostas às mesmas referentes não só revelam dados novos e inapercebidos até então, como torna também possível fazer-se previsões. Os estudos procedidos acerca dos problemas dessa ordem, podem ser qualificados como “genéticos. Em terceiro lugar, uma vez existindo o conhecimento organizado, informado pela compreensão do processo de causa e efeito, transparecem questões atinentes ao sentido que se deseja dar às modificações nas condições encontradas, e aos meios mais eficazes de operar tais modificações. Os estudos levados a efeito sobre os problemas que acabamos de ver, podem ser caracterizados como “corretivos” (*remedial*).

Há, sem dúvida, meios de enquadrar os estudos de que se trata nas três categorias, que são, pela sua natureza, geográficas. Primeiramente, tais estudos entendem com a superfície da Terra — com a zona de esferas superpostas, onde a litosfera, a hidrosfera, a biosfera e a atmosfera se apresentam consorciadas, e onde a espécie humana desenvolve à custa das outras esferas, as múltiplas formas e padrões que classificamos como antroposfera. Contudo, essa zona de interesse não é exclusivamente geográfica, pois ainda têm lugar nela a geofísica, a biologia e as ciências sociais. Os estudos geográficos visam a natureza e as causas da diferenciação entre as áreas na superfície da Terra — com as variações de um lugar para outro. Mas à geofísica, à biologia e às ciências sociais também interessam as diferenciações locais. Disso resulta que a relação dos estudos geográficos com os pertinentes a esses outros campos, apenas possa definir-se em termos de objetivos; se o objetivo básico for o de capacitar-nos da diferenciação entre as áreas, então se trata

* Traduzido para o vernáculo pelo Sr. João Milanez da Cunha Lima, da Secção de Publicações do C.N.G.

de um estudo geográfico; se, ao contrário, estiver em causa o conhecimento dos processos físicos, biológicos e sociais, neste caso o estudo pode ser apropriadamente dado como exorbitando o escopo da geografia, embora possa o geógrafo dar contribuições importantes à elucidação dos mesmos.

Cumpre-nos, desde já, notar que o único intuito em estabelecer a distinção entre geográfico e não-geográfico é o de proporcionar um termo de referência para o estabelecimento de um denominador comum. Alguns dos trabalhos mais expressivos aparecidos nesses últimos anos sobre geofísica, biologia e ciências sociais, bem como geografia, foram levados a cabo por estudiosos (*scholars*) que desadoram as categorias arbitrárias ou distinções acadêmicas, e que se munem de um salvo conduto para mover-se desimpedidamente em ambos os sentidos, da preocupação com o processo à preocupação com a diferença resultante entre as áreas. Uma definição do escopo do amplo campo geográfico que restrinja o livre acesso do especialista a quaisquer fins a que sua curiosidade erudita possa levá-lo, estará sendo mal orientada.

Com esta reserva relativamente ao seu uso, podemos oferecer o seguinte conceito do escopo e objeto do estudo geográfico: é o estudo do significado das diferenças de lugar para lugar na Terra. A palavra "significado" (*significance*) nesta breve explanação do campo geográfico, implica uma indagação tanto das causas das diferenças entre as áreas, como das suas consequências. Tal preocupação com o significado das diferenças entre as áreas na Terra, constitui o denominador comum da pesquisa geográfica.

Estudos exploratórios — Em nenhuma das três categorias de problemas, a formulação precisa dos objetivos se revela mais importante — e às vezes mais difícil — do que na especificada como exploratória.

Os estudos exploratórios são essencialmente descritivos e poderiam ter essa designação, não fôsse a taxa de descrédito que malsina o que alguns dos nossos colegas exprimem por "mera descrição". Não há mister de nos alongarmos muito no fato de que a descrição, sem objetivos definidos claramente, sem o arcabouço conceitual a ser preenchido com nova informação, não constitui certamente nenhuma obra de ciência.

A essa espécie de trabalhos descritivos, ajusta-se bem o qualificativo de

"mero". Outra coisa é, contudo, a descrição quando se aplica a um objetivo prescrito e limitado.

Não é de mister ainda acentuar a impossibilidade de fazer-se a descrição completa de qualquer parte da Terra, até mesmo de uma fazenda. A complexa face da Terra não pode ser reproduzida em nenhuma escala, a não ser de um por um: em qualquer escala menor, tornar-se-á necessário selecionar alguns dados relevantes e desprezar outros por irrelevantes. Mas, relevantes e irrelevantes em relação a que?

Os geógrafos estão sempre defrontando categorias de coisas. Não há dois pontos idênticos na superfície do globo; todavia, as diferenças, conformidades e interrelações são identificadas e analisadas em termos de categorias em que cousas semelhantes, mas não idênticas, são agrupadas. Uma vez que a seleção de categorias pode determinar as espécies de interrelações reconhecidas, é de toda importância que sejam selecionadas de modo a permitir que um outro colega as examine. Para isto se requer uma enunciação dos objetivos, pois apenas através destes, podem as categorias ser aquilatadas.

Este é um ponto muitíssimas vezes descuidado e subentendido pelos geógrafos. Não se pode simplesmente penetrar numa área desconhecida para resolver a questão: "Que representa esta área?" A resposta à mesma, como tantos trabalhos geográficos demonstram, depende dos conceitos, consciências ou inconscientes, que o geógrafo traz consigo. Visto como é obviamente impossível chegar a uma área de espírito desprevenido, torna-se essencial que cada um declare seus próprios pressupostos e formule claramente a natureza do esqueleto conceptual a que o estudo exploratório visa revestir com dados relevantes. A descrição ordenada dessa maneira não é "mera".

Que se deve entender por conceito geográfico? Encerra êle uma generalização relativa às diferenças, analogias e relações no mundo terrestre. Um conceito que se refira às relações causais, constitui, por força, uma hipótese; ora, desde que resista à prova do tempo e seja geralmente tido por verdadeiro, passa a ser uma teoria. Todavia, há também relações dentro das áreas que não são necessariamente causais. Com efeito, a ambiência total que o geógrafo tem de levar em conta, envolve muitos elementos, que, com serem de importância do ponto de vista da área, não guardam entre si relações

de causalidade. Um conceito geográfico é uma generalização a propósito da significação da diferenciação "real" na Terra. O arcabouço em torno do qual pode organizar-se um estudo do tipo exploratório, constitui-se das idéias geográficas gerais, que o investigador supõe verdadeiros. É tanto mais importante a formulação clara das idéias geográficas, quanto é certo que tais idéias, na maior parte dos casos, baseiam-se menos em provas objetivas do que em julgamento intuitivo.

Ocupação consecutiva — A ocupação consecutiva (*sequent*), por exemplo, é um conceito geográfico. Refere-se este termo às sucessivas modalidades de estabelecimento que imprimiu, num dado ambiente físico e biológico, a introdução não simultânea de povos detentores de técnicas econômicas diferentes. Reside na generalização segundo a qual a significação para o homem das características físicas e biológicas da Terra, se acha determinada pela cultura ou gênero de vida do povo a que pertence. É inteiramente possível elaborar estudos exploratórios, com a finalidade de fornecer dados complementares, a fim de enriquecer ou revestir esse conceito. As categorias concebidas, tendo-o em mente, podem ser avaliadas — têm uma significação mais ampla e geral do que na aplicação às modalidades (*patterns*) locais de estabelecimento de qualquer área, em qualquer tempo. Os estudos exploratórios na ocupação consecutiva montam a alguma coisa.

O conceito regional — O conceito regional pode também proporcionar um termo de referência para um estudo exploratório. Não me refiro ao conceito da região como uma unidade orgânica, que foi tão cabalmente demolido por Hartshorne em *Nature of Geography*. O conceito regional reconhece uma região como possuidora de um aspecto de unidade universal (*overall*), que se sobrepõe à forte diversidade interna, sendo que muitos elementos regionais se estendem além da área pelas regiões vizinhas. Nova Inglaterra, por exemplo, é um grupo de estados que a maioria das pessoas concordam em achar que possuem uma unidade regional. Contudo, distinguem-se na Nova Inglaterra, setores fortemente contrastantes, e os contrastes são físicos, biológicos, econômicos, sociais e políticos. Um estudo exploratório da Nova Inglaterra, importaria uma tentativa de definir as complexas relações de área, entre essas diferentes catego-

rias de coisas. Isso permitiria ver, sob um novo prisma, como as diferenças internas contribuem, ou se contrapõem, à unidade da região como um todo; investigaria as causas e as consequências da unidade, e serviria para enriquecer o conceito regional como generalização geográfica.

Cada campo sistemático e regional da geografia conta uma série de conceitos, em torno dos quais se poderiam organizar os estudos exploratórios. Objetivar e formular esses conceitos, constitui uma das finalidades do "Centennial Studies Program".

Estudos genéticos — A formulação do enunciado dos objetivos no caso de estudos genéticos é a muitos respeito mais simples do que no caso dos estudos exploratórios.

Nem sempre é fácil fazer enunciações claras, sem ambigüidade, sobre conceitos, muitos dos quais são aceitos inconscientemente. Todavia, os objetivos dos estudos genéticos são apresentados simplesmente na forma de questões atinentes às relações de causa e efeito. A dificuldade inerente aos estudos genéticos, repousa no método rigoroso a ser observado em achar e demonstrar a exação da resposta.

Os geógrafos nem sempre primam pela clareza na diferenciação entre as relações de causa e efeito e relações de áreas simples. Dois fenômenos quaisquer localizados na superfície da Terra têm uma relação de área entre si. Num trabalho anterior sobre esse assunto, foram aventados os termos coincidência, correspondência e discordância de sistema (*pattern*).

Ocorre uma coincidência quando dois fenômenos ocupam precisamente a mesma área geográfica — esta a espécie de fato que poderia ser estabelecida por um estudo exploratório, ao mesmo tempo que, como um dos resultados do estudo, poderia comprovar-se a existência de um problema de causa e efeito. Contudo, nem mesmo uma relação de área tão estreita consegue estabelecer a existência de uma relação causal, por mais plausível que se fizesse parecer tal relação. Para demonstrar uma relação de causa e efeito, é necessário mostrar a existência de um processo que põe em conexão uma causa anterior a um efeito ora observável.

Considere-se, por exemplo, o estudo da morfologia urbana. Um problema puramente exploratório se origina da questão de saber se a posição dos distritos residenciais têm uma relação de área com a direção do vento, ou não. Defrontamo-nos com a formulação do

esqueleto conceptual que condiciona a objetivação de categorias de distritos residenciais ou categorias de duração e intensidade do vento. Estudem-se tantas cidades quantas forem possíveis, em diferentes partes do mundo. Uma variedade de possíveis relações de áreas entre modalidades (*patterns*) de residência e a direção do vento, podem ser descobertas e descritas. Quanto maior o grau de correspondência evidenciado, tanto mais plausível se torna a convicção de que haja uma relação causal. Todavia, a natureza da relação e até sua existência, permanecem incertas.

Um estudo genético poderia partir de uma hipótese causal: que a direção do vento é um fator interveniente na localização de distritos residenciais nas cidades. A questão é de determinar se, ou em que grau, a hipótese é corroborada pela observação. O estudo daí resultante seria perfeitamente diferente, no modo de processar-se, do estudo baseado em objetivo exploratório. Fora necessário provar que as pessoas responsáveis pela disposição das residências, levam realmente em consideração quer direta quer indiretamente, consciente ou inconscientemente, o fator vento.

Essas duas espécies de estudos, o exploratório e o genético, precisam de ser diferenciados claramente. Os itens relevantes para um tipo podem não o ser para o outro. Os resultados só podem ser avaliados quando o geógrafo tenha assente a espécie de objetivo que se impõe. Todavia, como é óbvio, as duas se relacionam estreitamente, podendo mesmo constituir duas fases distintas do projeto de pesquisa. A compreensão lograda pelo estudo genético podia perfeitamente estabelecer o viga-mento conceptual, em que estudos exploratórios novos e mais significativos, poderiam ser enquadrados. Entretanto, tratando-se de um projeto com essas duas fases, ou de dois projetos inteiramente distintos, levados a efeito por diferentes pessoas com interesses intelectuais diversos, há que fazer a distinção das duas espécies de objetivos, quando se queira combinar as duas partes.

Estudos corretivos — Outra espécie de problema apresenta-se quando se verifica, na Terra, qualquer condição física, biológica ou cultural, considerada indesejável.

A aplicação construtiva de ensinamentos geográficos contribui para a criação de condições mais satisfatórias ao homem.

O enunciado dos objetivos de tais estudos corretivos (*remedial*) define comumente a condição a ser corrigida e o sentido em que se pretende encaminhar a alteração. Em alguns casos, a condição a ser sanada é a inexistência de alguma cousa, e o objeto da transformação consiste essencialmente no plano para promover-se seu desenvolvimento — como quando se planejam novas colônias numa região anteriormente despovoada, ou quando se localizam lojas de varejo onde antes nenhuma haja existido. Em outros casos, a condição a ser reparada depende de uma decisão política, quer da parte dos funcionários responsáveis, quer mediante os votos dos cidadãos. No último caso, corre considerável argumento em favor da limitação dos objetivos do estudo geográfico à elucidação dos pontos abrangidos na decisão política.

Qualquer que seja a natureza do estudo corretivo, a formulação dos objetivos requer uma cuidadosa fixação do viga-mento conceptual. Em muitos casos os conceitos envolvidos são admitidos gratuitamente — e isso pode justificar-se onde os estudos importam aplicação prática imediata. Todavia, onde os estudos se destinam a contribuir para maior compreensão dos problemas, em vez de colimarem uma aplicação específica, não há deixar subentendida a enunciação exata do arcabouço conceptual. As espécies de condições econômicas, políticas e sociais que se considerem indesejáveis e as alterações recomendadas para elas, acham-se tôdas condicionadas pelos conceitos normativos, com que o investigador encetou sua tarefa. A enunciação dos objetivos para um estudo corretivo não deve deixar margem para dúvida, quanto às espécies de condições que se estipulam boas.

Os estudos corretivos não são necessariamente estudos aplicados. Atualmente, a distinção entre a geografia acadêmica ou pura e a geografia aplicada tem pouca significação. Nos campos da ciência física, os estudos empreendidos com a finalidade de utilizar os resultados fora dos mesmos, são imediatamente caracterizados como aplicados. Todavia, entre as ciências sociais que se ocupam do homem, nenhum resultado há tão acadêmico que não se preste a uso prático imediato — a não ser naturalmente que o termo acadêmico sinonimize com pobre, trivial, sem significação. A geografia pura é a geografia estudada com o objetivo de estimular o descortínio profissional; a

geografia aplicada é a geografia estudada visando objetivos alheios ao seu domínio. Para a ciência social isso se torna uma distinção, mas não uma diferença.

Importa que, como geógrafo, apliquemos-nos mais à formulação cuidadosa dos nossos objetivos. Contudo, devemos cuidar em não consentir que qualquer fórmula se torne em sua aplicação a tal ponto padronizada, que subordine a orientação do pensamento geográfico. Quaisquer categorias que forem estabelecidas, inclusive as apresentadas neste trabalho, possuem uma utilidade limitada e especifica em relação a um objetivo estatuido. Cada nova iniciativa de pesquisa num campo como o nosso, requer um defrontamento original, tão desembaraçado quanto possível das formas e processos tradicionais. Entretanto nenhum defrontamento original se inicia de maneira vaga: há sempre o requisito básico de serem os objetivos clara e inequivocamente estabelecidos, seja qual for sua forma.

Preston E. James

★

Problemas demográficos

A oportunidade aumenta a eficiência, podendo esta falhar, se falta aquela. Foi útil o ufanismo, que no conde de Afonso Celso teve o melhor vexilário, sendo injusto negar-lhe interessante papel em certa fase da vida nacional. Já agora, entretanto, bem mais vantajosa, por mais oportuna, é a análise da realidade, para adoção de medidas urgentes, depois de quanto tempo de patriotadas seguidas de decepções. Vivemos atacadados patrioticamente a esperanças irrealizáveis; a criticar o poder público, pela falta de soluções impossíveis; a malbaratar receita e esforço em planos destinados a malôgro; a admitir quase a dolorosa e falsa conclusão de que o Brasil foi experiência, que falhou.

Efeito de cascames do ufanismo, obliterando o sentido cívico e obstruindo a circulação da boa seiva capaz de alimentar o verdadeiro sentimento patriótico. Ainda nos soam meigamente ao ouvido — que acredita — a estimativa de Penk, sobre nossa possibilidade demográfica: o Brasil teria capacidade para dois bilhões de habitantes. Ofende-nos a de Freise, que reduz a bela cifra a pouco mais da quarta parte. Pois o ufanismo impede considerar que

não basta haver espaço, sendo muito mais importante o problema do sustento; e ao mesmo tempo nos repete que, onde o solo não é inexaurível mina de uberidade, o subsolo é inesgotável de riquezas.

Então, nossos planos são panorâmicos — abrangem os oito milhões e tanto de quilômetros quadrados, que almejamos cobrir de cidades, de rodovias, de estradas de ferro, de hospitais, de escolas, de quanto é progresso e civilização, como se fôra todo facilmente explorável o meio mundo espalhado entre os lindes do norte e do sul; como se fôra factível administrar assim o mundão desdobrado das areias do Atlântico ao caudilho andino, à custa de receita fornecida por população apenas igual à de pequeninos estados europeus, e de reduzida capacidade tributária.

Agora, não mais o ufanismo. O prosaísmo e o objetivismo no estudo das questões básicas nos ensinarão a ser menos injustos para com o poder público e, acima de tudo, para com o povo; conduzirão por novas sendas, só ainda não vislumbradas por termos olhos postos em miragens — belas miragens, mas decepcionantes, como todas.

No momento, por exemplo, clama-se mais do que nunca pela imantação de correntes migratórias, pois a crise é de produção e o campo anda meio abandonado. Quando sabemos da passagem de navios de imigrantes, rumo à Argentina, ralamos-nos de ciúme, inventamos o governo, sentimo-nos furtados, já que imaginamos o Brasil país ideal de imigração e só nisso pensamos ao tentar soluções para assuntos demográficos.

Errados e iludidos, convindo reformar juízo a respeito, porquanto a realidade aí é imutável. Se conclusões novas abalroarem suposições antigas e molestarem, lembremo-nos de que a melhor forma de ser patriota nem sempre é a mais agradável.

1. O meio físico

Desdobremos o planisfério e vejamos, em todos os continentes, a região distendida do trópico de Capricórnio, que atravessa o Brasil na latitude da Paulicéia — ao de Câncer, que passa a meia altura da América Central. Entre as duas paralelas não há grande civilização, nem progresso permanente. Chega a acontecer que, num mesmo país, a demografia e, portanto, o progresso, se desenvolvem razoavelmente nas regiões extra-tropicais e permane-

* Conferência pronunciada pelo Sr. Luís Amaral, no Instituto de Economia Rural.

cem estacionários nas outras. O caso da Argentina, onde semelhança alguma existe entre a província de Córdoba e a de Jujuí, ou o setentrião da de Salta ou do território de Formosa, área situada mais ou menos na latitude do cabo de São Tomé, no nordeste do estado do Rio, dentro, portanto, da zona tropical. Sem referência à Austrália e ao México, aludamos ainda ao caso do Brasil, cujo desenvolvimento demográfico se verifica especialmente ao sul do Capricórnio.

Há exceções, pequenos oásis, resultantes de altitude e algum outro fator, mas que não destroem o panorama. Lembro-me, a propósito, de que o exuberante hoteleiro da cidade cearense de Maranguape me mostrou cópia do telegrama, que o ilustre Eng.^o Pires do Rio, quando Inspetor de Obras Contra as Sêcas, ou de Estradas — não estou bem certo — expediu a um parente: “Sigo hoje de Maranguape para o Ceará”. Quer descesse para o litoral, quer penetrasse o sertão, ao itinerante era como sair de país temperado e embrenhar-se num tórrido.

Porém, isso não é o aferidor do meio físico do Nordeste brasileiro, onde, para o total de 1 192 300 quilômetros quadrados de território pertencente ao Piauí, ao Ceará, ao Rio Grande do Norte, à Paraíba, a Pernambuco, a Alagoas, a Sergipe e à Bahia, 674 600 ficam na zona sêca. Sem nos esquecermos de que até hoje não se encontra explicação bastante para a aberração hietal, caracterizadora do Nordeste, de clima semi-árido e dizimado pelo flagelo das sêcas desde o dilúculo de sua vida histórica, ou seja desde 1600.

Em regra geral, povoam-se com dificuldade e escassez nas regiões onde chova menos de 250 milímetros por ano. No trópico, entretanto, são necessários pelo menos 600 milímetros. Para o Brasil todo, o critério da pluviosidade admite o máximo de 180 milhões de habitantes. Máximo, porém, que se reduz muito, em vista a outro fator: a capacidade do solo.

Ao contrário do que se pensa e diz, o nosso é pobre. A distribuição de elementos nutritivos de um solo depende da composição química da rocha primitiva; e a terra não pode dar o que não possui. A nossa é fraca em elementos nobres — azoto, fósforo e potassa — e tem sido depauperada em consequência do fogo e da erosão. Sua produção é mediocre em elementos nutritivos, quer para o homem, quer para os animais. Se na Argentina ou no sul do Brasil

vemos reses cheias de carne desde o casco, na região intertropical perambulam em pastagens ordinárias, bois imanes, de barriga enorme, mas com a pele pregada aos ossos. Vemos também meninos e velhos barrigudões e, não obstante, subalimentados, pois a pobreza do alimento produzido permite a estúrcia de estarmos ao mesmo tempo de pança cheia e em estado de carência alimentar. Nem sabemos se os nutrólogos daqui já pensaram na extensão do equívoco, ao fixarem regimes dietéticos baseados sobre tabelas européias ou norte-americanas, sem considerar que a propriedade dos alimentos não pode ser maior do que a capacidade do solo, que os produziu, sendo o nosso muito avaro em sais minerais.

Liebig é da história moderna da agricultura; porém, antes dêle, já era velha a mecânica agrícola; e a própria ciência química aplicada à lide rural já existia. Já se sabia que só em parte é eficiente a “doutrina da restituição”; se é possível, por meio de adubo e fertilizante, restituir à terra o que se lhe tirou com a safra, só mediocremente se consegue torná-la mais rica do que a rocha primitiva, de cuja decomposição se originou. As terras originariamente pobres em elementos nobres se debilitam aceleradamente. Ainda neste século, no estado de São Paulo só se consideravam boas as lavouras cafeiras que produziam acima de 100 arrôbas por mil pés. Antes de 1930, só se julgava econômico o rendimento de 1 500 a 2 000 quilos de algodão por hectare. Hoje, se dá carinho a lavouras cafeiras produzindo até 15 arrôbas por mil pés e algodoeiras com menos de 500 quilos por hectare. Ao mesmo tempo, pastos, que já puderam ser lotados na proporção de 4 reses por alqueire, não suportam mais de uma e meia, e mesmo assim para a produção de três litros de leite por vaca. Os cearenses cultivaram, para plantação de algodão, 147 317 hectares em 1944 e 244 602 em 1946. Em 1944 colheram 54 491 toneladas de caroço e 27 675 de pluma; em 1946, colheram 57 514 de caroço e 29 199 de pluma. Trabalho quase dobrado; resultado quase igual. Pior ainda no Rio Grande do Norte, cujos cotonicultores precisaram lavourar 249 937 hectares em 1946 para colhêr apenas um pouquinho mais do que em 1944, quando haviam preparado só 180 217 hectares.

Em agronomia, quando se fala em “solo”, admite-se e subentende-se a interdependência entre solo, clima e planta — que são os “recursos naturais”

das atividades agro-pecuárias. Nunca, portanto, seria possível modificar de todo o ambiente ecológico por meio de corretivo à terra. Não se pode transformar em axioma a afirmativa, segundo a qual ela é simples suporte da planta. Não: há terra boa e terra má; há terra fértil e terra menos rica. Liebig e Thaer foram grandes químicos — mas não alquimistas. Mui prudente ouvir e deter a ponderação de Schröder, depois de exaustivos trabalhos experimentais: “A fertilidade das terras da América é um mito; contar com ela, funesta ilusão”. Não sabemos se sabem isso os que adotam como critério absoluto e unilateral a pequena propriedade, no Brasil, onde a agricultura assumirá cada vez mais a feição de química aplicada; onde são necessários grandes tratos para a extração de safras reduzidas, e onde jamais a imensa quantidade de pequenos agricultores poderia custear a ciência química aplicada à agricultura.

Aqui, agricultar é rasgar desertos. Lutam com falta de lenha os filhos dos que lutaram com a floresta. O café devastou o estado do Rio, o norte de São Paulo, a Mojiana. Devasta a Sorocabana, a Paulista, a Noroeste, e já lambe a última fimbria da terra roxa, no norte do Paraná, onde será também deserto. A ciência química melhorará a situação, mas não fará de chãos pobres a terra de Canaã.

A capacidade de solo brasileiro quanto ao azoto vegetal, fixa em 10 habitantes por quilômetro quadrado nossa possibilidade demográfica, ou sejam 85 milhões em números absolutos. Todavia, em recente acôrdo comercial com o Chile, o nosso governo se comprometeu a não permitir a industrialização do azoto atmosférico e a cláusula redigiu-se de modo que, se o desejar, aquêlê país poderá mesmo reclamar contra nossas plantações de leguminosas.

Não analisemos outros métodos utilizados na determinação da possibilidade demográfica de um país. Detenhamo-nos naquele, segundo o qual já atingimos a metade do que poderemos vir a ser. Se porventura o julgarmos exiguo, lembremo-nos de que a tradição histórica endossa o critério científico. Em fases precolombianas, quando neste hemisfério já existiam cidades de 70, de 100 e mesmo de 200 mil habitantes, era escassíssima a demografia brasileira. O invasor dizimou os povos rebeldes e, submetendo o índio à escravidão, ao ambiente confinado dos soca-

vões, ou inspirando-lhe a fuga até às reduções jesuíticas do Paraguai, empobreceu mais ainda o elemento aborigene. Admirando-se da inópia de recurso humano na América intertropical, von Martius e Tomás Torquemada chegaram a admitir, em ida época, um cataclismo, que haveria destruído o homem e sua obra. Esse cataclismo é referido nas letras sagradas dos *quichés* e consta da tradição de vários povos ameríndios. E’ a *ia boe*, a cousa grande, a que aludem ainda hoje os bororos. Talvez, porém, não seja necessário explicar a rarefação demográfica do Brasil intertropical. Os povos, que aí pervagavam, acompanhavam seu velho continente na debilitação física. Quando chegou o invasor europeu, muitos emigravam, quer para o sul do trópico — como ainda hoje milhares e milhares de caboclos — quer para a sombra dos Andes, onde iam chocar-se com as populações incásicas, em fase de expansão, não por espírito imperialista, mas tangidas pelo *food instinct*, pela necessidade de buscar alimento, de que sua pobre terra era mesquinha.

Bem anosa a tragédia da América tropical.

2. O homem e o meio

Se o próprio endemismo lutou aqui, em situação de inferioridade, com as circunstâncias de meio, os contingentes externos também jamais conseguiram resultados famosos entre as duas famosas paralelas. Sem intenção de escôrço histórico, poderíamos relembrar fatos sugestivos. Havendo, segundo a melhor estimativa, apenas um milhão de abrigenes em todo o território nacional, e tendo o português escravizado só dezoito mil em cinqüenta anos, esboçou-se desde o primeiro momento de colonização, o grave problema demográfico. Em Portugal havia 1 120 000 habitantes, “dos quais somente trezentos e trinta e um mil homens em condições de manter a máquina do Estado, a lavoura, a indústria, a pesca e a milícia, e de realizar as emprêsas marítimas”. O primeiro governador não pôde trazer mais de 600 soldados e 400 degredados. O recurso foi a busca de negros à África; mas, ainda assim, na segunda metade do século XVI, nossa população era de 57 000 habitantes; 25 000 brancos, 18 000 índios e 14 000 negros, localizados no nordeste, na agricultura ali instaurada. Um século depois, somava 100 000 pessoas, sendo maior o contingente africano, que de 1575 a 1591 cresceu na média de 3 100 por ano, morrendo outro tanto nos “túmbeiros”. Essa

média subiu depois para 55 000. Quando aqui chegou o príncipe regente, fugido à vanguarda napoleônica, a população já era de 4 396 000 homens, dos quais 2 488 743 brancos, 800 000 índios (cifra contestável) e 1 107 389 negros.

Muito importante, para conclusões posteriores, salientar como mais populosa era a região atlântica do norte, intertropical, por ser a mais próxima da Europa, e preferida para as atividades agrícolas. Entretanto, era por lá a capital da colônia. Quando a Bahia contava 650 000 habitantes, São Paulo com a Quinta Comarca, ou seja com o Paraná, não tinha mais de 199 364 — no começo do século XIX, antes do café. A importância da consideração reside neste fato: à época do descobrimento e nas primeiras décadas da colonização, a Europa vivia ansiosa pelos mercados de compra, ao contrário dos tempos atuais, quando lhe interessam essencialmente os de venda. Ocorria, simultaneamente, a revolução no regime alimentar, ganhando inestimável valor certos produtos agrícolas; sendo estes de grande volume físico e estando-se apenas no início da expansão náutica, a quilometragem era para se ter muito em conta. Por isso, toda a solicitude dos exploradores visou o litoral norte e nordestino, incomparavelmente mais próximo das metrópoles europeias. Para lá se dirigiram quase totalmente as correntes migratórias. Todavia, o sul, cuja colonização se retardou em vista daquelas circunstâncias e, mais, à dúvida quanto à linha do Tratado de Tordesilhas, passou a dominar demograficamente, como veremos. Porque só dificilmente se povoam as regiões intertropicais. Von Spix e von Martius contam o malógro dos alemães que tentaram fazer agricultura na capitania de Pôrto Seguro. Em 1747, o rei de Portugal organizou forte corrente migratória da Madeira e dos Açores para o extremo sul e para o extremo norte do Brasil. Mesma procedência; mesmo cuidado seletivo; mesma propiciação de recursos; assistência igual. Todavia, os vindos para o sul progrediram e deram origem às prósperas populações rurais do Rio Grande e de Santa Catarina, enquanto os localizados no norte se evadiram ou degeneraram, só restando deles, como vestígio, algum nome de família.

Insucesso igual pôs fim à tentativa do conde de Linhares, quer quanto a europeus no Espírito Santo, quer quanto a chins na fazenda de Santa Cruz. Enquanto alemães de boa procedência

malograram com a "Mucuri" no norte de Minas Gerais, outros de origem igual triunfaram com a "Hanseática" em Joinville e Blumenau. Só uma circunstância diferente: uns instalaram-se na região intertropical, outros abaixo. O trópico era tão devastador do europeu, que o império germânico, nosso abastecedor de colonos agrícolas, não os deixou mais virem. Enquanto de 1818 a 1830 entraram no Brasil 9 455 agricultores brancos, no período da regência a cifra deprimiu-se para 2 569. Abolido o trabalho servil e sistematizada a imigração, devido sobretudo ao visconde de Parnaíba, ao senador Vergueiro e ao grande Antônio Prado, passamos a atrair correntes migratórias por todos os meios. Por todos os meios — inclusive a mais desonesta propaganda em países europeus, propaganda tão mendaz que faria corar o mais despuddorado vendedor de ações das recentes companhias siderúrgicas. Vejamos os resultados, através de nossa evolução demográfica, em confronto com a de países americanos acima e abaixo dos trópicos.

Na última década do século XVIII, a população do Brasil era de 3 250 000 habitantes. A dos Estados Unidos, 3 929 000. A da Argentina, em torno de 40 000. Meio século depois, ou seja em 1840, a população brasileira era de 6 200 000; a dos Estados Unidos, de 17 000 000; e a da Argentina, de 900 000. Pode-se tomar a segunda década do século XIX para início da imigração sistematizada; pois antes mesmo nos Estados Unidos ela era medíocre, não tendo entrado no país mais de 200 000 pessoas, desde o *May Flower*. De então até 1932, chegaram ao Brasil 4 431 000 emigrantes; 34 244 000 nos Estados Unidos e 6 405 000 na Argentina. Em 1940, a população do Brasil era de 41 500 000 habitantes; a dos Estados Unidos, 132 000 000; e 13 300 000 a da Argentina.

Os dois últimos países foram imensamente mais contemplados. Considerando-se apenas os três, vê-se como se dirigiram a países extra-tropicais 40 649 000 dos 45 080 000 emigrantes que marcharam do hemisfério de lá para o de cá. Vejamos um pouco mais; averiguemos, entre os que se encaminharam para o Brasil, quantos ficaram. O quociente de fixação é muito baixo; de acôrdo com o censo de 1940, só 1 283 833 estrangeiros se fixaram aqui. Onde se fixaram? — pode-se ainda perguntar, para responder que não foi entre as duas ardentes paralelas. Do trópico para cima, apenas 352 794, aí incluídos os 215 670, que vivem no Rio de Janeiro,

sede do corpo diplomático, de importantes companhias estrangeiras, de comércio tradicionalmente português — enfim, cidade cosmopolita, como tôda grande capital, como todo pórtio movimentado. Do Distrito Federal para cima, só existem 137 124 estrangeiros. Mais facilmente que o paulistano e o carioca, aceitarão as cifras os conhecedores de todo o país. Vi estrangeiros aos treze anos e não sou do norte.

A análise comporta mais pormenorização. Mesmo o brasileiro se desloca para o sul do trópico. De 1901 a 1940, entraram no estado de São Paulo 757 059 nacionais de outras regiões, não tanto por necessidade premente, quanto por desejarem lutar em melhores condições de êxito, pois 69% eram proprietários nos estados de origem; 17,72% conduziam dinheiro até 500 mil réis; 32,91%, entre 500 mil réis e um conto; 25,32%, de 1 a 2 contos; e 24,05% acima de 2 contos — importâncias não despidências, considerada a classe econômica a que pertencem êsses emigrantes, bem como o valor da moeda, à época. De tal massa humana, apenas 3,30% procederam do sul; 94,7% atravessaram o trópico; transferiram-se para abaixo dêle 35% da população do município de Caieté, 47% da de Jacareci, 53% da de Urandi, 71% da de Caculé, 79% da de Guanambi. Ficaram no município baiano 21% da população.

Não obstante situar-se na região leste o Distrito Federal, com a densidade demográfica de 1 511 habitantes por quilômetro quadrado, a região fisiográfica do sul, quase totalmente abaixo do Capricórnio, apresenta o quociente de 16,83 habitantes por quilômetro quadrado, contra 13,66 da região leste, 10,97 da nordeste, 0,70 da centro-oeste e 0,45 da norte — o que representa imenso desequilíbrio, se tivermos em vista as áreas de cada região. Naturalmente, haverá concausas, que, entretanto, não passam de efeitos ecológicos da localização intertropical. Mesmo aceitando-se que “nossa existência é luta sem trégua contra suas energias destrutivas”, não se pode deixar de reconhecer que na região intertropical a biogeografia encontra inacreditável acervo de complexos patógenos, só mui difícil e lentamente vencíveis por populações originariamente cacógenas e socialmente desassistidas. No nosso continente, sobretudo nas grandes planícies mesopotâmicas, ao fabuloso número de vetores de germes mortíferos, correspondem as enormes distâncias postas entre a população endêmicamente

vítima, e o govêrno, comumente míope. Nem poderíamos aplicar ao país o critério de Sorre quanto às relações entre o corpo humano e a temperatura. Segundo êle, clima bom é o que fica entre a média térmica atmosférica anual de 16° quanto à mínima e 23° quanto à máxima. No Brasil, onde a máxima absoluta chega a 40,1° no Piauí, a 40,3° no estado do Rio e mesmo a 41,6° em Mato Grosso — só estariam dentro do limite de Sorre, quanto à média das mínimas, os estados do Paraná, com 12°; o de São Paulo, com 14,1°; o de Goiás, com 14,7°; o do Rio Grande do Sul, com 15,3°; e o de Minas Gerais, com 15,6°. Nem uma única unidade federativa se inclui no limite ideal quanto à média das máximas, onde tôdas estão acima de 23°. Entretanto, não há ufanismo capaz de vencer a ciência, que às espécies animais como às vegetais, consigna limite de latitudes, fora do qual são exóticas. O homem é animal de clima temperado, sendo tão temerário esperar grandes civilizações no trópico como no pólo — pelo mesmo princípio científico, embora por tropismo contrário.

3. Localização e assimilação

Se intensificarmos agora a imantação de correntes migratórias, criaremos forçosamente os quistos raciais e daremos origem à odiosa questão das minorias étnicas. Vimos que, quanto às Américas, o imigrante dá preferência aos países extra-tropicais; quanto ao Brasil, localiza-se quase só abaixo do trópico, ou seja na região fisiográfica do sul. Mesmo nessa, prefere as cidades, quando se sabe que populações caracteristicamente cosmopolitas geram antagonismo entre o campo e a cidade; fazem crescer os interesses espúrios, que gravitam em torno aos governos, falseiam e falsificam o civismo.

Neste ponto, nossa demografia está pèssimamente orientada, porque, além da evasão do próprio aborigene para a cidade, o alienígena raramente permanece no campo, mesmo quando agricultor por vocação e vindo com o mais firme desejo de radicar-se no campo. E' que, no inóspito meio intertropical, só nas urbes se encontram recursos para se vencerem possivelmente os complexos patogênicos que envolvem a vida humana. Não há boas intenções da parte do imigrante, não há rigor de leis nacionais, capazes de chumbar no campo o ádvena, se êste percebe, se vê que ali só o aguarda o deperecimento, se nota como o próprio brasileiro cansa e se evade. O estrangeiro vai apenas

onde o nacional já estêve, onde o brasileiro já desbravou, já comeu a fera ou foi por ela comido. Dos emigrantes entrados no Brasil de 1941 a 1945, 58,34% ficaram no Rio de Janeiro e 23,05% na Paulicéia, naturalmente, porquanto só 10% do total se constituíam de agricultores. Agricultores como aquele que, embora assim rotulado ao entrar, seis meses depois era prêso no cais do pôrto como reizinho do câmbio negro. Agricultores, como aquela que, embora assim rotulada ao entrar, um ano depois, pertencendo aos quadros do funcionalismo público, era assassina pelo fiscal incumbido de zelar por que não se desviassem do campo, os aqui admitidos para tal destino.

Não se consigna isso a titulo de censura ao estrangeiro, pois quem emigra tem intenções de melhorar, nunca de perecer, sendo certo que "il vaut mieux chômer ou mourir chez soi qu'au loin". Apenas, arrôla-se argumentação para o ponto de vista, segundo o qual as correntes migratórias não resolvem nosso problema demográfico. Ao contrário, criam alguns, de ordem política e social. No começo do século ainda, a capital do Brasil era feudo de estrangeiros, ali acumulados, donos da política, do comércio e da imprensa, infensos a tudo quanto, visando o futuro do país, lhes ferisse o immediatismo; enfrentando homens como Pereira Passos; agredindo fisicamente vultos como Osvaldo Cruz. E' de hoje, é de agora, o súbito crescimento da população urbana, agravando o problema social, pelo desequilíbrio entre a produção e o consumo. Qual a origem? Na maior parte, procede do acúmulo de imigrantes, que só nas boas cidades encontram meios de subsistir, de não se tornarem vítimas da mediocre condição de vida campestre.

O mal é tanto mais grave quanto menor nossa capacidade para assimilar, e quanto menos desejável o resultado da miscigenação. A história demográfica do Brasil confirma totalmente a seguinte página de Euclides da Cunha: — "A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sôbre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivísimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso. O indo-europeu, o negro e o brasilio-guarani ou o tapuia, exprimem estádios evolutivos que se fronteliam, e o cruzamento, sôbre obliterar as qualidades proeminentes do primeiro, é um esti-

mulante à revivescência dos atributos primitivos do último. De sorte que o mestiço — traços de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares — é, quase sempre, um desequilibrado. Foville compara-os, de modo geral, aos históricos.

"Não se compreende que, após divergirem extremamente, através de largos períodos, entre os quais a história é um momento, possam dois ou três povos convergir, de súbito, combinando constituições materiais diversas, anulando, em pouco tempo, distinções de um lento trabalho de seleção.

"Como nas somas algébricas, as qualidades dos elementos que se juxtapõem não se acrescentam, subtraem-se ou destroem-se segundo os caracteres positivos e negativos em presença".

De resto, há outra circunstância não biológica, que Nina Rodrigues regista quanto à Bahia, e que, nos dias de carnaval ou de peregrinação, se tem desejo de aplicar ao país inteiro:

— "Para nos servir da expressão de Tylor, ou melhor, da expressão consagrada na Costa d'África — escreveu o mestre — pode-se afirmar que na Bahia tôdas as classes, mesmo a dita superior, estão aptas "a se tornarem negras". O número de brancos, mulatos e indivíduos de tôdas as côres e matizes que vão consultar os negros feiticeiros nas suas aflições, nas suas desgraças, dos que crêem publicamente no poder sobrenatural dos talismãs e feitiços, dos que, em muito maior número, zombam dêles em público, mas ocultamente os ouvem, os consultam, êsse número seria incalculável se não fôsse mais simples dizer de modo geral que é a população em massa, à exceção de pequena minoria de espíritos superiores e esclarecidos que têm a noção verdadeira do valor exato dessas manifestações psicológicas. E' que no Brasil o mestiçamento não é só físico e intelectual, é ainda afetivo ou dos sentimentos — religioso igualmente, portanto".

Nem só com uma raça, todavia, se dá o retrocesso. Não vamos a dizer, com Gilberto Freire, que o europeu sifilizou o brasileiro, em vez de civilizá-lo. Nem admitir *in totum* o conceito de von Martius, segundo o qual a civilização européia mata o homem do trópico. É, porém, inegável que na ambiência tropical o endemismo vale mais que a miscigenação; e que, em vez de elevar-se com ela a raça pior, se rebaixa a melhor. A evitar delongas, tomemos

para único exemplo, os caboclos louros de Santo Amaro:

Trazidos pelo governo da província, em novembro de 1827 aqui chegaram 926 bávaros, 336 dos quais trataram logo de ficar na capital, indo os outros para os diversos núcleos aí por perto mesmo, até a distância máxima de Itapeperica da Serra. A eles se deu assistência, que o nacional nunca havia tido. Cada adulto recebia 160 réis por dia e cada menor 80 réis (o mil-réis valia a libra de ouro, podendo-se multiplicar aquelas importâncias por cem, a fim de obter-se a equivalência). Em 1828, a cada família eram dadas 400 braças de terra lavourável, e o estado assegurava contratualmente aos colonos: alimentação por ano e meio, à custa do governo; donativo em gado, *in natura* ou em espécie após quatro anos; médico e pároco à custa do cofre público, durante ano e meio. Não obstante Itapeperica ser na época um dos mais importantes centros agrícolas da província, aquêles imigrantes se dispersaram e regressaram. Quem quiser verificar hoje se valem mais que o caboclo de qualquer sertão longínquo, faça uns passeios aí pelo Cipó, Parêlheiros e Colônia; e observe bem os que atendem pelos nomes — evidentemente pouco indígenas — de Junk, Rocomback, Reimberg, Strasbourgen, Packer, Elfrustein, Glasser, Zilling, Carback, etc.

Von Martius já havia anotado o insucesso do europeu em meios rurais, onde o brasileiro luta e vence ou pelo menos vegeta. Recentemente, outro escritor da mesma nacionalidade, Willems, fêz observação idêntica. Pôs a seguinte questão:

— O imigrante estrangeiro portador de equipamento técnico “superior”, pode realmente tornar-se fator de “progresso” no Brasil? Técnicas julgadas superiores podem ser transplantadas para o Brasil com a introdução dos homens que as incorporaram a seu patrimônio cultural?

Depois de restringir a matéria ao setor agrícola, escreve Willems, com muita sabedoria: “Áreas de colonização são geralmente zonas “pioneiras”, em que o adventício é o único povoador. Na maioria dos casos, trata-se de zonas afastadas dos mercados e mal servidas por estradas. Espera-se que precisamente o elemento estrangeiro desenvolva essas áreas, que as transforme em fontes de prosperidade econômica. Pelo menos tem sido assim no passado e a observação de que realmente ocorreu

nos últimos cem anos forneceu-nos os dados para o presente estudo.

“Com essas restrições, a pergunta inicial se afigura precisa, permitindo talvez uma resposta satisfatória.

“Convém lembrar, em primeiro lugar, que o imigrante, com seu equipamento “superior”, fazia parte, no país de origem, de uma determinada organização econômica. Esta representa, em qualquer hipótese, um “sistema”, quer dizer, um conjunto de elementos entrelaçados e equiparados e mutuamente dependentes. Densidade demográfica, regime de trabalho, organização de família, costumes e tradições regionais, volumes da produção, proximidade e capacidade de centros consumidores, desenvolvimento das rédes rodoviárias e ferroviárias, tipo e difusão da educação escolar, eis alguns desses elementos interdependentes que representam o sistema em virtude do qual o indivíduo pode adquirir um grau de eficiência pessoal julgado “superior”. Mas é preciso dizer que essa eficiência somente tem sua razão de ser dentro do sistema. Em sistemas diferentes, os mesmos indivíduos, por mais que queiram subordinar o seu comportamento aos hábitos anteriormente adquiridos, têm que proceder de maneira diferente. Nessas condições, duas possibilidades se apresentam geralmente ao imigrante novo: mudar certo número de seus hábitos fundamentais ou abandonar a zona de colonização”.

Como se vê, Willems respondeu, pela negativa, a questão. O europeu regredir, como disse Euclides; ou regressa, como dizem as estatísticas.

4. Solução nacional

Quando, portanto, restringimos à imantação de correntes migratórias a solução dos problemas demográficos, não atuamos com visão panorâmica, brasileira, mas apenas regional; pois essas correntes só podem orientar-se para baixo do trópico, possivelmente resolvendo aí dificuldades de momento, mas, na certa, criando graves questões porvindouras, em virtude de se acumularem na zona fisiográfica do sul. Se queremos solução nacional, não pensemos sobretudo em buscar lá fora o de que necessitamos aqui dentro. Os nefelibaticamente otimistas admitem e esperam que a energia nuclear tudo modificará — a crosta da Terra e o velinho atmosférico, revolucionando a química, a ecologia, a biogeografia, a geomorfologia, etc., de modo a termos

ar condicionado sob a abóbada celeste, nevascas no equador e terra-roxa no Saara. Mesmo quando pudesse participar de tanto entusiasmo, ainda aí me lembraria de que, como a Áustria de Napoleão, o Brasil anda atrasado de um século a várias idéias, cumprindo haver indivíduos prosaicos e retrógrados, que se debruçam sobre problemas prementes, enquanto os atômicos aguardem no céu os bisnetos chegarem com o noticiário do que porventura se realizar aqui com a energia nuclear — aqui, onde ainda vivemos a fase da muscular; onde a 140 e tantos mil automóveis, correspondem 140 e tantos mil carros de bois — estando a diferença apenas nos quebrados... e onde a agricultura ainda se exercita em práticas encerradas, para o resto do mundo, no ano 4000 antes de Cristo.

Se não podemos subverter fatores naturais, devemos, todavia, praticar o mandamento de Weber: "Age de tal modo que, com os elementos, de que dispões, consigas alcançar o maior proveito possível. Sobre este fundamento descansa a economia nacional, e sobre ele continuará repousando no futuro, se não se quer edificar sobre areia". Sem nos esquecermos de que, no Brasil, os conselhos e os mandamentos não de dar-se mais aos dirigentes do que ao rurícola.

O próprio Weber diz que "o melhor, que a Natureza deu ao homem para prover-se, é a capacidade criadora, o entusiasmo ativo, juntamente com a perspicácia a isso necessária". Como, entretanto, esperar capacidade criadora de populações, que vivem morrendo, enfrentando a peito descoberto as arestas do meio hostil, onde atuam desassistidas? Como pedir entusiasmo ativo aos que, premidos entre a hostilidade ambiente e o descaso dos governantes, já atingiram de muito, a miserável situação do campônio francês antes da grande Revolução, e só esperam a morte? Perspicácia, dos que possuem os sentidos embotados pela miséria transformada em segunda natureza?

Nenhuma dúvida quanto a este ponto: o princípio populacional é básico na vida brasileira. Mas, por motivos de vária natureza — uns permanentes e inerentes ao meio físico, outros de caráter transitório e atribuíveis ao poder público — não podemos contar com as correntes migratórias para resolver o grave problema. Precisamos de emigrantes estrangeiros; mas, não temos a casa em ordem para recebê-los; e eles não virão. Atraí-los agora,

é crescer as populações citadinas; fomentar o número de consumidores, agravando-se a situação, que já nos preme; é tornar dissolvente da nacionalidade o cosmopolitismo urbano, com caráter tanto mais grave quanto mais certo que o ponto *terminus* de toda corrente migrante serão as principais cidades — duas, ou três, ou quatro.

Para o momento, enquanto o nosso campo fôr lugar de purgação de penas, como ainda é; enquanto os homens do poder continuarem considerando a classe rural simples mula de almocreve, à custa de cujo sacrifício procuram equilibrar erros e desacertos, o melhor a fazer é valorizar a prata de casa, pela transformação do índio e do caboclo em verdadeiro agricultor, incorporando-os à economia nacional — êles, que (embora ao ouvir isso se arrepie a patriótica), ainda têm valor quase imponderável. O caboclo brasileiro não é um forte, não poderia ser um forte, sendo estranhável, que mesmo o autor excelso de *Os Sertões* se tenha permitido tal expansão. Não poderia sê-lo, pois é de origem cacogênica, procede daquela mestiçagem extremada que o próprio Euclides subestima; porque vive largado, desassistido, desconhecido do recurso da ciência para a saúde e para a técnica, e corroído pela verminose em 70% do seu total. Perde anualmente algumas dezenas de dias por motivo de moléstia; e trabalha sem entusiasmo ativo, porque em estado de carência orgânica, mesmo quando pançudo, mesmo quando sobrecarregado de buchas estomacais.

De tanto vê-la transcrita, acabei permitindo-me crer fiel a seguinte página da *História Geral da Agricultura Brasileira*, onde fixo a condição de vida do caboclo, afixando que, se para São Paulo, pode considerar-se um tanto *demodêe*, para o Brasil em geral, observações recentes confirmaram que não fui fantasioso:

— "É-lhe penoso comer — diz a página, a respeito do rurícola. Em vez de dentes, tem "panelas" cheias de fermento e de nervos doloridos; então, a comida, mal selecionada e mal preparada, vai quase direta ao estômago, por isso mesmo em péssimo estado. Comendo por necessidade, come dolorosamente, pois sabe que vai ter cólicas. Não são muitos os recursos de boca: tem de comer qualquer cousa, a cousa disponível; engulirá mandioca quando se contorce em dores de estômago; e terá de submeter-se a regimes de alimentação equivalentes a envenenamen-

to sistemático, em vista ao estudo crônico a que chegaram suas moléstias complicadas.

“É-lhe penoso dormir. O vento varre a choupana e há correntes de ar em tôda direção. Dos caibros descem morcegos ou caem aranhas do jirau. Do sapé escorre chuva suja e persistente. Sob a umidade do chão e são duros os varais cobertos pelo colchão de palha ou forrados de esteira de taquara. Choram ao lado meninos doentes ou doentes, e o gambá ou a rapôsa rouba lá fora a galinha. Dói o fígado, doem os rins, dói o corpo todo, todo cansado, mal alimentado e contundido. Mosquitos, ratos e baratas. Fumaça, escuridão e insegurança.

“É-lhe penoso “ir lá fora”, atender a necessidades fisiológicas, quando chove em bâtegas, arde a febre, dói o dente, se inflama o fígado e os intestinos querem livrar-se da comida grosseira, que fêz mal. Está escuro, há lama no terreiro, o mato goteja, tomou-se suadouro, a cara está assim de inchada. Mas, há no bucho um purgante de azeite de mamona, ou um desarranjo de barriga; é necessário “ir lá fora”.

Envolver em condições humanas a vida do rurícola, é valorizá-lo, é dar-lhe capacidade produtora, é atribuir-lhe eficiência, é acrescentar ao potencial econômico alguns milhões de dias-trabalho por ano. Se confrontarmos a produção brasileira com a de quase todos os países, veremos o quanto é insignificante. Ficariamos humilhados, se justapuséssemos a cifra de nossos 45 milhões de habitantes à dos 11 milhões de canadenses. A chocante diferença não pode decorrer apenas da superioridade fisiográfica do Canadá sobre o Brasil; há de ser levada, em grande parte, à conta da reduzida eficiência do nosso *homo economicus*.

Outro ponto, tão importante quanto o primeiro, para os desejosos de resolver problemas de povoamento, é o da mortalidade infantil. A última tinta do pincel, que pintou o cabuloso quadro há pouco exibido, descarregou-se neste parágrafo:

— “São-lhe penosos os próprios deveres genésicos. Velhas moléstias mal curadas ou agravadas. Causa dolorosa. Mas, a natureza manda e há momentos em que não se pensa em consequência. Então, é aquela filharada miserável e doentia, aquela gentarada inútil, que não vai contribuir para o enriquecimento do meio, não terá função social nem econômica a desempenhar no mundo. Na zona rural, a mulher é fá-

brica de filhos. Mesmo quando casa cedo — e esta é a regra — está velha dez anos depois do casamento, se antes não morreu. Contamina-se. Partos mal tratados. Consequências não atendidas. Entretanto, um mês depois, dois ou três meses, no máximo, o aparelho estragado já trabalha em nova gestação. Um filho ao seio, outro no ventre. Vários no cemitério. Morrem uns oitenta por cento no primeiro ano de vida. O resto, tudo doente, tudo chorando, tudo berrando. Chega-se a um lugarejo. Crianças, crianças e crianças. Todavia, olha-se para as donas de casa e tem-se a impressão de que novas revoadas de cegonhas vão descer. Descer, para largar mais estafermos doentes, sofredores, condenados a penar, durante a vida tôda, em consequência de moléstias que, mediante rudimentares recursos de higiene e profilaxia, facilmente se extirpariam”.

Se reduzíssemos ao limite normal a mortalidade infantil, só daí nos adviria maior contingente demográfico do que o possível de nos ser fornecido pelo excesso populacional de todos os continentes. No Brasil, este problema foi sempre doloroso. Na “Fala do Trono” dirigida à Assembléia Constituinte de 1823, Pedro I disse isto:

— “À primeira vez, que fui à roda dos expostos, achei (parece impossível), sete crianças com duas amas; nem berços, nem vestuários. Pedi o mapa e vi, que em 13 anos tinham entrado perto de 12 000 e apenas tinham vingado 1 000”.

No sertão, em tôda casa, onde entro, indago quantos filhos. Responde-se que, vivos, são três ou quatro. Pergunto pelos mortos: cinco, ou seis, ou mais. As últimas pesquisas, realizadas em 340 municípios representativos de zonas rurais, dão o número de 5,1 para os componentes da família. Praticamente: o casal e três filhos, ou seja a mesma coisa, que se verificava na França da decadência. Lá, fazem a campanha da natalidade. Aqui, devemos lutar contra a matança dos inocentes; e não esquecer incontestável princípio político, em virtude do qual atenta contra a própria soberania o país que, sendo de fraca natalidade ou onde seja pequena a sobrevivência, busca fortes contingentes alienígenas. Parece desnecessário explicar.

A calcular o que é a tal matança de inocentes, saibamos que, na Europa, e nos Estados Unidos, em nenhuma grande urbe, em capital alguma, a mortalidade infantil chega a 80 em mil;

e desce a 32. Aqui, entretanto, não há uma só capital, onde seja inferior a 124. É superior a 300 por mil em três capitais; a 200 em onze; a 124 em sete, inclusive no Distrito Federal, onde em mil crianças morrem 170; Belo Horizonte, 153; e São Paulo, 126. No campo, morrem 800 em mil. Calcula-se que, entre nati-mortos, abortados e mortos no primeiro ano de vida, o Brasil pode economizar anualmente 736 090 pessoas. No ano em que chegou maior número de emigrantes, no de 1913, entraram 110 572, dos quais saíram 41 834, restando 69 418 — menos da décima parte daquela cifra macabra — o que vem confirmar o conceito, segundo o qual a assistência à maternidade e à infância nos propiciaria contingente demográfico incomparavelmente superior ao possível de provir do excedente populacional de todos os quadrantes da Terra. Por outro lado, considerando-se que é dada como média da capacidade efetiva do homem produtor brasileiro, a importância anual de seis mil cruzeiros, poderão os cabanistas, insensíveis a argumento de ordem humanitária, deduzir que os aqui ceifados sem ter tido oportunidade de viver, de ser úteis, de contribuir para a grandeza da pátria, viriam a render anualmente mais de quatro bilhões.

E basta muito para atingir a conclusão, com que encerrarei a estopada — sem dizer por que não creio na ação exclusiva do poder público no setor da valorização sanitária da população rural; sem repetir o que tanto venho realizando por mais de dez anos, quanto à imprescindibilidade de cooperativas sanitárias, que somem os esforços do governo e os da população a ser assistida.

A conclusão é que, agora e ainda por muito tempo, a grande obra para os desejosos de resolver problemas de povoamento, consiste em acabar com esse drama de ser o Brasil vasto hospital sem hospitais. É pôr fim à imensa, à cruciante, à desumana e por demais aturada tragédia de viver a mãe brasileira com um filho nas entranhas, outro no regaço e vários no cemitério.

Luis Amaral

★

Primórdios da mineração no Rio G. do Norte

O primeiro ensaio para exploração de minérios na antiga capitania do Rio Grande data de 1608, quando o ex-capitão-mor Jerônimo de Albuquerque,

num arrôjo espantoso, deixa o forte dos Reis Magos, investe contra o sertão desconhecido, em terras já da soberania dos Tapuias, inimigos dos lusos, e numa jornada que se estirou por quarenta léguas, descobriu minérios de ferro no alto sertão.

Não conseguimos reconhecer o local da mina, nem a orientação seguida pelo destemido brasileiro, mas, pelo trajeto feito, pode-se calcular que atingisse a região serrana do Seridó se, subindo o Potenji e dos seus manadeiros, pendesse para o sul, ou a serra de Sant'Ana, se se inclinasse para o norte.

O mais certo, é que haja alcançado a zona seridoense, onde na serra da Formiga, têm sido, além do ferro, encontrados outros minérios.

O governador da Bahia, Diogo de Meneses, em carta dirigida a El-Rei, em 8 de maio de 1610, avisava que ordenara a Alexandre de Moura que “fôsse ver as minas que poderia haver no sertão do Rio Grande”, confirmando, assim, a descoberta de Albuquerque.

João de Albuquerque, encarcerado no forte aludido, já denominado de “Ceulen”, dizia em 1649, ao seu comandante, que os portugueses haviam extraído metais preciosos do monte chamado “Itabaiana”, à margem do rio “Camarajibe”, distante umas doze milhas da fortaleza aludida, donde o lusitano Vicente Roberto e o brasileiro Filipe Vieira, em 1632, trouxeram amostras de três lugares.

O rio Camarajibe é conhecido como afluente da margem esquerda do Potenji, na qual deságua em frente ao povoado “Igreja Nova”.

Em 1637, o conde Maurício de Nassau dirigia-se à “Assembléia dos Dezenove” na Holanda, dizendo que após diversas pesquisas chegaram à conclusão de que havia na capitania do Rio Grande, acima do rio Cunhaú, minérios, cujos exames feitos por mestre mineiro davam para uma libra do material respectivo “cinco florins de prata”, pensando o perito que na amostra ainda se encontraria “ouro, que entretanto, não teve ocasião de separar”.

Nesse mesmo ano, Nassau mandou explorar o local, pelo comandante Albert Jerritssen Smient, Paulus Semler e alguns portugueses e brasilienses, os quais depois de muito esforço, depararam uma mina, de cuja amostra, após a devida refinação, concluiu o mestre Paulus, ser muito rica em prata, acrescentando o dito governador à Assembléia mencionada em carta que lhe enviou no mês seguinte, que o minério

citado continha ouro, segundo adiantava o dito perito.

A ânsia de aproveitar o minério era tão ardente que, Maurício de Nassau ordenou nova exploração antes de findar o ano, e, dessa vez, composta a caravana de gente mais importante e numerosa como o Sr. Johan Gysselingh, o conselheiro político Baltasar Wintijes, o mesmo técnico Paulus Semler, outros mineiros, trabalhadores munidos de enxadas, picaretas, alavancas, abastecidos de vitualhas e apoiados por uma escolta.

Ao chegarem ao local indicado, trabalharam quinze dias, escavando a rocha, da qual retiraram amostras, não demorando mais por escassearem os mantimentos. Enviaram três barriletes do minério para a Holanda, onde deveria ser refinado, não continuando nas explorações "por estar situada a mina muito no interior do país e ser muito dispendioso o transporte de mantimentos e ferramentas necessárias".

A mina, pela posição indicada por estes exploradores, não podia ser nas proximidades do Cunhaú, nem da confluência do Camarajibe no Potengi, por serem locais vizinhos ao litoral. Ficando, como adiantam, "muito no interior do país", é possível que já demorasse na região serrana ou do alto sertão, por onde andou o capitão-mor Jerônimo de Albuquerque no princípio do século, na primeira penetração, que se conhece feita na antiga capitania, pelo domínio dos Janduis, tanto que um dos guias de Smient, foi com Pedro Xará Ravasco, um dos companheiros de Albuquerque naquela jornada.

E' provável que os franceses, amigos dos indígenas litorâneos e mesmo de outros que habitavam além-caatingas, já nas serranias, houvessem conhecido e tido relações com o gentio daquelas paragens, mas não falam em minérios metálicos, aludindo, apenas, ao âmbar encontrado em vários pontos do litoral.

Na Holanda, segundo parece, nada se apurou de valioso do exame dessas amostras, pois, somente sete anos mais tarde se organizou nova expedição, e, apesar de mais prolongada, foi imprópria como as anteriores.

O pregador Jadocus Stetten esteve na mina, dizendo que "pelas aparências, quanto a metais", muito se tinha que esperar, dando lugar a uma nova expedição, em que tomaram parte o mesmo Jadocus, Carl Helbach e Hans Simpsel, chegando ao local a 22 de março de 1645, encontrando as ferramentas abandonadas pelos explorado-

res de 1638. Em junho, Jadocus já estava em Recife, anunciando a descoberta de "raízes e tronco da mina" e num *croquis* mal feito indicava a sua casa e o alojamento dos mineiros junto ao rio Cunhaú.

Não é provável que a mina ficasse nas margens do Cunhaú. A expedição anterior, cujas ferramentas abandonadas foram encontradas pela de Jadocus, afirmou estar a mesma situada "muito no interior do país e ser muito dispendioso o transporte de víveres e ferramentas", asserção de certo modo corroborada pela do pregador aludido, desde que se saiba que a jornada foi iniciada a 28 de fevereiro, aportando ao lugar da mina 22 dias depois, consumindo ainda sete dias para encontrar os utensílios deixados pelos expedicionários anteriores.

Talvez, seguissem o curso do Cunhaú ou Curimataú até certo ponto ou mesmo o do Potengi, como fizeram os lusos e num dos contrafortes da Borborema, extraíssem a porção de rocha julgada necessária aos exames respectivos.

Diz Alfredo de Carvalho, em cujo trabalho sôbre *Minas de Ouro e Prata no Rio Grande do Norte*, no século XVII, estamos nos baseando, que Jadocus deixou um *croquis* "muito grosseiro" e "fantástico", sem "utilidade prática", impossibilitando "a identificação com os lugares atuais".

Contudo, vejamos, se podemos, pelos dados imperfeitos do esboço referido, esclarecer alguma coisa.

No centro, diz Carvalho, estava a casa de Jadocus e alojamento dos mineiros à beira de um rio. No "alto", à esquerda — um monte — e à direita — "Quartel de Cracara, Tapuias, ou verdadeiro caminho para o Maragnon" e mais abaixo — "Quartel de Comertaora com os seus Tapuias". À "esquerda" em baixo, há outro sinal de monte com o dístico — Serdans (Sertão) — "Copaova" * e a explicação de que por trás deste monte havia um caminho que conduzia à Bahia, e, ainda mais abaixo figuram "quatro montes numa bela planície", onde se lia — "Aqui é o quartel de Jan Duwy", situado de forma a evitar ataques inimigos, quer vindos do Maranhão, quer da Bahia. No alto, via-se um W (Oeste) e à direita um Z (Sul), acrescenta o historiador.

* *Capaova* ou *Capaoba*, hoje *Cupaoba* é uma serra já em território paraibano, ao sul da qual nasce o rio Camarutuba que, na primeira década do século XVII, ainda pertencia à capitania do Rio Grande.

Completaremos a orientação — à esquerda — o norte — e em baixo — o este. Assim disposto, teríamos em tórno do acampamento dos expedicionários: ao N (esquerda do *croquis*) — o “sertão”, e mais abaixo para leste — o quartel do cacique Jundiú cercado de serras (montes); a O (no alto do mapa), os quartéis do morubixaba Cracara (Caracará) irmão de Jundiú, e do tuchaua Comertaora, ambos com os seus Tapuias.

Destarte, não há dúvida que a expedição estêve na zona sertaneja, onde já havia montes ou serras, tendo a oeste tabas de Tapuias e ao N e NE aldeias de Jundiús, todos amigos dos flamengos.

Como é sabido, os Jandiús ocupavam o vale do Açú, podendo ficar ao norte do local dos minérios, e, os Tapuias de Caracará, a oeste, como indica o *croquis*, pois, êsses tinham suas habitações além daqueles, mais para o interior do país, como se evidencia das crônicas do tempo.

Em 1649, Pieter Persijn, comandante dos Tapuias, era enviado ao sítio indicado por João de Albuquerque, nada encontrando ali, e sim algumas milhas mais ao norte, donde trouxe amostras, que foram remetidas ao Conselho dos Dezenove, em novembro, e o Supremo Conselho, em Recife, aproveitava o ensejo, e logo, no mês seguinte, participava aos diretores da Companhia das Índias “que não tinha dúvida em admitir no Rio Grande a existência de uma mina donde os portugueses extraíram prata”, embora não fosse no lugar apontado por João de Albuquerque e sim a nove milhas mais para o interior ao sul do Potênji, a WSW do Castelo de Ceulen.

E daí, organizar-se nova expedição, que partia a 25 de janeiro de 1650, do forte de Ceulen, composta do engenheiro Pieter van Struch; do baillio (juiz) da capitania do Rio Grande, Houck; do comandante dos Tapuias, Pieter Persijn; acompanhados de um sargento, doze soldados, quatro escravos e três índios.

Subiram em canoas o rio Grande, desembarcando cêrca de três léguas acima do forte, pernitoando na lagoa Jacaré-Mirim, recomeçando a marcha no dia 26, descansaram nas proximidades de Utinga, alcançando à tarde, a foz do “Camarajibe”, onde havia um monte e pedras superpostas, indicando Pieter Persijn um pouco adiante, à margem esquerda do Potênji, na ver-

tente oriental de um morro, o sítio da primeira mina, uma das quais, donde anteriormente, retiraram amostras enviadas ao Supremo Conselho, extraindo novamente outras de vários pontos.

Ao amanhecer de 27, avançaram pelo Potênji acima, terminando o dia uma légua adiante de um elevado rochedo apelidado Itabita, chegando a 28 a Caricatinga, deixando para trás alguns montes rochosos. No dia 29, galgaram cerros, alcançando adiante o Potênji, cujo leito foram seguindo até a confluência do riacho denominado “Tortuoso” ou “Capibari-retuba”. Acompanhando o curso dêste, por duas léguas avistaram a O um cume bem alto em forma de sela, abundando pelo caminho pedras cintilantes e rochas semelhantes ao minério, findando a jornada após a andadura de outras duas léguas.

A 30, ainda caminharam cêrca de meia légua no dito riacho, até um monte cercado de mato, apontado por Persijn como sendo aquêle de onde extraíra uma das amostras enviadas ao Supremo Conselho, juntamente com a de Camarajibe.

As montanhas vizinhas tapavam o horizonte, e não se podendo galgá-las, devido ao mato cerrado, seguiu-se ao longo do riacho, transpondo-se vários dos seus formadores, aliás secos, até chegar-se a uma aldeia indígena, cujo principal se chamava João Açú. Na vizinhança ficavam os montes “Ibetibeca”, “Utezara” e “Tabuquaba”, cercando um alagado, a que denominavam “Iporé”. De rochedos próximos, extraíram os expedicionários amostras de minérios.

Pela descrição da viagem e léguas percorridas, os exploradores chegaram a um dos formadores do Potênji, pois “As montanhas vizinhas já fechavam o horizonte”, e não podendo penetrar o mato cerrado que as cobria, “seguiram ao longo do riacho, transpondo vários de seus afluentes completamente secos”, no último dia.

Quanto aos nomes indicados, não conseguimos identificá-los.

Como é sabido, o Potênji origina-se já na região serrana, promanando seus vários formadores da vertente oriental da Borborema, cuja cumiada se começa a avistar já das fazendas que demoram pouco acima da metade do seu curso, sendo a sua extensão estimada em volta de 25 léguas, pelo que é possível ter a expedição excedido os seus manadeiras e se embrenhado em águas de outra bacia, emaranhando-se no divisor de

águas de ribeira oposta ou adjacente. O que é indubitável, é que andaram seis dias até a suposta mina, donde voltaram à fortaleza em quase 4 dias, trazendo amostras das minas de Camarajibe (9 léguas do forte) e de um monte já nas cabeceiras do Potenji (26 a 27 léguas do referido forte, distante ainda uma légua da aldeia de João Açu ou do alagado "Iporé".

Pieter Persijin disse ter organizado um "mapa ou "roteiro", que foi apresentado ao Supremo Conselho em Recife, mas, que não foi encontrado.

Kilian de Resenlaer, em 1628, já informava, por ter ouvido de Gaspar Paraoupaba e outros caciques que, no país do Jandouy, em "Aryaguamug", encontra-se "uma pedra azul transparente como a safira e se chama *itawigh*, de que fazem corais, bem como ferro, em "Taryrich", a duas léguas para o interior, a que chamam *Yta*, nome aliás que aplicam a tôdas as matérias mineiras duras.

Taryrich talvez seja o rio Trairi, que Resenlaer escreveu "Tareyrich", Vingboons — "Tirery" e Marcgrave — "Tareiri", o qual tem formadores nas serras do Cuité e do Doutor, já na Borborema.

Vários cartógrafos do século XVII e XVIII, registaram minas de prata à margem esquerda ou ao norte do Potenji, citando-se entre outros Pierre Vander AA, (mapa "Le Bresil"); Atlas de Diogo Barbosa Machado (Carta de "Perou, Amazones et du Brésil) e Eman Bowen ("A Accurate Map of Brazil"), nos quais se lê "Pays riche en Argent" nos dois primeiros, e, "A Country rich in Silver", na "Country of dele Petaguel", ao norte do Rio Grande.

Isso demonstra que as notícias sobre as minas ressoaram no estrangeiro dando lugar a sua acolhida entre técnicos registadores de assuntos geográficos.

Em 1757, o governador de Pernambuco, Luis Diogo Lôbo da Silva remetia ao marquês de Pombal, amostras de ouro encontrado no Apodi, dizendo o presidente J. Fr. de Paula Cavalcante de Albuquerque, numa *Memória* (30-5-1808) haver na capitania minas de metais e pedras preciosas, cujo uso foi proibido por SS. MM., porque só a agricultura podia fazer a grandeza sólida dos estados.

Na verdade, minérios de "ferro" têm sido encontrados na Borborema ou imediações, nos municípios de Macaíba, São Tomé, Santa Cruz, Acari, C. Novos, Jardim do Seridó, Caicó, Açu, afora ou-

tros distritos d'além Piranhas; de "ouro, em Caicó e Pau dos Ferros; de "prata", sòmente em Caicó; berilo, turmalina, granada, ametista, em diferentes municípios, e até a "água marinha", a "itawigh" ou "pedra azul transparente como a safira", de que falava Resenlaer, há mais de 300 anos, encontra-se no município de São Tomé, situado no alto Potenji.

José Moreira Brandão Castelo Branco

★

Caxias e a navegação fluvial no Brasil

O general Danton Teixeira, que há longos anos se vem dedicando ao estudo da marcante personalidade e dos feitos de grande brasileiro que foi Caxias, reunindo cuidadosamente um cabedal precioso de informações, documentos e fontes históricas que são de importância para seu perfeito conhecimento e interpretação, acaba de revelar, ajudado por suas pesquisas, uma facêta inédita do patrono do nosso Exército. Trata-se de um documento que o general Danton Teixeira teve a gentileza de remeter ao Conselho Nacional de Geografia, por versar um aspecto de interesse para esse órgão. Com efeito chama-nos êle a atenção para o conteúdo do "relatório com que abriu a primeira sessão ordinária da Segunda Legislatura da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. No 1.º de março de 1846, o Exmo. Sr. Conde de Caxias, Presidente da mesma província", peça extraída dos "Relatórios e falas de 1846". Pelo mesmo pode verificar-se que o pacificador das províncias, teve, a par do seu gênio militar e habilidade política, uma percepção muito lúcida e avançada para o seu tempo das realidades brasileiras, no que concerne aos importantes fatores de geografia humana. Assim é que, na epígrafe "Obras públicas" encarece o ilustre expositor a necessidade da construção imediata de obras destinadas a desenvolver e facilitar os sistemas de transportes e comunicações da província, uma vez que "ocupam o primeiro lugar entre os elementos materiais de prosperidade dos povos, as estradas, canais e pontes que, facilitando as comunicações das cidades e vilas entre si, estreitam os laços de confraternidade, animam o comércio, despertam a indústria e aumentam a fonte das riquezas".

Sob a seguinte epígrafe "Abertura de canais e limpeza dos rios" lê-se o seguinte:

"A importância que vai adquirindo a cidade de Pelotas, e o futuro de prosperidade que promete, estão reclamando com urgência a abertura da barra do rio São Gonçalo. De igual necessidade, é a escavação do lugar denominado o — Sangradouro — na embocadura da lagoa Mirim; e o do baixo de Cançu na lagoa dos Patos. O que se pode fazer ou por meio de uma barca de escavação, ou de uma grade de ferro, a jeito de charrua agrícola, que arrastada por uma barca de vapor, arasse o álveo do rio deslocando dêle as areias, e pondo-as à mercê da correnteza das águas. O canal da barra do rio Grande necessita também ser beneficiado.

Convém, desde já, destruir as cachoeiras que dificultam a navegação do Jacuí (p. 24); limpar o rio dos Sinos, e o Vacacai desde sua foz no Jacuí até a povoação de São Gabriel.

Para que seja navegável todo o interior da provincia bastaria, por meio de um canal, estabelecer-

se a comunicação do Vacacai ao rio Santa Maria, desde São Gabriel até o passo de São Borja, aproveitando as imensas lagoas (banhados) que medeiam entre aquelas paragens.

Lembro também a necessidade de se melhorar o balizamento da lagoa dos Patos, e de se collocarem 4 faróis ou lanternas nas pontas de Itapoá, Cristóvão Pereira, Buuru, e do Estreito".

O que se indica acima é o bastante para se entrever um novo e dignificador titulo com que Caxias se credita à admiração e ao reconhecimento dos brasileiros. A ação altamente patriótica que desenvolveu, pacificando ânimos e repondo os sentimentos de fraternidade nos corações brasileiros, divididos em facções perigosas para a unidade nacional, vem juntar-se à de estadista avisado dos problemas brasileiros que, numa conceituação geopolítica moderna, representam o ponto de partida de toda diretriz política bem informada.

Gen. DANTON TEIXEIRA

O Brasil Precisa de Mais Agricultores

Prof.^a CONCEIÇÃO VICENTE DE CARVALHO

Chefe do Setor de Assistência ao Ensino
da Secção Cultural do Conselho Nacional
de Geografia.

Costuma-se repetir muitas vezes que o Brasil é um país essencialmente agrícola e da agricultura tira êle a maior parte de seus recursos. Ao relembra-los os vários ciclos económicos verifica-se que, de fato, excluindo o ciclo do ouro, é dos produtos agrícolas que lhe têm provindo quase sempre a subsistência.

Entretanto, quem viaja pelo interior do país, com vontade de conhecer o que existe por êsse Brasil afora, quem não se limita apenas às ruas das cidades, depara-se-lhe uma paisagem rural um tanto desconcertante num país cuja ocupação relativamente recente por um povo de civilização mais adiantada, data de poucos séculos. Terras ocupadas ao iniciar-se o povoamento português foram abandonadas ou possuem uma agricultura decadente, e, o que é mais triste e perigoso para o futuro do Brasil, é que o mesmo se dá em terras desbravadas há cem, cinqüenta, vinte anos ou menos ainda.

Enquanto nos outros continentes, na Europa e na Ásia, o homem vem explorando há milênios os mesmos tratos de terra, no Brasil existe uma agricultura instável, que se desloca de zona a zona, em busca de terras novas para serem conquistadas ou vai substituindo um produto por outro, cujos lucros parecem maiores e mais fáceis.

Em geral, no Brasil quem fala em agricultura, fala em monocultura e sobretudo em grande propriedade. É reduzido o número de proprietários, embora seja bastante numerosa a população rural. Os trabalhadores constituem uma classe de baixo nível de vida, desconhecem outro processo de cultivo do solo além daquele recebido de seus antepassados, e nem sentem sequer a necessidade de melhorar o seu produto e de elevar a produção.

A expansão da área cultivada se faz, em grande parte, à custa do abandono de outras, nas quais as plantações vão sendo abandonadas pela população que se dirige para outras zonas.

Uma rápida incursão por algumas regiões agrícolas do nosso país nos mostrará a gravidade do problema. Vejamos o Nordeste, onde se desenvolveu uma das mais antigas culturas. Na zona úmida do litoral, nos solos ricos de massapê, cuja fertilidade é sempre renovada pelos rios que o atravessam, a cana permitiu o enriquecimento dos senhores de engenho, que se tornaram os maiores fornecedores de açúcar em certo período, mas, passados três séculos, os processos de cultivo e o sistema agrário fazem da cana ainda um produto colonial. Destinado ao consumo externo, impedido de seguir para o estrangeiro em virtude da concorrência, o açúcar é levado para os grandes centros nacionais. Hoje a usina substituiu, em parte, o engenho, devorando um após outro, para garantir-se o fornecimento da cana. É uma lavoura que continua a utilizar o trabalhador como instrumento de trabalho rudimentar, porém barato, nessa região de grande densidade de população, onde o canavial domina tôdas as atividades. O mau aproveitamento do solo, pois a cana é cultivada nas varzeas mais úmidas, deixando-se às enchentes o cuidado de adubar a terra, é acompanhado pelo mau aproveitamento do material humano, que despende um grande esforço físico, que poderia ser minorado com o uso de instrumentos agrícolas mais aperfeiçoados.

A usina moderna alargou a área cultivada, conquistando para os canaviais os cimos das colinas, por meio da irrigação artificial; empregando também adubos, fazendo a seleção de novas espécies de cana e, utilizando estradas de

ferro para o transporte rápido entre o canavial e a usina, conseguiu melhorar o rendimento das terras.

Em algumas, a modernização estendeu-se ao trabalhador, melhorando-lhe o alojamento em casas higiênicas, dando-lhes escolas aos filhos e assistência. Mas, no conjunto, essas constituem exceções, mais honrosas, talvez por isso. O trabalhador das regiões açucareiras onde a agricultura é sedentária, quando baixo o salário por ocasião das crises, abandona-as pelas cidades do litoral ou emigra para o sul em busca de melhor salário.

Mais dramática do que a situação do açúcar é a do café, já nossa conhecida, com a sua marcha através de montes e vales, sempre à procura de novas terras, marcha acompanhada dum cortejo de aspectos de fazendas, outrora viçosas, mas de curta vida. O café é cultura exigente que retira do solo, em poucos anos, os elementos acumulados em milhares de anos; faz-se com o emprêgo de queimadas, processo usado em tôdas as regiões tropicais, hoje como há duzentos anos, tanto pelo homem que dispõe dos recursos da ciência, como pelo rústico e ignorante. O café encheu as arcas dos fazendeiros, criou uma civilização, mas à custa do sacrifício das terras. Esgotadas estas pela falta de adubação, pela implantação dos cafezais em terrenos impróprios, o fazendeiro e o trabalhador agrícola tratam de levantar acampamentos deixando atrás de si as terras desocupadas.

Essas são as grandes culturas, aquelas que se têm mostrado mais estáveis. Há outras, entretanto, feitas segundo o figurino do dia, isto é, de acôrdo com a necessidade, às vêzes momentânea, do mercado, sobretudo durante as guerras. Tal se deu várias vêzes com o algodão paulista, até que a crise cafeeira de 1929, precipitando a derrocada do café, permitiu novo surto algodoeiro, como cultura de substituição.

A moderna cultura do algodão em São Paulo, dispõe de mais recursos e foi orientada de maneira a aproveitá-los; em institutos científicos e nas fazendas experimentais faz-se a seleção das sementes a fim de obter-se uma fibra mais comprida e mais resistente, procede-se ao estudo das pragas e moléstias a que está sujeita a planta, e dos métodos de combatê-las, exige-se o expurgo da sacaria, enfim criou-se tôda uma organização relacionada ao novo produto agrícola. Tal processo trouxe, evidentemente bons resultados e a febre do algodão se apossou de todo o proprietário de terras, como já o fizera o café, sejam êles parceiros, sitiante ou fazendeiros. Nem todos tiveram igual resultado, mas o desenvolvimento da cultura algodoeira paulista é uma demonstração do que se pode realizar entre nós, em poucos anos.

Sente-se, na maior parte das regiões agrícolas brasileiras, que o homem ainda tateia à procura do seu ganha-pão, deslocando-se numa mobilidade talvez herdada dos nossos avós índios e do espírito de aventura dos portugueses. É pouco comum, entre nós, o lavrador apegado ao "seu" pedaço de terra herdado, de seu pai, que por sua vez, também já o recebera do avô. O filho do fazendeiro, em geral, sente amor à terra, de onde retira o sustento, mas onde não trabalha, pois, muitas vêzes a propriedade é dirigida por um gerente ou administrador, quando não explorada de parceria. O trabalhador braçal, por sua vez, mero assalariado, recebe um ganho fixo, qualquer que seja o preço da venda do produto, não tem por isso, estímulo para melhorar a terra, e se muda facilmente, pois para êle é o mesmo ter êste ou aquêle patrão. Muitas vêzes está ali apenas enquanto não reúne algum dinheiro que lhe permita tentar a vida na cidade.

Em algumas regiões, é verdade, a situação é bem diferente. Por motivos econômicos, como em São Paulo, o latifúndio, de custeio caro, foi dividido e subdividido, dando lugar à média ou à pequena propriedade. A substituição do café pelo algodão, pelas frutas, ou pela policultura, exigindo melhor capital para a instalação, permite o arrendamento de tôda ou de parte da propriedade ou, mesmo a compra da terra pelo pequeno lavrador.

Em outras, como nas regiões coloniais do Brasil Meridional em particular no Rio Grande do Sul ou Santa Catarina, a terra dividida em pequenos lotes, pertence ao lavrador que a cultiva, com tanto maior interêsse que o lucro obtido no cultivo é seu. Dedicar-se à policultura, possui algumas cabeças de gado, que às vêzes dá origem a uma indústria caseira de laticínios ou de couros, e deixa em reserva uma parte da mata. O nível de vida do trabalhador é mais alto, suas casas mais confortáveis, e dessa maneira, sente menos a necessidade de procurar a cidade ou de emigrar.

O que já se realizou em algumas zonas agrícolas, poderá se conseguir em outras, também, desde que o lavrador deixe de ser um instrumento de trabalho, para tornar-se um indivíduo consciente de suas possibilidades. A divisão da terra, evidentemente, não trará por si só a solução do problema. Será preciso que o trabalhador do campo saiba tirar proveito de sua terra, que empregue métodos adequados, o que será conseguido através da difusão do ensino rural em todos os graus. Em escolas onde o aluno não aprenda a ler apenas durante o tempo em que freqüentá-la, esquecendo-se ao deixá-la, mas onde receba conhecimentos necessários para o cultivo do solo, acompanhados de noções úteis de higiene e outros que lhe permitam acompanhar pela leitura de publicações agrícolas, tudo o que possa interessar à sua lavoura, que o oriente na escolha dos processos e das culturas a serem feitas, que o ensine a combater eficientemente as pragas e as moléstias de suas plantações. Nas escolas de grau mais elevado, como já existem, mas que deveriam ser multiplicadas, recebem ensinamentos, aquêles a quem incumbe a tarefa de orientar o trabalhador rural, são realizadas as experiências de laboratórios, completadas nas fazendas experimentais, onde a teoria caminha ao lado da prática. O ensino agrícola, tão desenvolvido em outros países que dele têm tirado o melhor proveito, há muito tem preocupado nossos dirigentes e homens de visão. Desde o Império, existem escolas agrícolas, e hoje a de Viçosa em Minas, a de Piracicaba em São Paulo, constituem centros científicos, mas também formadores de técnicos que podem levar ao lavrador, seja êle o fazendeiro ou o pequeno sitiante, a experiência adquirida na escola. Têm-se também feito outras tentativas, tendentes a fixar o lavrador, como entre outras, pela Inspetoria de Obras Contra as Secas, à beira dos açudes do Nordeste, onde estão sendo introduzidas novas culturas adaptadas ao clima sêco.

Além de colocar ao alcance do lavrador a posse da propriedade, para fixá-lo ao solo, além de ensiná-lo a cultivar de maneira racional o seu pedaço de chão, será necessário aperfeiçoar os meios de transporte, a fim de que os produtos da lavoura cheguem ao consumidor por preço ainda mais baixo; com isso aumentará o consumo, garantir-se-á o mercado interno para os produtos da pequena lavoura, tornando mais remunerador o cultivo do solo. O veículo ainda é, em muitas regiões, o carro de bois, moroso e responsável pela má conservação de muitas de nossas precárias estradas e iniciador de muita voçoroca que vai roendo e carregando com o nosso solo agrícola.

Mas, métodos modernos, implicam também no uso de maquinaria agrícola para os serviços mais pesados, reservando o homem suas forças para aquêles que dependem mais de habilidade do que propriamente de força. Entre nós quase todo o amanho da terra se faz com a enxada, sendo pouco empregado o arado e quase desconhecido o uso de tratores e de máquinas mais aperfeiçoadas.

A aquisição de maquinaria por preço acessível, o crédito ao lavrador para que possa manter-se no período da entressafra e durante as crises periódicas a que está sujeita toda lavoura, a orientação quanto à qualidade de solo e quanto aos produtos que deve cultivar, serão medidas possíveis de serem conseguidas e que por certo resolverão, em grande parte, o problema de fixar o agricultor, seja êle o nacional, seja o imigrante estrangeiro. Assim amparado, podendo levar uma vida confortável, com relativa segurança, o lavrador sentirá menos necessidade de abandonar o campo pela cidade, na miragem de viver melhor.

Só então teríamos uma classe rural sólida como o *paysan* francês ou o *farmer* americano, o pequeno lavrador holandês ou dinamarquês, consciente do trabalho que realiza para a coletividade, mas também para si próprio. Com os proventos da terra, poderia elevar o seu nível de vida, consumindo os produtos industriais da cidade, abastecida por sua vez por uma zona rural que lhe fornece os gêneros de primeira necessidade e as matérias primas para as suas fábricas. Veríamos então afastar-se a ameaça constante que pesa sobre nós, de um país onde as cidades crescem repentinamente, mas onde as zonas rurais se despovoam; de grandes cidades circundadas de áreas quase desertas. Seriam êsses os agricultores desejáveis para o nosso país, verdadeiros lavradores que se dedicam com entusiasmo e amor à terra que cultivam.

Use o serviço de informações do Conselho Nacional de Geografia para dissipar suas dúvidas e completar os seus informes sobre a geografia em geral e a geografia do Brasil em especial.

Cadastro de Professôres de Geografia

Organizado pela Secção Cultural do C. N. G.

COLÉGIOS E GINÁSIOS *

CEARÁ

Fortaleza — *Colégio Juvenal de Carvalho* — Profs. José Denisard Macedo de Alcântara; Alzira Petrina de Castro (Ir.); Ednéia Fernandes Coelho (Ir.).

DISTRITO FEDERAL

Colégio Assunção — Profas. Maria Aparecida (Ir.); Teresa (Ir.); Lucinda C. de Melo Coelho.

Colégio Jacobina — Profs. Abel Pinto; Odinéia S. Amorim.

Colégio Santo Inácio — Profs. Manuel Caitano Sipaúba; Néelson Mariano Costa; Mário Correia do Couto; Antônio da Silva Mendes; Aníbal Espinheira; Roberto Piragibe da Fonseca.

Ginásio São Luís — Profs. Lourenço Terribile; Ernesto Müller.

ESCOLAS TÉCNICAS DE COMÉRCIO

DISTRITO FEDERAL

Escola Comercial Estácio de Sá — Profs. Eduardo d'Aguiar Filho; Henrique Carmo Neto; João Carlos Fernandes Cantuária; Hernani d'Aguiar.

Escola Comercial São Fabiano — Prof. Paulo César de Lei.

Escola Técnica de Comércio Bittencourt da Silva — Profs. Álvaro Pais de Barros; Álvaro Pais Barros F.º; Guilherme Sá Vinhais Melo; Washington Reis; Altino Maria Moraes; Armando O. Carvalho; Sílvio Ferreira Silva.

Escola Técnica de Comércio Botafogo — Profs. Néelson Lopes de Assis; Rosalina Paiva de Moura.

Escola Técnica de Comércio do Rio de Janeiro — Profs. José M. de Oliveira Nunes; Irineu Gonçalves Pinto; Alberto Nunes; Eurico de Figueiredo Brasil; José Moacir Meneses; Luís Cândido Mendes de Almeida; Rodrigo dos Santos Capela; Sérgio Teixeira de Macedo.

FACULDADES

DISTRITO FEDERAL

Faculdade Católica de Filosofia — Profs. Everardo Backheuser; Maria da Conceição Vicente de Carvalho; Carlos Marie Cantão; Fernando Raja Gabaglia; Fábio de Macedo Soares Guimarães; Hilgard Sternberg; Sílvio Fróis Abreu.

Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da Academia de Comércio do Rio de Janeiro — Profs. Cândido Mendes de Almeida J; Eurico de Figueiredo Brasil; Manuel Meireles.

MINAS GERAIS

Belo Horizonte — *Faculdade de Ciências Econômicas de Minas Gerais* (U. M. Gerais) — Profs. Lucas Lopes; Alberto H. Wanderley.

* Respostas enviadas em janeiro do corrente ano.

SAO PAULO

São Paulo — *Faculdade de Estudos Econômicos da Escola de Comércio do Liceu Coração de Jesus* — Profs. Edgar Novais França; Nelo Trisoto (Pe.); Astrogildo R. Melo.

Ribeirão Preto — *Faculdade de Ciências Econômicas de Ribeirão Preto* — Profs. Artur Fernandes de Oliveira; Francisco Gaia Gomes; João de Oliveira; Leopoldo Costa; Maria Ribeiro; Norma Venâncio de Araújo; Licurgo Gomes da Mota.

COLÉGIOS E GINÁSIOS **

DISTRITO FEDERAL

Colégio Externato S. José — Profs. Ir. Leão Vicente; Ir. Ático; Ir. José Marcelo; Ir. Zenon Eliseu.

Colégio Juruena — Profs. José da Silva Aranha; José de Almeida Barreto; João Borges de Moraes; Reinaldo Machado.

PARANÁ

Ponta Grossa — *Colégio Estadual Regente Feijó* — Profs. Armando Cardoso de Aguiar; Luís Correia da Silva Reis; Oton José do Nascimento; Valdevino Reis.

PERNAMBUCO

Recife — *Colégio Regina Pacis* — Profs. Hildegard Bühler; Maria Dorer; Perolina Santos Pereira; Rumilda de Carvalho Pereira.

RIO DE JANEIRO

Niterói — *Colégio Diocesano. São José* — Profs. Francisco Salgado Domingues (Pe.); *Ginásio Floriano Peixoto* — Profs. Maria Gisette Barroso Santiago; Hélio Ferreira da Rocha.

Ginásio Rio Branco — Profs. Valdemar Santos da Silva; Odilo Resende.

Angra dos Reis — *Ginásio Angrense* — Profs. José Augusto da Câmara Tôrres; Jorge Paulo Wishart; Benedito Pereira Rocha.

Barra do Piraí — *Colégio Municipal Nilo Peçanha* — Prof.^a Blandina Rangel; *Ginásio São José* — Profs. Ismael Antônio (Ir.); Luís Marcelino (Ir.); Tibúrcio Miguel (Ir.); Henrique Suzo (Ir.).

Barra Mansa — *Ginásio Macedo Soares* — Prof. Francisco Klein.

Ginásio Municipal Verbo Divino — Profs. Leôncio Brasil Silvado; Luís Valejo; João Batista Vale (Pe.).

Ginásio N. S. do Amparo — Profs. Leôncio Brasil Silvado; Luís Valejo.

Campos — *Ginásio São Salvador* — Prof. Benjamim Lenz de Araújo César.

Ginásio Bittencourt — Profs. Salvador Edson Perissée Duarte; Maria José Areias.

Cantagalo — *Ginásio Euclides da Cunha* — Profs. Maria de Lourdes Dietrich Gonçalves; Mário Moraes Teixeira.

Duque de Caxias — *Ginásio Duque de Caxias* — Prof. Ely Combat.

Ginásio Fluminense — Prof.^a Maria José Frizzera Mota.

Ginásio Santo Antônio — Prof. Joffre da Costa Azevedo.

Itaperuna — *Ginásio Bittencourt* — Prof. Jair de Siqueira Bittencourt.

Nova Friburgo — *Colégio Anchieta* — Prof. Leopoldo Hainberger.

** Respostas enviadas em fevereiro do corrente ano.

Colégio Cêfel — Profs. Assuntina Grassini; Ernesto Afonso Tessarollo; Luís Gonzaga Tessarollo.

Ginásio Afrânio Peixoto — Profs. Rui Afrânio Peixoto; Maria Lídia Correia Braga.

Ginásio Santo Estanislau — Profs. G. Rodrigues; Rodolfo Rigo; Lauri Mistura.

Paraíba do Sul — *Ginásio Sul Fluminense* — Prof. Rubens Soeiro de Carvalho.

Santo Antônio de Pádua — *Colégio Municipal de Pádua* — Profs. Anaíde Panaro Caldas; Ivone Teles Pinto; Maria Perlingeiro Lavaquiel.

São Gonçalo — *Ginásio São Gonçalo* — Profs. Herminia Vaz; Eunice Rodrigues; Maria G. B. Santiago; Edalmo Costa; José Ranulfo Siqueira.

ESCOLAS TÉCNICAS

DISTRITO FEDERAL

Escola Técnica de Comércio Guanabara — Profs. Enéias Emery de Carvalho; Joffre Rocho Fleiuss; Lagrange Guerra Novais; Ormar Dias.

Escola Técnica de Comércio Santa Cruz — Prof. Hildebrando Castro Gonçalves.

Escola Técnica do Instituto Brasileiro de Contabilidade — Prof. Roberto Talavera Bruce.

RIO DE JANEIRO

Niterói — *Escola Industrial Aurelino Leal* — Prof.^a Lúcia Machado Gonçalves de Uzeda.

Escola Industrial Henrique Laje — Profs. José Lourenço Furtado Portugal; Edite Maciel Levy; Euridice Mastrangelo Mendonça; Antonieta Prezewedwska Montenegro de Sousa.

Escola Técnica de Comércio Martim Afonso — Profs. Jair Gonçalves Pereira; Válter de Castro; Consuelo Cabral Pereira.

Angra dos Reis — *Escola Almirante Batista das Neves* — Profs. Benedito Pereira. Rocha; Pedro José Kassab.

Barra do Pirai — *Escola Profissional Henrique Goulart* — Profs. Sebastião Alves de Medeiros; Mário Silva; Luís Soares de Siqueira; Oscar José Bernardes; Gilberto Rodrigues; Warton Pinto; Manuel Cardoso Guimarães; Darci Monteiro.

Barra Mansa — *Escola Profissional da Cia. Siderúrgica Nacional* — Profs. José Ribeiro da Costa; Elias Rodrigues da Fonseca.

Escola Técnica de Comércio — Prof. Fernando Vilela de Andrade.

Campos — *Escola Industrial Nilo Peçanha* — Prof.^a Maria da Conceição de Santa Rita Dinelli.

Escola Técnica de Comércio Bittencourt — Profs. Salvador Edson Perisséé Duarte; Maria José Areias.

Escola Técnica de Comércio Pedro II — Profs. Wilson da Costa Chami; Válter Siqueira.

Itaperuna — *Escola Técnica de Comércio Bittencourt* — Prof. Jair de Siqueira Bittencourt.

Marquês de Valença — *Escola Técnica de Comércio Cândido Mendes* — Profs. Mário Nogueira Filho; Nilo Borges Graciosa.

Nova Friburgo — *Escola Técnica de Comércio Friburguense* — Profs. Antônio Luís Hart Cortes; Válter dos Santos.

Resende — *Escola Militar* — Prof. Luís Fournier.

Escola Técnica de Comércio Orlando Carlos — Profs. Maria Augusta Dinorá Freire; Carmela Bruno.

RIO GRANDE DO SUL

Santa Maria — *Escola Técnica de Comércio Fontoura Ilha* — Profs. Edelmira Dutra; Diva M. Alves.

FACULDADES

PARANÁ

Curitiba — *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (da Universidade do Paraná)* — Profs. Francisco Villanueva; José Nicolau dos Santos; José Carlos de Figueiredo.

RIO DE JANEIRO

Niterói — *Faculdade de Ciências Econômicas Martim Afonso* — Prof. Luis Filipe de Moraes Lamego.

SÃO PAULO

São Paulo — *Faculdade de Ciências Econômicas da Escola de Comércio Álvares Penteado* — Profs. Aroldo Edgar de Azevedo; Hélio Benedito Fiori.

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento — Profs. Antônio de Paula Assis; Fernando Marques de Almeida; João Resende da Costa (Pe.); Joaquim Alfredo da Fonseca; José Ribeiro de Araújo Filho; Valdomiro Padilha.

Os professôres registados neste cadastro têm direito ao abatimento de 50% nos preços de tôdas as publicações editadas pelo Conselho Nacional de Geografia, de acôrdo com a resolução n.º 284, de 19 de setembro de 1947, do Diretório Central.

Noticiário

Capital Federal

PRESIDENCIA DA REPUBLICA

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA Diretório Central

NOVO REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DA MARINHA — HOMENAGEADO O ALMIRANTE ALVES CÂMARA — LABORATÓRIO DE OCEANOGRAFIA FÍSICA — REPRESENTAÇÃO DO CONSELHO EM CERTAMES INTERNACIONAIS — TRANSFERIDA A REALIZAÇÃO DA I REUNIÃO PAN-AMERICANA DE CONSULTA SOBRE GEOGRAFIA — IV CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DA BAHIA — ESPECIALIZAÇÃO FOTOGRAFÉTRICA E INTERPRETAÇÃO DE FOTOGRAFIAS AÉREAS — ADESAO A TRÊS CERTAMES CIENTÍFICOS. — Sob a presidência do Cel. Renato Barbosa Rodrigues Pereira, representante do Ministério das Relações Exteriores, presente a maioria de seus membros, realizou-se a 5 do corrente, a 1.ª reunião quinzenal do mês, do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia.

Depois da leitura da ata e do expediente, o Prof. Jorge Zarur, secretário-geral interino, no impedimento eventual do titular efetivo, deu a conhecer os termos do ofício firmado pelo almirante Antônio Alves Câmara, no qual é comunicada a designação do almirante Antônio Guimarães, atual diretor da Diretoria de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha, para, como seu substituto, representar o mesmo Ministério no Diretório. Ainda o secretário-geral interino justificou a ausência do Eng. Christovam Leite de Castro que se encontra no estrangeiro, no desempenho de comissões oficiais junto à ONU, e integrando a representação do Brasil no Congresso Internacional de Geografia a realizar-se próximamente em Lisboa, solicitando, após, formulação de votos pelo seu êxito. Apresentou a seguir o Dr. Ademar Barbosa de Almeida Portugal, designado suplente do Dr. Gastão de Castro Cunha, representante do Ministério da Fazenda, que irá se empossar como membro do Diretório, dirigindo-lhe uma saudação, a que o homenageado agradeceu.

Lido, após, o "Diário do Conselho", êste ensejou a aprovação dos seguintes pronunciamentos, de iniciativa do secretário-geral interino: votos congratulatórios ao Sr. Núncio Apóstólico pelo 50.º da ordenação sacerdotal de Sua Santidade o Papa Pio XII; ao engenheiro Edson Passos, pela sua reeleição para presidente do Clube de Engenharia; ao governador da Bahia e ao prefeito da Cidade do Salvador, pelo transcurso do IV centenário da fundação daquela cidade, ao Conselho Nacional de Estatística, pela sanção da lei 651, que dispõe sobre a realização do V Censo Nacional; ao Eng. Glycon de Paiva, que vai representar o Brasil na III Reunião do Acórdo Geral, sobre Tarifas e Comércio; ao Dr. Ru-

bens Pôrto, pela sua posse no cargo de diretor do Serviço de Estatística Moral e Política do Ministério da Justiça, e ao titular dessa pasta pelo mesmo motivo, ao Prof. Vilhena de Moraes, diretor do Arquivo Nacional, pela exposição bibliográfica e cartográfica levada a efeito em comemoração do IV centenário da fundação da Cidade do Salvador.

Por proposta do Prof. J. C. Raja Gabaglia, foi aprovado voto de congratulações ao ministro da Marinha e aos almirantes Antônio Alves Câmara e Antônio Guimarães pela iniciativa da criação do Laboratório de Oceanografia Física da Diretoria de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha, cujo êxito já é notável. Depois de pôr em relêvo a atuação do almirante Alves Câmara que acabava de deixar o seu cargo de membro do Diretório depois de 12 anos de atividades, o comandante Antônio Espindola propôs voto de agradecimentos àquele oficial general, tendo-se associado a essa manifestação a Secretaria-Geral.

Os Engs. Flávio Vieira e Valdemar Paranhos de Mendonça, trataram das concessões de diária, como parte do novo regimento de promoções ainda em estudos, ficando o assunto para ser discutido na próxima reunião, sendo deliberado ainda que seja encaminhado à Comissão de Regimento, o Regulamento de Promoções, para novo estudo, bem como sejam as diárias pagas pela tabela antiga até a aprovação da nova tabela. Relativamente a uma consulta da Secretaria-Geral, o Diretório resolveu que só terão direito a seguro contra acidentes, os funcionários lotados em determinados trabalhos.

Dando conhecimento à Casa, dos termos do ofício do chefe da Divisão de Certames Internacionais do Itamarati, sobre o adiamento da realização da I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia, por sugestão da ONU, a fim de que os trabalhos desse certame não coincidam com os da "Conferência Científica da Conservação de Recursos Naturais", o secretário-geral interino colocou o assunto perante o Diretório, tendo êste concordado com o adiamento, ficando resolvido que o certame se realize entre os dias 12 e 24 de setembro próximo.

Encerrando essa parte da reunião, o Eng. Virgílio Correla Filho que representou o C.N.G. no I Congresso de História da Bahia, fez uma comunicação sobre o certame e os festejos do IV centenário da fundação da Cidade, tendo por fim apresentado u'a moção de congratulações dos componentes daquele Congresso, ao C.N.G., por motivo do seu 12.º aniversário, propondo, ao fim, votos de agradecimentos. Depois de comunicada a viagem para Lisboa da delegação do Brasil ao Congresso Internacional de Geografia a realizar-se ali, passou-se à ordem do dia, tendo o secretário-geral dado a conhecer o teor da Comissão Organizadora da I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia, bem como se referiu à delegação brasileira a êsse certame. Essa parte da reunião terminou com a aprovação das seguintes reso-

luções: n.º 335, que dispõe sobre o curso de especialização fotogramétrica e interpretação de fotos aéreas; n.º 336, que autoriza a adesão do C.N.G. ao XXIX Congresso Internacional de Americanistas; n.º 337, relativa à adesão do Conselho ao Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia, a realizar-se entre 15 a 19 de julho próximo em Bruxelas, e n.º 338 que determina a adesão do Conselho à I Conferência de Imigração e Colonização do Brasil Central, que se realizará na 2.ª quinzena de abril em Goiânia.

COMITÊ DE FOTOGRAMETRIA — CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO — Visando a intensificação dos processos de levantamento aerofotogramétrico no país, foi criado por iniciativa do Conselho Nacional de Geografia, o Comitê de Fotogrametria, integrado por representantes de serviços oficiais e instituições particulares.

Como primeiro passo ao preenchimento de suas finalidades, resolveu o referido comitê, promover cursos de especialização destinados à formação de fotogrametristas, restituidores e intérpretes de fotografias terrestres e aéreas.

A inaugurar-se a 14 do corrente e devendo encerrar-se em novembro, as aulas destes cursos são absolutamente gratuitas e estão a cargo de especialistas comprovados, como os professores Francis Ruellan, da Faculdade Nacional de Filosofia, Rodolfo Langer, do Serviço Geográfico do Exército, e engenheiro Roger Daniel do Instituto Geográfico Nacional da França.

O programa organizado inclui lições de leitura de fotografias, geomorfologia descritiva fundamental e geral, geomorfologia superior evolutiva, geomorfologia fundamental e superior do Brasil, fotogrametria superior, e, finalmente, aerofotogrametria aplicada ao estabelecimento de cartas geomorfológicas, fitogeográficas, geológicas, de cartas para utilização do solo para as obras públicas e estudos de urbanismo.

Serão promovidos igualmente trabalhos práticos sobre fotografias terrestres e aéreas, a serem executados com o empréstimo de aparelhos técnicos e do estereotopógrafo Poivillers, cedido pela Sociedade de Ótica e Mecânica de alta precisão.

ELEIÇÃO DO ENG. LEITE DE CASTRO PARA A VICE-PRESIDÊNCIA DA UNIÃO GEOGRÁFICA INTERNACIONAL — Por ocasião do XVI Congresso Internacional de Geografia, recentemente realizado em Lisboa, foi eleito para o cargo de vice-presidente da União Geográfica Internacional, o engenheiro Christovam Leite de Castro, secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia, que chefiou a delegação do Brasil àquela importante certame, que reuniu representantes de todos os países do mundo.

A distinção conferida ao secretário-geral do C.N.G. reflete, sem dúvida, o alto prestígio que desfruta este órgão especializado do Brasil, no âmbito científico internacional, e, conseqüentemente, dá ao nosso país uma distinção que justifica, de modo inequívoco, o seu desenvolvimento no terreno da ciência geográfica, como o atestam as contribuições ali levadas pelos seus delegados.

EXPOSIÇÃO DE TRABALHOS GEOGRÁFICOS E CARTOGRÁFICOS — Encerrou-se a 7 de abril próximo passado a exposição de trabalhos geográficos e cartográficos, organizada pelo Conselho Nacional de Geografia para comemorar o seu 12.º aniversário de criação, e

que esteve franqueada ao público por espaço de uma semana, pôsto fora inaugurada a 1.º do mesmo mês.

Entre o que figurou de mais importante na referida exposição que reuniu farto e variado material de interesse para a geografia e a cartografia, é mister mencionar a contribuição do Serviço de Geografia, constante de trabalhos técnicos, gráficos estatísticos, cartogramas demográficos e mapas de estudo da região do Planalto Central. Figurou igualmente na exposição, despertando vivamente a atenção de quantos a visitaram, os desenhos de Percy Lau, trabalhados para ilustrar a secção de Tipos e Aspectos do Brasil da *Revista Brasileira de Geografia* de que tem feito o Conselho sucessivas edições em separata.

★

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Arquivo Nacional

EXPOSIÇÃO BIBLIOGRÁFICA, CARTOGRÁFICA, DOCUMENTAL COMEMORATIVA DO IV CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE DO SALVADOR — Associando-se às comemorações do IV centenário da fundação da Cidade do Salvador, promoveu o Arquivo Nacional uma exposição de documentos históricos e de interesse geográficos relativos à Bahia.

Assim a vida econômica e comercial da Bahia particularmente, e ainda nas suas relações com Portugal, pôde ser, com assinalado interesse, apreciada, à vista de numerosíssimas peças desconhecidas do público. Minuciosos e variados mapas estatísticos elucidam ali interessantes questões sobre contrabando, tráfico e colocação de escravos; contratos de dízimos, comércio de sal, de azeite e outros gêneros, constituindo, a partir da última década do século XVIII, uma documentação das mais ricas, absolutamente indispensável para quantos desejem escrever, conscientemente, sobre um dos mais importantes aspectos da nossa história.

Dentre o que apresentou essa exposição organizada pelo Museu Nacional, destacam-se os seguintes documentos:

1 — Cópia. Conta dada pelo Dezor, Rodrigo Coelho Machado Tôrres, sobre o comércio da Costa da Mina, e contrabando, que se faz dela para o porto da Bahia. S. data.

2 — Lembrança das Propinas, que vencem do Senado da Câmara desta cidade da Bahia os Ilmos, e Exmos. Srs. governadores dela. S. data.

3 — Instrução de que deve usar o Comte. dos presos que são remetidos para o trabalho da Ribeira. S. data.

4 — Alvará s. assinatura concedendo a Jacó Pascoal, o ofício de escrivão da relação da Bahia. 1801.

5 — Cópia do edital de D. Frei Antônio, aos sacerdotes da Bahia. S. data.

6 — Cópia do decreto concedendo ao Bel. Cláudio José Pereira da Costa um lugar de desembargador da relação da Bahia. 1801.

7 — Cópia. Ofício de Francisco Nunes da Costa, sobre o contrabando de mercadorias nos portos da Barra Grande e Santo Antônio Grande. S. data.

8 — Ofício de Francisco Gomes de Sousa, sobre o rendimento produzido pela saída de escravos da Bahia para Minas de 1791 a 1795.

9 — Cópia do interrogatório feito a dois marinheiros, aprisionados em Porto Seguro. Bahia, 1796.

10 — Cópia — Dec^o referente ao 4.^o Regimento de Milícias da Cidade do Salvador. Bahia. 1802.

11 — Carta de Inácio José Aprígio da Fonseca Galvão a D. Fernando José de Portugal. 1802.

12 — Ofício de Manuel Ferreira da Câmara B. de Sá, referente à venda de sal e azeite. (cópia). Bahia. 1802.

13 — Ofício de João da Silva Santos, referente à entrada de franceses em Pôrto Seguro. Bahia, 1796.

14 — Ofício de Luís Antônio Abreu e Lima, prisioneiro na Fortaleza de S. Pedro, 1801.

15 — Petição do padre Nicolau Pedro da Silva, vigário da freguesia de Sant'Ana do Caiteté. Bahia. 1802.

16 — Patente s. assinatura do príncipe, de Joaquim da Fonseca e Rodrigo Alves Monteiro. 1796.

17 — Decretos de nomeações sem assinaturas. Bahia, 1792 — 1795 — 1797 — 1800 — 1802 — 1804.

18 — 2 docs. referentes ao sôlido de sargentos mores e alferes da Bahia, 1787 — 1783.

19 — 21 docs. sobre contrata de dizimos da capitania da Bahia. 1799.

20 — Documento referente aos parágrafos do Regimento das Casas de Inspeção, sem data.

21 — Quadro da receita e despesa da Contadoria da Bahia. 1801.

22 — Cartas e relação das remessas da capitania do mesmo estado. 1800. Bahia.

23 — Mapas que demonstram as reses que têm vindo à feira. 1802. Bahia.

24 — Cartas, dirigidas ao ouvidor geral, a respeito dos corpos milicianos. 1807.

25 — 3 Cartas a D. Fernando de Portugal. 1801 — 1802 — 1806 — Bahia.

26 — Listas das cartas de D. Rodrigo de Sousa Coutinho. 1797. — Bahia.

27 — Cópias das cartas para os arcebispos da Bahia, 199 — 2 fls.

28 — 1 carta do marquês de Abrantes, 1795, pedindo nomeação como substituto no impedimento do atual desembargador. — Bahia.

29 — Offícios da côrte ao governador da Bahia. D. Fernando de Portugal. 1794 — 1795 — 1796 — 1797 — 1798 — 1799 — 1800 — 1801 Bahia.

30 — Resolução da Sra. Rainha mandando passar para a Bahia, José Guilherme Folquan. 1788.

31 — Documentos do visconde de Anadia a Francisco de Sousa Silveira, sobre celeiro da Bahia. 1807.

32 — Decreto de Sua Majestade, de 1.^o de junho, apresentando o Dr. Joaquim de Sousa Ribeiro na tesouraria mor da Sé da cidade da Bahia, 1798.

33 — Cópia do edital do desembargador, denominando que foi estritamente observado o alvará que impede os consideráveis danos causados ao comércio em geral. 1790.

34 — Carta sobre o Bergatim Gaivota. Bahia, 1804.

35 — 1 Carta de Francisco Gomes de Sousa ao conselheiro chanceler. 1803. Bahia.

36 — Ofício sobre direitos que devem pagar os gêneros destinados à Casa Real. 1765-69. Bahia.

37 — Petições de Manuel de Lima Pereira tenente-coronel, pedindo promoção. 1806. Bahia.

38 — Ofício de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para o governador da Bahia. Of. de 3 de novembro. Palácio de Queluz, 1797. — Bahia.

39 — 4 cartas de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a D. Fernando José de Portugal. — Bahia, 1797. Cópia.

40 — 1 carta de Inácio José Aprígio da Fonseca e Galvão, à rainha D. Domingas Rosa de Portugal; e outra de Manuel Tomás Peixoto, a D. Fernando José de Portugal. Bahia — 1807.

41 — 2 requerimentos do conde Povolide, 27 de julho de 1770. — Bahia.

42 — 5 Offícios de José Terêncio de Seixas. 1799 e 1802. — 1805 — Bahia.

43 — 2 Representações de Fr. José — Arcebispos. 1807. — Bahia.

☆

Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política

POSSE DO DR. RUBENS PôrTO NO CARGO DE DIRETOR — Em solenidade levada a efeito no gabinete do ministro da Justiça, a 1.^o de abril, foi empossado nas funções de diretor do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política daquele Ministério, o Dr. Rubens Pôrto.

Além do ministro Adroaldo Mesquita da Costa, perante o qual foi declarado empossado o Dr. Rubens Pôrto naquelas elevadas funções, estiveram presentes ao ato, todos os funcionários do gabinete do titular da Justiça e inúmeros chefes e diretores dos diversos serviços e secções daquela Secretaria de Estado.

★

Instituições particulares

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS

LABORATÓRIO DE RAIOS CÔSMICOS EM CHACULTAYA — GEOLOGIA DA REGIÃO DE CANUDOS — OUTROS COMUNICADOS — Sob a presidência do Prof. Artur Moses, e estando presente vultoso número de sócios, realizou a Academia Brasileira de Ciências, em dias da segunda quinzena do mês passado, mais uma de suas sessões ordinárias do corrente ano.

Na parte relativa ao expediente, foram lidos os convites enviados à Academia, para que tomasse parte no Congresso de Filosofia, a realizar-se em Mendoza, e no I Congresso Latino-Americano de Biologia Marinha, a reunir-se em Vina del Mar, entre 5 e 10 de setembro vindouro. Depois disso tomou a Casa, conhecimento de um offício do diretor do Departamento Nacional da Produção Mineral,

transmitindo cópia do relatório das pesquisas sobre raios cósmicos, realizados em Chacultaya, na Bolívia, pelo Prof. Hervásio de Carvalho, daquele Departamento, e a que acompanha a exposição do ministro da Agricultura, solicitando ao Sr. presidente da República, autorização para o laboratório de mineralogia do D.N.P.M. estudar com a Academia Brasileira de Ciências, Universidades do Brasil e de São Paulo, o *modus faciendi* da possível instalação de um laboratório brasileiro-boliviano na citada localidade boliviana, para estudo dos raios cósmicos.

Em vista do despacho presidencial sobre a matéria, ficou o presidente da Academia, autorizado a dirigir-se às demais entidades mencionadas no sentido de que fosse constituída a comissão que devera elaborar um projeto a respeito, a ser encaminhado ao titular da Agricultura. Sobre o assunto manifesta-

ram-se os acadêmicos Costa Ribeiro, Othon Leonardos e B. Gross, todos para encarecer a importância do laboratório, que virá a ser o primeiro daquela natureza na América Latina.

Antes de passar à ordem do dia, lembrou o Sr. presidente que, no período das férias, foi nomeado diretor do Instituto Osvaldo Cruz, o acadêmico Olímpio da Fonseca. Em representação da Academia, assistiu às cerimônias da posse. Propunha-se que na ata fosse mandado inserir um voto de congratulação ao acadêmico, por tão auspicioso fato, o que foi pelo plenário aprovado.

Passando à ordem do dia, o acadêmico Luciano Jacques de Moraes apresentou uma comunicação sobre a geologia da região de Canudos, no estado da Bahia, onde realizou estudos, em fins de 1948, em companhia do engenheiro de minas Benedito Paulo Alves, do Departamento Nacional da Produção Mineral.

Com a palavra, o Prof. B. Cross fez, em seguida, um comentário em torno de um trabalho do cientista A. Gemant, publicado sob o título de "Electret" na revista *Physics Today*.

A esse orador sucedeu o acadêmico Mário da Silva Pinto que, por sua vez, comentou o trabalho do associado Leopoldo Nachbin da Universidade de Chicago, sobre o teorema de Nahan-Bachbin, apresentado em reunião anterior.

O Prof. Artur Moses fez a apresentação do trabalho de autoria do naturalista José C. M. Carvalho, intitulado "Miríades neotropicais XXXVI — gênero *Chilozionutus Reuter*" no qual vêm descritas quatro espécies novas de miríade, a saber: *C. mesoscutellatus*; *C. nigrosentellatus*; *C. basiscutellatus* e *Resultema simulacrum*.

Finalmente, o Sr. secretário-geral deu conhecimento ao plenário do trabalho enviado pelo Dr. Paulo Ribenboim, com o qual o autor escolhe quatro propriedades independentes do sup-complemento de um reticulado de Brouwer e mostra que são características desses reticulados, no sentido de que todo reticulado distributivo como último elemento que admite um operador S que goze das quatro propriedades mencionadas, é um reticulado de Brouwer e X Cx é sup-complemento de x .

★

SOCIEDADE BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

REPRESENTAÇÃO NO CONGRESSO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA — CONGRATULAÇÕES PELA PASSAGEM DO IV CENTENÁRIO DE FUNDAÇÃO DA BAHIA — Em dia da primeira quinzena do mês passado, reuniram-se conjuntamente em mais uma de suas sessões ordinárias, a Diretoria e o Conselho Diretor da Sociedade Brasileira de Geografia, presidindo os trabalhos o ministro J. S. da Fonseca Hermes.

Submetidas a votação, com parecer favorável da Comissão de Admissão de Sócios, foram aprovadas as propostas para sócios titulares dos Srs. Dr. José Dantas Itapicuru e Prof. Armando José Sampaio de Sousa; e para correspondentes, dos Srs. cônsul Armando Braga Rui Barbosa e Lucílio Haddock Lôbo.

Tratou-se a seguir, de assuntos da administração e economia interna da Sociedade, inclusive a representação no Congresso Internacional de Geografia.

Nesta parte da sessão, usaram da palavra o Prof. Lindolfo Xavier, e comandante Oliveira Belo, o Prof. Arnaldo Claro de São Tiago e outros consócios, sendo afinal resolvido que se confiassem à diretoria o encaminhamento e a solução dos casos debatidos.

O Sr. presidente apresentou à casa o desenho do novo diploma de sócio, em estilo marajoara, o qual agradou geralmente e será submetido oportunamente à aprovação, para substituir o modelo atual.

Por proposta do Prof. Lindolfo Xavier, foi aprovado um voto de congratulações pela passagem do IV centenário da Cidade do Salvador, ficando resolvido que esse voto fosse transmitido por intermédio do consócio Dr. José Wanderley de Pinho, atual prefeito daquela cidade.

Pelo Sr. comandante Oliveira Belo foram apresentadas, com minuciosa fundamentação, três propostas, que ficaram sobre a mesa para deliberação ulterior:

I — que sejam restabelecidas, pelo menos cinco das antigas comissões, suprimidas em 1935, compondo-se de 3 ou 5 membros cada uma, podendo elas ter as seguintes denominações, se fôr isso julgado oportuno: de geografia física e meteorológica etnográfica; de economia comercial; de humana e urbanística; de história e política, oceanográfica, hidrográfica e cartográfica.

Que a composição e modalidade de suas atribuições sejam organizadas à semelhança das atuais comissões, de que trata o art. 26 dos mesmos estatutos, levando-se em consideração o estabelecido nos arts. 41 e 42 do vigente regulamento da Sociedade.

II — que a diretoria se dirija, por circular assinada, a cada sócio, comunicando-lhe a existência de um museu, criado em virtude da letra J, art. 6.º dos estatutos vigentes, e para cuja formação se tornam necessárias a contribuição e a colaboração de cada um, dentro do possível, uma vez que a Sociedade não possui recursos disponíveis para isso.

III — que seja renovada, discutida, melhorada e aprovada a proposta do estudo da vida social e cultural dos verdadeiros geógrafos nacionais, de preferência os falecidos, cujas obras mereçam ser apreciadas e comentadas.

★

Certames

I REUNIÃO PAN-AMERICANA DE CONSULTA SOBRE GEOGRAFIA

SUA PRÓXIMA REALIZAÇÃO NESTA CAPITAL — Promovida pelo Instituto Americano de Geografia e História, através da sua Comissão de Geografia, sediada no Brasil, e organizada pelo governo brasileiro, através do Conselho Nacional de Geografia, deverá realizar-se, nesta cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 15 e 27 de agosto próximo, a

I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia.

Esse certame científico de expressão continental, assume transcendental importância, pois embora interesse especificamente aos países americanos, em face da atribuição limitada do órgão especializado que a promove, integrará representantes de instituições científicas internacionais e personalidades geográficas de projeção mundial. Da reunião só poderão participar geógrafos militantes. É de se acentuar

a distinção que se faz entre geógrafos e cartógrafos, visto integrarem o Instituto uma comissão de Geografia e outra de Cartografia, que organizaram reuniões adequadas a uns e outros especialistas. Terá a Reunião uma triplice finalidade informativa, cultural e principalmente consultiva. Assim, deverão ser apresentados pelos delegados de cada país americano, relatórios técnicos, contendo ligeiro histórico das atividades geográficas dos respectivos países bem como informações completas relacionadas com o estado atual da Geografia nos setores do ensino dessa matéria, da investigação científica e da divulgação geográfica. Embora seja uma reunião de consulta e não um congresso, a I Reunião terá também uma feição cultural, sendo permitida aos seus participantes a apresentação de estudos que interessam à geografia do continente americano. Além disso, serão promovidas durante a sua realização, conferências e debates, em mesa redonda, sobre assuntos da atualidade. Os estudos apresentados serão posteriormente encaminhados à Comissão permanente de Geografia, para a devida apreciação e publicação.

A Reunião é, sobretudo, consultiva, pois a ela cabem, preferentemente, o estudo e o debate de temas geográficos e, principalmente, iniciativas de interesse comum, que sejam benéficas ao desenvolvimento das atividades geográficas, nos diversos países americanos.

Os trabalhos da conferência se distribuirão em duas fases. Na primeira, entre os dias 15 e 27 de agosto, haverá sessões plenárias e reuniões para estudo das questões oficiais da Reunião; visitas a serviços e instituições geográficas; palestras, tertúlias e reuniões culturais.

A segunda fase, que vai do dia 27 de agosto ao dia 7 de setembro, será destinada às excursões ao interior, em número de quatro, com o objetivo de proporcionar aos congressistas, o conhecimento de regiões distintas do país.

Já está em funcionamento a Comissão Organizadora do certame, criada com a finalidade de providenciar sobre a organização da Reunião, seu programa de atividades, temário e regulamento, a qual é constituída de membros ex-officio e membros efetivos.

A referida Comissão esteve reunida ontem, às 16 horas, na sede do Conselho Nacional de Geografia, para a discussão do temário da Reunião, que está assim elaborado:

1.º Comitê: Geografia Física; 1 — Terminologia das formas de relevo, usada nos países americanos; 2 — Morfologia em relação aos climas (especialmente a morfologia tropical); 3 — Estudo das formas topográficas litorâneas (especialmente quanto à praticabilidade de ancoradouros naturais); 4 — Estudo comparado dos terraços terciários e quaternários (para a determinação de movimentos eustáticos e epirogênicos); 5 — Plataforma continental (contribuição ao estudo da pesca, exploração de petróleo, águas territoriais); 6 — Estudos de águas subterrâneas (relações com a vegetação, agricultura e abastecimento d'água); 7 — Planícies de inundação (possibilidades de aproveitamento agrícola) estudo do aluvionamento; 8 — Circulação atmosférica (geral e secundária), como contribuição ao estudo dos climas e da previsão do tempo; 9 — Tipos usuais de climas dos países americanos, nomenclatura, caracterização e crítica; 10 — Conceito de aridez e semi-aridez; 11 — Zonas de altitude (*tierra caliente*, *tierra templada*, *tierra fria*, etc.); caracterização, limites e possibilidades de utilização; 12 — Regime fluvial (tipos, problemas das enchentes), navegabilidade de cursos d'água e grandes bacias hidrográficas; 13 — Tipos de solos

(contribuição à carta de solo das Américas); 14 — Cartas especiais (geomorfológicas, climáticas, pedológicas, etc.); informações sobre o seu preparo nos países americanos); 2.º Comitê: Biogeografia: 1 — Terminologia dos tipos de vegetação, usada nos países americanos; 2 — Conceitos de formação e de associação vegetal e sua importância para a Geografia; 3 — Vegetação em relação às zonas de altitude; 4 — Caracterização e delimitação da Hileia Amazônica; 5 — Vegetação das regiões áridas e semi-áridas; 6 — Vegetação em relação ao aproveitamento agrícola 7 — Modificações na vegetação causadas pelo homem; 8 — Modificações na vegetação e nas culturas causadas pelos flagelos de origem biológica; 9 — Parques nacionais, reflorestamento e silvicultura; 10 — Zonas zoogeográficas; 11 — Cartas especiais (fito e zoogeográficas); informações sobre o seu preparo nos países americanos); 3.º Comitê: Geografia Humana: 1 — Povoamento e distribuição (marcha do povoamento, frentes pioneiras atuais); 2 — Colonização (conceito, tipos de colonização, zonas propícias à colonização, influência do clima sobre o imigrante europeu); 3 — Migrações internas; 4 — *Habitat* rural (especialmente as suas relações com o problema da difusão cultural); 5 — Gêneros de vida; 6 — Tipos de agricultura e pecuária (práticas agrícolas), sistemas agrários (tipo e regime de propriedade); 7 — Contribuição da Geografia para o planejamento rural; 8 — Conservação do solo e dos recursos naturais; 9 — Irrigação e *dry farming*; 10 — Endemias tropicais (problemas do saneamento); 11 — Urbanismo (contribuição da Geografia para o planejamento urbano); 12 — Conceito de "urbano" e de "rural"; 13 — Mercados, circulação da produção; 14 — Transformações dos meios de transportes e suas consequências; 15 — Fonte de energia (especialmente problemas de eletrificação rural); 16 — Bases geográficas da industrialização; 17 — Geografia da alimentação; 18 — Aspectos geográficos da mineração; 19 — Estudos de cenografia (demográficos, de produção, etc.); 20 — Cartas especiais (demográficas, de produção, etc.); informações sobre o seu preparo nos países americanos.

4.º Comitê: Geografia Regional: 1 — Conceito de região e de suas subdivisões (o problema geral da divisão regional); 2 — Estudos de regiões americanas como contribuição à geografia das Américas; 3 — Divisões regionais, comumente usadas, de cada país americano; 4 — Contribuições à divisão regional das Américas; 5 — Estudos geográficos realizados para o planejamento regional.

5.º Comitê: Didática e Divulgação Geográfica: 1 — As divisões da Geografia (sua definição e hierarquia); 2 — Objetivos e métodos do trabalho geográfico; 3 — O ensino da Geografia; 4 — A formação de geógrafos profissionais; 5 — Terminologia geográfica; glossários com equivalências de termos usuais nas línguas oficiais da América; 6 — Toponímia (origem de nomes, grafia, aplicações da toponímia à Geografia, organização de vocabulários geográficos); 7 — Bibliografias e publicações (intercâmbio); 8 — Intercâmbio de professores e geógrafos profissionais; 9 — Utilização de fotografias e filmes como meio de pesquisa e de divulgação geográfica; 10 — Contribuição da Geografia ao preparo e guias e prospectos de turismo; 11 — Relações entre a Geografia e a Estatística; 12 — Informações sobre a divisão territorial dos países americanos e elaboração de cartogramas.

Mesas-redondas: 1 — Colonização e imigração: êxitos e malogros da colonização estrangeira nos países americanos, contribuição da Geografia, à solução do problema; 2 —

Contribuição da Geografia à conservação do solo; 3 — Contribuição da Geografia ao planejamento regional.

Conferências: 1 — A energia atômica e a Geografia; 2 — Endemias tropicais e suas repercussões no povoamento; 3 — A natureza da Geografia; 4 — A Geografia e a nova capital do Brasil (comunicação oficial do CNG).

I MESA REDONDA SOBRE A CONSERVAÇÃO DO SOLO

CONCLUSÕES APROVADAS POR ESSE CERTAME — Conforme é do conhecimento público, realizou-se em São Paulo, durante o mês de fevereiro do corrente ano, a I Mesa Redonda sobre a Conservação do Solo, promovida pela Sociedade Rural Brasileira, e da qual participaram inúmeros técnicos e especialistas brasileiros, nos assuntos que foram ali ventilados e discutidos.

Desse certame que preencheu as finalidades para que foi convocado, saíram as seguintes importantes recomendações:

I — Preliminares — 1 — que a ação orientadora e coordenadora do governo, no sentido da conservação do solo, deve começar pelo estabelecimento de condições econômicas favoráveis à adoção das práticas conservacionistas, por meio da defesa da produção agrícola do país; 2 — que seja criado, como dependência do Ministério da Agricultura, o Serviço Nacional de Conservação do Solo, que se incumbirá de traçar as linhas gerais da política conservacionista, e praticá-la nos estados que não possuem organização própria; 3 — que o governo federal estabeleça convênios com os estados que possuem um serviço estadual de conservação do solo, atribuindo-lhes a parte da verba própria que lhes competir, de modo a assegurar, neste particular, a autonomia estadual básica no regime federativo que nos rege. Salvo o caso de um plano nacional de defesa da fertilidade do solo, de reflorestamento, etc., precedido de desapropriação por utilidade pública, de determinadas áreas territoriais, entende-se que a função do Serviço Nacional de Conservação do Solo e dos serviços estaduais e municipais de conservação do solo, deverá ser a de orientação técnica, cabendo ao estado, ao município, ou aos particulares, o ônus financeiro do serviço de imediato interesse particular, municipal, ou estadual.

II — Pesquisas e levantamentos básicos — 4 — que sejam multiplicadas, ampliadas e devidamente aparelhadas com técnicos, material e sobretudo libertadas de entraves burocráticos, as instituições nacionais de pesquisas, sobre conservação do solo; 5 — que os poderes públicos promovam e intensifiquem os levantamentos e estudos aerofotogramétricos, agrogeológicos, econômicos e outros, imprescindíveis à execução de programas conservacionistas.

III — Educação e Ensino — 6 — que sejam criadas cadeiras especializadas de conservação do solo em todas as escolas de agricultura do país, qualquer que seja o grau de ensino ministrado; 7 — que nas escolas elementares e médias de Agricultura, se estabeleçam cursos práticos para formação de tratoristas e mecânicos, especializados na montagem e no manejo de tratores e máquinas agrícolas e na execução de serviços de conservação do solo; 8 — que no programa das escolas de Direito, de Agricultura e de Economia seja incluída uma cadeira de Direito Rural; nos cursos pré-universitários, universitários e superiores, seja incluída uma cadeira de Sociologia e Economia Rural, todas dando especial destaque, aos efeitos sociais da conservação do solo; 9 — que no currículo

das escolas normais e outras que se destinem à preparação de educadores, seja obrigatoriamente incluída a difusão de conhecimentos sobre a importância da conservação do solo e das práticas conservacionistas; 10 — que sejam incluídos assuntos de conservação do solo, nos programas de todas as escolas do país, qualquer que sejam os graus e a natureza do ensino ministrado.

IV — Fomento e Assistência Técnica — 11 — que sejam realizados cursos práticos para lavradores sobre assuntos relacionados com a conservação da fertilidade do solo, nas propriedades agrícolas, nas estações experimentais, nas escolas agrícolas, etc.; 12 — que os planos conservacionistas a serem elaborados pelos poderes públicos tenham a cooperação dos lavradores, por intermédio de suas associações de classe, na medida de suas possibilidades; 13 — que os poderes públicos cooperem com os lavradores no planejamento conservacionista de suas propriedades, tendo-se em vista a capacidade de uso de cada gleba e sua interdependência com outras propriedades situadas dentro da mesma bacia hidrográfica; 14 — que, com intuits instrutivos e de propaganda, sejam estabelecidas "áreas de demonstração", nas diversas regiões ecológicas e econômicas do país, onde o governo, às suas expensas, execute trabalhos de conservação do solo; 15 — que sejam regulamentadas e incentivadas as organizações cooperativas de uso e conservação do solo, especialmente as chamadas "distritos conservacionistas" ou distritos de conservação do solo, nos moldes da organização americana, de grande utilidade para habilitação dos agricultores, a resolverem os seus problemas de conservação do solo; 16 — que a mecanização dos trabalhos de preparo e cultivo do solo seja feita dentro de determinadas limitações, condicionadas à defesa contra a erosão; 17 — que os poderes públicos criem e estimulem a criação de serviços de mecanização da lavoura, que realizem trabalhos terraceamento, irrigação, drenagem e outros de conservação do solo; 18 — que os serviços públicos e as empresas concessionárias que disponham de equipamento adequado para trabalhos de terraceamento, irrigação, drenagem e outros, estabeleçam convênios com os órgãos especializados de conservação do solo do Ministério e das Secretarias de Agricultura, de modo a auxiliá-los com suas oficinas e seus aparelhamentos especializados.

V — Assistência Econômica e Financeira — 19 — que a assistência financeira aos trabalhos de conservação do solo seja a mais ampla e livre de peias burocráticas. A Carteira Agrícola do Banco do Brasil, o futuro Banco Rural, e estabelecimentos congêneres devem adotar, em seus regulamentos, normas que assegurem aos lavradores recursos suplementares para a conservação do solo, de forma a impedir que, premidos por dificuldades financeiras, sejam eles forçados a explorar, ao máximo, a fertilidade da terra, exaurindo-a rapidamente. O crédito hipotecário oficial deve ser igualmente regulado, tendo em vista a conservação do solo; 20 — que o poder público incentive as práticas de conservação do solo, concedendo prêmios e reduções ou isenções de impostos, aos lavradores que as adotarem de acordo com a orientação que lhes seja traçada pelo serviço oficial de conservação do solo; 21 — que, entre as medidas tendentes a estimular as práticas conservacionistas, incluam-se as reduções e isenções de impostos alfandegários e fretes ferroviários, para os adubos e corretivos; 22 — que os poderes públicos dispensem a maior atenção e o maior amparo às indústrias de adubos e corretivos, bem como de equipamentos destinados à con-

servação da fertilidade do solo; 23 — que seja estudada a possibilidade da instituição do seguro agrário, relacionando-o ou subordinando-o à conservação do solo.

VI — *Regulamentação do Uso do Solo* — 24 — que o futuro Código Rural Brasileiro estabeleça normas para o uso do solo, em função da conservação de sua fertilidade; 25 — que o poder público, federal, estadual ou municipal, em cooperação com os agricultores e demais interessados, estabeleça zoneamentos rurais para determinação do melhor uso do solo, inclusive facilitando o deslocamento de populações rurais que o estejam explorando além de sua capacidade; 26 — que os loteamentos das propriedades rurais, inclusive as partilhas, sejam regulamentados de forma a que suas características não prejudiquem a conservação do solo. A Mesa Redonda considera prejudicial à economia nacional a divisão da propriedade rural, além de um limite que assegure sua exploração lucrativa; 27 — que nos contratos de arrendamentos e de parceria agrícola sejam obrigatoriamente incluídas cláusulas que assegurem a conservação do solo; 28 — que os poderes públicos cooperem com os lavradores no controle das práticas prejudiciais à conservação do solo, tais como a plantação a favor das águas, a falta de rotação de culturas, as queimadas drásti-

cas de matéria orgânica, proveniente de restos de culturas não justificadas por infestação de pragas e moléstias, mecanização inadequada e outras, mediante legislação que, por etapas sucessivas, conduza o país à sua proibição".

★

XXIX CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS

SUA REALIZAÇÃO ESTE ANO NA CIDADE DE NOVA YORK — Sob os auspícios do Viking and Incorporated e colaboração de várias entidades científicas dos Estados Unidos, notadamente a Associação Antropológica Americana a qualidade de uma das mais diretamente interessadas, deverá reunir-se em Nova York, no próximo mês de setembro, o XXIX Congresso Internacional de Americanistas.

Certames análogos se vêm realizando, a espargo de dois anos, nos círculos científicos europeus e americanos desde 1875, tendo o que agora se vai reunir, como os demais, o objetivo de estudar histórica e cientificamente as Américas, tanto no que diz respeito à sua pré-história, exploração, arqueologia, antropologia, línguas, etnografia, caracteres étnicos de seus povos, problemas sociais contemporâneos etc.

★

Unidades Federadas

GOIÁS

EXPEDIÇÃO DE ETNÓGRAFOS FRANCESES À REGIÃO DO ARAGUAIA — Recomendados à Inspeção local do Serviço de Proteção aos Índios, como membros de uma expedição científica organizada sob os auspícios do Museu do Homem, de Paris, chegaram recentemente a Goiânia, capital do estado de Goiás, os Srs. Marc Boureau, Meldy Mellinges e Vitor Latis, etnógrafos franceses que se propõem a proceder a explorações na região do Araguaia e realizar um filme sobre costumes das tribos indígenas que habitam aquela zona.

Afim de facilitar a missão dos referidos etnógrafos, o governador do estado, Sr. Coimbra Bueno, tomou várias providências, sendo uma destas a que se relaciona com o transporte, por via aérea, daqueles cientistas aos pontos indígenas, onde haja condições para aterrissagem.

★

RIO DE JANEIRO

MENSAGEM DO EXECUTIVO AO LEGISLATIVO, DISPONDO SOBRE A DIVISÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA DO ESTADO — O governador do estado do Rio de Janeiro

enviou recentemente à Assembléa Legislativa Estadual, a mensagem dispondo sobre a divisão administrativa e judiciária daquela unidade federada, a vigorar no quinquênio compreendido entre 1.º de janeiro de 1949 e 31 de dezembro de 1950.

Nessa mensagem, informou o chefe do Executivo fluminense que a medida é indispensável, e decorre do disposto na legislação federal em torno da matéria. Embora não se modifique o *status quo ante*, que se mantém para o quinquênio atual, há necessidade de nova lei, pelo fato de a anterior ter tido sua vigência limitada até 31 de dezembro de 1948. São introduzidas na divisão administrativa e judiciária do estado, todavia, as modificações apresentadas pelos arts. 6.º e 9.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de 20 de junho de 1947, e pela lei n.º 6 de 11 de agosto do mesmo ano. Estabeleceu o art. 2.º do projeto, que a divisão administrativa do estado compreende 56 municípios e 250 distritos, conforme o descrito no Anexo n.º 1 que o acompanha. Quanto à divisão judiciária, até que seja elaborada a Lei de Organização Judiciária, compreenderá 38 comarcas, 52 termos judiciários e 250 distritos de paz, estes correspondentes aos distritos administrativos.

★

Exterior

ESTADOS UNIDOS

Universidade de Chicago

CALENDÁRIO RADIOATIVO PARA DETERMINAR A IDADE DE RESTOS HUMANOS E ANIMAIS — Um cientista de Chicago anunciou haver aperfeiçoado um aparelho que se denominou "calendário radioativo", e cuja utilidade será determinar a idade dos restos humanos e animais até trinta mil anos passados.

Produto de dois anos de trabalhos dirigidos pelo Dr. Willard F. Libby, da Universidade de Chicago, o referido aparelho, segundo

se assegura, fixará a idade desses restos, com um erro máximo de trezentos anos, graças a um sistema em que se aplica o grau de radiação do carbono 14 — uma substância radioativa que se contém na matéria orgânica.

Notícias de mesma fonte e procedência adiantam que o professor Libby e dois dos seus assistentes, já testaram 20 relíquias humanas e animais de várias procedências, inclusive de Chicago, Flórida e de regiões da Europa, África e Oriente Próximo descobrindo nas experiências procedidas que, por ocasião da morte, o grau de radioatividade inicia um declínio vagaroso ainda que constante.

Relatórios de instituições de Geografia e ciências afins

Relatório do Presidente do I.B.G.E., Apresentado ao Sr. Presidente da República

Conselho Nacional de Geografia (1947)

Articulando as atividades geográficas dentro do país, o C. N. G. cuidou de, fixando padrões de pesquisas, reunir excelente documentação do meio brasileiro, procedendo a levantamentos e investigações, sempre sob a orientação dos recursos mais modernos da técnica ou da ciência.

Com base nessa documentação, coligida e sistematizada, tem sido possível ao Conselho realizar estudos do maior interesse nacional, valendo registrar, dentre muitos, os que dizem respeito aos solos brasileiros, à colonização, à localização da nova capital do país e às áreas territoriais do Brasil e de suas unidades políticas.

Através de um serviço de divulgação sobre modo eficiente, aquele órgão vem promovendo a publicação dos resultados de seus trabalhos e fomentando, dessa forma, o espírito de pesquisa geográfica em diferentes pontos do território nacional. Cabe, sem dúvida, ao Conselho, a responsabilidade de haver criado, ou desenvolvido, e valorizado esse espírito de investigação científica, indispensável ao estudo e à compreensão dos problemas de base do país, nem sempre, e infelizmente, equacionados em função do meio e do homem.

Relevante, por isso mesmo, a cooperação do Conselho à tarefa de organização nacional, que, sobre ser "obra de sáberia política", há de fundamentar-se em indicações geográficas. O dinamismo das sociedades humanas não pode, de nenhuma sorte, fugir à influência das imposições ou solicitações do meio físico.

Diretório Central

COMPOSIÇÃO — O Diretório Central do Conselho, em 1947, teve apenas uma substituição no quadro dos seus titulares: o engenheiro Carlos Soares Pereira, representante da Prefeitura do Distrito Federal, foi substituído pelo engenheiro Valdemar Paranhos de Mendonça. O quadro dos suplentes foi enriquecido com a investitura dos coronéis Ernesto Bandeira Coelho e Edmundo Gastão da Cunha, como suplentes do representante do Ministério da Guerra, general Djalma Poli Coelho.

REUNIÕES — Durante o ano, o Diretório realizou vinte reuniões, das quais três extraordinárias, sendo duas para atender a expedientes e uma para participação nas comemorações do centenário de Francisco Bicalho, realizadas no Arquivo Nacional.

VISITAS — Nas suas reuniões, o Diretório recebeu honrosas visitas, sendo de assinalar as seguintes: professor Joaquim da Fonseca, da Universidade de São Paulo; professor Arnold Brüver, do Externato Pedro II; Dr. André Simonpietri, secretário-geral do Instituto

Pan-Americano de Geografia e História; professor José Carlos Junqueira Schmidt, do Serviço de Meteorologia; Drs. Cícero Moraes, Valdiki de Moura, Luís de Sousa, Bueno de Azevedo Filho e Valdemar Lobato, membros da Comissão de Tomadas de Contas do Conselho; Dr. Moacir Malheiros da Silva, consultor-técnico do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Revestiu-se de excepcional significação a visita do Sr. Evan Benjamin Rogers, encarregado de negócios do Canadá, que, em nome do seu governo, fez oferta ao Conselho duma coleção completa do *Canadian Geographical Journal*, publicação editada pela "Canadian Geographical Society".

RESOLUÇÕES — Nas vinte reuniões, foram aprovadas trinta e nove resoluções (anexo II), numeradas de 257 a 295. Não tendo havido, em 1947, a sessão da Assembléia-Geral do Conselho, em virtude do decreto n.º 23 015, de 28 de abril de 1947, coube ao Diretório baixar as decisões necessárias à boa marcha dos serviços.

Em síntese, as trinta e nove resoluções aprovadas tiveram a seguinte distribuição: a) sobre assuntos administrativos: dezoito, sendo seis de natureza estrutural e treze de natureza funcional; b) sobre assuntos técnicos: vinte, sendo nove de natureza geográfica, quatro de natureza cartográfica e sete de natureza cultural diversa.

PRINCIPAIS INICIATIVAS — Numerosas iniciativas envolvem as decisões e resoluções aprovadas pelo Diretório em 1947, merecendo comentário especial as mais importantes, que produziram e estão produzindo repercussões menos comuns nos quatro principais setores de atividades do Conselho: o administrativo, o cultural, o geográfico e o cartográfico.

SETOR ADMINISTRATIVO — Relacionadas com o setor administrativo, foram aprovadas dezoito resoluções, que assim se distribuem: a) de natureza estrutural: seis, sendo quatro sobre constituição de órgãos e duas sobre composição de órgãos; b) de natureza funcional: treze, sendo uma geral, cinco sobre pessoal, três sobre material e quatro sobre finanças.

Sob o ponto de vista estrutural, sobreleva a criação da "Secção Brasileira do Instituto Pan-Americano de Geografia e História", de que cogitaram as resoluções ns. 265 e 281. A idéia inicial consistia na criação da secção pelo governo, mediante decreto executivo; entretanto, de acordo com a decisão da presidência da República no respectivo processo, o assunto teve a seguinte solução: o presidente da República nomearia os representantes do Brasil nas comissões científicas — de Geografia, de Cartografia e de História — do Instituto Pan-Americano, e o Conselho, usando da sua autonomia legislativa, criaria a Secção como órgão integrante de sua estrutura.

O fundamento principal da decisão presidencial consistiu no fato de o Conselho já ser, por lei, um organismo nacional de coordenação de atividades geográficas e cartográficas, dentro do qual, portanto, bem se enquadrava a projetada Seção Brasileira, cuja finalidade é exatamente a coordenação das mesmas atividades brasileiras no sentido específico de prover aos empreendimentos do Instituto Pan-Americano, no que tiverem de desdobramento nacional.

Foram nomeados representantes do Brasil nas três Comissões os Srs. Alirio Huguency de Matos, para a Comissão de Cartografia; Virgílio Correia Filho, para a de História, e Christovam Leite de Castro, para a de Geografia.

O Conselho, por seu turno, deu organização à Seção Brasileira, constituindo-a como órgão adjunto à sua Secretaria-Geral, com a qual funcionará em íntima conexão, sem prejuízo da perfeita independência e completa autonomia.

O Diretório não concluiu em 1947 o estudo de interessante projeto de resolução, mediante o qual virão a fazer parte integrante da Seção Brasileira, como membros titulares também, os brasileiros que forem membros dos comitês técnicos e demais órgãos componentes do Instituto Pan-Americano.

Sob o ponto de vista funcional, ressalta a aprovação do Regulamento de Promoções do pessoal do Conselho, que se caracteriza por disposições modernas, segundo as quais, em harmonia justa, dirigentes e dirigidos se irmanam no processamento do acesso dos cargos. Estabeleceu-se no Regulamento um máximo de colaboração do próprio funcionalismo na consideração das promoções, seja permanentemente, através de representantes eleitos para a Comissão de Promoções, à qual compete o estudo de todas as questões correlatas, seja pela participação no preparo dos boletins de merecimento em cada setor de trabalho, seja no direito ao recurso contra decisões.

O mecanismo da apuração do merecimento, tarefa tão delicada, é muito acertado, no seu objetivismo, porquanto os critérios adotados são concretos e de fácil percepção e enunciação, evitando-se assim as dificuldades e inconvenientes que a complexidade e o teoricismo de outros sistemas podem provocar.

SETOR CULTURAL — No setor cultural se incluem as decisões sobre assuntos de natureza não administrativa, e que, também, não se revistam de caráter especializado de técnica cartográfica ou de ciência geográfica. São questões gerais, abrangendo a Geografia e a Cartografia e, não raro, tratando de assuntos não geográficos nem cartográficos, mas de interesse para essas duas disciplinas.

As principais iniciativas culturais de que tratam as resoluções específicas são as seguintes: a) a campanha em favor da seção brasileira de "Library of Congress", a qual, lançada pelo Conselho em todo o país, resultou em uma coleta da ordem de 700 volumes, que foram enviados à famosa biblioteca pública de Washington; b) a concessão de 50% de abatimento no preço das publicações editadas pelo Conselho aos professores de Geografia e estabelecimentos de ensino do país, iniciada, assim, a campanha sistemática em favor do ensino da Geografia, com base no "Cadastramento dos Professores de Geografia" que instituiu e que se acha em animador desenvolvimento. Em 31 de dezembro de 1947, estavam cadastrados 1.074 professores; c) a efetiva participação do Brasil nas duas reuniões realizadas em agosto, na Cidade do México, organizadas pelo Instituto Pan-Americano de Geografia e História — a I Reunião Pan-Ame-

ricana de Consulta sobre História e a reunião do Comitê Diretor do Instituto — com a presença do Sr. Virgílio Correia Filho, como representante do Brasil na Comissão de História do Instituto, e do Sr. Jorge Zarur, como suplente do secretário-geral do C. N. G.

SETOR GEOGRÁFICO — Sobre assuntos de natureza geográfica, aprovou o Diretório nove resoluções, com as quais se deu provimento às seguintes iniciativas: a) realização de três cursos de Geografia, a saber: o Curso de Informações de 1947, levado a efeito pelo Conselho, em julho; o Curso de Férias, destinado aos professores de Geografia do ensino secundário, organizado pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil com o concurso do Conselho, a realizar-se em janeiro de 1948 e para o qual haverá bolsas de estudos destinadas aos professores dos estados; o curso que a Associação Brasileira de Educação organiza anualmente nas férias escolares, constante de palestras radiofônicas destinadas aos professores do ensino primário do país, tendo-se o Conselho encarregado das palestras do ciclo da Geografia do Brasil; b) participação ativa do Conselho em três reuniões, a saber: a I Reunião Brasileira da Ciência do Solo, organizada pelo Ministério da Agricultura e levada a efeito em outubro; a Assembléia da Associação dos Geógrafos Brasileiros, realizada nesta capital, compreendendo uma expedição científica à baixada de Campos; o I Congresso Brasileiro de Geologia, promovido pela Sociedade Brasileira de Geologia nesta capital; c) adesão à "American Polar Society"; d) publicação do *Anuário Geográfico Brasileiro*, cujo primeiro número deverá aparecer em 1948, e dos *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, relativos a 1946 e 1947, cuja edição se fará com a colaboração do Conselho.

Como realização, ressalta o Curso de Informações efetuado em julho, com a colaboração da Faculdade Nacional de Filosofia, o qual teve resultados satisfatórios, graças, sobretudo, à organização que lhe deu a Seção Cultural da Secretaria-Geral do Conselho, sob a supervisão do professor Carlos Delgado de Carvalho.

Como perspectiva, cumpre salientar o problema do estudo dos solos brasileiros, para o qual as vistas do Conselho devem voltar-se cada vez mais atentas, porque, em torno do solo, giram as mais importantes questões da Geografia Econômica brasileira.

SETOR CARTOGRÁFICO — Em quatro resoluções, o Diretório deu solução a questões cartográficas que lhe foram entregues.

A resolução n.º 268 aprovou o plano de levantamentos mistos no estado da Bahia, para ser efetivado em 1948 pelo Conselho, com a colaboração do estado. Em 1947 e em continuação das tarefas dos anos anteriores, foram levantados 11.000 km², totalizando, pois, 276.000 km² a área levantada no oeste baiano pelo Conselho, desde 1942. Esse tipo de levantamento, a que se chamou de "levantamentos mistos", compreende a determinação astronômica de coordenadas geográficas, o levantamento planimétrico e altimétrico dos caminhamentos pelos processos topográficos, o levantamento expedito dos percursos secundários e das margens, o reconhecimento geral da região, resultando do trabalho um mapa na escala de 1 : 250.000, com curvas de nível espaçadas de cinquenta metros. O custo do levantamento é baixo, da ordem de doze cruzeiros o quilômetro quadrado, sendo, por isso, recomendável o seu emprego nas imensas regiões desprovidas, que não justificam por ora, levantamentos custosos.

A resolução n.º 279 veio abrir perspectiva para trabalhos no Paraná, em regime de coope-

ração entre o Conselho e o estado, os quais, entretanto, ainda não tiveram início.

De repercussão nos meios culturais do país foi a resolução n.º 262, que baixou os valores das áreas territoriais do Brasil e das suas unidades políticas, tendo em vista atualizá-los, sobretudo em virtude da extinção dos territórios federais de Iguauçu e Ponta Porã, de acôrdo com a nova Constituição do país.

Iniciativa oportuna está compreendida na resolução n.º 264, em que o Diretorio solicita a atenção do Ministério da Aeronáutica para a simplificação da fiscalização dos vôos aerofotogramétricos, porque, realmente, nas condições atuais, o regime de fiscalização dos vôos constitui sério empecilho ao desenvolvimento desses levantamentos de avião, que são indispensáveis ao progresso da Geografia e da Corografia do Brasil.

Secretaria-Geral

LEVANTAMENTOS DE ALTA PRECISÃO

— Os trabalhos de alta precisão prosseguiram em ritmo animador e compreenderam a triangulação ao longo do meridiano de 49°30', desde Crescítima até o paralelo de Blumenau (Santa Catarina), completada com triangulações de segunda ordem, destinadas a ligar à rede principal os pontos de maior importância.

TRABALHOS DE TRIANGULAÇÃO — Entre outras atividades empreendidas pela Secção de Triangulação, contam-se: a) a exploração da cadeia de segunda ordem para amarração da cidade de Florianópolis à cadeia meridiana principal; b) a exploração da cadeia principal, ao longo do meridiano 49°30', que já alcançou, a partir do sul, as divisas de São Paulo; c) a construção de marcos definitivos em diversos vértices; d) a determinação rigorosa, por meio da luneta meridiana, da posição astronômica do acampamento da expedição norte-americana que veio ao Brasil para observação do eclipse do Sol, no município de Bocaíuva (estado de Minas Gerais); e) a ocupação de dezesseis vértices de segunda ordem, para ligação de Florianópolis à rede meridiana de primeira ordem; f) a ocupação de vinte vértices da cadeia meridiana de 49°30' rumo ao norte; g) a construção de marcos e, por fim a exploração e locação da base de Guamiranga, nas proximidades da divisa Santa Catarina-Paraná.

Convém acentuar que não são apresentados neste relatório trabalhos de maior vulto em virtude da demora no desembarque do material especializado e veículos, ou sejam, *jeeps*, caminhões, torres metálicas, teodolitos, faróis elétricos etc., e seu transporte para as zonas de operação. Faltou, além disso, o tempo necessário para treinamento do pessoal com essas espécies de instrumentos e preparo de oficinas para reparos e conservação dos veículos.

PLANO CARTOGRAFICO — Está, além disso, prevista para execução em cinco anos, como parte do plano cartográfico, a triangulação de primeira ordem, ao longo das seguintes linhas: a) partindo de Curitiba (Paraná), até Vitória (Espírito Santo), passando por São Paulo e Rio de Janeiro, e seguindo ao longo do vale do Paraíba até a costa, e, por esta, até Vitória; b) paralela de 20° aproximadamente, partindo do meridiano 49°15' até a costa, passando por Belo Horizonte e terminando em Vitória; c) partindo do Rio de Janeiro, para o norte, até atingir o rio São Francisco, e seguindo por este até a foz; d) ao longo da costa, desde a Cidade do Salvador (Bahia), até Natal (Rio Grande do Norte).

Os trabalhos de nivelamento desenvolveram-se nas mesmas regiões de triangulação.

Acha-se nivelado o trecho compreendido entre Tôrres, na divisa Rio Grande do Sul — Santa Catarina, e Curitiba, no Paraná, tendo sido nivelada, no ano findo, a extensão total de dois mil quilômetros, aproximadamente.

O projetado plano cartográfico quinquenal, que será submetido a exame dos Estados Maiores Militares, e ora em desenvolvimento parcial, prevê o nivelamento de vários trechos dos territórios do Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás, na extensão avaliada de dez mil quilômetros. Já se fizeram sentir os resultados desses trabalhos, pois, baseados neles, pôde o Conselho prestar a órgãos da administração federal e estadual útil contribuição no fornecimento de dados altimétricos ao Departamento Nacional da Produção Mineral e ao governo de Santa Catarina, para emprego imediato em serviços seus.

Carta Geral do Brasil

Especial interesse tem merecido do Conselho a atualização da carta geral do Brasil, ao millionésimo, empreendimento capital, a cuja realização se consagram os melhores esforços. Em 1947, lançaram-se as sete primeiras folhas da carta dentre as cem em que se acha a mesma projetada, sendo setenta e seis na escala de 1 : 500 000, e as vinte e quatro outras na escala de 1 : 100 000, as quais serão divulgadas em ritmo quinquenal. Em 1948, deverão ser impressas vinte e quatro folhas.

O trabalho geral de compilação e revisão da nossa carta-base, até dezembro do ano findo, oferecia os seguintes resultados: folhas impressas: a) Lagoa-Mirim — NO — 160; b) Pôrto Alegre — SO — 158; c) Uruguaiana — SE — 157; d) Uruguaiana — SO — 156; e) Uruguaiana — NO — 152; f) Asunción — SE — 149; g) Asunción — NE — 145; folhas em preparo para impressão: a) Pôrto Alegre — SE — 159; b) Uruguaiana — NE — 153; folhas enviadas para o desenho final: a) Pôrto Alegre — NE — 155; b) Manaus — SA — 20; c) Purus — SB — 20; d) Madeira — SC — 20; e) Guaporé — SD — 20; f) Juruá — SB — 19; folhas em revisão: a) Fortaleza — SO — 39; b) Acre — SC — 19; c) Javari — SB — 18; Contamana — SC — 18; folhas compiladas para revisão: a) Roraimá — NS — 20; d) Tumucumaque — NA — 21; e) Amapá — NA — 21; f) Içá — SA — 22; g) Santarém — SA — 21; h) Pará — NE — 23; i) Tapajós — SB — 21; j) Araguaia — SB — 22; k) Juruena — SC — 21; l) Tocantins — SC — 22; m) Cuiabá — SE — 21; n) Goiás — SD — 22; o) São Luís — NE — 27; p) Fortaleza — SE — 39; q) Teresina — NO — 51; r) Teresina — NE — 52; s) Teresina — SO — 65; t) Teresina — SE — 66; u) Jaguaribe — NO — 53; v) Jaguaribe — NE — 54; x) Jaguaribe — SO — 67; y) Paraíba — SO — 69; z) rio São Francisco — NO — 79; folhas em compilação: trinta e sete; folhas a compilar: dezesseis.

MAPA DO BRASIL — Ao lado desse empreendimento máximo do Conselho, cuja importância decorre do muito que pode daí resultar para o maior conhecimento do nosso território, realizaram-se outros trabalhos de não menor vulto, como a compilação do mapa do Brasil, na escala de 1 : 2 000 000 num conjunto de quatro folhas, e o preparo de mapas do Planalto Central, num total de treze folhas em diferentes escalas, constituindo excelente contribuição em dados informativos ao estudo do problema da localização da nova capital do país.

FOTOGRAFIAS AÉREAS — Foram utilizadas pelo Conselho, como material de grande

utilidade na elaboração de trabalhos cartográficos, fotografias aéreas, concernentes a, aproximadamente, um terço do território nacional, obtidas pelo método "Trimetrogon", cuja guarda está confiada ao Conselho por oferta da "American Air Force". São calculadas em 2 530 as aerofotografias restituídas, correspondendo a diversos vôos realizados sobre várias áreas do país situadas nos estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro, Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso.

As fotografias, por outro lado, servirão para estudos, não só do Conselho, mas de todas as repartições interessadas. Ademais, com o avanço moderno da técnica da interpretação das fotografias aéreas, podem ser feitas pesquisas preliminares, objetivas e atualizadas, mesmo sem ir ao campo, do maior interesse nacional; localização, extensão e natureza da vegetação natural e das culturas; conformação do relevo e reconhecimento geral das rochas (geologia); localização e grandeza aproximada das quedas d'água reconhecimento dos rios com indicação aproximada das suas profundidades; estudos preliminares de geomorfologia, de interesse grande para as pesquisas do petróleo; reconhecimento preliminar das regiões, fundamental para estudos econômicos, como de colonização, lançamento de estradas, distribuição demográfica, concentrações urbanas e tantos outros.

LEVANTAMENTOS MISTOS — Os trabalhos de levantamentos mistos têm-se caracterizado pela organização de expedições científicas, destinadas, igualmente, a pesquisas geográficas e ao levantamento cartográfico de áreas do território brasileiro.

Decorridos seis anos consecutivos de atividades de campo (1942/1947), pode o Conselho apresentar, agora, uma superfície de cerca de 350 mil quilômetros quadrados, já levantada e cartografada na escala de 1 : 250 000. Essa superfície compreende trechos do território da Bahia, Goiás, Maranhão, Piauí e Pernambuco, uma das maiores áreas contínuas já levantadas no Brasil.

Em 1947, as operações de campo abrangem a área da extensão aproximada de setenta mil quilômetros quadrados, tendo sido realizados, com esse fim, 7 500 caminhamentos expeditos e feita ainda a determinação de vinte coordenadas geográficas e 2 000 pontos de altitude, achando-se as diversas turmas de campo atualmente empenhadas no levantamento de cerca de sessenta mil quilômetros quadrados. A área levantada está incluída nos estados da Bahia, Piauí e Pernambuco, toda ela na bacia do rio São Francisco, cumprindo registrar com agrado a ajuda e cooperação, em pessoal e numérico, prestada pelo governo do estado da Bahia, interessado na execução desse trabalho.

É mister notar, ainda, que os levantamentos realizados implicaram outros trabalhos complementares, como seja a organização de folhas cartográficas de tamanho reduzido e de fácil manuseio, que servirão, também, à elaboração da carta geral do Brasil.

Foram dessa maneira divididas em quatro as atuais folhas em preparo na escala de 1 : 500 000, que são, por seu turno, uma divisão, também por quatro, das folhas ao milionésimo. Conseguiu-se, assim, organizar folhas iguais em dimensões às primitivas na escala de 1 : 1 000 000, apresentando a vantagem de uma nomenclatura que indica, de pronto, a localização na carta-base. Nesse sistema de mapeamento a identificação é feita por um título, que é do identificador geográfico mais importante nela contido, preferentemente cidades, e por um subtítulo, isto é, a nomenclatura da fô-

lha ao milionésimo, acompanhada de tantas orientações quantas forem as suas divisões por quatro.

LEVANTAMENTOS AEROFOTOGRAFAMÉTRICOS — Magníficos resultados tem trazido às operações do Conselho a utilização dos levantamentos aerofotogramétricos executados pela "American Air Force", material esse da mais alta valia para o conhecimento de extensas áreas do país, como de imediata aplicação na feitura de cartas.

Dentro do regime de cooperação que tem norteado as atividades do C. N. G., cumpre salientar a colaboração prestada pela "U. S. A. Army Air Force", que lhe cedeu, gentilmente, farto material aerofotográfico, cuja aplicação vem sendo feita na elaboração de mapas. Criou-se, para esse fim, um órgão próprio, sob cuja direção se desenvolvem os trabalhos de identificação aerofotográfica.

INTERPRETAÇÃO DE FOTOGRAFIAS AÉREAS — Além do estudo e interpretação desse vasto material, avaliado em cerca de vinte mil fotografias aéreas já identificadas, coube ainda ao Conselho realizar uma série de empreendimentos e trabalhos, compreendendo desde cálculos de coordenadas geográficas, já determinadas, e cálculos de transporte topográficos e coordenadas, até a localização de coordenadas de variados pontos do território nacional.

Inscribe-se, também, como acontecimento técnico de alta relevância ocorrido no âmbito regional, o início do nivelamento de alta precisão do estado do Rio de Janeiro. Esse empreendimento está sendo levado a efeito pelo governo fluminense, através do Serviço Geográfico local.

Estudos Geográficos

DIVISÃO DE GEOGRAFIA — Grande surto de progresso tiveram as atividades da Divisão de Geografia, cujo desenvolvimento e crescente ampliação determinaram a mudança das suas várias seções para outro local, onde passou a ocupar instalações compatíveis com a extensão e natureza dos seus serviços.

O ano de 1947 marcou nova fase dos estudos geográficos, com a intensificação de trabalhos de campo. Em vez de limitar-se à compilação de estudos já feitos por pesquisadores e instituições diversas (prática certamente útil e necessária, mas que não importa em aquisição de novos conhecimentos quanto à realidade do território pátrio), passou-se a dar maior atenção aos trabalhos de campo, com pesquisas *in loco*, obtendo-se, destarte, resultados do mais alto valor, que serão posteriormente objeto de divulgação. Para este fim, organizou o Conselho várias expedições científicas e excursões de estudos, contando não só com os seus próprios técnicos, permanentes, mas, ainda, com a colaboração de notáveis especialistas estrangeiros.

COLONIZAÇÃO DO BRASIL — Tema dos mais importantes, tendo-se em vista as realidades do momento presente, é o que se refere ao estudo do problema de colonização do Brasil, em virtude, sobretudo, da escolha e caracterização geográfica das áreas mais propícias ao povoamento. A Divisão de Geografia intenta preparar o Atlas Geral da Colonização do Brasil, trabalho de longo alcance, e que demandará alguns anos para a sua conclusão, o que não impede, todavia, a sua publicação parcelada. Com esse objetivo, realizaram-se em 1947 excursões de estudos ao Paraná e Santa Catarina, continuando-se as pesquisas no Planalto Central, iniciadas no ano anterior.

Tais pesquisas se realizaram na região florestal denominada "Mato Grosso de Goiás", havendo sido designado um dos geógrafos da Divisão de Geografia para efetuar os trabalhos de campo, que se estenderam por cinco meses ininterruptos. Todos esses trabalhos tiveram a orientação científica do professor Leo Wai-bel, geógrafo de projeção mundial e autor de importantes obras sobre o problema da colonização em regiões tropicais.

NOVA CAPITAL DO BRASIL — Outra tarefa de importância, que foi objeto de intensivos trabalhos de campo, diz respeito à cooperação do Conselho à Comissão de Estudos da Localização da Nova Capital do Brasil. Organizaram-se, por isto, duas expedições, que empreenderam notáveis estudos *in loco*, durante mais de dois meses, nos estados de Minas Gerais e Goiás, e cujos resultados serão publicados oportunamente. As duas expedições contaram com a orientação científica, respectivamente, do mencionado professor Leo Wai-bel e do professor Francis Ruellan, cujo estágio, entre nós, tem beneficiado de maneira expressiva a geografia nacional.

Uma dessas expedições se dedicou, especialmente, a pesquisas minuciosas, efetuando medições extensas: foram percorridos cerca de dezenove mil quilômetros, dos quais 5 330 com levantamento topográfico. A outra expedição se preocupou mais com o conjunto, tendo percorrido 10 300 quilômetros, aproximadamente. Juntando-se aos números acima 2 600 quilômetros percorridos sob a orientação do secretário-geral do Conselho, que também ali esteve com a mesma finalidade, obtém-se o total de 31 900 quilômetros percorridos.

EXCURSÕES DE ESTUDOS — Já no início do ano, durante o breve período que esteve estagiando no C. N. G., realizou o professor Robert Platt, da Universidade de Chicago, uma excursão de estudos ao Planalto Central, em companhia de técnicos do Conselho. Efetuaram-se, depois, outras excursões para efeito da elaboração de monografias regionais. Dentre essas expedições, salienta-se a que foi realizada na região de Diamantina, em Minas Gerais, sob a direção do professor Francis Ruellan. Trabalhos de campo também foram levados a efeito em Pirai (estado do Rio de Janeiro) e Ponta Porã (estado de Mato Grosso); em Campos, por ocasião da III Assembléia-Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros; e no planalto da Bocaina, juntamente com técnicos da Missão Holandesa, encarregada do estudo de áreas para localização de emigrantes daquele país.

Em julho, quando de uma excursão de estudos realizada por alunos da Faculdade Nacional de Filosofia e Instituto Rio Branco, na zona dos pantanais matogrossenses, o Conselho fez-se representar por um dos geógrafos do seu quadro técnico.

TRABALHOS DE GABINETE — Em grande parte, os trabalhos de gabinete tiveram o caráter de complementação dos trabalhos de campo, não só na fase de preparação (coleta de dados preliminares, organização dos itinerários por percorrer, etc.) mas, também, na fase final, a do preparo dos relatórios, que serão objeto de publicação. Dentre os estudos

preparatórios, sobreleva a importante tarefa da utilização de fotografias aéreas para a elaboração de mapas interpretativos (geomorfologia, fitogeografia, utilização do solo, etc.) da parte sul-oriental do Planalto Central, onde se desenvolveriam os trabalhos das duas expedições para isso organizadas.

Coligiram-se abundantes dados acerca dos municípios do Planalto Central, notadamente sobre histórico da evolução territorial dos municípios, áreas, coordenadas geográficas, altitudes, limites, população, vias de transportes e comunicações, e produção agrícola e extrativa.

Os Setores de Estudos Especiais e Sínteses Nacionais ocuparam-se da elaboração de cartogramas de distribuição da população (pelo sistema de pontos e pelo de isaritmias), bem como de mapas econômicos: de produção agrícola referente a treze produtos principais, de população pecuária, de distribuição e extensão das propriedades rurais, etc.

MAPAS FITOGEOGRÁFICOS E DEMOGRÁFICOS — Ainda sobre o Planalto Central, foram elaborados mapas fitogeográficos, mostrando as grandes áreas florestais. Estudo minucioso está em andamento, sobre o chamado "Mato Grosso de Goiás", com o auxílio de grande número de cartas de cadastro rural, coletadas naquele estado, e com os resultados de pesquisas *in loco* realizadas durante cinco meses de trabalho de campo. Dêsse estudo, decorrerá um mapa pormenorizado da região, evidenciadas as áreas de matas e de campos, bem como a distribuição das propriedades rurais.

Em continuação à série iniciada no ano anterior, foram elaborados dez mapas de distribuição da população rural, representada por pontos, dos seguintes estados: Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. Fez-se, outrossim, um mapa do conjunto referente à densidade da população rural, representada pelo sistema de isaritmias, para todo o Brasil.

Iniciou-se a série de cartogramas de produção, organizando-se um mapa da produção do café, para todo o Brasil.

OUTROS TRABALHOS — No campo da biogeografia, prosseguiram os trabalhos preparatórios de documentação, tendo o fichário bibliográfico atingido já a cifra de 8 500 fichas.

O Setor de Cálculos, além do constante auxílio prestado aos demais setores, encarregou-se da organização de todos os quadros, com dados numéricos, referentes ao capítulo "Situação Física", do *Anuário Estatístico do Brasil*, de 1947. Realizou, ainda, pesquisas cuidadosas quanto às alterações sofridas pela divisão territorial do Brasil, desde o primeiro recenseamento (1872), bem como pela toponímia de cidades e vilas. Este trabalho de reconstituição, bastante penoso pela dificuldade de obtenção de dados, é essencial para a elaboração de cartogramas, baseados nos diversos recenseamentos, que evidenciem o desenvolvimento do país. Coube ao mesmo setor a realização de medidas planimétricas de diferentes regiões do país, e, em especial, a re-

visão do cálculo de áreas municipais e distritais, após as modificações de divisão territorial efetuadas por diversos estados, por força das disposições transitórias das Constituições respectivas.

O Setor de Ilustrações ocupou-se dos trabalhos cartográficos relacionados aos estudos feitos pelos demais órgãos congêneres.

INFORMAÇÕES E CONSULTAS — Além de todos os trabalhos compreendidos nesse plano de atividades, grande foi o número de tarefas variadas que coube ao Conselho, para atender a outros órgãos da administração pública e a particulares. O Setor de Informações desincumbiu-se, assim, da resposta a numerosas consultas da natureza mais diversa, abrangendo aspectos e problemas da Geografia Geral e da Geografia Regional, consultas essas que importaram, muitas vezes, em penosos trabalhos de investigação. E' de mister assinalar, também, a colaboração ao preparo das "Tertúlias Geográficas", a cargo da Secção Cultural da Secretaria-Geral, assim como o auxílio prestado aos trabalhos da III Assembleia-Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

A Secção de Estudos elaborou, ainda, traduções de contribuições estrangeiras de reconhecido valor, para as publicações periódicas do Conselho, e prestou cooperação ao Curso de Geografia, para os servidores do C. N. G., e ao curso de Informações Geográficas, para professores do ensino geográfico.

No Setor do Prontuário, prosseguiram os trabalhos de crítica e de síntese de monografias municipais, elaboradas por ocasião do censo de 1940. A Secção de Estudos prestou ainda colaboração ao Curso de Geografia para os servidores do Conselho e ao Curso de Informações Geográficas para professores do ensino secundário, por meio de aulas dadas por funcionários seus.

Documentação Geográfica

Destinada a colhêr e reunir elementos de interesse geográfico, dispõe o Conselho de uma Secção de Documentação Geográfica, à base de um serviço de informações geográficas sobre o Brasil. Entre seus encargos se inclui a reunião de obras especializadas sobre a geografia nacional, a reunião de mapas atualizados, filmes e fotografias referentes ao território pátrio, a conservação de dados territoriais devidamente apurados, tarefas essas de que se incumbiram eficientemente, no decorrer do ano findo, a Biblioteca, a Mapoteca, o Arquivo Corográfico e a Fototeca.

Contam-se também entre as atribuições da Secção de Documentação Geográfica a elaboração do *Dicionário Geográfico* e a organização da coletânea de efemérides geográficas brasileiras.

BIBLIOTECA — A remodelação da Biblioteca, segundo as mais modernas normas da Biblioteconomia, veio dar apreciável desenvolvimento aos seus serviços. Aumentou bastante o número de volumes, graças, em parte, ao intercâmbio crescente de publicações. Durante o ano, registou-se a entrada de 3 325 volumes, distribuídos entre livros, folhetos e pe-

ríódicos. Catalogaram-se 9 235, elaborando-se 8 613 fichas bibliográficas. A Biblioteca atendeu a 3 439 consultas.

ARQUIVO E FOTOTECA — No Arquivo Corográfico, procedeu-se a uma revisão geral, havendo sido arquivadas 124 460 consultas. A Fototeca acusou o recebimento de 1 002 fotografias, efetuando-se a codificação de 659 delas. A Mapoteca, recolheram-se 410 peças.

No setor da Divisão Territorial foram proveitosos os esforços da Secção de Documentação Geográfica, que se encarregou da ultimação dos estudos referentes à primeira fase da toponímia das estações ferroviárias do país, bem como do estudo de propostas para a mudança da sua nomenclatura, efetivando, ao mesmo tempo, o preparo das fichas respectivas. Respondeu a Secção, igualmente, a numerosas consultas sobre a toponímia de cidades e vilas, e desenvolveu estudos sobre os limites e divisão municipais, cuidando, finalmente, da atualização do fichário de propostas da nomenclatura ferroviária.

DICIONÁRIO GEOGRÁFICO — Dispensaram-se cuidados especiais à elaboração do *Dicionário Geográfico*, que é a mais importante dentre as atribuições da Secção de Documentação Geográfica. Em 1947, ficou pronto o vocabulário relativo ao estado de Santa Catarina, tendo sido ultimada, além disso, a revisão dos verbetes referentes à atualização do vocabulário de cidades e vilas para a segunda edição, que se tornou necessária em virtude das modificações decorrentes do decreto-lei n.º 311, trabalho êsse que se acha ainda em preparação, em vista das alterações introduzidas pelas Constituições estaduais. Além dos trabalhos preparatórios de vocabulários, organizaram-se oito biografias de "Vultos da Geografia", e outros ensaios avulsos.

MUSEU PAISAGÍSTICO — O Museu Paisagístico vem preenchendo as suas finalidades. Criado com o fim de colecionar miniaturas, mapas, medalhas, modelos, projetos, fotografias, desenhos, amostras e outros objetos que retratem a paisagem nacional em todos os seus aspectos físicos e humanos, enriqueceu-se com a aquisição de novas peças.

Em duas exposições se fez representar: primeiro, por ocasião do 11.º aniversário do Conselho, na exposição realizada de 24 a 31 de julho nesta capital; posteriormente, na exposição levada a efeito por ocasião da Conferência Internacional sobre a Criação do Instituto Interamericano da Hiléia Amazônica, na qual tomou parte com a apresentação das ilustrações dos vultos nacionais e estrangeiros que mais se notabilizaram pelo estudo e conhecimento daquela região.

Divulgação Geográfica

Os trabalhos de divulgação geográfica tiveram o mesmo vigor dos anos anteriores, refletindo, com exata medida, os últimos progressos dos estudos geográficos no país. Compreendendo trabalhos especializados, originais ou não, sobre os mais variados temas que se enquadraram no âmbito da geografia, as publicações do Conselho representam, antes de tudo, um índice do crescente interesse que vêm

despertando no Brasil os problemas para os quais aquela ciência é chamada a oferecer soluções.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA — Principal órgão do Conselho, de ritmo trimestral, a *Revista Brasileira de Geografia* continuou a prestar os mesmos benefícios culturais a que se destina, acrescentando novo contingente de contribuições à já prestimosa fonte de estudos especializados que representa.

No decorrer do período de que se faz o retrospecto, foram dados à estampa os quatro números trimestrais dessa publicação, no total de 648 páginas.

A matéria inserta compreende artigos que refletem os magnos problemas da ciência geográfica contemporânea — trabalhos estes que têm por si a autoridade dos especialistas que os assinam. Cumpre acrescentar ainda as resenhas biográficas de grandes vultos da geografia pátria e o noticiário de efemérides geográficas. A descrição dos tipos e aspectos do Brasil, dão-lhes vida e expressão sugestivas ilustrações.

BOLETIM GEOGRÁFICO — Visando, principalmente, à finalidade informativa, no campo da geografia pátria, o *Boletim Geográfico* demonstrou, neste período, o seu préstimo, cada vez maior, aos estudiosos da geografia. Com efeito, reunindo e divulgando trabalhos oportunos e atualidades geográficas, bem como informações relativas a certames, projetos, legislação, empreendimentos, registros de publicações e outros assuntos especializados, além de noticiar as realizações dos diversos órgãos do Conselho, essa publicação não poderia deixar de merecer a acolhida que lhe dispensam os estudiosos.

Publicação mensal, o *Boletim* circulou regularmente, sendo editados no ano em causa onze números, no total de 1 491 páginas, com adequadas ilustrações.

SEPARATAS — Imprimiram-se "separatas" de alguns trabalhos aparecidos nas duas mencionadas publicações, cuja divulgação estava a exigir maior relêvo, quer pela sua importância e atualidade, quer pelo interesse que suscitaram. A relação abaixo indica os títulos e os nomes dos respectivos autores de algumas dessas publicações: Moacir Malheiros da Silva — *Tentativa de Classificação das Cidades Brasileiras*; José Setzer — *A Precipitação Deduzida à Lei de Van't Hoff*; Edilberto Amaral — *Levantamento da Bacia do Açude de Ruças*; Gilvandro Pereira — *Expedição ao Sudoeste da Bahia*; Silvío Fróis de Abreu — *Aspecto Geográfico, Geológico e Político da Questão do Petróleo*; Fernando de Almeida — *O Alto São Francisco*; Virgílio Corrêa Filho — *Cidades Serranas*; Alfredo José Pôrto Domingues — *Contribuição à Geologia da Região Ocidental da Bahia*; Artur César Ferreira Reis — *A Amazônia Brasileira*; L. F. Smith — *Sistemas Agrícolas*; Alfredo José Pôrto Domingues — *Contribuição ao Estudo da Geografia do Sudoeste da Bahia*; Artur Neiva — *Aspecto Geográfico da Imigração e Colonização do Brasil*; Junqueira Schmidt — *O Clima da Amazônia*; Melo Leitão — *A Distribuição da Fauna da América Tropical*; Alirio Huguency de Mattos — *Uma projeção coniforme adequada ao*

mapa do Brasil; Arnolfo Azevedo — *Dez Anos de Ensino da Geografia*; A. Lofgren — *De Goiás a Cuiabá através do Chapadão Mato-grossense*; Pierre Dansereau — *Os planos da Biogeografia*; Jorge Zarur — *Análises Regionais*; Everardo Backheuser — *Notícia sobre a Geologia do D. F. e seus Sambaquis*.

GEO — 1947 assinala o aparecimento do semanário informativo *Geo*, de circulação interna entre os funcionários do Conselho. Iniciativa útil, esse órgão, publicado em pequeno formato e impresso em "Multilith", constitui imprescindível elo de aproximação entre os que se dedicam aos diversos misteres que comporta o Conselho, promovendo a integração consciente de cada um na obra total.

Além dos atos dos órgãos administrativos do Conselho, publica *Geo* sugestões de funcionários, referentes a assuntos de serviços e campanhas do congraçamento, capazes de estimular o espírito associativo e de solidariedade no seio do funcionalismo. Em 1947, circularam treze números.

BIBLIOTECA GEOGRÁFICA BRASILEIRA — Destinada a formar expressivo documentário de estudos sobre os mais relevantes problemas geográficos do país, a Biblioteca Geográfica Brasileira enriqueceu sua coleção com o lançamento, durante o ano findo, das seguintes publicações: Alberto Ribeiro Lamego — *O Homem e a Restinga*; Jorge Zarur — *A Bacia do Médio São Francisco*; Virgílio Corrêa Filho — *Pantanais Matogrossenses*.

Ainda nesta parte documentária, cumpre salientar a publicação de outras obras avulsas de caráter geográfico, em atendimento a diferentes necessidades culturais do Conselho, nomeadamente: Max Vasconcelos — *Vias Brasileiras de Comunicações*; Secção de Publicações — *Documentário Amazônico*; J. R. Mendes — *Dr. A. Rodrigues Ferreira — Geógrafo*.

Instituto Pan-Americano de Geografia e História

Assinalaram-se, no decorrer de 1947, vários acontecimentos de importância na vida do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, cujas atividades, no Brasil, se têm desenrolado sob o patrocínio do Conselho Nacional de Geografia.

Dentre eles, vale registar o que se refere ao decreto federal de 18 de agosto, que nomeou os representantes nacionais junto às três Comissões que integram o Instituto, recaindo a escolha governamental em técnicos pertencentes ao quadro do Conselho Nacional de Geografia.

Em consequência desse ato do Poder Executivo, foi solenemente instalada, a 17 de outubro, sob a presidência do ministro Raul Fernandes, no salão de conferências do Palácio Itamarati, a Secção Brasileira do Instituto, a qual, em sua primeira reunião ordinária, presidida pelo embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, elegeu o engenheiro Christovam Leite de Castro para seu presidente.

A instalação da Secção Brasileira do Instituto Pan-Americano de Geografia e História constituiu uma solenidade de congraçamento

interamericano, porque reuniu grande número de representantes diplomáticos dos países americanos, técnicos nacionais e personalidades outras ligadas aos vários setores da alta administração pública.

A realização da I Reunião de Consulta sobre História, a que o nosso país esteve presente, representado pelo engenheiro Virgílio Correia Filho, seguiu-se, no mesmo local, uma reunião do Comitê Executivo daquele Instituto, tendo representado o presidente da Comissão de Geografia o professor Jorge Zarur, secretário-assistente do Conselho.

COMISSÃO DE GEOGRAFIA — Durante o ano de 1947, foram nomeados os seguintes treze representantes, de igual número de nações, junto à Comissão de Geografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, sediada no Brasil: Argentina — Professor Frederico A. Daus; Brasil — Engenheiro Christovam Leite de Castro; Canadá — Mr. Frederic Hathaway Petrs; Chile — General Ramon Caña Montalva; Cuba — Dr. Levi Marrero; República Dominicana — Engenheiro Salvador Fernandez; Equador — Tenente-Coronel Marco Bustamante; México — General Fernando Zarate Meneses; Panamá — Professor Angel Rúbio; Peru — General Felipe de la Barra; Salvador — Engenheiro León Enrique Aréelar; Uruguai — Professor Don Horacio Ureta Martinez; Venezuela — Dr. Eduard-ro Rohl.

VISITA — Merece consignada a passagem, pelo Rio de Janeiro, do Dr. André Simonpietre, da Secretaria do Estado Norte-Americano e secretário da Comissão de Cartografia e do Comitê Executivo do Instituto. Durante a sua permanência, o Dr. Simonpietre tratou de vários assuntos ligados não só à Reunião do Comitê Executivo, como à participação do Brasil nas Reuniões de Consulta sobre História e sobre Cartografia, respectivamente, do México e Buenos Aires, esta última no ano de 1948.

Atividades Culturais

Também no que concerne ao domínio da orientação geográfica, o Conselho, em 1947, desenvolveu proveitosas atividades. Realizaram os membros da Comissão de Documentação e Cultura noventa e oito reuniões semanais. Orientando, sugerindo medidas e diretrizes, manteve o Conselho, por meio de cursos e contactos mais íntimos, como tertúlias, seminários e reuniões de caráter geográfico, estreita ligação com os professores de Geografia e técnicos do país, com instituições de ensino e entidades públicas e particulares.

CURSOS — Visando a especialização e aprimoramento cultural do seu quadro de servidores, o Conselho realizou Cursos de Taquigrafia, Geografia, Inglês e Português, compreendendo este último dois ciclos.

No primeiro período do ano letivo, correspondente às férias escolares de julho, foi levado a efeito o Curso de Informações Geográficas, para aperfeiçoamento de professores de nível secundário, e que contou com o apoio da Faculdade Nacional de Filosofia. Consti-

tuiu a iniciativa auspicioso acontecimento para a cultura geográfica, pois nesta ocasião se congregaram, na metrópole do país, professores de vários pontos do território nacional, sendo proferidas, então, palestras sobre temas de palpante atualidade geográfica, todas elas a cargo de mestres consagrados da Geografia nacional. Foram ministradas aulas sobre Metodologia, Geografia Física, Geologia, Geomorfologia, Geografia Política, Geopolítica, Geografia Humana, Climatologia, Oceanografia e Iniciação à Pesquisa, nas quais prevaleceram, como orientação geral, os ensinamentos da moderna conceituação e metodologia geográfica. Realizaram-se, além disso, visitas de caráter didático às instalações dos Serviços de Cartografia e Geografia do Conselho, bem como ao Departamento Nacional de Produção Mineral. Realizou-se, outrossim, uma excursão de cunho geográfico aos arredores da cidade. A matrícula acusou cento e vinte candidatos. Aos alunos aprovados foram distribuídos certificados de habilitação.

Também ao Curso de Férias de Verão (1946/1947) para professores de nível secundário, promovido pela Faculdade Nacional de Filosofia, nesta capital, deu o Conselho decidido apoio e colaboração, na parte referente ao programa de Geografia.

REUNIÕES CULTURAIS — A realização de tertúlias, seminários e reuniões de caráter geográfico prosseguiu ativamente, o que deu ensejo a que se reunissem, em ambiente de cooperação cultural, técnicos e estudiosos, para o exame de questões de interesse geográfico.

O professor Francis Ruellan apresentou interessante trabalho subordinado ao tema "Como vive um sistema de nuvens desde a Patagônia até o Rio de Janeiro". Relêvo especial merece o estudo do professor Leo Wai-bel sobre a "Vegetação do sul de Goiás", dado o valor que representa a contribuição para a geografia do país e a projeção do nome que o subscreve nos meios científicos mundiais. Ao engenheiro Wanderbilt Duarte de Barros, deve-se a apresentação de um trabalho sobre a localização, organização e funcionamento do "Parque Nacional do Itatiaia".

Sobre a mudança da capital do país, assunto dos nossos dias, que tem provocado interessantes discussões, realizou-se, na sede do Conselho, um seminário. Tomaram parte na discussão técnicos e estudiosos, suscitando-se aspectos vários do problema e apreciando-se, em "mesa redonda", esse tema de extrema importância para a nação.

Ainda em 1947, iniciou-se a organização do Cadastro de Professores do país, sendo esse um dos meios de que lança mão o Conselho na orientação do ensino da Geografia, segundo métodos científicos e racionais, permitindo-lhe manter com o magistério nacional o mais proveitoso contacto.

VISITAS ILUSTRES — As instalações técnicas do Conselho e as suas conseqüentes tarefas nos campos da indagação e da elaboração de trabalhos geográficos e cartográficos vêm despertando o interesse de cientistas e homens públicos do país e do estrangeiro, os quais têm procurado visitar a instituição. Em junho, registou-se a visita de dois ilustres

diplomatas — o general Nicolá Accame e o Dr. Francisco Umaña Bernal, embaixadores extraordinários e plenipotenciários, respectivamente da Argentina e da Colômbia, que se demoraram em examinar o vulto dos trabalhos, interessando-se ambos, vivamente, por tudo que se realiza no Brasil, no âmbito da ciência geográfica.

Outro diplomata, também, a mostrar interesse pelo Conselho, foi o Sr. Evan Benjamin Rogers, encarregado de negócios do Canadá, que, por ocasião da sua recepção, realizada em reunião extraordinária do Diretório Central, ofertou oficialmente à biblioteca do Conselho, conforme foi referido linhas atrás, uma coleção completa da *Canadian Geographical Journal*, em nome da "Canadian Geographical Society".

Registrou-se, ainda, a visita do professor Masson Nemi, de Dacar, especialista em assuntos geográficos das regiões secas, que veio coligir contribuições relativas ao Nordeste; do professor Wilhan Bumbert Allan, da University Wanderbilt, e do professor Horácio Ureta Martinez, da Universidade de Montevidéu, os quais, depois de se inteirarem da organização e atividades do Conselho, colheram elementos e material de estudos acerca da geografia brasileira.

Recebeu, também, o Conselho a visita dos oficiais que cursaram a Escola de Estado-Maior do Exército, os quais, dirigidos por seus professores, foram recebidos em reunião especial, durante a qual se deu aos visitantes oportunidade de conhecer as atividades desenvolvidas no sistema geográfico do Instituto.

Ainda o Conselho foi honrado com a visita de cientistas que vieram ao Brasil para fazer observações sobre o eclipse solar, fenômeno que concorreu para reunir em nosso país os mais autorizados especialistas mundiais.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E INTERCÂMBIO CULTURAL — O Conselho prestou assistência técnica aos especialistas norte-americanos, da "Geodetic Survey", que chegaram ao Brasil no mês de maio. Para os trabalhos preparatórios da missão científica americana, relativos ao eclipse solar, foi pôsto à sua disposição um técnico do Conselho, e este, posteriormente, se fez representar, durante as observações, através da presença do professor Alirio Huguenev de Matos, chefe dos seus serviços cartográficos. Outros cientistas que estiveram no Brasil, tendo recebido assistência e cooperação científica do Conselho, foram os professores Robert Platt, Lynn Smith, Pierre Dansereau, Roger Dion e George Poivillier, havendo este realizado uma conferência sobre assunto de que é especialista.

Compreendendo esse intercâmbio, também, a ida de técnicos e professores do Conselho ao estrangeiro, regressaram, em 1947, dos Estados Unidos, os professores Lindalvo Bezerra dos Santos e José Veríssimo da Costa Pereira, que ali aprimoraram os seus conhecimentos, através do estágio em várias universidades e serviços. Ainda no mesmo ano regressou o professor Miguel Alves de Lima, que esteve em estágio na Universidade de Paris.

Foram estagiar no estrangeiro os professores Antônio Teixeira Guerra, Edgar Kulmann e Fernando Segadas Viana, o primeiro na Universidade de Paris, e os dois últimos, na Universidade de Montreal.

COLABORAÇÃO AO CENSO DAS AMÉRICAS — Pondo à disposição do Instituto Interamericano de Estatística o seu secretário-assistente, professor Jorge Zarur, teve ensejo o Conselho de cooperar nos trabalhos preparatórios do próximo censo geral dos países americanos, a ser efetivado em 1950. Capacitando-se das necessidades técnicas da operação, na Assembléia realizada por aquela instituição, coube ao professor Jorge Zarur percorrer todos os países do continente, para auscultar as condições locais em relação ao empreendimento.

Esse técnico, dando desempenho à missão de que foi investido, realizou, entre outros trabalhos, o levantamento cadastral de todas as contribuições cartográficas existentes, elaborando planos de serviços para cada um dos estados americanos.

REUNIÕES CULTURAIS — Interessando-se pelo desenvolvimento das ciências geográficas e afins, processado no país e no estrangeiro, prestou o Conselho assistência e cooperação às seguintes assembléias, além de outras já indicadas: XVIII Congresso Internacional de Americanistas, realizado em agosto em Paris; Reunião Preparatória para a Criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, levada a efeito na capital do estado do Pará, em agosto.

Ainda em 1947, o Conselho participou da I Reunião Brasileira de Ciência do Solo (Rio de Janeiro, outubro); do Congresso Brasileiro de Geologia (Rio de Janeiro, novembro); da III Assembléia-Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros (Rio de Janeiro, novembro). À primeira dessas reuniões, o Conselho compareceu através de uma delegação de especialistas, apresentando a tese *Levantamento Agrogeológico do Brasil*, de autoria do professor José Setzer, a qual foi unanimemente aprovada.

A III Assembléia-Geral da A.G.B., com sede em São Paulo, realizou-se nesta capital, sob os auspícios do Conselho.

Atualmente, está cogitando o Conselho da representação do país no Congresso Internacional de Geografia, convocado pela União Geográfica Internacional, cuja realização está prevista para setembro de 1948, em Lisboa, e na IV Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Cartografia, que será levada a efeito na cidade de Buenos Aires, no mês de outubro próximo, sob os auspícios da Comissão de Cartografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História.

ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS REGIONAIS — A assinatura do decreto-lei n.º 16 969, pelo governo do estado de São Paulo, possibilitou o alargamento das investigações e execução das tarefas geográficas locais, com a criação da Secção de Estudos Geográficos, como órgão do Instituto Geográfico e Geológico daquele estado.

O lançamento, também, de dois periódicos especializados, *Boletim Geográfico* e *Revista de Geografia e História*, o primeiro publicado pelo Departamento Geográfico e Cartográfico de Santa Catarina, e o segundo pelo Diretório Regional de Geografia do Maranhão, veio enriquecer sobremodo as letras geográficas do país, valorizando, ainda mais, a sua bibliografia científica. Ao ensêjo das comemorações do aniversário da instalação do I. B. G. E., foi, em São Paulo, realizada, em maio, uma Exposição de Geografia e Cartografia, patrocinada pelos órgãos regionais do Instituto.

Procurando concorrer para maior disseminação da cultura do país, empreendeu o Conselho, no ano findo, uma campanha com o objetivo de cooperar para a reconstituição da Biblioteca Pública de Manaus, totalmente destruída por incêndio. Nessa campanha, arrecadaram-se cerca de sete mil volumes, que foram remetidos para Manaus, e incorporados ao acervo bibliográfico daquela instituição, cuja reinstalação ocorreu em 1947.

INSTITUTO INTERNACIONAL DA HILÉIA AMAZÔNICA — Cooperando em prol da criação do projetado Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, compareceu o Conselho à reunião preparatória, da qual participaram representantes de todos os países interessados. Para distribuição, nessa oportunidade, elaboraram-se as seguintes publicações: *Documentário Amazônico*, com a relação das contribuições bibliográficas, cartográficas e aerofotográficas existentes no Conselho; *Clima Amazônico*, trabalho da lavra do professor Junqueira Schmidt, anteriormente publicado na *Revista Brasileira de Geografia*, divulgado em separata especialmente dedicada àquela reunião; *Amazônia Brasileira*, da lavra do professor Artur César Ferreira Reis, outro trabalho divulgado nas páginas da mesma revista e depois lançado em edição especial. Constituiu outra contribuição do Conselho a edição

de dez tipos e aspectos da região amazônica, devidos à pena do artista Percy Lau e que foi distribuída aos cientistas presentes à reunião.

HOMENAGENS PÓSTUMAS — Com o falecimento dos comandantes Eugênio de Castro e Brás Dias de Aguiar, o primeiro a 16 de maio, e o segundo, a 17 de dezembro, perdeu o Conselho dois excelentes cooperadores, pertencentes ao seu quadro de consultores técnicos. Ao comandante Brás Dias de Aguiar, cuja atuação à frente da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, no norte do país, legou excelentes contribuições científicas utilizadas pelo Conselho, deliberou o Diretório prestar-lhe condigna homenagem póstuma, com a próxima realização, no Palácio Itamarati, de expressiva solenidade, da qual participarão as instituições e serviços beneficiados pelo saber e pelo dinamismo desse ilustre brasileiro.

Por determinação do Diretório, promoveu-se, a 10 de fevereiro, outra solenidade na sede do Conselho, na qual foi prestada homenagem póstuma ao cientista Alberto José de Sampaio, antigo consultor-técnico, falecido em dezembro de 1946. Contou o Conselho, para a realização de tão justa iniciativa, com a cooperação de tôdas as instituições culturais e científicas a que pertencia o professor Alberto José de Sampaio.

INTER-AMERICAN SOCIETY OF ANTHROPOLOGY AND GEOGRAPHY — Outro fato que demonstra o prestígio do Conselho Nacional de Geografia, no âmbito científico pan-americano, é a escolha de seu secretário-geral, engenheiro Christovam Leite de Castro, para presidir à "Inter-American Society of Anthropology and Geography", durante o biênio 1947/48. Trata-se de uma sociedade recém-criada nos Estados Unidos e da qual é o Conselho uma das instituições fundadoras.

 Concorra para que o Brasil seja geográficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, que o Conselho está elaborando.

Relatórios dos Representantes Estaduais, Apresentados à VIII Reunião Ordinária da Assembléia Geral do C. N. G.

RIO GRANDE DO NORTE

Pelo Sr. Aderbal Franca, secretário do Diretório Regional de Geografia do estado do Rio Grande do Norte, foi apresentado o seguinte relatório das atividades geográficas levadas a efeito naquela unidade federada, no período de julho de 1947 a junho de 1948:

Cumprime-me dar-vos conta do que se verificou nas atribuições deste Diretório durante o ano de 1947, a cujas informações acrescento, por julgar oportunas, atividades do corrente ano, até março último.

Composição

O Diretório Regional se compõe dos seguintes membros, designados por decreto de 17 de junho de 1946: bacharel Nestor dos Santos Lima, desembargador Antônio Soares de Araújo, bacharel Luís da Câmara Cascudo, professor Zeferino Bezerra de Melo, bacharel Everton Dantas Cortez, bacharel Américo de Oliveira Costa e Sr. Aderbal Franca. É seu presidente nato o bacharel Custódio Toscano, em virtude das funções de secretário-geral do estado, de acôrdo com o que determina o Regulamento do Conselho, referente aos Diretórios Regionais de Geografia.

Reuniões

Não se realizaram reuniões, primeiro, pelas dificuldades de número suficiente de membros do Diretório que atendessem às convocações; segundo, pela ausência de assuntos de palpitante e imediato interesse geográfico.

Serviço de Cartografia

Há alguns anos não existe serviço permanente de cartografia no Departamento Estadual de Estatística, onde o govêrno tem mantido vago, sem preenchimento de qualquer espécie, o cargo respectivo, incluído no quadro do pessoal. Últimamente o governador José Varela acedeu em nomear um desenhista, que realizaria trabalhos avulsos satisfatórios. Mas não chegou a tomar posse, em virtude de haver sido convocado para o serviço do Exército.

Mapas Municipais

Sem nenhum auxílio do C. N. G., o Diretório nesse estado depende do que lhe possa ser concedido pelo D. E. E., nos assuntos a êle relacionados. Enquanto tive a função de diretor do D. E. E., em 1946 e parte de 1947, consegui atualizar alguns mapas municipais, de acôrdo com a toponímia vigente, assim como estabelecer uma padronização, para efeito de divulgação econômica e de arranjo para

exposição. Sem recursos para continuar o contrato, o serviço parou, não mais prosseguindo até o momento.

Cartograma do Estado

Dentro do esquema do C. N. G., relativamente à carta do Brasil, e com a finalidade de ser traçado um plano do sistema rodoviário do Rio Grande do Norte, conseguiu o D. E. E., no período da minha administração, confeccionar um cartograma do estado, obedecendo à atual divisão territorial, com a toponímia adotada. Esse trabalho, feito a título provisório, tem prestado um regular serviço de orientação geográfica e administrativa aos interessados de tôda ordem que procuram conhecer as possibilidades econômicas e as vias de transporte do interior.

Aniversário do I. B. G. E.

A comemoração do aniversário do I.B.G.E., em 29 de maio, teve a participação do Diretório, em sessão conjunta com a Junta Executiva Regional de Estatística, seguindo-se visita ao interventor federal e secretário-geral do estado, no Palácio do Govêrno.

Curso de Férias

Entrando, em parte, no ano corrente, devo, desde já, tratar de dois assuntos, um dos quais de suma importância para o Rio Grande do Norte: a divulgação do Curso de Férias, da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, e a feitura da carta do estado pelo C. N. G.

Quanto ao Curso de Férias destinado aos professores de Geografia dos estabelecimentos de ensino secundário, devo esclarecer que, em vista da sua comunicação pelo Diretório Central, êste D. R., fez publicar pelo órgão oficial do estado um circunstanciado aviso de inscrição.

Nova Carta do Estado

Em visita que o secretário-geral do C.N.G., engenheiro Christovam Leite de Castro fez ao senhor governador do estado, em março último, durante sua permanência nesta capital, no trato de assuntos ligados ao Conselho, foi aproveitada a oportunidade para se aventar a confecção de uma carta geral do Rio Grande do Norte, a ser editada no próximo ano, dentro das normas da nova divisão territorial.

Dêsse entendimento entre o Sr. Christovam Leite de Castro e o governador José Augusto Varela ficou estabelecida desde já uma pro-

* O relatório do D.R. do Piauí será oportunamente publicado na secção competente dêste *Boletim*.

posta do serviço geográfico do Conselho, ao governo do estado para a necessária homologação do custo do trabalho.

Sobre o assunto este Diretório não recebeu, até o momento, nenhuma comunicação.

Comissão Revisora

Nessa ocasião foi igualmente tratado com o governador do estado, pelo senhor secretário-geral do C. N. G., a conveniência de ser designada uma comissão para rever o quadro territorial do estado, a vigorar no próximo período — 1949-1953 — afim de que o Poder Legislativo pudesse, em tempo, discutir as prováveis inovações, e aprová-las. Sendo assim, no dia 1.º de janeiro o novo quadro territorial estaria devidamente delimitado e decretado, conforme o decreto federal 1311.

São estas, senhor secretário-geral, as poucas informações que tenho a honra de passar às vossas mãos, a título do relatório das atividades deste Diretório Regional.

Aproveito o ensejo para vos renovar os meus protestos da mais alta consideração.

★

RIO GRANDE DO SUL

Pelo delegado do estado do Rio Grande do Sul à VIII Reunião Ordinária da Assembléia Geral do C.N.G., foi apresentada o seguinte relatório das atividades geográficas desenvolvidas naquela unidade federada, no período compreendido entre julho de 1947 a junho de 1948:

O Diretório Regional do Rio Grande do Sul vem à presença desta culta Assembléia, da qual fazem parte homens de reconhecido saber, para dizer o que fez, sugerir o que é preciso realizar em benefício da geografia do estado e recolher as luzes e inspirações que o possibilitem a mais fielmente seguir a esclarecida e patriótica orientação do Conselho Nacional de Geografia, que já prestou e continua prestando relevantes serviços ao Brasil.

Diretório Regional de Geografia

O Diretório Regional do Rio Grande do Sul tem presentemente a seguinte composição:

Dr. Balbino de Sousa Mascarenhas	Presidente.
Dr. Alvaro Xavier	Secretário.
Dr. Germano Petersen Filho	Membro.
Dr. Leo Arruda	"
Dr. Artur Ambros	"
Dr. Pedro Barroso	"
Dr. Egidio Sousa	"
Ten. Cel. Osman Plaisant	"
Dr. Ivo Cunha	"
Dr. Remi Gorga	"
Dr. Adolfo Ambros Filho	"

Não foram em número elevado as reuniões do Diretório realizadas nos dois últimos anos anteriores, pois atingiram a 6 (seis) em 1946 e 3 (três) em 1947. Entretanto, julgamos proficuas essas poucas sessões levadas a efeito, em virtude dos assuntos debatidos, de magna importância para o estado.

Dêles, citam-se, entre os mais importantes, os seguintes:

- 1) Divisão fisiográfica do estado.
- 2) Mudança de nome das estações ferroviárias.
- 3) Divisão administrativa.
- 4) Mapas municipais.
- 5) Congresso de Geografia e História de São Leopoldo.

Divisão Fisiográfica

A comissão nomeada para determinar a divisão fisiográfica do estado ainda não pôde ultimar seu trabalho; porém tudo leva a crer que será pela mesma, adotada a divisão sugerida pela Junta Executiva Regional de Estatística, que apenas difere daquela apresentada pelo Conselho Nacional de Geografia numa troca de nome e de ampliação territorial da zona denominada "Serra do SO" pelo Conselho e à qual a Junta Regional de Estatística atribui o nome de "Escudo Riograndense".

É bem possível que ainda neste semestre o Conselho Nacional de Geografia venha a receber a nova divisão fisiográfica do Rio Grande do Sul.

Mudança de nome das estações ferroviárias

É inexplicável que ainda não tenha sido cumprido o decreto-lei n.º 3 599, de 6-9-41, que dispõe sobre esse assunto. Felizmente, por insistência do tenente coronel Osman Plaisant, foi pelo governo do estado nomeada uma Comissão para estudar e proceder à mudança de nome das estações ferroviárias.

Essa comissão vem trabalhando ativamente e muito em breve a aplicação dos dispositivos de que trata o decreto-lei n.º 3 599, será uma realidade no Rio Grande do Sul.

A Comissão em apêço está assim constituída:

Dr. Enio Pinto da Silva, representante do governo do estado.

Dr. José Marques Viana, representante do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, e

Dr. Artur Ambros, representante do Diretório Regional de Geografia.

Divisão Administrativa

Em tôrno desta questão tem havido no Rio Grande do Sul as maiores controvérsias entre os elementos técnicos e setores ponderáveis dos poderes Executivo e Legislativo do estado.

Tal controvérsia decorre do fato de a Constituição sul-riograndense, dentro de sua tradicional linha de ampla autonomia das comunidades municipais, atribuir às mesmas as prerrogativas de sua auto-constituição territorial.

Essa diretriz, diferente daquela adotada na matéria pelas demais unidades federadas, colocou em xeque a idéia de vigência e legal aplicabilidade das normas de racionalização e sistematização consubstanciadas nos decretos-leis ns. 311 e 5 901, que dispõem sobre a divisão territorial do país.

Não obstante, continua em pleno funcionamento a comissão revisora da divisão territorial nomeada pelo governo do estado, que está constituída de três membros, a saber:

Dr. Francisco Juruená.

Dr. Germano Petersen Filho.

Ten. Cel. Osman Plaisant.

Esta comissão antes de iniciar o estudo da futura divisão prevista para o quinquênio 1949-1953, dirigiu-se aos Diretórios Municipais pedindo sugestões, no que foi atendida. A documentação existente é vasta e nela a comissão encontrou todos os elementos para decidir com acerto e em plena observância do disposto nos decretos-leis n.º 311 e 5 901 já referidos, muito embora a Constituição estadual tenha dado esta atribuição às câmaras municipais, conforme ficou acima esclarecido.

Se, todavia, a referida prescrição constitucional prevalecer, não será possível a or-

ganização do quadro da nova divisão territorial para vigorar a partir de 1.º de janeiro de 1949.

Portanto, sábia, conveniente e oportuna foi a deliberação do Conselho Nacional de Geografia enviando ao Rio Grande um emissário, o Dr. Paulo Alves, numa tentativa de contôrnio e possível eliminação das dificuldades ora existentes. O Dr. Paulo Alves com real habilidade soube superá-las da maneira mais adequada.

Como César, pode exclamar: Cheguei—venci. Já se encontra em andamento na Assembléia Legislativa Estadual um projeto de lei baseado nos decretos 311 e 5901 dispendo sobre as normas que deverão ser observadas na fixação do quadro territorial do Rio Grande do Sul, de maneira a integrá-lo no sistema de padronização construtiva estabelecido para todo o país através da referida legislação orgânica, consagrada pelas Constituições e leis dos municípios de quase todos os estados do Brasil.

O projeto de lei em aprêço, graças às felizes negociações desenvolvidas pelo referido delegado especial do Conselho Nacional de Geografia, foi apresentado em plenário com o apoio do governo e de todos os líderes das bancadas dos partidos oposicionistas com assento na Assembléia do estado, o que permite prever assegurada sua aprovação.

Atendendo a promissoras situações regionais, pretendia a comissão criar 10 (dez) novos municípios, no quadro territorial a ser fixado para o próximo quinquênio.

Todavia, em atenção a desejos superiores ficou decidido reduzir-se esse total para três.

Os novos municípios previstos são:

Guarani das Missões, formado com porções territoriais de São Luís Gonzaga e Santa Rosa.

Rolante, organizado com território pertencente ao município de Santo Antônio.

Sananduva, constituído com área integrante do atual Lagoa Vermelha.

Os três novos municípios satisfazem às condições estabelecidas pela Constituição estadual que são:

- 1.º — População mínima de 20 000 habitantes.
- 2.º — Receita tributária anual não inferior a Cr\$ 600 000,00.
- 3.º — Possibilidade de desenvolvimento.
- 4.º — Prévia anuência da maioria da população da área a ser emancipada, manifestada em plebiscito, pelo voto secreto, nos termos da lei eleitoral, no que fôr aplicável.

A comissão revisora, para criar os novos municípios e não assistir a seu trabalho — que durou longos meses — modorrar numa gaveta burocrática qualquer, fez ao ilustre governador do estado a seguinte exposição:

"O decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938, deve considerar-se ainda em vigor, na parte é claro que não venha a colidir com o texto constitucional. Estabelece esse diploma a revisão territorial do estado de 5 em 5 anos.

Este critério, a nosso ver, deve ser mantido, pois que nunca como agora, em que vai haver período administrativo certo e definido, mais se faz sentir a periodicidade das alterações territoriais. Fazê-las incidir com o período administrativo municipal parece-nos solução acertada, pois que assim as administrações locais não serão surpreendidas dentro da execução de um plano administrativo com modificações territoriais que se refletem

de modo acentuado na receita e na despesa das entidades locais, no planejamento dos seus serviços.

Por outro lado força é convir que várias circunscrições territoriais do estado atingiram condições que justificam a sua autonomia, na forma prevista pela Constituição do estado, mormente quando se verifica por parte das respectivas coletividades anseios de autonomia.

Daí a justificação do presente estudo e a sua oportunidade, sabido é que, por força da lei, o exercício financeiro incide com o ano civil e deve iniciar-se a 1.º de janeiro, e as alterações territoriais se destinam a vigorar em 1949, havendo, por conseguinte, tempo suficiente para as providências necessárias.

A atual divisão administrativa do estado abrange 92 municípios.

Esse número é superado pelos estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia, os quais se dividem, respectivamente em 305, 316 e 150 municípios.

Considerando a área do estado (270 705 km²) resulta no Rio Grande do Sul a média de 2 942,400 km² por município.

Esta média já era sensivelmente superior à de São Paulo (915,9 km² por município), de Minas (2 027,188 km² por município) e a de Pernambuco (1 167,69 km² por município), isto antes da última revisão territorial.

Dos estados com maior número de municípios somente a Bahia (3 529,19 km² por município) é apenas levemente superior ao nosso estado.

Por outro lado, considerando a densidade de população, o nosso estado comporta mais acentuada divisão do seu território, outorgando-se autonomia a núcleos urbanos que, por sua densidade, adquiriram condições que legitimam sua emancipação.

Efetivamente, a população média de cada comuna nos estados citados é, consoante se verifica, do trabalho elaborado pela extinta D.P.M.:

Rio Grande do Sul ..	38 069 habitantes
Minas Gerais	23 606 "
Bahia	26 259 "
São Paulo	26 813 "
Pernambuco	31 703 "

Segundo, ainda, levantamento efetuado pelo D.P.M., em 1944, a receita média por município é, também, no Rio Grande a mais elevada do Brasil, como se desprende dos dados seguintes:

Rio Grande do Sul	1 589 717,50
São Paulo	1 188 294,70
Rio de Janeiro	1 049 052,90
Pará	427 089,28
Paraná	408 186,83

Uma vez excluído, porém, o volume das arrecadações municipais das capitais mais ressalta a situação do nosso estado, sabido é que nas três maiores circunscrições estaduais a receita das capitais equivale a cerca de 50% do total da receita municipal, ao passo que no Rio Grande do Sul equivale a cerca de um terço.

Estas as informações de ordem geral e que se destinam a dar uma idéia geral da nossa divisão territorial em face de outras unidades da nossa federação.

Vantagens e desvantagens de maior divisão

Conquanto os serviços de administração geral das nossas comunas relativamente a outros encargos não sejam elevados, forçoso é admitir que a maior fragmentação do território estadual exige a aplicação de rendas na ma-

nutenção desses serviços. Efetivamente, esse argumento tem sido o mais incisivo contra a divisão territorial.

Todavia, as normas previstas na Constituição estadual, anulam tais argumentos, sabido é que as administrações locais são obrigadas a aplicar toda a renda auferida no próprio local de origem, à exceção de 10%, reservados às despesas de administração.

Como ensina R. del Busto *De nueva Política* o município deve ser o núcleo primogênito de todas as evoluções sociais, cuja autonomia deverá corresponder à que tem o cidadão. Não é pois, somente uma autarquia territorial, mas também um núcleo social econômico e político, que deve ter vida própria.

Não é justo, por conseguinte, que certos núcleos sócio-econômicos evoluídos fiquem acorrentados a outros semelhantes, que sobre eles exerçam qualquer espécie de poder. Se um município é social ou economicamente fraco, torna-se um mal. Também se ele é excessivamente poderoso ocasiona defeitos, porque "cria super-municípios, desaparecendo, como consequência, a própria instituição de município autônomo. Há ainda no Rio Grande núcleos urbanos mais desenvolvidos do que alguns municípios, principalmente os formados no antigo critério político-partidário, e que não foram formados por "fatos sociais e econômicos que devem ser estudados sem a interferência de mesquinhos interesses políticos e livres dos prejuízos de intransigente localismo" como doutrina Durkheim.

Sempre que um núcleo urbano apresentar padrão de desenvolvimento estendendo sua esfera de influência sobre determinada porção de território, cujas atividades econômicas justifiquem emancipação, esta medida deve ser adotada a fim de praticar-se o verdadeiro regime municipalista.

Daí a noção do município: comunidade com vida própria — que é afinal a base real sociológica da autonomia.

As Condições para a Autonomia

1 — População mínima de 20 000 habitantes.

Preferiu a Constituição do estado o fator densidade de população ao da extensão territorial. De fato, o território é um elemento secundário, não essencial à formação do município.

Efetivamente, o ponto de vista demográfico é mais interessante para se inferir do grau de desenvolvimento do município.

A Constituição estadual partiu, pois, do princípio de que quanto "mais intenso é o interesse grupal em torno de uma densa população, tanto menor poderá ser o território da sua municipalidade" (*Problemas Fundamentais do Município* — p. 19).

Em verdade esse critério parece aproximar-se do município ideal: que é constituído da aglomeração urbana e do círculo de terras necessárias para as culturas de emergência, que visem o suprimento das necessidades diárias da alimentação de seus habitantes.

II — Volume da Receita

As possibilidades de arrecadação não podem ficar à margem das cogitações para a emancipação de um município. Há necessidade de um rigoroso estudo das possibilidades financeiras não só do novo município, como também e principalmente do município ou municípios que vão contribuir para a formação do novo.

É natural que o desmembramento faz como consequência imediata a diminuição da receita

do município desmembrado. A reação que se opera e a natural tendência da progressão das receitas, porém, facilitam a recuperação gradativa, fato que ficou exuberantemente provado nos últimos desmembramentos havidos. Por outro lado, a diminuição do território proporcional, por sua vez, melhores possibilidades de fiscalização tributária e aplicação das rendas.

Assim, a Constituição em vigor estabelece a mínima da renda (Cr\$ 600 000,00) para os municípios a serem criados enquanto que a anterior fixava o mínimo em Cr\$ 300 000,00.

Exigia a Constituição anterior que o município que contribuisse com território não podia ficar com renda inferior aos limites fixados para o novo. A nossa Constituição atual, porém, não especificou essa condição, talvez para não cair em redundância, porque é inconcebível que ela, fixando um mínimo de receita, permitisse que o município desmembrado ficasse em condições inferiores.

III — Possibilidades de Desenvolvimento

Sábria foi a Constituição em assegurar "possibilidades de desenvolvimento à nova comuna". Há fatores econômicos e sociais que originam quase repentinamente o desenvolvimento de uma coletividade, como, por exemplo, a construção de um ramal ferroviário; a construção de uma rodovia, e surgimento de uma indústria. Há, também, fatores negativos que promovem o empobrecimento de uma região ou retardam a sua evolução.

Exige, por isso, a Constituição em vigor que se estude as possibilidades de desenvolvimento da coletividade que vai ser emancipada, medida não exigida pela Constituição anterior.

IV — Prévia anuência da maioria da população da área a ser emancipada, etc.

Evidentemente este é o método democrático de se aprovar a vontade da maioria da população da área que vai ser desmembrada. Todavia, quer parecer-nos que este plebiscito não pode ser provocado por grupos ou por manifestação da vontade popular. A iniciativa, a nosso ver, cabe ao estado, que deverá decretar o plebiscito. Do contrário seria tirar ao estado a competência de resolver sobre seu território, já que ele também é afetado pelos desmembramentos.

Há necessidade, pois, da lei reguladora do dispositivo constitucional acima referido.

A nosso ver, no sentido de evitar que os desmembramentos se processem tumultuosamente, necessário é adotar o regime da periodicidade, como ressaltamos no início deste trabalho.

Os trabalhos da comissão revisora já vão bem adiantados. Dêles resultará o projeto da nova divisão territorial administrativa do Rio Grande do Sul, a ser — dentro de breves dias — encaminhado ao senhor governador do estado, para os devidos fins.

Mapas Municipais

A campanha dos mapas municipais foi penosa pela dificuldade que encontrou o Diretório Regional em se fazer compreender pelos prefeitos, não obstante terem sido enviadas para todos os municípios as resoluções ns. 3 e 190, do Diretório Central, nas quais estão devidamente pormenorizados os informes necessários à confecção do mapa municipal. Duas foram as razões maiores dos óbices encontrados: falta de técnicos e precariedade financeira.

Para afastar os obstáculos apontados, propôs o tenente coronel Plaisant, que a confecção dos mapas municipais ficasse afeta ao Serviço de Geografia, que teria seu número de cartógrafos aumentado pela transferência para ele de todos os técnicos em cartografia existentes nas repartições do estado. A parte financeira seria solucionada mediante um apêlo a todas as prefeituras, no sentido de fazerem figurar nos respectivos orçamentos uma pequena porcentagem de sua arrecadação, a favor do Serviço de Geografia. Estas sugestões, que foram recebidas com aplausos e otimismo pelos membros do Diretório, necessitam no momento de novo estudo em virtude das novas condições criadas pela reconstitucionalização do estado.

Todavia, tudo leva a crer que esses objetivos serão alcançados e com eles só lucrará o Brasil, que clama por mapas que espelhem fielmente seu território.

Primeiro Congresso de História e Geografia de São Leopoldo

É honroso assinalar com destaque, entre os fatos aqui relatados a realização do "Primeiro Congresso de História e Geografia", levado a efeito na cidade de São Leopoldo, por motivo do transcurso da data centenária da sua municipalização, ocorrido a 1.º de abril de 1946.

Efetuada por iniciativa de historiadores e geógrafos locais, o certame que passou a figurar nos fastos culturais do estado com o nome de Congresso de São Leopoldo, salvo equívoco, representa a primeira e auspiciosa iniciativa no gênero, de vez que não parece haver nenhum município brasileiro realizado certame limitado ao estudo dos fatos históricos e geográficos exclusivos aos seus âmbitos territoriais.

Contando com o patrocínio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, então presidido pelo eminente brasileiro Dr. Adroaldo Mesquita da Costa, atual ministro da Justiça, foi o Congresso levado a efeito entre os dias 24 a 29 de julho de 1946.

Os trabalhos desse certame científico e histórico de âmbito municipal estão divulgados nos *Anais*, editados no ano seguinte.

Para o Conselho Nacional de Geografia, preocupado em incentivar os estudos regionalistas, de acordo com a moderna metodologia geográfica, o volume que dá conta das atividades do Congresso de São Leopoldo, representa contribuição, cuja originalidade é lícito acentuar, nessa altura.

Cumpre salientar aqui o apoio dispensado pelo Conselho Nacional de Geografia a esse empreendimento, traduzido pela resolução n.º 206 da sua última Assembléia Geral.

Além desses assuntos, convém assinalar a existência dos originais de um novo mapa do Rio Grande do Sul e a situação dos marcos da rede de triangulação geodésica do estado.

Mapa do Estado

É mister outrossim trazer ao conhecimento desta douta Assembléia que um novo mapa geral do Rio Grande do Sul está pronto para ser editado na escala de 1 : 1 000 000. A matriz está ultimada e já incluídos novos municípios criados bem como todas as modificações topográficas efetivadas, dependendo sua impressão, apenas, da aprovação pela Assembléia Legislativa da nova divisão administrativa.

É da eficiência das cartas que depende em síntese o progresso e o engrandecimento dum nação. Por isso é digna de louvores a campanha dos mapas estaduais e municipais empreendida pelo Conselho Nacional de Geografia, a qual o Rio Grande do Sul acolheu com aplausos e entusiasmo.

A organização sucessiva de mapas, referentes ao estado recebeu através da obriga-

toriedade da apresentação de cartas municipais 1938 mais um valioso impulso, resultando no atual mapa geográfico do estado, na escala de 1 : 750 000, executado na Diretoria de Terras, em 1941.

É essa carta que encontramos nas cabines dos aviadores, nas mãos dos navegadores marítimos e nas agências de turismo.

Esse mapa é o cartão de visita do Rio Grande do Sul, em virtude do seu bom acabamento e impressão, e já foi classificado como um dos melhores do Brasil. Todavia, como todos os precedentes, não foi produto de uma organização especialmente aparelhada, e sim representa o supremo esforço de um grupo de técnicos e funcionários dedicados.

A Rede de Triangulação do Estado

Impõe-se trazer ao conhecimento desta Casa um fato grave, gravíssimo mesmo, que está ocorrendo no estado.

Como é sabido, o Serviço Geográfico do Exército concluiu $\frac{3}{4}$ partes da rede de triangulação do território gaúcho, suspendeu, por ora, seus trabalhos neste setor.

A rede de triangulação de caráter nacional, planejada pelo Conselho Nacional de Geografia já chegou ao norte do estado, e pouco falta para que se encontre ligada à que aí existe.

É essa triangulação que irá servir de base à edição de folhas definitivas da carta geográfica do Brasil, na escala 1 : 1 000 000 e de todos os outros levantamentos que vierem a ser feitos no território por ela compreendido.

Agora, a gravidade do fato.

Enquanto se constrói uma nova rede buscando o Rio Grande a que existe no estado vai desaparecendo. Seus marcos, valiosíssimos estão sendo destruídos por mãos criminosas, ou por ignorantes. De qualquer modo, o que se impõe é impedir prontamente que essa monstruosidade prossiga, sob pena de acarretar um retardamento na confecção da carta do Brasil e um prejuízo de milhões de cruzeiros.

Conclusão

Finalizando este despretensioso relatório é justo dar aos dignos delegados à VIII Assembléia, uma notícia alvissareira, uma nota reveladora do entusiasmo e da grande dedicação dos geógrafos e técnicos do Rio Grande do Sul, pelos movimentos de aperfeiçoamento e de recuperação cultural em seu estado.

Assim é que sentindo a importância de imprimir-se novos impulsos à Geografia oficial, reuniu-se, com propósito certo, um grupo de homens de pensamento e boa vontade integrados no setor geográfico do Rio Grande, profundos conhecedores de seus íntimos problemas e de cuja elevada compreensão e eficiência, resultou a criação da Sociedade Geográfica do Rio Grande do Sul.

Compõem sua atual diretoria, professores e técnicos de reconhecido saber e competência, que viram nessa iniciativa o caminho indicado para estimular, apoiar e assistir à reconstrução da Geografia nos setores oficiais.

Seus nomes são a garantia de êxito da tarefa a que se impuseram. Por sua vez, a Sociedade de Geografia do Rio Grande do Sul, dadas as atuais circunstâncias, tem um grande papel a realizar no desenvolvimento das atividades geográficas nesse estado sulino, tanto no campo de sua utilização administrativa, como no plano técnico-científico, antevisto em suas amplas perspectivas culturais.

Por tudo isso, aqui fica formulado um caloroso apêlo ao Conselho Nacional de Geografia e mais diretamente a esta ilustre Assembléia, para que a prestígio e fortaleza com a sua palavra confortadora e sua ação construtiva.

Bibliografia

Registos e

comentários bibliográficos

Livros e Periódicos

INACIO TOSTA FILHO — *Instituto do Cacau da Bahia — Plano de Ação Econômica para o Estado da Bahia* — Bahia, dezembro, 1948.

Fazendo parte do Plano de Ação Econômica para o estado da Bahia, como separata da secção B do volume II, do mesmo, o presente documentário técnico trata dos problemas administrativos e de expansão econômica que defronta o Instituto de Cacau da Bahia, ao qual se procura imprimir hoje novos rumos, de acôrdo com as necessidades objetivas e presentes daquele importante setor da economia nacional.

Compreende, em primeiro lugar, um panorama geral da economia cacaueteira, o papel que representa, em face da conjuntura internacional, os problemas internos da sua lavoura e produção, considerando aspectos técnicos e analisando as respectivas curvas de produção e consumo em diferentes períodos. Em seguida o autor descreve os pródromos da criação do Instituto do Cacau, passando desde logo a examinar, pormenorizadamente, os itens diversos do programa de atividades daquele órgão, as inúmeras providências tomadas, no que diz respeito ao amparo e financiamento da lavoura, transportes, etc., através de seus departamentos especializados.

Diz o autor, finalmente, num balanço circunstanciado, o que é atualmente o Instituto do Cacau da Bahia e seus problemas, que são conseqüências das atuais contingências do comércio cacaueteiro e de outras deficiências, refletidas em cada um dos seus setores mais importantes. A análise dos diversos aspectos da vida pregressa e atual do Instituto, inspira-

ram os fundamentos da reestruturação que ora se propõe, afim de que aquêlê órgão continue a bem servir os seus elevados objetivos.

J.M.C.L.

REVISTA DEL MINISTERIO DE CULTURA — 24 — Abril-Mayo-junio, 1948 — San Salvador (El Salvador).

Essa revista cultural oferece-nos um selecionado número de contribuições sôbre matérias educacionais. Pelo que nos interessa temos a salientar nesse número, na parte referente à Pedagogia, um artigo da série intitulado "La enseñanza de la Geografía Ciencia", por Luiz Samuel Caceres, que a referida revista vem publicando. Ademais, na secção de geologia inscreve-se o estudo "La barranca del Zizimico", interessante do ponto de vista paleontológico — de Jorge Larde y Larin.

J.M.C.L.

CENSO NACIONAL DE POBLACION DE 1940 — Ministerio de Hacienda y Comercio — Direccion Nacional de Estadística Lima (Republica del Peru).

A Direccion Nacional de Estadística continua a publicar os resultados do censo de população do Peru de 1940. O volume em referência abrange os departamentos de Ica, Huancavelica e Ayacucho. De cada uma dessas províncias se apresentam os quadros estatísticos referentes aos atributos investigados no censo.

J.M.C.L.

MIGUEL ACOSTA SAIGNES — *Noticia sobre el problema indígena en Venezuela* — 1 — *Publicaciones de la Comision Indigenista* — Caracas, 1944.

Planeja a Comissão Indigenista Venezuelana apresentar em várias publicações da ordem da que vem indicada acima, aspectos diferentes das condições de vida e dos costumes das populações indígenas que vivem em partes remotas do território daquele país, orçada nuns 100 000 individuos, com o fito de chamar a atenção das autoridades e da nação em geral sobre a necessidade de desenvolver-se uma política de proteção e ajuda em relação às mesmas. O presente volume encerra, a par de uma notícia sobre a significação e sentido de tais estudos, uma coleção de nitidas fotografias retratando tipos e imagens características da vida indígena.

J.M.C.L.

BOLETIN DE ESTUDIOS GEOGRAFICOS — Vol. I — N.º 1 — Cuarto trimestre, 1948 — Seccion de Estudios Geográficos — Universidade Nacional de Cuyo — Facultad de Filosofia y Letras.

Trata-se do primeiro número dessa publicação, destinada a ventilar os problemas geográficos, objeto de estudo da secção especializada daquela Faculdade, especialmente relacionados com a região de Cuyo, sede da Univer-

sidade deste nome. Do seu sumário constam as seguintes contribuições:

“Característicos de los Rios de Cuyo y sus Relaciones — Dr. A. E. Corte; “Paleoclima, Estrelas Variables e Historia del Sol” — Raul Argerich; “Centros Volcánicos del Damuyo y Payún Matra” — Ada S. Serris de Canosa; “El regimen del tiempo” — Prof. Dora Silva; “Veintecinco años de investigaciones glaciológicas, nórdico-árticas”, bajo la dirección de Hans W. Son Ahlmann (Bonn). C. Troll. (Tradução do alemão).

J.M.C.L.

SANEVIA — *Boletim Técnico do Departamento Nacional de Obras de Saneamento* — Ministério da Viação e Obras Públicas — N.º 6 — dezembro de 1948.

Apresenta vários artigos especializados relacionados com os trabalhos de saneamento afetos ao Departamento respectivo. Deixamos indicado aqui, por apresentar algumas referências geográficas, o artigo assinado pelo Eng.º Camilo de Meneses sobre “A Baixada Maranhense”, de um relatório técnico.

J.M.C.L.

L'AGRONOMIE TROPICALE — Ns. 12; janv.-fev. — volume IV — France — 1949.

Encerra uma coleção de trabalhos referentes a problemas agrícolas da África francesa. Dentre esses trabalhos poderemos distinguir o de E. Breton intitulado “Les irrigations dans l'établissement français de Pondichéry.

J.M.C.L.

Boletim do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil

Índice dos assuntos constitutivos dos boletins 1 a 99

(Ns. 52 a 60)

BOLETIM 52. — *A indústria do sal no estado do Rio.* — Mário da Silva Pinto e Raimundo Ribeiro Filho. 1930, 143 páginas, 1 planta da lagoa de Araruama, 1 planta da salina Salicola Fluminense, 1 planta do projeto de uma salina-modêlo.

Introdução; relance sôbre a geografia, geologia, fisiografia e economia da região costeira, desde a ilha Rasa até Cabo Frio.

1.ª Parte. — A lagoa de Araruama; fisiografia; dunas e pequenas lagoas; situação; dimensões; forma; "cordões"; modificações do regime lacunar da região pelo vento; a comunicação da lagoa com o mar; o canal Palmer; combate ao aterramento da lagoa. Hidrografia; condições de abastecimento d'água na região. Aspecto climático; considerações gerais sôbre atmosfera e ventos no litoral e sôbre o seu regime; influência da quebra de direção do litoral no regime dos ventos; o vento sul; chuvas e umidades; caráter de semi-aridez; pressão e temperatura; insolação e evaporação; considerações gerais e sua relação para com a indústria salineira e reflexo na safra. Vias de comunicação. Recursos econômicos; sal; depósito conchilífero do fundo da lagoa. Geologia; formação das lagoas; desenvolvimento geomorfológico e fisiográfico da costa; estudo, distribuição e composição dos sedimentos arenosos e argilo-arenosos e mecanismo da acumulação de conchas; relação dos fósseis coletados; rochas eruptivas; referências litológicas das ocorrências; aspecto fisiográfico; intrusivas; injeções e derrames de rochas

nefelínicas; ilha do Farol; conclusões. Estudo petrográfico das rochas de Cabo Frio; estudo microscópico descritivo e sistemático de 15 rochas.

2.ª Parte. — A indústria do sal. Introdução; localização das salinas; considerações sôbre as possibilidades da indústria do sal no estado do Rio; construção da salina; terreno; impermeabilização do solo; os tipos de salina; tipo francês, descrição; tipo de Aveiro, descrição; tipo Figueira da Foz, descrição. Águas da alimentação, a água da lagoa de Araruama, sua salinidade, variação de concentração, propriedades; as lagoas Vermelha e Pitanguinha. Marnéis; a salina Trapiche, um marnel; valas de infiltração; considerações sôbre o fenômeno da evaporação através das terras; concentração de sal; discussão analítica da infiltração; defesa e proteção contra as águas do subsolo; vala de drenagem. Água do Itajuru, côr e porcentagem em matéria orgânica. Marcha do processo de fabricação do sal; alimentação; a "moira"; concentração da salmoura; "água podre"; avaliação da concentração pelos práticos e seus inconvenientes; cristalização; a colheita; a acomodação dos trabalhos da salina às condições meteorológicas; o esgôto das águas-mães; limpeza da salina; "mêdas" e armazenamento; transporte. Tipo de sal e comparação com os produtos comuns no mercado brasileiro; impurezas e inferioridade; produção; condições de maior rendimento; produção por hectare e segundo a concentração. Aperfeiçoamento dos métodos de trabalho; beneficiamento do sal; projeto de salina-modêlo. Resumo dos

estudos de Vant'Hoff e Usiglio sôbre a concentração e deposição de sais nas soluções salinas e sua aplicação à água do mar; processo de Roux para extração do sal. Impurezas; defeitos de trabalho de colheita na salina; matérias insolúveis; umidade excessiva; causas desta umidade; impurezas químicas; causas; impurezas biológicas; algas; aspecto do sal. Melhoramentos na disposição das salinas; conselhos técnicos Conseqüência das impurezas; inconvenientes na alimentação do gado; os defeitos do sal de Cabo Frio na salina; mecanismo da salga e ação dos cloretos de sódio e de magnésio; as impurezas biológicas, causa da putrefação; pesquisas sôbre os germes da putrefação no sal; o relêvo do cloreto de magnésio, segundo o Dr. Mário Saraiva. Processos de purificação e beneficiamento do sal; envelhecimento; "quebra do sal"; pureza do sal velho e verde da salina Glória; reprecipitação; inconvenientes dêste processo; lavagem a frio, a quente e por jato de vapor; razões da preferência; eficácia do processo; quadros de análise comparativos dos produtos natural e lavado; lavagem e tratamento químico; com carbonato de sódio, carbonato de amônia ou cal; valor do processo; quadro de análise comparativo do produto natural e lavado; tratamento pela cal; método Dr. Alfredo Machado; crítica; ineficácia e inconveniente do processo; esterilização pelo fogo; processo Duflos; aparelhamento; princípio e prováveis reações; quadro de análise comparativo do produto bruto e torrado; esquema do aparelho de beneficiamento da Companhia Salícola; vantagens do processo; esterilização pelo cloro; processo Del Vecchio; princípio e mecanismo do processo; eficácia do processo e pureza do produto obtido; inaplicabilidade às salinas atuais; cálculo demonstrativo das vantagens econômicas e técnicas do processo; esterilização por dissolução a quente (processo Saraiva); descrição do processo; conclusões e processos indicados. Revestimento das salinas com outros materiais; experiências e resultados; aproveitamento dos sub-produtos; considerações sôbre o aproveitamento do sulfato de cálcio e do brometo de sódio. Projeto salina-modêlo; crítica das instalações das salinas na lagoa de Araruama; os defeitos de construção; considerações sôbre a lei da evaporação, sôbre o calor de vaporização das soluções salinas; cálculo da distribuição da

superfície da salina; exemplo de cálculo de uma salina-modêlo, em condições dadas. Situação geral. Dados econômicos e estatísticos. Considerações sôbre os fatores econômicos que gravam a indústria do sal; exportação, importação e consumo; as várias causas de estôrvo da indústria; navegação da lagoa e sua melhoria; o pôrto de Cabo Frio e seu melhoramento; projeto do pôrto e estrada do Arraial do Cabo; desorganização atual da indústria do sal; a vantagem das cooperativas; o problema do sal fluminense; soluções e conselhos; o Instituto do Sal; dragagem da lagoa e construção do pôrto. Considerações sôbre a organização da indústria extrativa do sal. Conclusões; Conselho para a melhoria técnica e econômica da indústria. Anexos. Estudo do transporte do sal fluminense, pelo engenheiro Fernando V. de Miranda Carvalho; considerações sôbre o pôrto do Forno, o pôrto de Cabo Frio e Estrada de Ferro Maricá-Cabo Frio. Relação das salinas dos municípios de Cabo Frio, de Araruama e São Pedro d'Aldeia.

BOLETIM 53. — *Coordenadas geográficas do Brasil.* — Coletânea organizada por Alfeu Diniz Gonsalves. 1930, 270 páginas, projeção Mercator das coordenadas do Brasil, bibliografia de 368 obras.

Considerações históricas sôbre o desenvolvimento dos trabalhos cartográficos e da determinação das coordenadas geográficas e sôbre o que se tem feito no Brasil. Observações e orientação para as consultas ao trabalho. Biografia e fotografia do almirante Amedée E. B. Mouchez. Relação pela ordem alfabética das localidades das coordenadas geográficas para cada estado na ordem alfabética. Relação das coordenadas geográficas pela ordem da latitude do norte para o sul. Relação das coordenadas geográficas em suplemento às da primeira relação e na mesma disposição daquelas.

BOLETIM 54. — *Dados hidrográficos.* — Secção de Águas. (Até 1929). 1931, 152 páginas.

Situação; altitude; descarga; área e planta da bacia hidrográfica; diagrama limnimétrico de vários anos; leituras de régua diária de vários anos, nos lugares, onde há régua, dos rios; vale do rio Paraná: Aiuruoca, rio Aiuruoca, estado de Minas; Ibituruna,

rio das Mortes, Minas; Piraju, rio Parapanema, São Paulo; Salto Grande, São Paulo; Tomasina, rio das Cinzas, Paraná; Guaira, rio Paraná, estado do Paraná. Vale do rio Paraíba: Zelinda, rio Prêto, estado de Minas; Usina Maurício, rio Novo, Minas; Ituerê, rio Pomba, Minas; Lorena, rio Paraíba, São Paulo; Barra do Pirai, estado do Rio. Vale do rio Doce: Vila Piracicaba, rio Piracicaba, Minas; Antônio Dias, Minas. Vale do rio Jequiriçá: Vila Jequiriçá, rio Jequiriçá, Bahia; Pimenteira, rio Jequiriçá, Bahia. Vale do rio de Contas: Acari, rio de Contas, Bahia. Vale do rio São Francisco: Aguiar Moreira, rio Mata Porcos, estado de Minas; rio Acima, rio das Velhas, Minas; João Ribeiro, rio Paraopeba, Minas; Toca, Minas; Álvaro de Silveira, rio Lambari, Minas; Juazeiro, rio São Francisco, Minas. Vale do rio Amazonas: Itaituba, rio Tapajós, estado do Pará.

BOLETIM 55. — *Contribuição à geologia do estado de Minas Gerais.* — Djalma Guimarães. 1931, 36 páginas, 2 desenhos, 37 fotos, 4 microfotos, bibliografia de 51 obras.

Introdução; referências ao diamante.

Região norte do estado; situação da área de ocorrência do diamante. Aspecto fisiográfico. Geologia; considerações gerais sobre formações e rochas. Série de Minas; considerações petrográficas sobre as rochas desta série; considerações de Hussak e Arrojado Lisboa sobre as formações da série; o termo itacolomito; erosão, variação, distribuição das formações; as formações da série segundo Harder e Chamberlain; "Série Itacolomi"; discordância entre conglomerado diamantífero e série de Minas. Quadro de correlação das formações de Minas Gerais, segundo as divisões de Derby, Gorceix, Harder e Chamberlain e Guimarães. Algonquiano inferior; horizonte inferior; itacolomito e filito; distribuição e variações litológicas; horizonte médio; itabiritos, calcários, filitos, etc.; correlação do horizonte médio com as divisões de Gorceix e Harder e Chamberlain; considerações sobre as rochas deste horizonte; horizonte superior; filitos e quartzitos; considerações sobre as rochas do horizonte. Algonquiano superior; série "Itacolomi"; quartzitos, arenitos e conglomeratos; distribuição;

considerações sobre as rochas da formação; confusão e analogia litológica entre rochas das séries de "Minas", "Itacolomi" e "Lavras"; distinção. Considerações sobre a origem das camadas de óxidos metálicos da "Série de Minas", Série "Lavras", conglomeratos grosseiros, arenitos, filonitos; ocorrência na Bahia e em Minas; considerações sobre as rochas; discordância; sub-divisão; a) Formação "Sopa" fisiografia atual; considerações sobre o desenvolvimento geomorfológico face à gliptogênese; ambiente gerador provável; contestação às interpretações dadas à origem de conglomerado como "breccia" eruptiva; cooperação de fenômenos geológicos na formação dos depósitos; considerações sobre o teor e distribuição de diamantes; caráter fluvio-glacial de formação "Sopa"; considerações sobre as formações análogas de Salobro e Grão Mogol; distribuição da formação "Sopa" na região diamantífera; caráter local do diamante; relação com a matriz do diamante. Formação "Macaúbas"; filonitos conglomeráticos; tilito com fácies filítica; disposição e natureza dos seixos. Tectônica; diastrofismo huroniano; gliptogênese; atitude das camadas; direção dos esforços; a serra do "Espinhaço". Metamorfismo das formações proterozóicas; polimetamorfismo; relação e distribuição das rochas metamórficas; considerações gerais sobre as intrusões e o caráter estrutural, textural, metamórfico e litológico das rochas das séries de "Minas", "Itacolomi" e "Lavras". Quadro dos minerais constituintes das rochas metamórficas. Quadro da coluna geológica com as formações proterozóicas e eo-paleozóicas do estado de Minas. A rocha matriz do diamante. Considerações sobre a natureza da rocha matriz do diamante; provas da exclusão de natureza ultra-básica da rocha matriz; modo de ocorrência da rocha diamantífera; forma de intrusão da rocha matriz; estrutura brechiforme aparente; dois tipos de filito diamantífero; textura original; laminação da rocha; concentrado da rocha diamantífera de Perpetua; média de 4 análises de rocha de Diamantina; os minerais encontrados nas rochas diamantíferas; os dois produtos de alteração de rocha ácida e de rocha básica, rocha diamantífera filítica e filito clorítico. Considerações sobre a rocha original; sienito ou granito, possivelmente granulito.

BOLETIM 56. — *Cromo, molibdenito, níquel e tungstênio no Brasil*. — Vários autores. 1931, 52 páginas, bibliografia de 31 obras.

1 — *Minérios de cromo no Brasil*, por Luis Flores de Moraes Rêgo. — Cromita; ocorrência no Brasil; a crocoita de Congonhas do Campo. Geologia; o arqueano; a série de Jacobina. Descrição das ocorrências; a rocha portadora; composição mineralógica; dunito; a ação metamórfica; idade da rocha cromífera; os tipos de jazida de Pedras Pretas, Boa Vista, Cascabulho e Barreiro. Gênese; segregação magmática; os trabalhos de Vogt; dunita, diferenciação com cromita. O minério da Bahia; sua constituição, composição, teor. Trabalhos de lavra na jazida de Pedras Pretas; exploração, transporte, exportação; pesquisas nas jazidas de Boa Vista, Barreiros e Cascabulho; condições de lavra. Beneficiamento: marcha geral dos processos de beneficiamento; resultados promissores dos ensaios. Quadro das composições de minérios de cromo do Brasil. Transporte pela E. F. Este Brasileiro; dados de frete e impôsto, etc. Reserva; estimativa. Aplicações; aço cromo; propriedades; liga ferro-cromo; composição e fabricação; fornos; reações; dificuldade de fabricação; fundentes; perdas de cromo na escória; matéria prima para uma tonelada de ferro-cromo; processos para redução de carbono na liga e do cromo na escória; processos de redução da cromita pelo carbono; as ligas não ferrosas; a cromagem; processos de obtenção do cromo; processo de fabricação das ligas e dos vários sais; as tintas de cromo; os refratários e os requisitos quanto à sua estrutura e composição. Condições gerais do cromo no mundo; jazidas da Turquia, Rodésia, Birmânia e Nova Caledônia; norma de arbitramento do preço do minério e do ferro-cromo. Possibilidades no Brasil; exportação; beneficiamento e tratamento para exportação e consumo no país; considerações sobre a localização de uma usina de cromo. Quadro da produção mundial de minério de cromo de 1915 e 1928. Quadro das cotações do minério de cromo e do ferro-cromo em Nova Iorque, de 1914 a 1928.

2 — *Molibdênio*, por Gérson de Faria Alvim. — Propriedades; minerais de molibdênio; os minérios; vulfenita; teor e ocorrência molibdenita; ocor-

rência; ocorrência no mundo e no Brasil; a jazida de Baú em Santa Catarina, segundo o Dr. Francisco Paulo de Oliveira; ocorrência no Rio Grande do Sul e no Paraná. Preparação e metalurgia; considerações sobre os modos de preparação; métodos químicos, pelo alumínio-termia; os métodos eletrotérmicos; métodos eletrolítico; ferro-molibdênio; preparo no forno elétrico; as variedades de ferro-molibdênio industrial; matéria prima necessária ao preparo de uma tonelada de ferro-molibdênio a 80%. Usos; em aparelhos elétricos e de rádio; na tinturaria e na docimasia; ligas de aços especiais de molibdênio; propriedades dos aços especiais de molibdênio; as ligas de "estelite-molibdênio"; emprêgo na siderurgia; vantagens do aço-molibdênio sobre o aço tungstênio. Estatística comercial; dados de preço e produção americana. Conclusão; considerações sobre pesquisas a realizarmos.

3 — *Informações sobre o níquel*, por Henrique Capper A. de Sousa. — Generalidades e estatísticas; localização da indústria do níquel; considerações sobre produção, exportação, tipo de jazida; companhias exploradoras; tratamento; minérios; o níquel no Brasil; importação; aplicações; distribuição porcentual na indústria; aços e ligas de ferro-níquel; propriedade do aço; composição; aço níquel-cromo; as ligas especiais ferro-níquel; gusa-níquel, emprêgo. Ligas de níquel-cromo-ferro; composição; emprêgo. Ligas de níquel-cobre; composição; metal Monel, composição e emprêgo; o Constantã. Ligas de cobre-níquel-zinco; prata alemã ou prata de níquel; composição; propriedade. Bronzes de níquel; aplicações e composições. Níquel maleável; uso. Níquelagem e sais. Minas; jazidas de Sudbury; minério; rocha matriz; teores; jazidas da Noruega, Nova Caledônia e Livramento; o minério; rocha matriz; o peridotito; alteração e garnierita; considerações sobre as jazidas de Nova Caledônia; seu teor, seu tratamento, análise; análise do minério de Livramento; teores de níquel e cobre dos minérios de Sudbury. Metalurgia; fases de metalurgia; tratamento parcial e exportação do restante pela "Société Le Nickel" de Nova Caledônia; a produção de "mates" concentradas; refino de "mate" e obtenção do metal; tratamento em convertedor e em retornas; níquel com 99,25%; as temperaturas no tratamento; consi-

derações sobre o tratamento dos minérios norte-americanos. Aplicação de fornos elétricos ao tratamento da garnierita. Considerações gerais sobre a redução direta da garnierita e teores dos produtos obtidos; as vantagens da aplicação do forno elétrico. Metalurgia do níquel no Canadá; obtenção da "mate"; marcha da operação; concentração da "mate"; refino. Descrição dos tratamentos usados pelas companhias: "International Nickel Co.", "Mond Nickel Co.". Tratamento elétrico; descrição do refino eletrolítico; processo Hybinette; dados sobre o refino eletrolítico.

4 — *Tungstênio*, por Djalma Guimarães. — Minérios; volframita, hubnerita, cheelita, tungstita, estolsita, ferberita, propriedades e teores. Depósitos brasileiros; afloramentos de Encruzilhada, no Rio Grande do Sul; Estabelecimento das Minas, a principal ocorrência; as outras ocorrências; associação com cassiterita; geologia regional; composição do granito da região; veios de quartzo com minérios; considerações petrográficas sobre o granito e minérios e sobre as formações triássicas da região. Estabelecimento das minas; descrição da instalação, trabalhos de exploração, produção realizados por antiga companhia. Energia e vias de comunicação. Cheelita e estolsita em Minas Gerais. O processo de concentração dos minérios; tipos de aparelhos e marcha de operação. Considerações sobre o tratamento metalúrgico dos minérios de tungstênio; preparação do anidrido tungstício; purificação; processo de M. Blanch para obtenção do anidrido tungstício; redução do anidrido tungstício. Propriedades do tungstênio. Usos; filamento de lâmpadas; indústria do aço; propriedade do aço e ligas de tungstênio; teores de tungstênio em aços rápidos; distribuição porcentual do aço rápido em classes de ferramentas; emprêgo nos imãs; ferramentas; aço rápido; sua composição; aço para molas; sua composição; material elétrico; fios de tungstênio e sua ductilidade; compostos de tungstênio e sua aplicação; bronzes de tungstênio, bronze Magenta e bronze Safran. Considerações sobre a posição industrial do tungstênio, produção, importação, países produtores, preços. Liga "Carboloy"; preparação; liga "Hastellite", seu emprêgo.

BOLETIM 57. — *Grafita*. — Evaristo Pena Scorza. 1931, 32 páginas, bibliografia de 9 obras.

Histórico do seu estudo e do início da sua indústria. Propriedades físicas, formas de cristalização e de ocorrência; propriedades químicas, impurezas; intumescência da grafita; grafititas; ocorrência de grafita e de grafititas segundo a idade; rochas portadoras e associações. Formas de ocorrência; modo de jazimento segundo a gênese e jazidas típicas; principais depósitos de grafita do globo; relação das ocorrências econômicas mundiais; os depósitos brasileiros; da fazenda do Emparedado, situação, potência do filão e análise; de São Fidélis, análise. Ocorrências brasileiras segundo Caitano Ferras. Análises diversas de grafitas brasileiras e estrangeiras. Plombagina. Origem da grafita; considerações sobre as origens orgânica, vulcânica e magmática; grafita nos meteoritos. Tratamento dos minérios de grafita; processos; escolha à mão; separação mecânica; purificação química; marcha da operação de escolha à mão; marcha da operação de separação mecânica; marcha das operações por via seca; marcha das operações por via úmida; escolha do processo de tratamento de acordo com a quantidade do minério; vantagens e desvantagens dos processos por via seca e via úmida; descrição dos processos empregados na purificação química da grafita; métodos de Brodie, dos irmãos Bessel e de W. Luzi. Preparação artificial da grafita; fornos elétricos para a produção da grafita artificial. Usos da grafita; fabricação de cadinhos, qualidade da grafita e processo de fabricação; lápis, histórico e processo da fabricação; preparação e moldagem da pasta; cozimento das peças obtidas; madeiras de lápis; lubrificante sólido; pintura e preparo da tinta; induto de fundição; eletrodos grafitados. Considerações sobre as possibilidades da exploração da grafita, no Brasil. Quadros estatísticos da produção da grafita em vários países; produção mundial da grafita. Distribuição da grafita pelas várias indústrias.

BOLETIM 58. — *Fôrças hidráulicas*. (Trabalhos de 1929). — Vários autores. 1932, 28 páginas, 8 plantas das cachoeiras, 14 fotos de cachoeiras.

1 — *Rio de Contas*, estado da Bahia, por Jaime Martins de Sousa.

— Cachoeira do Funil; serviços de campo, estudo e aproveitamento; reconhecimento da cachoeira da Pancada Grande, no rio Gongoji.

2 — *Rio Brumado*, estado da Bahia por Álvaro Hermano da Silva. — Cachoeira do Brumado, reconhecimento, descarga e potência.

3 — *Estado de Minas Gerais*. Rios Mainart ou Gualaxo do Sul e Gualaxo do Norte no vale do rio Doce e rio do Peixe no vale do rio Paraibuna, por Antônio José Alves de Sousa. — Estudo e aproveitamento dos tombos de Miguel Rodrigues no rio Gualaxo do Sul; reconhecimento da cachoeira do Brumado, no ribeirão Brumado, afluente do Gualaxo do Sul. Estudo da cachoeira da Guerra no Gualaxo do Norte e do desnível deste rio entre montante de Guerra até o povoado Paracatu, abrangendo as cachoeiras do Paracatu e da Pedra da Onça. Estudo da cachoeira do "O" no rio do mesmo nome. Considerações sobre agricultura e pecuária na região. Rio do Peixe; relance sobre a cachoeira do Sumidouro, as quedas do ribeirão São João, a queda do ribeirão Brumado, a corredeira do ribeirão do Salto. Estudo pormenorizado do rio do Peixe entre Valadares e Cotejipe e aproveitamento das quedas existentes; estudo das quedas dos afluentes do rio do Peixe; ribeirão Pirapetinga, ribeirão dos Brejos, rio Monte Verde e ribeirão da Conceição.

4 — *Rios Claro e Santa Quitéria*, Minas Gerais, por Valdemar José de Carvalho. — Considerações gerais sobre a região, suas possibilidades e os serviços realizados. Cachoeira do rio do Salto; situação; o curso do rio; estudo e aproveitamento. Cachoeira Santa Quitéria; situação; o curso do rio; estudo e aproveitamento. Cachoeira da Usina; estudo e aproveitamento atual; considerações sobre o aproveitamento total do trecho entre as cachoeiras, inclusive, Santa Quitéria e da Usina.

BOLETIM 59. — *Reconhecimento geológico de Rio Verde ao Araguaia*. (Estado de Goiás) — Glycon de Paiva Teixeira. 1932, 34 páginas, 2 cortes geológicos, 1 planta da região, 18 fotos.

Introdução; o percurso e as formações; correlações fisiográficas e geológicas do sudoeste de Goiás com a costa sul do Brasil. Considerações antropológicas sobre o meio. Rio Verde-Montevidéu: fisiografia; chapadões

recortados por vales; considerações sobre o sistema hidrográfico do sudoeste de Goiás; altitude do contacto Botucatu-Bauru; as valetas de erosão; caráter de vegetação; "cerrados de dois pélós"; "mata-galeria"; "capões". Geologia; arenito cretáceo Bauru; sua constituição; o arenito triássico Botucatu; sua constituição; potência visível; basaltito de Montevidéu; provável continuação da formação até o córrego Barreirinho; contacto, talvez, em falha. Considerações econômicas e antropogeográficas, possibilidades minerais precárias; o homem no seu ambiente. Conclusões; resumo fisiográfico, geológico e hidrográfico. Montevidéu-Serra do Caiapó; fisiografia; ainda chapadões; vales de caráter juvenil; a erosão, as fontes e os desbarrancados; a vegetação; Geologia; o permiano e as rochas; a "piçarra", calcário da Mateira, com ossos de proganossáurios; calcário de Boa-Vista; "pederneiras"; considerações sobre os sedimentos e o solo. Conclusões; resumo fisiográfico, litológico, tectônico; condições de transporte. Serra do Caiapó-Serra Negra; fisiografia; o degrau da Serra Negra e sua equiparação aos panoramas da Guiana e da serra do Mar; o degrau Caiapó; sua rude escarpa e os monumentos naturais de erosão; o trabalho erosivo dos rios e das tempestades; a erosão regressiva e as estradas; serra Caiapó não é divisor de água; o **canion** do rio Claro; a vegetação. Geologia; descrição pormenorizada das ocorrências litológicas da natureza das rochas e dos acidentes fisiográficos entre as serras de Caiapó e Negra. Conclusões; considerações sobre o ambiente gerador e a evolução geomorfológica da região; semelhança litológica destas camadas de Goiás e dos sedimentos da série Parnaíba; paralelo fisiográfico e geológico entre os terraços de Goiás e Paraná e os ressaltos da serra Negra e serra do Mar. Possibilidades de recursos minerais; considerações gerais sobre a possibilidade de petróleo no permiano; conselhos. Serra Negra-Bom Jardim; peneplanície gnaissica; traços fisiográficos da descida da serra e da planície; descrição e distribuição das rochas aflorantes: granito gnaisse e diabásio; restos metamórficos proterozóicos; a vegetação. Bom Jardim-Baliza do Araguaia; areias permianas em chapadas; ocorrências da "piçarra"; a vegetação; Baliza do Araguaia; os "monchões". Jazidas diamantíferas;

os garimpos; a ocorrência do diamante; os escafandristas; as operações de extração do diamante em monções e no fundo do rio; a terminologia do garimpo; as informações e seu estudo por Djalma Guimarães.

BOLETIM 60. — *Berilo e outros minerais de glucínio.* — Luciano Jacques de Moraes. 1932, 26 páginas, mapa da zona das jazidas, bibliografia de 35 obras.

O berilo; composição, propriedades e variedades. Ocorrências; rocha portadora; distribuição mundial; distribuição das jazidas no Brasil; delimitação da zona das jazidas em Minas, Bahia e Espírito Santo; ocorrência no Distrito Federal e estados do Rio, Paraíba, Rio Grande do Norte e Goiás. Berilo na bacia do rio Doce; considerações sobre as ocorrências e as rochas da região; modos de ocorrência; estado, cor, qualidades, defeitos, dimensões dos cristais; associações minerais no pegmatito; terminologia regional das ocorrências; informações; ocorrência de esmeralda e de morganita. A jazida do córrego do Ferreira, na zona de Figueira do rio Doce, segundo o Dr. Odorico de Albuquerque. Berilo ao norte de Minas Gerais; considerações sobre as suas ocorrências, modo de ocorrência e exploração. Berilo em outros estados do Brasil; distribuição das ocorrências; modo de ocorrência; associações e rocha portadora. Outros minerais de glucínio; relação dos silicatos, borato fosfato e aluminato de

glucínio; composição, sistema cristalino, teor, ocorrências, associações, modo de ocorrência, informações dos três minérios de glucínio encontrados no Brasil; crisoberilo, fenacita e euclásio. Aplicações do berilo; a) gemas; a esmeralda, a água marinha, o berilo amarelo e a morganita; b) extração do glucínio; teor do mineral; propriedades; processo de extração. Histórico da pesquisa do glucínio; o Instituto de Pesquisa do Glucínio. As ligas de glucínio; suas propriedades; emprêgo no rádio e na eletricidade; considerações sobre as condições de preparação, impurezas e preço de produção; a liga alumínio-glucínio; suas propriedades; seu emprêgo na aviação. Resumo de um trabalho de Guillet e Ballay sobre o glucínio, ligas leves e pesadas; c) Indústria cerâmica; porcelana de resistência elétrica e expansão térmica baixa; vidros refratários. d) Manufatura de camisas para iluminação a gás; e) Usos terapêuticos e químicos; emprêgo em pesquisa médica, em fermento, na farmacopéia, na esterificação, etc. Mercado; considerações sobre o preço, exportação, condições de teor e pureza para fins industriais; preço e produção nos Estados Unidos, pesquisas; a mina de Somerset; preço de minério elevado para aplicação industrial. Importância dos depósitos de berilo do Brasil; possibilidades de descoberta de novas jazidas e de aproveitamento do minério lançado no estéril das jazidas de micas e pedras coradas; possibilidades de aplicação industrial no próprio país.

Leis e Resoluções

Legislação federal

Ementário das leis e decretos publicados no período de 1 a 30 de setembro de 1948

Leis

- Lei n.º 324, de 11 de agosto de 1948** — “Organiza o quadro da Secretaria e Serviços Auxiliares do Superior Tribunal Militar e dá outras providências”.
- “Diário Oficial” de 6-9-48.
- Lei n.º 346, de 26 de agosto de 1948** — “Cria funções gratificadas no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e dá outras providências”.
- “Diário Oficial” de 1-9-48.
- Lei n.º 347, de 26 de agosto de 1948** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério das Relações Exteriores, de crédito especial para pagamento de diferença de vencimentos a funcionários do mesmo Ministério”.
- “Diário Oficial” de 1-9-48.
- Lei n.º 348, de 26 de agosto de 1948** — “Revoga o decreto-lei n.º 9 175, de 15 de abril de 1946”.
- “Diário Oficial” de 1-9-48.
- Lei n.º 350, de 27 de agosto de 1948** — “Concede isenção da taxa criada pelo decreto-lei n.º 8 311, de 6 de dezembro de 1945, para o arroz adquirido pelos governos dos Estados Unidos da América e da Inglaterra, como excesso exportável da produção brasileira”.
- “Diário Oficial” de 1-9-48.
- Lei n.º 351, de 27 de agosto de 1948** — “Altera os artigos 1.º e 2.º do decreto-lei n.º 9 763, de 6 de setembro de 1946”.
- “Diário Oficial” de 1-9-48.
- Lei n.º 352, de 27 de agosto de 1948** — “Dispõe sobre as comemorações das batalhas dos Guararapes e dá outras providências”.
- “Diário Oficial” de 1-9-48.
- Lei n.º 353, de 28 de agosto de 1948** — “Abre, pelo Ministério da Guerra, crédito especial para atender às despesas de contratos com técnicos selecionados”.
- “Diário Oficial” de 2-9-48.
- Lei n.º 354, de 28 de agosto de 1948** — “Substitui as tabelas anexas ao decreto-lei n.º 9 548, de 5 de agosto de 1946, que reestruturou os Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Marinha”.
- “Diário Oficial” de 2-9-48.
- Lei n.º 355, de 30 de agosto de 1948** — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Agricultura, de crédito especial para pagamento de gratificação de magistério e de salário-família, devido ao exercício de 1947”.
- “Diário Oficial” de 14-9-48.
- Lei n.º 356, de 30 de agosto de 1948** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial para pagamento de gratificação de magistério”.
- “Diário Oficial” de 11-9-48.
- Lei n.º 357, de 31 de agosto de 1948** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de crédito especial para compra de munição destinada à Polícia Militar do Distrito Federal”.
- “Diário Oficial” de 9-9-48.
- Lei n.º 358, de 31 de agosto de 1948** — “Autoriza o Poder Executivo a abrir, à Presidência da República, crédito especial para aquisição de insígnias da Ordem Nacional do Mérito”.
- “Diário Oficial” de 4-9-48.
- Lei n.º 359, de 1 de setembro de 1948** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, de crédito especial para pagamento à Caixa Econômica Federal do Paraná”.
- “Diário Oficial” de 6-9-48.
- Lei n.º 360, de 1 de setembro de 1948** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial para pagamento de gratificação de magistério”.
- “Diário Oficial” de 11-9-48.
- Lei n.º 361, de 2 de setembro de 1948** — “Autoriza a doação ao município de Tupaciretã, no estado do Rio Grande do Sul, de duas faixas de terrenos, de propriedade da Viação Férrea do Rio Grande do Sul”.
- “Diário Oficial” de 15-9-48.

- Lei n.º 362, de 8 de setembro de 1948** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério da Agricultura, de crédito especial para atender às despesas com o combate ao gafanhoto, no sul do país”.
“Diário Oficial” de 14-9-48.
- Lei n.º 363, de 8 de setembro de 1948** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial para atender às despesas decorrentes do socorro prestado à população de Trinidad, na Bolívia”.
“Diário Oficial” de 11-9-48.
- Lei n.º 364, de 8 de setembro de 1948** — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, de crédito especial para pagamento de gratificação”.
“Diário Oficial” de 15-9-48.
- Lei n.º 365, de 8 de setembro de 1948** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, de crédito especial para pagamento de dívidas relacionadas”.
“Diário Oficial” de 11-9-48.
- Lei n.º 366, de 9 de setembro de 1948** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério da Aeronáutica, de crédito especial de Cr\$. . . . 6 000,00 para pagamento de despesas realizadas em 1947 com pessoal”.
“Diário Oficial” de 13-9-48.
- Lei n.º 367, de 9 de setembro de 1948** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério da Aeronáutica, de crédito especial de Cr\$. . . . 1 000 000,00 (um milhão de cruzeiros) para despesas com a instalação e realização da Reunião Regional de Navegação Aérea do Atlântico Sul”.
“Diário Oficial” de 13-9-48.
- Lei n.º 368, de 9 de setembro de 1948** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial de Cr\$ 600 000,00, para fim que especifica”.
“Diário Oficial” de 13-9-48.
- Lei n.º 369, de 9 de setembro de 1948** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de crédito especial de Cr\$ 25 000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros) para despesas com a realização da 3.ª Conferência Penitenciária Brasileira”.
“Diário Oficial” de 13-9-48.
- Lei n.º 369 “A”, de 9 de setembro de 1948** — “Aplica o decreto-lei n.º 8 922, de 26 de janeiro de 1946, aos atuais instrutores das disciplinas dos ensinos, fundamental e complementar das Escolas de Aeronáutica e Naval”.
“Diário Oficial” de 22-9-48.
- Lei n.º 370, de 10 de setembro de 1948** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, do crédito especial de Cr\$ 7 200,00, para atender a pagamento de gratificação de magistério ao professor Djalma da Fonseca Neiva”.
“Diário Oficial” de 16-9-48.
- Lei n.º 371, de 10 de setembro de 1948** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, do crédito especial de Cr\$ 10 600,00 para atender a pagamento de gratificação de magistério a Vicente Grassani”.
“Diário Oficial” de 16-9-48.
- Lei n.º 372, de 10 de setembro de 1948** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, do crédito especial de Cr\$ 12 798,40, para o fim que especifica”.
“Diário Oficial” de 16-9-48.
- Lei n.º 373, de 10 de setembro de 1948** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do Crédito especial de Cr\$ 1 000 000,00 para pagamento de salários do pessoal extranumerário contratado do território do Acre”.
“Diário Oficial” de 16-9-48.
- Lei n.º 374, de 10 de setembro de 1948** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do crédito especial de Cr\$ 88 000,00 para pagamento de vencimentos atrasados a ex-servidores do extinto território federal de Ponta Porã”.
“Diário Oficial” de 16-9-48.
- Lei n.º 375, de 10 de setembro de 1948** — “Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 33 817,20 para ocorrer a pagamento da diferença de proventos de aposentadoria de contínuo, aposentado, da Secretaria da Câmara dos Deputados”.
“Diário Oficial” de 16-9-48.
- Lei n.º 376, de 10 de setembro de 1948** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda de crédito especial para pagamento de juros de apólices da Dívida Pública”.
“Diário Oficial” de 16-9-48.
- Lei n.º 377, de 10 de setembro de 1948** — “Autoriza a abertura, pelo Poder Judiciário, do crédito especial de Cr\$ 139 300,00, para ocorrer ao pagamento de despesas de pessoal e aluguel de casa, em 1947”.
“Diário Oficial” de 16-9-48.
- Lei n.º 378, de 10 de setembro de 1948** — Extingue e cria funções gratificadas, no Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais”.
“Diário Oficial” de 15-9-48.
- Lei n.º 379, de 10 de setembro de 1948** — “Autoriza a abertura de créditos para o cumprimento do disposto no artigo 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”.
“Diário Oficial” de 16-9-48.
- Lei n.º 380, de 10 de setembro de 1948** — “Concede pensão especial aos veteranos da revolução acreana”.
“Diário Oficial” de 16-9-48.
- Lei n.º 381, de 14 de setembro de 1948** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério da Agricultura, de crédito especial para pagamento de gratificação de magistério”.
“Diário Oficial” de 18-9-48.
- Lei n.º 382, de 16 de setembro de 1948** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial para pagamento de gratificação de magistério”.
“Diário Oficial” de 22-9-48.

- Lei n.º 383, de 16 de setembro de 1948** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de crédito especial para pagamento de gratificação”.
“Diário Oficial” de 22-9-48.
- Lei n.º 384, de 17 de setembro de 1948** — “Mantém, na cidade de Botucatu, no estado de São Paulo, a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos, e dá outras providências”.
“Diário Oficial” de 22-9-48.
- Lei n.º 385, de 17 de setembro de 1948** — “Retifica o decreto-lei n.º 9 548, de 5 de agosto de 1946, que alterou, com redução de despesa, os Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Marinha”.
“Diário Oficial” de 20-9-48.
- Lei n.º 386, de 17 de setembro de 1948** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério da Marinha, de crédito especial para pagamento à Construtora Melo Cunha S. A.”
“Diário Oficial” de 20-9-48.
- Lei n.º 387, de 17 de setembro de 1948** — “Autoriza a abertura, ao Poder Judiciário, de crédito especial para pagamento de aluguel do prédio onde funciona o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe”.
“Diário Oficial” de 20-9-48.
- Lei n.º 388, de 18 de setembro de 1948** — “Dispõe sobre a promoção dos Capitães dos Quadros de Serviços das Forças Armadas”.
“Diário Oficial” de 25-9-48.
- Lei n.º 389, de 20 de setembro de 1948** — “Concede direitos de importação e demais taxas aduaneiras para aeronaves adquiridas pela S. A. Empresa de Viação Aérea Rio-grandense”.
“Diário Oficial” de 23-9-48.
- Lei n.º 390, de 20 de setembro de 1948** — “Concede isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras para lança-chamas encomendados pela Secretaria da Agricultura, do estado do Rio Grande do Sul”.
“Diário Oficial” de 23-9-48.
- Lei n.º 391, de 20 de setembro de 1948** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, de crédito especial para pagamento de auxílio ao Touring Club do Brasil”.
“Diário Oficial” de 23-9-48.
- Lei n.º 392, de 21 de setembro de 1948** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial de Cr\$ 25 103,20, para pagamento de gratificação de magistério”.
“Diário Oficial” de 23-9-48.
- Lei n.º 393, de 21 de setembro de 1948** — “Abre ao Poder Judiciário, o crédito suplementar de Cr\$ 780 000,00, para pagamento de substituições na Justiça do Trabalho”.
“Diário Oficial” de 24-9-48.
- Lei n.º 394, de 21 de setembro de 1948** — “Isenta de impostos de importação e demais taxas aduaneiras os produtos anti-maláricos”.
“Diário Oficial” de 24-9-48.
- Lei n.º 395, de 22 de setembro de 1948** — “Autoriza a abertura, ao Poder Judiciário, do crédito especial para pagamento de gratificação de representação”.
“Diário Oficial” de 25-9-48.
- Lei n.º 396, de 22 de setembro de 1948** — “Torna extensivo aos oficiais dos Serviços da Aeronáutica dispositivos da lei de inatividade dos militares do Exército”.
“Diário Oficial” de 25-9-48.
- Lei n.º 397, de 22 de setembro de 1948** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério das Relações Exteriores, de crédito especial para pagamento de despesas de Pessoal, Material e Serviços e Encargos”.
“Diário Oficial” de 29-9-48.
- Lei n.º 398, de 22 de setembro de 1948** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério da Agricultura, de crédito suplementar, para pagamento de gratificação, de magistério”.
“Diário Oficial” de 25-9-48.
- Lei n.º 399, de 22 de setembro de 1948** — “Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para uma imagem destinada ao Ginásio da Imaculada Conceição”.
“Diário Oficial” de 27-9-48.
- Lei n.º 400, de 22 de setembro de 1948** — “Autoriza a abertura, ao Congresso Nacional, de crédito suplementar para ocorrer a despesa com subsídio, ajuda de custo, pessoal e material”.
“Diário Oficial” de 27-9-48.
- Lei n.º 402, de 23 de setembro de 1948** — “Autoriza a abertura, de crédito especial, para desenvolvimento econômico da região do São Francisco”.
“Diário Oficial” de 25-9-48.
- Lei n.º 403, de 24 de setembro de 1948** — “Reestrutura os cargos de Tesoureiro e Ajudante de Tesoureiro do Serviço Público Federal e dá outras providências”.
“Diário Oficial” de 25-9-48.
- Lei n.º 404, de 24 de setembro de 1948** — “Concede favores às companhias, empresas e cooperativas que se organizarem para a mecanização da lavoura”.
“Diário Oficial” de 29-9-48.
- Lei n.º 405, de 24 de setembro de 1948** — “Extingue a Comissão Nacional de Gasogênio”.
“Diário Oficial” de 29-9-48.
- Lei n.º 406, de 24 de setembro de 1948** — “Dispõe sobre a escrituração fiscal de importação de papel”.
“Diário Oficial” de 29-9-48.
- Lei n.º 407, de 24 de setembro de 1948** — “Autoriza abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 2 967,70 para pagamento ao professor João Cândido Ferreira Filho”.
“Diário Oficial” de 29-9-48.
- Lei n.º 408, de 24 de setembro de 1948** — “Autoriza a abertura, de crédito especial, para pagamento de materiais destinados à Estrada de Ferro Santos-Jundiaí”.
“Diário Oficial” de 30-9-48.

Decretos legislativos

Decreto legislativo n.º 19, de 1948 — “Aprova o acôrdo entre os Estados Unidos do Brasil e a Suécia, sôbre transportes aéreos”.

“Diário Oficial” de 25-9-48.

Decreto legislativo n.º 22, de 1948 — “Aprovado pelo Tribunal de Contas, o decreto n.º 21 206, de 28 de março de 1932, que concede aposentadoria com os vencimentos integrais a Alfredo da Silva Duarte, guarda civil classe I do Ministério da Justiça e Negócios Interiores”.

“Diário Oficial” de 1-9-48.

Decreto legislativo n.º 23, de 1948 — “Aprova em sessão de 9 de setembro de 1947, o contrato entre o Ministério da Educação e Saúde e a firma Barreto Silva Cia. para execução dos trabalhos de conservação dos elevadores instalados nos próprios nacionais, sob a jurisdição do referido Ministério”.

“Diário Oficial” de 1-9-48.

Decreto legislativo n.º 24, de 1948 — “Aprovada pelo Tribunal de Contas nos termos do artigo 41 do decreto-lei n.º 426, de 12 de maio de 1938, a aposentadoria de Trajano Alvim Saldanha com direito e vantagens asseguradas pelos decretos-leis de ns. 5 970, de 10 de novembro de 1943 e 8 512, de 31 de dezembro de 1945”.

“Diário Oficial” de 9-9-48.

Decreto legislativo n.º 26, de 1948 — “Aprova o ato de recusa do Tribunal de Contas, do contrato de 16 de agosto de 1946, entre o govêrno da República e o Prof. Amílcar Carvalho da Silva por ter sido lavrado, perante autoridade incompetente”.

“Diário Oficial” de 22-9-48.

Decreto legislativo n.º 27, de 1948 — “Aprova o Convênio Sanitário, firmado entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República Oriental do Uruguai”.

“Diário Oficial” de 25-9-48.

Decretos

Decreto n.º 23 409, de 28 de julho de 1947 — “Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado nesta capital”.

“Diário Oficial” de 2-9-48.

Decreto n.º 24 999, de 26 de maio de 1948 — “Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Cooperativa Agro Pecuária de Macuco Limitada”.

“Diário Oficial” de 3-9-48.

Decreto n.º 25 293, de 30 de julho de 1948 — “Retifica o decreto n.º 24 395, de 28 de janeiro de 1948, que dispõe sôbre a relotação das Repartições do Ministério da Fazenda”.

“Diário Oficial” de 30-9-48.

Decreto n.º 25 337, de 10 de setembro de 1948 — “Concede à Sociedade Anônima Companhia Industrial de Sergipe, autorização para funcionar como empresa de mineração”.

“Diário Oficial” de 10-9-48.

Decreto n.º 25 348, de 10 de agosto de 1948 — “Declara de utilidade pública diversas áreas de terra entre a cidade de Machado e o local da cachoeira de Poço Fundo, município de Gimirim, estado de Minas Gerais, necessárias ao estabelecimento da linha de transmissão a que se refere o decreto n.º 23 296, de 28 de julho de 1947, e autoriza a Companhia Sul Mineira de Eletricidade a promover desapropriação”.

“Diário Oficial” de 1-9-48.

Decreto n.º 25 352, de 11 de agosto de 1948 — “Autoriza estrangeiro a adquirir domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado nesta capital”.

“Diário Oficial” de 3-9-48.

Decreto n.º 25 353, de 11 de agosto de 1948 — “Autoriza estrangeiro a adquirir domínio útil de terreno de marinha que menciona, situado nesta capital”.

“Diário Oficial” de 3-9-48.

Decreto n.º 25 374, de 16 de agosto de 1948 — “Outorga à Empresa Industrial Miral concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de uma queda d’água existente no ribeirão Bonsucesso, município de Miral, estado de Minas Gerais”.

“Diário Oficial” de 2-9-48.

Decreto n.º 25 383, de 19 de agosto de 1948 — “Aprova o aumento de capital e a alteração estatutária da Companhia União de Seguros Marítimos e Terrestres”.

“Diário Oficial” de 21-9-48.

Decreto n.º 25 386, de 19 de agosto de 1948 — “Aprova o novo regimento do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura”.

“Diário Oficial” de 8-9-48.

Decreto n.º 25 396, de 24 de agosto de 1948 — “Concede reconhecimento ao curso de engenheiros químicos industriais da Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais”.

“Diário Oficial” de 2-9-48.

Decreto n.º 25 400, de 27 de agosto de 1948 — “Declara de utilidade pública, para desapropriação pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a faixa de terra que menciona”.

“Diário Oficial” de 10-9-48.

Decreto n.º 25 401, de 27 de agosto de 1948 — “Autoriza estrangeiro a adquirir fração do domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado nesta capital”.

“Diário Oficial” de 29-9-48.

Decreto n.º 25 403, de 30 de setembro de 1948 — “Outorga à Companhia Matogrossense de Eletricidade concessão para o aproveitamento da energia hidráulica do salto Mimoso, existente no rio Pardo, município de Ribas do Rio Pardo, distrito do mesmo nome, estado de Minas Gerais”.

“Diário Oficial” de 15-9-48.

- Decreto n.º 25 404, de 30 de agosto de 1948** —
 “Autoriza a Empresa de Eletricidade e Telefones Alexandre Schlemm Sociedade Anônima a ampliar suas instalações”.
 “Diário Oficial” de 20-9-48.
- Decreto n.º 25 405, de 30 de agosto de 1948** —
 “Outorga à Companhia Hidro Elétrica Piratuba concessão para o aproveitamento de energia hidráulica existente no rio Santa Cruz, município de Campos Novos, estado de Santa Catarina”.
 “Diário Oficial” de 17-9-48.
- Decreto n.º 25 406, de 30 de agosto de 1948** —
 “Autoriza a aquisição de terras pelo Ministério da Agricultura”.
 “Diário Oficial” de 1-9-48.
- Decreto n.º 25 407, de 30 de agosto de 1948** —
 “Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, os pinheiros e imbuías que menciona”.
 “Diário Oficial” de 1-9-48.
- Decreto n.º 25 408, de 30 de agosto de 1948** —
 “Transfere função da Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-Mensalista do Serviço de Proteção aos Índios, para idêntica tabela da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário — Sede, ambos do Ministério da Agricultura”.
 “Diário Oficial” de 1-9-48.
- Decreto n.º 25 409, de 30 de agosto de 1948** —
 “Cria função na Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-Mensalista da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário — Sede do Ministério da Agricultura”.
 “Diário Oficial” de 1-9-48.
- Decreto n.º 25 410, de 1 de setembro de 1948** —
 “Altera, com redução de despesa, a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-Mensalista, da Base Aérea do Galeão, do Ministério da Aeronáutica”.
 “Diário Oficial” de 1-9-48.
- Decreto n.º 25 411, de 1 de setembro de 1948** —
 “Cria a Tabela Numérica Suplementar de Extranumerário-Mensalista do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro, Ministério da Guerra e dá outras providências”.
 “Diário Oficial” de 3-9-48.
- Decreto n.º 25 412, de 1 de setembro de 1948** —
 “Altera, com redução de despesa, a Tabela Numérica Ordinária da Escola Preparatória de Cadetes de Pôrto Alegre, da Diretoria do Ensino do Exército do Ministério da Guerra”.
 “Diário Oficial” de 4-9-48.
- Decreto n.º 25 413, de 1 de setembro de 1948** —
 “Altera, com redução de despesa, a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-Mensalista do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, do Ministério da Educação e Saúde”.
 “Diário Oficial” de 4-9-48.
- Decreto n.º 25 414, de 1 de setembro de 1948** —
 “Transfere funções da Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-Mensalista da Colônia Agrícola do Distrito Federal para idêntica Tabela da Procuradoria Geral do Distrito Federal”.
 “Diário Oficial” de 3-9-48.
- Decreto n.º 25 416, de 1 de setembro de 1948** —
 “Outorga à Companhia Geral de Eletricidade concessão para aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Santa Quitéria, município de Carmo do Rio Claro, distrito de igual nome, estado de Minas Gerais”.
 “Diário Oficial” de 15-9-48.
- Decreto n.º 25 417, de 1 de setembro de 1948** —
 “Modifica o decreto n.º 3 718, de 9 de fevereiro de 1939, que outorgou à Empresa Fôrça e Luz de Goiânia Limitada, concessão de aproveitamento de energia hidráulica e dá outras providências”.
 “Diário Oficial” de 11-9-48.
- Decreto n.º 25 418, de 1 de setembro de 1948** —
 “Outorga à Prefeitura Municipal de Correntina concessão para aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira “Grande” ou “Correntina”, no rio das Águas, distrito da sede do município de Correntina, estado da Bahia”.
 “Diário Oficial” de 15-9-48.
- Decreto n.º 25 420, de 1 de setembro de 1948** —
 “Autoriza a Mineração Brasilóide Limitada a lavar jazida de caulim e associados no município de São Paulo, estado de São Paulo”.
 “Diário Oficial” de 4-9-48.
- Decreto n.º 25 421, de 1 de setembro de 1948** —
 “Autoriza a Mineração e Fundição Brasil Limitada a lavar jazida de cassiterita e associados no município de Prados, estado de Minas Gerais”.
 “Diário Oficial” de 4-9-48.
- Decreto n.º 25 422, de 1 de setembro de 1948** —
 “Autoriza a Cia. Mineração Iporanga S. A. a lavar minérios de chumbo e prata no município de Iporanga, estado de São Paulo”.
 “Diário Oficial” de 4-9-48.
- Decreto n.º 25 423, de 1 de setembro de 1948** —
 “Autoriza o cidadão brasileiro João Brisola a lavar calcários e associados no município de Capão Bonito, estado de São Paulo”.
 “Diário Oficial” de 4-9-48.
- Decreto n.º 25 425, de 1 de setembro de 1948** —
 “Autoriza o cidadão brasileiro Jaime Carvalho de Oliveira a pesquisar carvão mineral no município de Tomasina, no estado do Paraná”.
 “Diário Oficial” de 16-9-48.
- Decreto n.º 22 426, de 2 de setembro de 1948** —
 “Renova o decreto n.º 20 963, de 9 de abril de 1946”.
 “Diário Oficial” de 16-9-48.
- Decreto n.º 25 427, de 2 de setembro de 1948** —
 “Autoriza a cidadã brasileira Alcena Tino co Ferraz a pesquisar água mineral no município de Itaperuna, no estado do Rio de Janeiro”.
- Decreto n.º 25 428, de 2 de setembro de 1948** —
 “Autoriza a cidadã brasileira Amélia Abel a pesquisar areia quartzosa no município de Itanhaém, no estado de São Paulo”.
 “Diário Oficial” de 16-9-48.

- Decreto n.º 25 429, de 2 de setembro de 1948** —
 "Autoriza a Sociedade de Engenharia Ciro Ribeiro Pereira Limitada, empresa de mineração, a pesquisar leucita, minérios de potássio e associados, no município de Parreiras, estado de Minas Gerais".
 "Diário Oficial" de 16-9-48.
- Decreto n.º 25 430, de 2 de setembro de 1948** —
 "Autoriza o cidadão brasileiro Alvaro de Oliveira Cruz a pesquisar diamantes e associados no município de Diamantina, estado de Minas Gerais".
 "Diário Oficial" de 16-9-48.
- Decreto n.º 25 431, de 2 de setembro de 1948** —
 "Autoriza o cidadão brasileiro Verdi de Carvalho a pesquisar mica e associados no município de Santa Maria de Suaçuí, do estado de Minas Gerais".
 "Diário Oficial" de 16-9-48.
- Decreto n.º 25 432, de 2 de setembro de 1948** —
 "Autoriza o cidadão brasileiro Agenor Teixeira da Costa a pesquisar mármore e caulim no município de Pedro Leopoldo, do estado de Minas Gerais".
 "Diário Oficial" de 16-9-48.
- Decreto n.º 25 433, de 2 de setembro de 1948** —
 "Autoriza o cidadão brasileiro Breno de Matos a pesquisar calcário e dolomita no município de Pindamonhangaba, estado de São Paulo".
 "Diário Oficial" de 16-9-48.
- Decreto n.º 25 434, de 2 de setembro de 1948** —
 "Autoriza o cidadão brasileiro Teodomiro Ramos a pesquisar diamantes e associados no município de Ibiraci, estado de Minas Gerais".
 "Diário Oficial" de 16-9-48.
- Decreto n.º 25 435, de 2 de setembro de 1948** —
 "Autoriza o cidadão brasileiro Américo Marques da Costa Filho a pesquisar baritina e associados no município de Cêro Azul, estado do Paraná".
 "Diário Oficial" de 16-9-48.
- Decreto n.º 25 436, de 2 de setembro de 1948** —
 "Autoriza o cidadão brasileiro Alencar Amaral de Sousa a pesquisar mica e associados no município de Manhumirim, estado de Minas Gerais".
 "Diário Oficial" de 16-9-48.
- Decreto n.º 25 437, de 2 de setembro de 1948** —
 "Autoriza o cidadão brasileiro Ernesto Dias de Castro Filho a pesquisar calcário, argila, chisto argiloso e associados no município de Capão Bonito, estado de São Paulo".
 "Diário Oficial" de 16-9-48.
- Decreto n.º 25 438, de 2 de setembro de 1948** —
 "Autoriza o cidadão brasileiro Taciano Pereira da Silva a pesquisar mármore e associados no município de Jabuticubas, estado de Minas Gerais".
 "Diário Oficial" de 16-9-48.
- Decreto n.º 25 439, de 2 de setembro de 1948** —
 "Outorga à Prefeitura Municipal de Mateus Leme concessão para aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira do Carumbé, existente no rio Mateus Leme, município de igual nome, estado de Minas Gerais".
 "Diário Oficial" de 15-9-48.
- Decreto n.º 25 440, de 3 de setembro de 1948** —
 "Autoriza o cidadão brasileiro Altamiro de Oliveira Camargo a comprar pedras preciosas".
 "Diário Oficial" de 22-9-48"
- Decreto n.º 25 441, de 3 de setembro de 1948** —
 "Extingue cargos excedentes".
 "Diário Oficial" de 6-9-48.
- Decreto n.º 25 442, de 3 de setembro de 1948** —
 "Altera o art. 1.º do decreto n.º 25 030, de 31 de maio de 1948".
 "Diário Oficial" de 6-9-48.
- Decreto n.º 25 443, de 3 de setembro de 1948** —
 "Suprime cargos vagos".
 "Diário Oficial" de 10-9-48.
- Decreto n.º 25 444, de 3 de setembro de 1948** —
 "Suprime cargo vago".
 "Diário Oficial" de 10-9-48.
- Decreto n.º 25 445, de 3 de setembro de 1948** —
 "Suprime cargo vago".
 "Diário Oficial" de 10-9-48.
- Decreto n.º 25 446, de 3 de setembro de 1948** —
 "Suprime cargos vagos".
 "Diário Oficial" de 10-9-48.
- Decreto n.º 25 447, de 3 de setembro de 1948** —
 "Suprime cargo vago".
 "Diário Oficial" de 10-9-48.
- Decreto n.º 25 448, de 3 de setembro de 1948** —
 "Suprime cargos vagos".
 "Diário Oficial" de 10-9-48.
- Decreto n.º 25 449, de 3 de setembro de 1948** —
 "Extingue cargos excedentes".
 "Diário Oficial" de 10-9-48.
- Decreto n.º 25 450, de 3 de setembro de 1948** —
 "Extingue cargos excedentes".
 "Diário Oficial" de 10-9-48.
- Decreto n.º 25 451, de 3 de setembro de 1948** —
 "Extingue cargo excedente".
 "Diário Oficial" de 10-9-48.
- Decreto n.º 25 452, de 3 de setembro de 1948** —
 "Extingue cargos excedentes".
 "Diário Oficial" de 10-9-48.
- Decreto n.º 25 453, de 3 de setembro de 1948** —
 "Extingue cargo excedente".
 "Diário Oficial" de 10-9-48.
- Decreto n.º 25 454, de 3 de setembro de 1948** —
 "Extingue cargos excedentes".
 "Diário Oficial" de 10-9-48.
- Decreto n.º 25 455, de 3 de setembro de 1948** —
 "Extingue cargo excedente".
 "Diário Oficial" de 10-9-48.

- Decreto n.º 25 456, de 3 de setembro de 1948** —
"Extingue cargos excedentes".
"Diário Oficial" de 10-9-48.
- Decreto n.º 25 457, de 3 de setembro de 1948** —
"Extingue cargos excedentes".
"Diário Oficial" de 10-9-48.
- Decreto n.º 25 458, de 3 de setembro de 1948** —
"Extingue cargos excedentes".
"Diário Oficial" de 10-9-48.
- Decreto n.º 25 459, de 3 de setembro de 1948** —
"Extingue cargos excedentes".
"Diário Oficial" de 10-9-48.
- Decreto n.º 25 460, de 3 de setembro de 1948** —
"Extingue cargos excedentes".
"Diário Oficial" de 10-9-48.
- Decreto n.º 25 461, de 3 de setembro de 1948** —
"Extingue cargos excedentes".
"Diário Oficial" de 10-9-48.
- Decreto n.º 25 462, de 3 de setembro de 1948** —
"Extingue cargos excedentes".
"Diário Oficial" de 10-9-48.
- Decreto n.º 25 463, de 3 de setembro de 1948** —
"Extingue cargos excedentes".
"Diário Oficial" de 10-9-48.
- Decreto n.º 25 464, de 3 de setembro de 1948** —
"Extingue cargo excedente".
"Diário Oficial" de 10-9-48.
- Decreto n.º 25 465, de 3 de setembro de 1948** —
"Suprime cargo vago".
"Diário Oficial" de 9-9-48.
- Decreto n.º 25 466, de 6 de setembro de 1948** —
"Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 11 257 815,00".
"Diário Oficial" de 6-9-48.
- Decreto n.º 25 467, de 8 de setembro de 1948** —
"Altera com redução de despesa a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-Mensalista do Departamento Federal de Segurança Pública".
"Diário Oficial" de 10-9-48.
- Decreto n.º 25 468, de 8 de setembro de 1948** —
"Altera, com redução de despesa, a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-Mensalista da Fábrica do Realengo, do Departamento Técnico da Produção do Exército, do Ministério da Guerra".
"Diário Oficial" de 10-9-48.
- Decreto n.º 25 469, de 9 de setembro de 1948** —
"Concede à Sociedade Anônima Shell-Mex Brazil Limited autorização para continuar a funcionar na República".
"Diário Oficial" de 23-9-48.
- Decreto n.º 25 471, de 9 de setembro de 1948** —
"Suprime cargo provisório".
"Diário Oficial" de 11-9-48.
- Decreto n.º 25 472, de 10 de setembro de 1948** —
"Altera, sem aumento de despesa, a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-Mensalista da Escola Técnica de Campos, da Diretoria do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Saúde".
"Diário Oficial" de 13-9-48.
- Decreto n.º 25 473, de 10 de setembro de 1948** —
"Extingue cargos excedentes".
"Diário Oficial" de 13-9-48.
- Decreto n.º 25 477, de 10 de setembro de 1948** —
"Transfere função da Tabela Numérica Suplementar de Extranumerário-Mensalista do Departamento Administrativo do Serviço Público, para igual Tabela do Serviço de Informações Agrícolas do Ministério da Agricultura e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 13-9-48.
- Decreto n.º 25 478, de 10 de setembro de 1948** —
"Declara de utilidade pública, diversas áreas de terra necessárias à ampliação das instalações da usina de Americana, estado de São Paulo, e autoriza a Companhia Paulista de Fôrça e Luz a promover desapropriação".
"Diário Oficial" de 23-9-48.
- Decreto n.º 25 479, de 10 de setembro de 1948** —
"Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno".
"Diário Oficial" de 13-9-48.
- Decreto n.º 25 480, de 10 de setembro de 1948** —
"Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno".
"Diário Oficial" de 13-9-48.
- Decreto n.º 25 481, de 10 de setembro de 1948** —
"Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno".
"Diário Oficial" de 13-9-48.
- Decreto n.º 25 482, de 10 de setembro de 1948** —
"Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores crédito especial para pagamento das despesas relativas ao exercício de 47".
"Diário Oficial" de 13-9-48.
- Decreto n.º 25 483, de 11 de setembro de 1948** —
"Dispõe sobre o pessoal do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado".
"Diário Oficial" de 11-9-48.
- Decreto n.º 25 484, de 11 de setembro de 1948** —
"Desmembra terrenos declarados de utilidade pública, para desapropriação".
"Diário Oficial" de 14-9-48.
- Decreto n.º 25 485, de 13 de setembro de 1948** —
"Declara a caducidade da concessão outorgada à Prefeitura Municipal de Oliveira, pelo decreto n.º 3 796, de 8 de março de 1939, revigorada pelo de n.º 6 996, de 20 de março de 1941 e revalidada pelo de n.º 10 143, de 4 de agosto de 1942".
"Diário Oficial" de 15-9-48.
- Decreto n.º 25 486, de 13 de setembro de 1948** —
"Altera dispositivo do regulamento da caixa de construção de casas para pessoal do Ministério da Marinha".
"Diário Oficial" de 15-9-48.

- Decreto n.º 25 487, de 14 de setembro de 1948** —
"Suprime cargo vago".
"Diário Oficial" de 17-9-48.
- Decreto n.º 25 488, de 14 de setembro de 1948** —
"Suprime cargo vago".
"Diário Oficial" de 17-9-48.
- Decreto n.º 25 489, de 17 de setembro de 1948** —
"Suprime cargo vago".
"Diário Oficial" de 17-9-48.
- Decreto n.º 25 490, de 14 de setembro de 1948** —
"Suprime cargos vagos".
"Diário Oficial" de 17-9-48.
- Decreto n.º 25 491, de 14 de setembro de 1948** —
"Suprime cargos vagos".
"Diário Oficial" de 17-9-48.
- Decreto n.º 25 492, de 14 de setembro de 1948** —
"Suprime cargos vagos".
"Diário Oficial" de 17-9-48.
- Decreto n.º 25 493, de 14 de setembro de 1948** —
"Suprime cargo vago".
"Diário Oficial" de 17-9-48.
- Decreto n.º 25 494, de 25 de setembro de 1948** —
"Suprime cargos vagos".
"Diário Oficial" de 17-9-48.
- Decreto n.º 25 495, de 14 de setembro de 1948** —
"Suprime cargos vagos".
"Diário Oficial" de 17-9-48.
- Decreto n.º 25 496, de 14 de setembro de 1948** —
"Altera a classificação da despesa a que se refere o decreto n.º 17 391, de 18 de dezembro de 1944".
"Diário Oficial" de 16-9-48.
- Decreto n.º 25 497, de 14 de setembro de 1948** —
"Aprova, em substituição ao decreto n.º 21 086, de 9 de maio de 1946, o projeto e orçamento para construção de uma ponte sobre o rio Verde Pequeno, na linha Contendas-Brumado-Monte Azul".
"Diário Oficial" de 16-9-48.
- Decreto n.º 25 498, de 14 de setembro de 1948** —
"Aprova projetos e orçamentos para obras na estação de Aracatuba, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil".
"Diário Oficial" de 16-9-48.
- Decreto n.º 25 499, de 14 de setembro de 1948** —
"Aprova projetos e orçamentos para obras na estação de Guararapes, da E.F.N. do Brasil".
"Diário Oficial" de 16-9-48.
- Decreto n.º 25 500, de 14 de setembro de 1948** —
"Aprova projeto e orçamento para a construção da Variante Malheiros, entre Hórto Florestal e General Carneiro, Linha do Centro, da E.F.C. do Brasil, e declara desapropriados os imóveis imprescindíveis à execução desses trabalhos".
"Diário Oficial" de 16-9-48.
- Decreto n.º 25 501, de 15 de setembro de 1948** —
"Revalida o decreto n.º 13 759, de 27 de outubro de 1943, que outorgou à Empresa de Força e Luz de Pouso Alto concessão para o aproveitamento da energia hidráulica existente na cachoeira do Rochedo, situada no rio Piracanjuba, município de igual nome, estado de Goiás".
"Diário Oficial" de 24-9-48.
- Decreto n.º 25 503, de 15 de setembro de 1948** —
"Altera o artigo 42 do Regulamento para a XV Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados, a realizar-se na capital de São Paulo, no corrente ano".
"Diário Oficial" de 17-9-48.
- Decreto n.º 25 504, de 15 de setembro de 1948** —
"Declara sem efeito o decreto n.º 22 480, de 20 de janeiro de 1947".
"Diário Oficial" de 17-9-48.
- Decreto n.º 25 505, de 15 de setembro de 1948** —
"Concede a S. Barretos & Filhos autorização para funcionar como empresa de mineração".
Diário Oficial" de 22-9-48.
- Decreto n.º 25 506, de 15 de setembro de 1948** —
"Autoriza o cidadão brasileiro Alberico Parrella a pesquisar mica, quartzo e associados no município de Governador Valadares, estado de Minas Gerais".
"Diário Oficial" de 23-9-48.
- Decreto n.º 25 507, de 15 de setembro de 1948** —
"Autoria o cidadão brasileiro Raimundo de Miranda a pesquisar diamantes e associados no município de Diamantina, estado de Minas Gerais".
"Diário Oficial" de 24-9-48.
- Decreto n.º 25 508, de 15 de setembro de 1948** —
"Autoriza o cidadão brasileiro Manuel Dias de Carvalho a pesquisar calcário e associados no município de Arcos, estado de Minas Gerais".
"Diário Oficial" de 24-9-48.
- Decreto n.º 25 509, de 15 de setembro de 1948** —
"Autoriza o cidadão brasileiro Frederico Guimarães Pinto a pesquisar carvão e associados no município de Buri, estado de São Paulo".
"Diário Oficial" de 24-9-48.
- Decreto n.º 25 510, de 15 de setembro de 1948** —
"Autoriza o cidadão brasileiro Rinaldo Amorati a pesquisar caulim, quartzo e associados no município de São Paulo, estado de São Paulo".
"Diário Oficial" de 24-9-48.
- Decreto n.º 25 511, de 15 de setembro de 1948** —
"Autoriza o cidadão brasileiro Adalberto Benevides Magalhães a pesquisar lepidolita e associados no município de Cascavel, estado do Ceará".
"Diário Oficial" de 24-9-48.
- Decreto n.º 25 512, de 15 de setembro de 1948** —
"Autoriza o cidadão brasileiro Adalberto Benevides Magalhães a pesquisar berilo e associados no município de Solonópole, estado do Ceará".
"Diário Oficial" de 24-9-48.

- Decreto n.º 25 513, de 15 de setembro de 1948** —
 “Autoriza o cidadão brasileiro Durval Barbosa de Meneses a lavrar calcário no município de Ponta Grossa, estado do Paraná”.
 “Diário Oficial” de 24-9-48.
- Decreto n.º 25 514, de 15 de setembro de 1948** —
 “Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Augusto de Campos a pesquisar carvão mineral e associados no município de Congonhinhas, estado do Paraná”.
 “Diário Oficial” de 24-9-48.
- Decreto n.º 25 515, de 15 de setembro de 1948** —
 “Autoriza o cidadão brasileiro Luís Marinho de Freitas a pesquisar areia quartzosa no Distrito Federal”.
 “Diário Oficial” de 24-9-48.
- Decreto n.º 25 516, de 15 de setembro de 1948** —
 “Autoriza o cidadão brasileiro Alcebiades Martins Fontes a pesquisar calcário, argila, chisto argiloso e associados, no município de Iporanga, estado de São Paulo”.
 “Diário Oficial” de 24-9-48.
- Decreto n.º 25 517, de 10 de setembro de 1948** —
 “Autoriza a cidadã brasileira Odete Manuel Ferreira a pesquisar mica e associados no município de Conselheiro Pena, estado de Minas Gerais”.
 “Diário Oficial” de 24-9-48.
- Decreto n.º 25 518, de 15 de setembro de 1948** —
 “Modifica a redação do artigo 1.º do decreto n.º 23 326, de 14 de julho de 1947”.
 “Diário Oficial” de 17-9-48.
- Decreto n.º 25 519, de 15 de setembro de 1948** —
 “Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 250.000,00 para combater os efeitos das inundações dos estados de Sergipe, Alagoas e Rio Grande do Norte”.
 “Diário Oficial” de 17-9-48.
- Decreto n.º 25 521, de 15 de setembro de 1948** —
 “Aceita doação de terreno situado no município de Lajes, no estado de Santa Catarina”.
 “Diário Oficial” de 18-9-48.
- Decreto n.º 25 522, de 16 de setembro de 1948** —
 “Aprova e manda executar o Regulamento para o Estado-Maior da Armada”.
 “Diário Oficial” de 18-9-48.
- Decreto n.º 25 523, de 17 de setembro de 1948** —
 “Outorga à Companhia de Força e Luz de Guimarães, Sociedade Anônima, concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica de um desnível existente no ribeirão Bebedouro, município de Patrocínio, estado de Minas Gerais”.
 “Diário Oficial” de 22-9-48.
- Decreto n.º 25 529, de 17 de setembro de 1948** —
 “Altera dispositivo do Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada”.
 “Diário Oficial” de 20-9-48.
- Decreto n.º 25 530, de 17 de setembro de 1948** —
 “Altera, sem aumento de despesa, a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-Mensalista do Hospital Central da Aeronáutica do Ministério da Aeronáutica”.
 “Diário Oficial” de 18-9-48.
- Decreto n.º 25 531, de 17 de setembro de 1948** —
 “Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóveis necessários do Ministério da Aeronáutica, na cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal”.
 “Diário Oficial” de 20-9-48.
- Decreto n.º 25 532, de 21 de setembro de 1948** —
 “Declara de utilidade pública, para desapropriação, terrenos necessários à construção do açude público “Jacurici”, no municípios de Itiúba e Monte Santo, estado da Bahia”.
 “Diário Oficial” de 23-9-48.
- Decreto n.º 25 533, de 21 de setembro de 1948** —
 “Extingue cargos excedentes”.
 “Diário Oficial” de 23-9-48.
- Decreto n.º 25 534, de 21 de setembro de 1948** —
 “Suprime cargo vago”.
 “Diário Oficial” de 23-9-48.
- Decreto n.º 25 535, de 21 de setembro de 1948** —
 “Suprime cargos vagos”.
 “Diário Oficial” de 23-9-48.
- Decreto n.º 25 536, de 21 de setembro de 1948** —
 “Suprime cargos vagos”.
 “Diário Oficial” de 23-9-48.
- Decreto n.º 25 537, de 21 de setembro de 1948** —
 “Suprime cargos vagos”.
 “Diário Oficial” de 23-9-48.
- Decreto n.º 25 538, de 21 de setembro de 1948** —
 “Suprime cargos vagos”.
 “Diário Oficial” de 23-9-48.
- Decreto n.º 25 539, de 21 de setembro de 1948** —
 “Suprime cargo vago”.
 “Diário Oficial” de 23-9-48.
- Decreto n.º 25 540, de 21 de setembro de 1948** —
 “Suprime cargos vagos”.
 “Diário Oficial” de 23-9-48.
- Decreto n.º 25 541, de 21 de setembro de 1948** —
 “Suprime cargo vago”.
 “Diário Oficial” de 23-9-48.
- Decreto n.º 25 542, de 21 de setembro de 1948** —
 “Suprime cargos vagos”.
 “Diário Oficial” de 23-9-48.
- Decreto n.º 25 543, de 21 de setembro de 1948** —
 “Suprime cargos vagos”.
 “Diário Oficial” de 23-9-48.
- Decreto n.º 25 544, de 21 de setembro de 1948** —
 “Altera a letra “c” do artigo 23 do Regulamento da Escola Naval, e suprime a letra “c” do artigo 26 do mesmo regulamento, aprovado pelo decreto n.º 20 277, de 26 de dezembro de 1945”.
 “Diário Oficial” de 22-9-48.
- Decreto n.º 25 545, de 21 de setembro de 1948** —
 “Suprime cargos vagos”.
 “Diário Oficial” de 23-9-48.
- Decreto n.º 25 547, de 21 de setembro de 1948** —
 “Cria a Colônia Nacional de Jaíba, no es-

- tado de Minas Gerais, e dá outras providências".
"Diário Oficial" de 23-9-48.
- Decreto n.º 25 548, de 22 de setembro de 1948 —**
"Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 340 000 000,00".
"Diário Oficial" de 24-9-48.
- Decreto n.º 25 549, de 22 de setembro de 1948 —**
"Transfere função da Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-Mensalista da Delegacia Regional do Trabalho no estado de Alagoas para idêntica Tabela, do Departamento Nacional de Imigração, ambos do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio".
"Diário Oficial" de 24-9-48.
- Decreto n.º 25 550, de 22 de setembro de 1948 —**
"Aceita doação de terreno situado na comarca de Ijuí, no estado do Rio Grande do Sul".
"Diário Oficial" de 24-9-48.
- Decreto n.º 25 551, de 22 de setembro de 1948 —**
"Aceita doação de terreno situado na cidade de Cuiabá, estado de Mato Grosso".
"Diário Oficial" de 24-9-48.
- Decreto n.º 25 552, de 23 de setembro de 1948 —**
"Declara de utilidade pública, para desapropriação, o imóvel que menciona, situado na cidade de Belém, estado do Pará".
"Diário Oficial" de 25-9-48.
- Decreto n.º 25 553, de 23 de setembro de 1948 —**
"Renova o decreto n.º 21 115, de 13 de maio de 1946".
"Diário Oficial" de 25-9-48.
- Decreto n.º 25 555, de 23 de setembro de 1948 —**
"Autoriza o cidadão brasileiro Odílio Antônio da Silva Filho a pesquisar cristal de rocha e associados, no município de Bom Despacho, estado de Minas Gerais".
"Diário Oficial" de 25-9-48.
- Decreto n.º 25 556, de 23 de setembro de 1948 —**
"Autoriza o cidadão brasileiro Tomás Marinho de Albuquerque Andrade a lavar calcário no município de Tomasina, estado do Paraná".
"Diário Oficial" de 25-9-48.
- Decreto n.º 25 557, de 23 de setembro de 1948 —**
"Autoriza o cidadão brasileiro Hamleto Busi a lavar água mineral aligometálica e radioativa, na ilha do Governador, Distrito Federal".
"Diário Oficial" de 25-9-48.
- Decreto n.º 25 558, de 23 de setembro de 1948 —**
"Revalida o decreto n.º 24 380, de 22 de janeiro de 1948, que autorizou a Companhia Mineira de Eletricidade a substituir em sua usina Marmelo I, dois grupos geradores de 120 kW por um de 2 000 kva".
"Diário Oficial" de 29-9-48.
- Decreto n.º 25 559, de 23 de setembro de 1948 —**
"Dá redação nova ao artigo 1.º do decreto n.º 22 980, de 22 de abril de 1947".
"Diário Oficial" de 25-9-48.
- Decreto n.º 25 560, de 23 de setembro de 1948 —**
"Declara caduco o decreto de lavra n.º 8 755, de 13 de fevereiro de 1942".
"Diário Oficial" de 25-9-48.
- Decreto n.º 25 561, de 23 de setembro de 1948 —**
"Declara caduco o decreto de lavra n.º 8 754, de 13 de fevereiro de 1942".
"Diário Oficial" de 25-9-48.
- Decreto n.º 25 562, de 24 de setembro de 1948 —**
"Autoriza o I.A.P. Industriários a pesquisar caulim e associados no município e estado de São Paulo".
"Diário Oficial" de 30-9-48.
- Decreto n.º 25 563, de 24 de setembro de 1948 —**
"Autoriza a Empresa de Mineração Carbonífera Brasileira S. A. a lavar carvão mineral no município de Araiporonga, estado do Paraná".
"Diário Oficial" de 30-9-48.
- Decreto n.º 25 565, de 24 de setembro de 1948 —**
"Autoriza o cidadão brasileiro Alcebiades Martins Fontes a pesquisar calcário, argila, chisto argiloso e associados no município de Capão Bonito, estado de São Paulo".
"Diário Oficial" de 23-9-48.
- Decreto n.º 25 566, de 24 de setembro de 1948 —**
"Autoriza o cidadão brasileiro José Machado Freire a pesquisar diamante e associados no município de Diamantina, estado de Minas Gerais".
"Diário Oficial" de 30-9-48.
- Decreto n.º 25 567, de 24 de setembro de 1948 —**
"Autoriza o cidadão brasileiro Venceslau Vieira da Silva e outros a pesquisar amianto e associados no município de Nova Lima, estado de Minas Gerais".
"Diário Oficial" de 30-9-48.
- Decreto n.º 25 568, de 24 de setembro de 1948 —**
"Autoriza Costa Braga & Filhos a pesquisar calcário no município de Caxias, estado do Maranhão".
"Diário Oficial" de 30-9-48.
- Decreto n.º 25 569, de 24 de setembro de 1948 —**
"Aceita doação de terreno situado no bairro dos Afogados, cidade de Recife, estado de Pernambuco".
"Diário Oficial" de 29-9-48.
- Decreto n.º 25 570, de 24 de setembro de 1948 —**
"Suprime cargos vagos".
"Diário Oficial" de 27-9-48.
- Decreto n.º 25 571, de 24 de setembro de 1948 —**
"Suprime cargos vagos".
"Diário Oficial" de 27-9-48.
- Decreto n.º 25 572, de 24 de setembro de 1948 —**
"Suprime cargos vagos".
"Diário Oficial" de 27-9-48.
- Decreto n.º 25 573, de 24 de setembro de 1948 —**
"Suprime cargos vagos".
"Diário Oficial" de 27-9-48.

- Decreto n.º 25 574, de 24 de setembro de 1948** —
"Suprime cargos vagos".
"Diário Oficial" de 27-9-48.
- Decreto n.º 25 575, de 24 de setembro de 1948** —
"Suprime cargo vago".
"Diário Oficial" de 27-9-48.
- Decreto n.º 25 576, de 24 de setembro de 1948** —
"Suprime cargos vagos".
"Diário Oficial" de 27-9-48.
- Decreto n.º 25 577, de 24 de setembro de 1948** —
"Suprime cargos vagos".
"Diário Oficial" de 27-9-48.
- Decreto n.º 25 578, de 24 de setembro de 1948** —
"Suprime cargos vagos".
"Diário Oficial" de 27-9-48.
- Decreto n.º 25 579, de 24 de setembro de 1948** —
"Suprime cargo vago".
"Diário Oficial" de 27-9-48.
- Decreto n.º 25 580, de 24 de setembro de 1948** —
"Suprime cargos vagos".
"Diário Oficial" de 27-9-48.
- Decreto n.º 25 581, de 24 de setembro de 1948** —
"Suprime cargos vagos".
"Diário Oficial" de 27-9-48.
- Decreto n.º 25 582, de 24 de setembro de 1948** —
"Suprime cargos vagos".
"Diário Oficial" de 27-9-48.
- Decreto n.º 25 583, de 24 de setembro de 1948** —
"Suprime cargos vagos".
"Diário Oficial" de 27-9-48.
- Decreto n.º 25 584, de 24 de setembro de 1948** —
"Prorroga até 31 de dezembro de 1948 o prazo para a concessão da medalha de Guerra, criada pelo decreto-lei n.º 6 795, de 17 de agosto de 1944".
"Diário Oficial" de 27-9-48.
- Decreto n.º 25 589, de 27 de setembro de 1948** —
"Abre ao Ministério da Marinha o crédito especial de Cr\$ 73 018 130,60 para pagamento de despesas de Pessoal e Material relativos a 1947".
"Diário Oficial" de 29-9-48.
- Decreto n.º 25 590, de 27 de setembro de 1948** —
"Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores crédito especial para pagamento a ex-servidores do extinto território federal de Iguagu".
"Diário Oficial" de 29-9-48.
- Decreto n.º 25 591, de 27 de setembro de 1948** —
"Autoriza o cidadão brasileiro Pascoal Pescini Perrone a pesquisar jazidas de arenito betuminoso classe IX no município de Botucatu, estado de São Paulo".
"Diário Oficial" de 30-9-48.
- Decreto n.º 25 592, de 27 de setembro de 1948** —
"Aceita doação de imóvel situado no município e comarca de São Cristóvão, estado de Sergipe".
"Diário Oficial" de 30-9-48.
- Decreto n.º 25 610, de 28 de setembro de 1948** —
"Suprime cargo vago".
"Diário Oficial" de 30-9-48.

 Concorra para que o Brasil seja cartograficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, que o Conselho está elaborando.

Íntegra da legislação de interesse geográfico

Decretos

Decreto n.º 26 214, de 17 de janeiro de 1949

Dispõe sobre aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira Poço Fundo, situada no rio Moji-Guaçu, município de Jacutinga, estado de Minas Gerais.

O presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e nos termos do artigo 164, letra b do Código de Aguas (decreto n.º 24 643, de 10 de junho de 1934), decreta:

Art. 1.º. Respeitados os direitos de terceiros anteriormente adquiridos, é outorgada à Companhia Força e Luz de Jacutinga S. A. concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira Poço Fundo, situada no rio Moji-Guaçu, município de Jacutinga, estado de Minas Gerais.

§ 1.º. Em portaria do ministro da Agricultura, por ocasião da aprovação dos projetos, serão determinadas a altura da queda a aproveitar, a descarga e a potência concedidas.

§ 2.º. O aproveitamento destina-se a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, para serviços públicos, serviços de utilidade pública e para o comércio de energia no município de Jacutinga, estado de Minas Gerais.

§ 2.º. O aproveitamento destina-se à presente título, a concessionária obriga-se a:

I — Registá-lo na Divisão de Aguas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, dentro de trinta (30) dias, após a sua publicação.

II — Apresentar, em três (3) vias, à referida Divisão de Aguas, dentro do prazo de um (1) ano, contado da data da publicação do presente decreto:

a) estado hidrológico da região e curva de descarga do rio, obtida mediante medições diretas, correspondente, pelo menos, a um (1) ano de observação;

b) planta, em escala razoável, do trecho do curso d'água a aproveitar, com indicação dos terrenos marginais inundáveis pelo remanso da barragem;

c) estudo da acumulação e volume da bacia;

d) perfil geológico do terreno, no local em que deverá ser construída a barragem.

e) o projeto da barragem, é para, método de cálculo, justificação do tipo adotado;

f) cálculos e desenhos pormenorizados, em escalas razoáveis, dos vertedouros, adufas, comportas, tomadas d'água, canal de fuga e castelo d'água;

g) justificação do tipo de conduto forçado adotado; cálculos indispensáveis; planta e perfil com todas as indicações necessárias em escalas razoáveis;

h) cálculos e desenhos dos pilares, pontes e blocos de ancoragem, indispensáveis ao assentamento dos condutos forçados;

i) cálculo do martelo d'água, cálculo e projeto da chaminé de equilíbrio;

j) justificação do tipo de turbina adotado, rendimento sob diferentes cargas, em múltiplos de $\frac{1}{4}$ ou $\frac{1}{8}$ até plena carga; sentido de rotação e rotações por minuto; velocidade característica e velocidade de embalagem ou disparo; reguladores e aparelhos de medição; variação do engulimento com 25, 50 e 100 por cento de variação de carga; tempo de fechamento; desenho devidamente cotado;

k) projeto do canal de fuga; sua capacidade de vazão;

l) justificação do tipo de gerador adotado; sentido de rotação; tensão, frequência e potência calculada com $\text{COS } \phi$ que não exceda a 0,7; rendimento sob diferentes cargas em múltiplos de $\frac{1}{4}$ ou $\frac{1}{8}$ até plena carga, respectivamente, com $\text{COS } \phi = 0,7$; $\text{COS } \phi = 0,8$ e $\text{COS } \phi = 1$; regulação da tensão e sua variação; reguladores; queda de tensão e curto circuito; pormenores e características fornecidas pelos fabricantes; tipo, potência, tensão, rendimento e acoplamento da excitatriz; momento de impulsão do grupo motor gerador;

m) esquema geral das ligações;

n) para os transformadores elevadores e abaixadores de tensão, as mesmas exigências feitas aos geradores;

o) desenho dos quadros de controle com indicação de todos os aparelhos a serem nêles montados;

p) desenhos indicando a saída da linha de alta tensão de transmissão, pára-raios, bobinas de choque e meios de proteção contra supertensões;

q) projeto da linha de transmissão — planta e perfil da linha; cálculo mecânico e elétricos com $\text{COS } \phi = 0,8$; perda de potência tensão na partida e na chegada; regulação da linha;

r) projetos pormenorizados dos edifícios, inclusive cálculo de estabilidade e discriminação dos materiais empregados;

s) orçamento pormenorizado para cada um dos itens acima.

III — Assinar o contrato disciplinar da concessão dentro do prazo de sessenta (60) dias, contado da data em que for publicada a aprovação da respectiva minuta pelo Ministério da Agricultura.

IV — Apresentar o mesmo contrato à Divisão de Aguas para fins de registro dentro dos sessenta (60) dias que se seguirem ao registro do mesmo no Tribunal de Contas.

V — Obedecer, em todos os projetos, às prescrições de ordem técnica determinadas pela Divisão de Aguas.

Parágrafo único. Os prazos a que se refere este artigo poderão ser prorrogados por ato do ministro da Agricultura.

Art. 3.º. A concessionária fica obrigada a construir e manter nas proximidades do local do aproveitamento, onde e desde quando for determinado pela Divisão de Aguas, as instalações necessárias e observações limnométricas e medições de descarga e a realizar as observações de acôrdo com as instruções da Divisão de Aguas.

Art. 4.º. A minuta do contrato disciplinar desta concessão será preparada pela Divisão de Águas e submetida à aprovação do ministro da Agricultura.

Art. 5.º. A presente concessão vigorará pelo prazo de trinta (30) anos, contado da data do registro do respectivo contrato na Divisão de Águas.

Art. 6.º. O capital a ser remunerado será o efetivamente investido nas instalações da concessionária em função de sua indústria, concorrendo, direta ou indiretamente, para a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Art. 7.º. As atuais tabelas de preço de energia fornecida pela concessionária, serão integralmente mantidas até que, mediante revisão oportunamente efetuada pela Divisão de Águas, sejam fixadas as que deverão vigorar pelo primeiro período de tarifas de acordo com o disposto no art. 180 do Código das Águas.

Art. 8.º. Para a manutenção da integridade do capital a que se refere o art. 6.º do presente decreto, será criado um fundo de reserva que proverá as renovações, determinadas pela depreciação ou impostas por acidentes.

Parágrafo único. A constituição desse fundo, que se denominará reserva de renovação, realizadas por quotas especiais que incidirão sobre as tarifas, sob forma de percentagem. Estas quotas serão determinadas, tendo-se em vista a duração média do material a cuja renovação a dita reserva terá que atender, podendo ser modificadas, trienalmente, na época da revisão das tarifas.

Art. 9.º. Findo o prazo da concessão, toda a propriedade da concessionária que, no momento existir em função exclusiva e permanente da produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, referente ao aproveitamento concedido, reverterá ao estado de Minas Gerais, na conformidade do estipulado nos artigos 165 e 166 do Código de Águas, mediante indenização, na base do custo histórico, do capital não amortizado, deduzida a reserva de renovação a que se refere o parágrafo único do art. 8.º deste decreto.

§ 1.º. Se o estado de Minas Gerais não fizer uso do seu direito a essa reversão, a concessionária poderá requerer ao governo federal que a concessão seja renovada pela forma que, no respectivo contrato, deverá estar prevista.

§ 2.º. Para os efeitos do § 1.º deste artigo, fica a concessionária obrigada a dar conhecimento ao governo federal e a entrar com o requerimento de prorrogação da concessão ou o de desistência desta, até seis (6) meses antes do término do respectivo prazo.

Art. 10. A concessionária gozará desde a data do registro de que trata o art. 5.º e enquanto vigorar esta concessão, dos favores constantes do Cdigo de Águas e das leis especiais sobre a matéria.

Art. 11. O presente decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1949, 128.º da Independência e 61.º da República.

EURICO G. DUTRA
Daniel de Carvalho

"Diário Oficial" de 29-1-49.

✱

Decreto n.º 26 247, de 27 de janeiro de 1949

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 14 000 000,00, para despesa com amparo às populações de municípios dos estados de Pernambuco e Alagoas.

O presidente da República, usando da autorização contida na lei n.º 603, de 2 de janeiro

de 1949, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do artigo 93, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1.º. Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de quatorze milhões de cruzeiros (Cr\$ 14 000 000,00), que serão empregados, oito milhões de cruzeiros (Cr\$ 8 000 000,00), no amparo às populações de Cateende, Maraiá e Quipapá, em Pernambuco, e seis milhões de cruzeiros (Cr\$ 6 000 000,00), na assistência aos habitantes dos municípios de União dos Palmares, Murici, Cururipe, Atalaia, Igreja Nova e Pôrto Real do Colégio, em Alagoas.

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo será obrigatoriamente empregado nos serviços de amparo aos habitantes dos mencionados municípios, na reconstrução de prédios e pontes atingidos pelas enchentes e em obras de defesa permanente contra os efeitos das enchentes.

Art. 2.º. O presente decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de janeiro de 1949; 128.º da Independência e 61.º da República.

EURICO G. DUTRA
Correia e Castro

"Diário Oficial" de 29-1-49.

✱

Decreto n.º 26 249, de 27 de janeiro de 1949

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 200 000,00, para o fim que especifica.

O presidente da República, usando da autorização contida na lei n.º 420, de 3 de outubro de 1948, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 93, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 200 000,00 (duzentos mil cruzeiros), a fim de auxiliar a realização do Congresso Comemorativo do Bicentenário de Colonização Açoriana.

Rio de Janeiro, em 27 de janeiro de 1949; 128 da Independência e 61.º da República.

EURICO G. DUTRA
Clemente Mariani
Correia e Castro

"Diário Oficial" de 29-1-49.

✱

Decreto n.º 26 476, de 17 de março de 1949

Aprova o Regimento da Comissão do Vale do São Francisco.

O presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 18 da lei n.º 541, de 15 de dezembro de 1948, decreta:

Art. 1.º. Fica aprovado o Regimento da Comissão do Vale do São Francisco, que baixa com o presente decreto.

Art. 2.º. O presente decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de março de 1949; 128.º da Independência e 61.º da República.

EURICO G. DUTRA
Adroaldo Mesquita da Costa

"Diário Oficial" de 22-3-49.

Íntegra das leis, decretos e demais atos de interêsse geográfico

ESPIRITO SANTO

Decreto n.º 164, de 8 de abril de 1949

O governador do estado do Espírito Santo, usando de atribuição constitucional e tendo em vista o disposto no art. 5.º do decreto-lei n.º 16 501, de 26 de janeiro de 1946 (Organização Judiciária) resolve fixar o dia 3 de maio do corrente ano, para a instalação do distrito de "Garrafão", município e comarca de Santa Leopoldina, criado pela lei n.º 141, de 16 de dezembro de 1948.

Vitória, 8 de abril de 1949.

*Carlos Fernando Monteiro Lindenberg
Messias Chaves*

"D. O.", Esp. Santo, 13-4-49.

★

GOIÁS

Decreto n.º 777, de 1.º de janeiro de 1949

Numera e dispõe em série os municípios do estado.

O governador do estado de Goiás, usando de atribuição que a lei lhe confere, decreta:

Artigo único — No quinquênio 1949-1953 os municípios do estado de Goiás terão a numeração e seriação seguintes:

- 1 — Goiânia.
- 2 — Anápolis.
- 3 — Anicuns.
- 4 — Araguacema.
- 5 — Araguatins.
- 6 — Arraias.
- 7 — Aurilândia.
- 8 — Baliza.
- 9 — Buriti Alegre.
- 10 — Calapônia.
- 11 — Caldas Novas.
- 12 — Catalão.
- 13 — Cavalcante.
- 14 — Chapéu.
- 15 — Corumbá de Goiás.
- 16 — Corumbalza.
- 17 — Cristalina.
- 18 — Cumari.
- 19 — Dianópolis.
- 20 — Edéia.
- 21 — Filadélfia.
- 22 — Firminópolis.
- 23 — Formosa.
- 24 — Goianira.
- 25 — Goiás.

- 26 — Goiatuba.
- 27 — Guapó.
- 28 — Hidrolândia.
- 29 — Inhumas.
- 30 — Ipameri.
- 31 — Iporá.
- 32 — Itaberaí.
- 33 — Itaguatins.
- 34 — Itapaci.
- 35 — Itauçu.
- 36 — Itumbiara.
- 37 — Jaraguá.
- 38 — Jataí.
- 39 — Leopoldo de Bulhões.
- 40 — Luziânia.
- 41 — Mineiros.
- 42 — Miracema do Norte.
- 43 — Morrinhos.
- 44 — Natividade.
- 45 — Nazário.
- 46 — Nerópolis.
- 47 — Niquelândia.
- 48 — Orizona.
- 49 — Palmeiras de Goiás.
- 50 — Paranaí.
- 51 — Paraúna.
- 52 — Pedro Afonso.
- 53 — Peixe.
- 54 — Petrolina de Goiás.
- 55 — Piracanjuba.
- 56 — Pirenópolis.
- 57 — Pires do Rio.
- 58 — Planaltina.
- 59 — Pontalina.
- 60 — Porangatu.
- 61 — Pôrto Nacional.
- 62 — Posse.
- 63 — Quirinópolis.
- 64 — Rio Verde.
- 65 — Santa Cruz de Goiás.
- 66 — Santa Helena.
- 67 — São Domingos.
- 68 — Silvânia.
- 69 — Sítio d'Abadia.
- 70 — Suguapara.
- 71 — Taquatinga.
- 72 — Tocantinópolis.
- 73 — Trindade.
- 74 — Uruçu.
- 75 — Uruana.
- 76 — Urutai.
- 77 — Vianópolis.

Palácio do governo do estado de Goiás, a
1.º de janeiro de 1949, 61.º da República.

*Jerônimo Coimbra Bueno
Nicanor de Faria e Silva*

"D. O.", Goiás, 26-1-49.

Resoluções do Instituto Brasileiro
de Geografia e Estatística

Conselho Nacional de Geografia

Assembléia Geral

Íntegra das resoluções ns. 143 a 147

Resolução n.º 143, de 13 de julho de 1945

Estabelece a divisão regional do país, mediante agrupamento dos municípios brasileiros, e dá providências para a generalização do seu uso.

A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Considerando a necessidade de se fixar um quadro regional, que estabeleça um agrupamento adequado dos municípios brasileiros, segundo as suas características fisiográficas e humanas;

Considerando que tal agrupamento, além de ser útil aos estudos geográficos, atende às conveniências da administração, cujas atividades de caráter regional, via de regra, se desdobram por municípios;

Considerando que o enquadramento às divisões municipais, embora não permita uma divisão regional cientificamente rigorosa, facultada entretanto um desdobramento geográfico bastante satisfatório, sobretudo para fins práticos, de uso corrente, merecendo portanto ampla divulgação;

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica adotado o anexo quadro n.º 1 da divisão regional do país, em 5 grandes regiões, 30 regiões, 83 sub-regiões, e 198 zonas geográficas formadas estas de agrupamentos de municípios.

Art. 2.º — Fica igualmente adotado o anexo quadro n.º 2, em que se subdividem as unidades políticas da Federação nas mesmas zonas geográficas do anexo n.º 1.

Art. 3.º — A presente resolução será encaminhada à Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, ora reunida em 6.ª Sessão Ordinária, com o encarecido apêlo para que adote nos seus quadros numéricos, que comportem desdobramentos por municípios, a distribuição regional do país e das suas unidades federadas, de acôrdo com o que estabelece esta resolução.

Art. 4.º — A Presidência do Instituto, com base nas deliberações dos dois colégios dirigentes, promoverá junto à Presidência da República a generalização do uso, pela administração pública do país, do quadro regional ora aprovado.

Art. 5.º — Igualmente, a Presidência do Instituto representará aos chefes dos governos das unidades federadas, no sentido da adoção e difusão nos meios respectivos das anexas distribuições regionais dos seus municípios.

Art. 6.º — A Secção de Estudos do "Serviço de Geografia e Cartografia" do Conselho prosseguirá nos estudos de divisão regional, para, em momento oportuno, desdobrar os agrupamentos zonais por distritos, em uma expressão mais minuciosa das características das unidades geográficas brasileiras, fisiográficas e humanas.

Art. 7.º — A Secretaria providenciará para a publicação, na forma adequada, dos quadros aprovados, de maneira que a divisão regional do país venha a ter a mais ampla divulgação possível.

Art. 8.º — Serão também objeto de publicação as justificativas técnicas e científicas, que deram fundamento geográfico à divisão adotada.

Art. 9.º — Quinquenalmente, a Assembléia reexaminará o quadro regional ora aprovado, a fim de atualizá-lo, sobretudo em face das novas divisões territoriais das unidades federadas, a serem fixadas pelos respectivos governos regionais em leis gerais nos anos de terminação 8 e 3 de acôrdo com o que estabelece o decreto-lei n.º 311.

Art. 10 — A Assembléia consigna aos técnicos do Conselho, que elaboraram o trabalho de divisão regional, calorosos aplausos pela excelência do estudo básico oferecido que, na discussão do importante assunto, veio permitir conclusões felizes e harmônicas.

Rio de Janeiro, em 13 de julho de 1945, ano X do Instituto.

Conferido e numerado: *Jorge Zarur*, Secretário-Assistente do Conselho; — Visto e rubricado: *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho; — Publique-se: *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

SERVIÇO DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA

QUADRO SISTEMÁTICO DA DIVISÃO REGIONAL BRASILEIRA

(Grandes Regiões, Regiões e Sub-Regiões)

(Anexo n. 1 à resolução n. 143, de 13 de julho de 1945)

Grandes Regiões	Regiões	Sub-Regiões	Zonas	Unidades Federadas	
Norte.....	I. Planície Litorânea	1. Litoral Amapaense..	Amapá.....	Território do Amapá (1)	
			Marajó.....	Pará (5)	
		2. Marajó.....	Salgado.....	Pará (1)	
			Bragantina.....	Pará (2)	
			Guajarina.....	Pará (4)	
		3. Leste Paraense.....	Tocantina.....	Pará (6)	
			Gurupi.....	Pará (3)	
			Litoral norte.....	Maranhão (5)	
			Baixada.....	Maranhão (6)	
			Baixo Mearim.....	Maranhão (7)	
	4. Baixada Maranhense	Gurupi.....	Maranhão (10)		
		Pindaré.....	Maranhão (11)		
		II. Planície Amazônica	1. Rio Amazonas.....	Médio Amazonas.....	Amazonas (1)
			Baixo Amazonas.....	Pará (10)	
	2. Solimões.....	Rio Negro.....	Amazonas (3)		
		Solimões-Tefé.....	Amazonas (4)		
		Rio Purus.....	Amazonas (5)		
		Rio Juruá.....	Amazonas (6)		
		Solimões-Javari.....	Amazonas (7)		
Alto-Purus.....		Território do Acre (1)			
Alto-Juruá.....		Território do Acre (2)			
III. Encosta Guianense	1. Rio Branco.....	Alto Rio Branco.....	Territ. Rio Branco (1)		
		Catrimani.....	Territ. Rio Branco (2)		
IV. Encosta Setentrional do Planalto Brasileiro	1. Sul Paraense.....	Itacaianas.....	Pará (7)		
		Xingu.....	Pará (9)		
	2. Alto Madeira-Tapajós	Rio Madeira.....	Amazonas (2)		
		Aripuanã.....	Mato-Grosso (1)		
		Alto Madeira.....	Guaporé (1)		
Tapajós.....	Pará (11)				
Nordeste.....	I. Litoral Norte....	1. Litoral Norte.....	Litoral.....	Ceará (4)	
			Litoral.....	Piauí (1)	
			Litoral Nordeste.....	Maranhão (1)	
	II. Litoral e Encosta	1. Litoral e Mata....	Litoral e Mata.....	Rio Grande do Norte(1)	
			Litoral e Mata.....	Paraíba (1)	
			Litoral e Mata.....	Pernambuco (1)	
			Litoral.....	Alagoas (1)	
			Mata.....	Alagoas (2)	
			Litoral.....	Sergipe (1)	
		2. Agreste Oriental....	Central.....	Sergipe (2)	
			Litoral Norte.....	Bahia (1)	
		3. Brejo Paraibano....	Agreste.....	Rio Grande do Norte (2)	
			Agreste e Caatinga litorânea.....	Paraíba (2)	
			Agreste e Caatinga Central.....	Paraíba (4)	
III. Semi-Árida.....	1. Sertão Hiperxerófito	Agreste.....	Pernambuco (2)		
		Brejo.....	Paraíba (3)		
		Centro Norte.....	Rio Grande do Norte (3)		
	2. Sertão Hipoxerófito	Seridó.....	Rio Grande do Norte (4)		
		Seridó.....	Paraíba (6)		
		Médio Sertão dos Cariris Velhos.....	Paraíba (5)		
		Sertão Baixo.....	Pernambuco (3)		
Sertaneja.....	Alagoas (3)				
Sertão do Baixo e Médio Jaguaribe ..	Ceará (1)				
Sertão do Salgado e Jaguaribe.....	Ceará (2)				

O número entre parênteses corresponde aos números das zonas no anexo 2 de acôrdo com as unidades federadas.

QUADRO SISTEMÁTICO DA DIVISÃO REGIONAL BRASILEIRA

(Grandes Regiões, Regiões e Sub-Regiões)

(Anexo n. 1 à resolução n. 143, de 13 de julho de 1945)

Grandes Regiões	Regiões	Sub-Regiões	Zonas	Unidades Federadas
Nordeste (cont.)	III. Semi-Árida (cont.)	2. Sertão Hipoxerófito	Sertão Central.....	Ceará (6)
			Sertão Centro-Norte..	Ceará (7)
		3. Serras Cearenses....	Sertão do Sudoeste...	Ceará (9)
			Oeste.....	Rio Grande do Norte (5)
			Serrana.....	Rio Grande do Norte (6)
			Baixo Sertão do Pi- ranhas.....	Paraíba (7)
			Alto Sertão.....	Paraíba (8)
			Sertão Alto.....	Pernambuco (4)
			Sertão do Araripe...	Pernambuco (5)
			Sertão.....	Piauí (3)
	4. Agreste Ocidental...	Cariri.....	Ceará (3)	
		Baturité.....	Ceará (5)	
	IV. Campos e Cocais	1. Baixo Parnaíba.....	Ibiapaba.....	Ceará (8)
			Agreste.....	Piauí (2)
		2. Médio Parnaíba.....	Baixo Parnaíba.....	Piauí (4)
	V. Depressão San- Franciscana...	1. Baixo São Francisco	Baixo Parnaíba.....	Maranhão (2)
			Médio Parnaíba.....	Piauí (5)
		3. Itapecuru.....	Médio Parnaíba.....	Maranhão (4)
	VI. Sertão e Encosta	1. Baixo São Francisco	Itapecuru.....	Maranhão (3)
			Baixo São Francisco	Alagoas (4)
2. Baixo Médio São Francisco.....		Baixo São Francisco	Sergipe (3)	
		Sertão do São Fran- cisco.....	Alagoas (5)	
Sertão do São Fran- cisco.....		Sertão do São Fran- cisco.....	Sergipe (4)	
		Sertão do São Fran- cisco.....	Pernambuco (6)	
1. Sertão.....	Sertão do São Fran- cisco.....	Bahia (11)		
	Oeste.....	Sergipe (5)		
	Nordeste.....	Bahia (5)		
	Feira de Sant'Ana...	Bahia (6)		
2. Encosta.....	Jacobina.....	Bahia (9)		
	Matas do Orobó....	Bahia (10)		
Leste.....	I. Litoral.....	1. Baixada Norte.....	Recôncavo.....	Bahia (2)
			Cacaueira.....	Bahia (3)
		2. Baixada Centro-Li- torânea.....	Extremo Sul.....	Bahia (4)
			Norte.....	Espírito Santo (1)
			Vitória.....	Espírito Santo (2)
	II. Encosta.....	1. Encosta Nordeste...	Itapemirim.....	Espírito Santo (3)
			Baixada de Goitacases	Rio de Janeiro (1)
		2. Mata.....	Baixada de Araruaia	Rio de Janeiro (5)
			Baixada de Guanabara	Rio de Janeiro (6)
		3. Serra do Mar.....	Baixada Carioca.....	Distrito Federal (1)
			Litoral da Ilha Grande	Rio de Janeiro (8)
			Litoral de São Se- bastião.....	São Paulo (3)
			Jequié.....	Bahia (7)
	III. Planalto.....	1. Encosta Nordeste...	Conquista.....	Bahia (8)
			Mucuri.....	Minas Gerais (1)
2. Mata.....		Rio Doce.....	Minas Gerais (2)	
		Mata.....	Minas Gerais (3)	
3. Serra do Mar.....		Serrana do Centro...	Espírito Santo (4)	
		Serrana do Sul.....	Espírito Santo (5)	
		Muriaé.....	Rio de Janeiro (2)	
		Cantagalo.....	Rio de Janeiro (3)	
		Vassouras.....	Rio de Janeiro (7)	
		Médio Paraíba.....	São Paulo (1)	
1. Serrana Central.....	Alto da Serra.....	Rio de Janeiro (4)		
	Alto Paraíba.....	São Paulo (2)		
	Chapada Diamantina	Bahia (12)		
	Serra Geral.....	Bahia (13)		
2. Itacambira.....	Itacambira.....	Minas Gerais (4)		
	Alto Jequitinhonha...	Minas Gerais (5)		
3. Serra do Espinhaço..	Metalúrgica.....	Minas Gerais (6)		

QUADRO SISTEMÁTICO DA DIVISÃO REGIONAL BRASILEIRA

(Grandes Regiões, Regiões e Sub-Regiões)

(Anexo n. 1 à resolução n. 143, de 13 de julho de 1945)

Grandes Regiões	Regiões	Sub-Regiões	Zonas	Unidades Federadas
Leste (cont.)	IV. Depressão Sanfranciscana	4. Maciço da Mantiqueira	Sul. Mantiqueira Oeste.	Minas Gerais (10) São Paulo (4) Minas Gerais (9)
		5. Planalto das Vertentes	Médio São Francisco	Bahia (14)
Sul	I. Litoral e Serra	1. Depressão Sanfranciscana do Norte	Alto Médio São Francisco	Minas Gerais (7) Minas Gerais (8)
		2. Depressão Sanfranciscana do Sul	Alto São Francisco	
	II. Bacia do Itajaí	1. Litoral de Santos	Litoral de Santos	São Paulo (6)
		2. Litoral de Iguape	Litoral de Iguape	São Paulo (11)
		3. Litoral do Paraná	Litoral	Paraná (1)
		4. Litoral da Serra do Mar	Litoral de São Francisco do Sul Litoral de Florianópolis	Santa Catarina (1) Santa Catarina (2)
		5. Litoral do Cabo de Santa Marta	Litoral de Laguna	Santa Catarina (3)
		6. Costa do Rio Grande	Costa	Rio Grande do Sul (2)
		7. Litoral Lagunar	Litoral Lagunar	Rio Grande do Sul (6)
	III. Planalto Cristalino	1. Bacia do Itajaí	Bacia do Itajaí	Santa Catarina (4)
		2. Cristalina do Norte	Cristalina do Norte	São Paulo (7)
	IV. Depressão do Jacuí	1. São Paulo	Industrial	São Paulo (5)
		3. Paranapiacaba	Paranapiacaba	São Paulo (9)
		4. Alto Ribeira	Alto Ribeira	São Paulo (19)
		5. Planalto de Curitiba	Planalto de Curitiba	Paraná (2) Paraná (3)
		1. Depressão do Jacuí	Depressão Central	Rio Grande do Sul (4)
	V. Campinas Meridionais	1. Serras do Sudeste	Serras do Sudeste	Rio Grande do Sul (8)
		2. Campos do Uruguai	Missões Campanha	Rio Grande do Sul (12) Rio Grande do Sul (11)
	VI. Sedimentar Permiana	1. Depressão Permiana	Mojiana Piracicaba	São Paulo (8) São Paulo (12)
		2. Campinas do Sudeste	Campinas do Sudeste	São Paulo (16)
		3. Planalto Permiano	Campos Gerais Tomasina	Paraná (4) Paraná (5)
			Tibaji	Paraná (7)
			Irati	Paraná (8)
	VII. Planalto Ocidental da "Serra Geral"	1. Encosta	Planalto de Canoinhas	Santa Catarina (5)
		2. Rio Grande	Colônia Baixa Colônia Alta	Rio Grande do Sul (3) Rio Grande do Sul (5)
		3. Alto Planalto Paulista	Franca Barretos	São Paulo (10) São Paulo (14)
		Ribeirão Preto	São Paulo (13)	
		Araraquara	São Paulo (15)	
		Botucatu	São Paulo (18)	
4. Campos de Guarapuava		Guarapuava	Paraná (9)	
5. Campos da Serra Geral		Campos de Lajes Campos de Vacaria	Santa Catarina (6) Rio Grande do Sul (1)	
6. Campos da Coxilha Grande		Campos do Centro	Rio Grande do Sul (9)	
7. Cafeeira		Rio Preto Marília	São Paulo (17) São Paulo (20)	
		Sorocabana	São Paulo (21)	
		Norte	Paraná (6)	
		Pioneira	São Paulo (22)	
VIII. Sertão do Rio Paraná	1. Sertão do Rio Paraná	Ivaí Iguaçu Juçabá Passo Fundo Noroeste	Paraná (10) Território do Iguaçu (1) Santa Catarina (7) Rio Grande do Sul (7) Rio Grande do Sul (10)	
		Sertão do Rio Paraná	São Paulo (23)	
		Sertão do Rio Paraná	Território do Iguaçu (2)	

QUADRO SISTEMÁTICO DA DIVISÃO REGIONAL BRASILEIRA

(Grandes Regiões, Regiões e Sub-Regiões)

(Anexo n. 1 à resolução n. 143, de 13 de julho de 1945)

Grandes Regiões	Regiões	Sub-Regiões	Zonas	Unidades Federadas
Centro-Oeste.....	I. Meio Norte.....	1. Alto Parnaíba.....	Alto Parnaíba..... Alto Parnaíba..... Alto Mearim.....	Piauí (6) Maranhão (9) Maranhão (8)
		2. Meio Norte.....	Tocantins..... Planalto..... Norte.....	Maranhão (12) Pará (8) Goiás (1)
	II. Encosta Oriental do Planalto Central.....	1. Encosta Norte.....	Planalto..... Planalto Ocidental....	Piauí (7) Bahia (15)
		2. Encosta Sul.....	Urucuia.....	Minas Gerais (11)
	III. Araguaia-Tocantins.....	1. Vertente Norte Oriental do Tocantins.....	Taguatinga.....	Goiás (2)
		2. Vão do Paraná.....	Paraná.....	Goiás (3)
		3. Alto Tocantins.....	Alto Tocantins.....	Goiás (7)
		4. Médio Araguaia.....	Médio Araguaia.....	Goiás (9)
	IV. Planalto Central	1. Planalto Central....	Palanalto..... Anápolis.....	Goiás (4) Goiás (5)
		V. Peneplano do Alto Paranaíba.....	1. Sul Goiano.....	Goiania..... Sul.....
	2. Alto Paranaíba.....		Alto Paranaíba.....	Minas Gerais (12)
	VI. Chapadões.....	1. Chapada Matogrossense.....	Chapada.....	Mato Grosso (2)
		2. Planalto do Caiapó.....	Leste..... Alto Araguaia.....	Mato Grosso (3) Goiás (11)
	VII. Vertente Ocidental do Paraná.....	1. Médio Paranaíba....	Sudoeste..... Triângulo.....	Goiás (10) Minas Gerais (13)
		2. Sudeste Matogrossense.....	Sudeste.....	Mato Grosso (4)
		3. Campos e Ervais....	Campo Grande..... Planalto.....	Mato Grosso (5) Ponta Porá (2)
	VIII. Encosta e Baixada do Paraguai....	1. Encosta.....	Encosta.....	Mato Grosso (6)
		2. Baixada do Paraguai	Pantanal..... Baixada.....	Mato Grosso (7) Ponta Porá (1)



Resolução n.º 144, de 17 de julho de 1945

Elege os membros das Comissões Técnicas Permanentes.

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Considerando que a Assembléa não se reuniu nos anos de 1943 e 1944 e que por isso não houve a renovação dos membros das Comissões do Conselho;

RESOLVE:

Art. 1.º — Confirmar a prorrogação, que automaticamente se deu, do mandato dos membros das quatro Comissões Técnicas Permanentes do Conselho, eleitos pela Assembléa com a resolução n.º 117, de 6 de julho de 1942.

Art. 2.º — Eleger membros das Comissões Técnicas do Conselho, para o exercício 1945-1946, os seguintes elementos das administrações federal e estaduais:

1.ª) "Comissão de Levantamentos Territoriais": Eng. Vinícius Berrado, presidente; eng. Gustavo Sena e Silva, relator; Eng. Eduardo Schmidt Monteiro de Castro (Minas), Eng.

Valdemar Uchoa de Oliveira (Alagoas) e Eng. Francisco Nogueira (Paraná).

2.ª) "Comissão de Cartografia": Prof. Afrio Hugueneu de Matos, presidente; Clóvis Magalhães, relator; Eng. Alexandre Beltrão (Paraná); Eng. Gustavo Maia (Bahia e Eng. Francisco Vicente de Azevedo (São Paulo).

3.ª) "Comissão de Fisiografia": Eng. Alberto Ribeiro Lamego, presidente; Prof. Antônio José de Matos Musso, relator; Eng. José Nicolau Born (Santa Catarina); Dr. Tomás Pompeu Sobrinho (Ceará) e Eng. José Sousa de Miranda (Estado do Rio).

4.ª) "Comissão de Geografia Humana": Prof.ª Heloisa Alberto Tórres, presidente; Prof. Miguel Alves de Lima, relator; Eng. J. Vasconcelos Sobrinho (Pernambuco); Prof. Agnelo Bittencourt (Amazonas) e Prof. Válder Spalding (Rio Grande do Sul).

Art. 3.º — Ficam estabelecidos como temas recomendados ao estudo das Comissões Técnicas, sobretudo sob o aspecto das medidas

que porventura o Conselho possa pôr em prática os seguintes assuntos:

1) "A organização do arquivo das fotografias tiradas em vôos aerofotogramétricos", para a Comissão de Levantamentos Territoriais; 2) "Métodos simplificados de preparo de mapas", para a Comissão de Cartografia; 3) "O preparo de blocos diagramas", para a Comissão de Fisiografia; 4) "Cartogramas básicos para o preparo de um Atlas Geográfico", para a Comissão de Geografia Humana.

Art. 4.º — A Secretaria fornecerá os elementos que lhes solicitarem os membros das Comissões Técnicas para os seus estudos.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 1945, ano X do Instituto.

Conferido e numerado: *Jorge Zarur*, Secretário-Assistente do Conselho; — Visto e rubricado: *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho; — Publique-se: *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 145, de 17 de julho de 1945

Encarece a contribuição dos órgãos componentes do Conselho no desenvolvimento do "Museu Paisagístico do Brasil".

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Considerando o sentido instrutivo e educativo do Museu que o Conselho organizou, com o objetivo de apresentar ao público as paisagens, os tipos e aspectos do Brasil;

Considerando que, na mostra das particularidades regionais, reside a maior valia do Museu do Conselho;

Considerando a necessidade de se desenvolver o Museu, para nêle mais e melhormente figurarem os aspectos característicos da terra e da gente brasileiras;

RESOLVE:

Art. 1.º — A Assembléa encarece aos órgãos do Conselho e também aos membros que os compõem, a colaboração em favor do desenvolvimento do "Museu Paisagístico", ora a cargo da Secretaria Geral, mediante o envio de miniaturas, mapas, medalhas, modelos, projetos, fotografias, amostras, desenhos e outros

objetos que documentem as paisagens naturais e a vida do brasileiro, em tôdas as modalidades de expressão geográfica.

Art. 2.º — Para o devido conhecimento dos interessados, a Secretaria preparará e distribuirá um folheto que explique a finalidade e a organização do Museu e esclareça como poderá ser efetivada qualquer contribuição às suas coleções.

Art. 3.º — A Assembléa faz encarecido apêlo aos Diretórios Regionais em especial, na convicção de que da atuação devotada dêles há-de resultar muito proveito para o Museu, seja pelo enriquecimento das suas coleções, seja pela ampliação dos seus motivos regionais.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 1945, ano X do Instituto.

Conferido e numerado: *Jorge Zarur*, Secretário-Assistente do Conselho; — Visto e rubricado: *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho; — Publique-se: *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 146, de 17 de julho de 1945

Coloca à disposição dos Tribunais Eleitorais do país os préstimos dos órgãos do Conselho.

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Considerando que é dever de todos os brasileiros, na hora presente, colaborar para o retorno do país à sua normalidade constitucional;

Considerando as determinações do governo da República e o manifesto desejo do primeiro magistrado da nação Excelentíssimo Senhor Dr. Getúlio Vargas, no sentido de que as próximas eleições sejam uma afirmação da cultura cívica do país e uma demonstração de seu vivo e tradicional espírito democrático;

Considerando que a documentação especializada sobre o território pátrio, recolhida pela instituição, pode oferecer subsídios úteis aos trabalhos de planificação e de execução da campanha eleitoral;

RESOLVE:

Art. 1.º — Manifesta à Assembléa o seu regozijo cívico pela oportuna decisão do governo da República no sentido da próxima realização das eleições, de acordo com as tradições democráticas do país.

Art. 2.º — Consigna ao Excm. senhor ministro, presidente, e mais eminentes membros do Tribunal Superior Eleitoral, vivas congratulações pelas seguras decisões e oportunas providências, que prontamente dotaram a nação

de um mecanismo eleitoral adequado às condições atuais do país, e merecedor da confiança de todos os brasileiros.

Art. 3.º — Fica determinado a todos os órgãos do Conselho que atendam com o máximo de presteza, dedicação e eficiência as solicitações que porventura lhes sejam encaminhadas pelos Tribunais e demais órgãos do aparelho eleitoral do país; e, igualmente, recomenda-lhes a Assembléa que, independentemente de tais solicitações, ofereçam espontaneamente seus préstimos e bem assim contribuições que julguem úteis aos trabalhos eleitorais em curso.

Art. 4.º — Da presente resolução o presidente do Instituto dará ciência aos excelentíssimos senhores ministro da Justiça e Negócios Interiores e presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ressaltando-lhes o vivo empenho deste Conselho em contribuir com elementos oriundos dos seus serviços especializados, para o êxito, justificadamente desejado pelos brasileiros, da próxima operação eleitoral.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 1945, ano X do Instituto.

Conferido e numerado: *Jorge Zarur*, Secretário-Assistente do Conselho; — Visto e rubricado: *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho; — Publique-se: *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

Resolução n.º 147, de 17 de julho de 1945

Baixa as instruções para o concurso de monografias de aspectos municipais relativo a 1946.

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições e

Considerando o disposto no art.º 3.º da resolução n.º 88, de 21 de junho de 1941, da Assembléa Geral do Conselho;

RESOLVE:

Art. 1.º — O concurso de monografias de aspectos municipais, a ser realizado pelo Conselho em 1946 obedecerá às normas instituídas na resolução n.º 88 da Assembléa.

Art. 2.º — Nas monografias os autores versarão temas de sua livre escolha, com o principal objetivo de oferecer contribuição ao melhor conhecimento da geografia municipal.

§ 1.º — Poderão ser aceitas monografias de aspectos regionais, em que se estudem regiões abrangendo mais de um município.

§ 2.º — Serão também aceitas, em caráter excepcional, monografias que explanem assuntos geográficos em geral, sobretudo quando tratarem de problemas de geografia nacional.

Art. 3.º — Serão conferidos os seguintes prêmios às monografias classificadas no concurso:

a) um primeiro prêmio de Cr\$ 3 000,00;

b) dois segundos prêmios de Cr\$ 2 000,00;

c) cinco terceiros prêmios de Cr\$ 1 000,00;

d) dez quartos prêmios de Cr\$ 500,00;

e) vinte quintos prêmios de recebimento de tôdas as publicações editadas pelo Conselho durante 1945;

f) cinqüenta sextos prêmios de recebimento dos números da *Revista Brasileira de Geografia* e do *Boletim Geográfico* referentes a 1945.

§ 1.º — Concorrerão aos diversos prêmios as monografias que obtiverem notas respectivamente superiores a noventa, oitenta, setenta, sessenta, cinqüenta e quarenta, de acordo com o julgamento final emitido pelo Diretório Central.

§ 2.º — As despesas correspondentes ocorrerão por conta da verba própria do orçamento do Conselho.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 1945, ano X do Instituto.

Conferido e numerado: *Jorge Zarur*, Secretário-Assistente do Conselho; — Visto e rubricado: *Christovam Leite de Castro*, Secretário-Geral do Conselho; — Publique-se: *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

Anualmente o Conselho Nacional de Geografia realiza um concurso de monografias de aspectos geográficos municipais, com direito a prêmios. Concorra com os seus estudos geográficos, seus levantamentos, sua documentação.

Diretório Central

Íntegra das resoluções ns. 335 e 338

Resolução n.º 335, de 5 de abril de 1949

Dispõe sôbre o curso de especialização fotogramétrica e interpretação de fotos aéreas.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Considerando que a direção geral das relações culturais do Ministério das Relações Exteriores da França e o "Institut Géographique National" da França colocaram à disposição dos técnicos brasileiros um engenheiro especialista em fotogrametria, a fim de dar o curso de fotogrametria geral;

Considerando o oferecimento feito pela fábrica de aparelhos de restituição aerofotogramétrica "Poinvilliers-Som", que pôs à disposição dos técnicos brasileiros o aparelho de sua fabricação tipo B, que permitirá a realização de um curso de fotogrametria;

Considerando o grande interesse para a geografia nacional o preparo de pessoal técnico, capaz de fazer uso completo, além da restituição para fins cartográficos — estudos de geologia, fitogeografia, geomorfologia;

Considerando o pronunciamento do Diretório que propôs a constituição de uma comissão formada de representantes das repartições interessadas, para estudar os pormenores da organização do curso;

Considerando as conclusões a que chegou a referida comissão;

RESOLVE:

Art. 1.º — O Conselho Nacional de Geografia patrocinará o curso de fotogrametria geral a se realizar nesta capital de 1.º de maio

a 31 de dezembro do corrente ano em cooperação com o Institut Geographique National, do Serviço Geográfico do Exército e Poinvilliers-Som, e outras instituições oficiais e privadas interessadas.

Art. 2.º — Ao engenheiro designado pelo Institut Géographique National da França para dar o curso, o Conselho Nacional de Geografia pagará a diária de Cr\$ 200,00 não ultrapassando de duzentos e setenta (270) diárias.

Parágrafo único — Ao técnico montador do aparelho Poinvilliers será paga a diária de Cr\$ 150,00, não ultrapassando de sessenta (60) diárias.

Art. 3.º — Concomitantemente, será realizado um curso de interpretação de fotos aéreas, cujo programa deverá ser submetido ao Diretório dentro do prazo de 60 dias, a contar da aprovação da presente resolução.

Art. 4.º — A Secretaria-Geral entrará em entendimentos com as instituições interessadas, para a efetivação do curso em questão.

Art. 5.º — As despesas decorrentes da presente resolução, correrão por conta da verba 4 — Consignação I — Subconsignação 11.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 1949, ano XIII do Instituto.

Conferido e numerado: *Virgílio Correia Filho*, Secretário-Assistente interino. — Visto e rubricado: *Jorge Zarur*, Secretário-Geral interino. — Publique-se: *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 33, de 5 de abril de 1949

Adere ao XXIX Congresso de Americanistas.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Considerando o alto significado do intercâmbio cultural dos países americanos em assuntos de interesse geográfico;

Considerando o honroso convite feito pelo presidente do Comitê Organizador do XXIX Congresso de Americanistas;

RESOLVE:

Art. 1.º — O Conselho Nacional de Geografia adere ao "XXIX Congresso de Americanis-

tas" a realizar-se em Nova York em setembro vindouro.

Art. 2.º — A quota de adesão no valor de Cr\$ 200,00 (US\$ 10.00) correrá por conta da verba do orçamento do Conselho, referente à participação do mesmo nos certames culturais.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 1949, ano XIII do Instituto.

Conferido e numerado: *Virgílio Correia Filho*, Secretário-Assistente interino. — Visto e rubricado: *Jorge Zarur*, Secretário-Geral interino. — Publique-se: *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

Resolução n.º 337, de 5 de abril de 1949

Dispõe sobre a adesão ao III Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Considerando as vantagens do intercâmbio cultural com instituições técnicas estrangeiras; Considerando as vantagens de intercâmbio cultural em assuntos de interesse geográfico;

Considerando o honroso convite feito pelo Third International Congress of Toponomy and Anthroponomy de Bruxelas, a realizar-se em julho de 1949;

RESOLVE:

Art. 1.º — O Conselho Nacional de Geografia adere ao III Congresso Internacional de

Toponímia e Antroponímia, a realizar-se em Bruxelas, de 15 a 19 de julho vindouro.

Art. 2.º — A quota de adesão no valor de 100 francos belgas, correrá por conta da verba do orçamento do Conselho, referente à participação do mesmo nos certames culturais.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 1949, ano XIII do Instituto.

Conferido e numerado: *Virgílio Correia Filho*, Secretário-Assistente interino. — Visto e rubricado: *Jorge Zarur*, Secretário-Geral interino. — Publique-se: *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

Resolução n.º 338, de 5 de abril de 1949

Adere à I Conferência de Imigração e Colonização.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando das suas atribuições;

Considerando a importância dos estudos sobre imigração e colonização para melhor conhecimento dos problemas populacionais brasileiros;

Considerando o interesse do C.N.G. nas pesquisas dos fundamentos geográficos da imigração e colonização;

Considerando a intensa atividade desenvolvida nos últimos tempos pelo C.N.G., procurando emprestar a sua contribuição científica para a solução desse problema básico do país;

Considerando os benefícios que poderão advir à Nação pela estreita colaboração entre o Conselho Nacional de Geografia e o Conselho de Imigração e Colonização, para os estudos dos aspectos geográficos e cartográficos dos problemas em apêço;

Considerando a iniciativa do Conselho de Imigração e Colonização em realizar a I Conferência de Imigração e Colonização do Brasil Central, em Goiânia, na 2.ª quinzena de abril corrente;

RESOLVE:

Art. 1.º — O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia consigna caloroso aplauso ao Conselho de Imigração e Colonização pela iniciativa da realização da I Conferência Brasileira de Imigração e Colonização.

Art. 2.º — Fica a Secretaria-Geral autorizada a aderir à I Conferência Brasileira de Imigração e Colonização.

Art. 3.º — A Secretaria-Geral, atendidas as possibilidades orçamentárias e o interesse científico da Conferência, promoverá a ida de uma delegação de geógrafos e cartógrafos a Goiânia, a fim de participar da aludida Conferência.

Parágrafo único — As despesas decorrentes da presente resolução correrão por conta da verba 4 — consignação 1-06, despesas pela participação em certames e exposições.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 1949, ano XIII do Instituto.

Conferido e numerado: *Virgílio Correia Filho*, Secretário-Assistente interino. — Visto e rubricado: *Jorge Zarur*, Secretário-Geral interino. — Publique-se: *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.